UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LEANDRO BURGALLO PAIM

A NAÇÃO COMO POSSIBILIDADE:

Imprensa e manuais didáticos na difusão
da identidade nacional no Brasil oitocentista.

São Paulo
2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

A NAÇÃO COMO POSSIBILIDADE:

Imprensa e manuais didáticos na difusão
da identidade nacional no Brasil durante o século XIX.

Leandro Burgallo Paim

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Dolhnikoff

São Paulo
2011

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo averiguar a relevância da produção escrita oitocentista no ordenamento da Monarquia brasileira. Para tanto, com base nos escritos de dois letrados que tiveram atuação bastante destacada no âmbito da referida produção, sendo eles o pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima e o fluminense Joaquim Manuel de Macedo, procuro analisar a interação das elites brasileiras com dois meios de expressão que foram, por elas, tomados enquanto instrumentos destinados à tarefa que se colocava no contexto do citado ordenamento: a construção do Estado e da nação.

A partir dos manuais didáticos de história do Brasil e dos artigos publicados em diferentes periódicos que circularam no país, tento verificar como Abreu e Lima e Macedo recorreram, em épocas distintas, a esses meios de expressão para promover seus projetos políticos e marcar posições diante de seus adversários, sinalizando a importância dos tais escritos enquanto formas específicas de espaço público atreladas à organização do regime monárquico brasileiro.

Palavras-chave: Monarquia brasileira, imprensa, manuais didáticos, identidade nacional, José Ignácio de Abreu e Lima e Joaquim Manuel de Macedo.

ABSTRACT

The aim of this research is to investigate the written production relevancy of 19th century to the organization of Brazilian Monarchy. For this, based on studies produced by two writers with an outstanding involvement referring to this production, called as José Ignácio de Abreu e Lima, from Pernambuco, Brazil and Joaquim Manuel de Macedo, from Rio de Janeiro, Brazil, I intend to analyze the Brazilian elites with two expression means, which have been chosen by them as a way to promote the State and Nation construction.

From Brazilian history didactic manuals and articles published in several Brazilian newspapers, I try to identify how Abreu e Lima and Macedo have used them in different times regarding to promote their own political projects and stand their point of view against their rivals, showing the importance of such productions as a public expression venue connected to the organization of Brazilian Monarchy.

Keywords: Brazilian Monarchy, press, didactic manuals, national identity, José Ignácio de Abreu e Lima and Joaquim Manuel de Macedo.

E-mail do autor: leandrobpaim@ig.com.br

AGRADECIMENTOS

Embora essas estejam entre as páginas iniciais de minha dissertação, na verdade elas representam as últimas que foram preenchidas.

Fiz questão de tomar a escrita desses agradecimentos como tarefa final de um processo no qual estive envolvido nesses últimos três anos e alguns meses, pois já sabia de antemão que no momento em que me deparasse com a importante demanda de agradecer estaria, como de fato estou, debruçado sobre reflexões daquilo que me marcou nesse período.

E mais do que uma obrigação protocolar, tomo essa tarefa com satisfação, pois tenho sensação de que saio do referido processo como um historiador melhor do que eu era quando iniciei a pesquisa, algo que, com certeza, me foi proporcionado pelo convívio com a minha orientadora, Miriam Dolhnikoff.

A ela agradeço muito a paciência e as insistentes tentativas de apontar-me caminhos, procurando mais de uma vez auxiliar-me no preenchimento de certas lacunas que foram difíceis de preencher, o que veio sempre acompanhado da disposição para se colocar como parte dessa parceria que, em tese, representa o mestrado. E, se não pude avançar mais, foi por conta única e exclusiva das minhas dificuldades.

Ainda tratando de meus avanços, no que se refere particularmente a essa pesquisa, agradeço as contribuições de Mônica Duarte Dantas e de Bernardo Ricupero por meio das observações que apresentaram em meu exame de qualificação.

Contudo, as marcas desse processo não se resumiram à formação acadêmica e ao contato com aqueles que estiveram às voltas com a leitura de meu texto ao longo dos diferentes momentos de sua confecção. Também gostaria de salientar que elas se apresentaram em outras situações, tendo grande relevância, para mim, aquelas que me colocaram diante de outros parceiros.

Dentre eles, agradeço a professora Maria José Moura, carinhosamente conhecida como Zezé, pelo suporte profissional, tendo seu apoio no âmbito da minha atuação como professor contribuído, de certa forma, para que eu pudesse dialogar com as demandas das diferentes tarefas que se colocaram nesses últimos anos.

Além dela, outras pessoas merecem meus agradecimentos, pois se mostraram, acima de tudo, dispostas a me ouvir e, em virtude dessa disposição, representaram alento e estímulo em contextos variados, dos mais alegres aos mais tensos. Pessoas como os amigos Diego Toscano e Zilton Salgado. Aos dois, muito obrigado pela disponibilidade para escutar.

E, por falar em disponibilidade, também sou muito grato àqueles que, sendo parte importante da minha família, souberam me respeitar nas situações em que eu não estive disponível, bem como se mostraram dispostos a auxiliar-me na execução de tarefas e na resolução de problemas que, mesmo não estando diretamente ligados ao trabalho acadêmico não eram menos relevantes dado que faziam parte de meu cotidiano.

Quanto a essas pessoas, embora todas tenham sido muito importantes, gostaria de salientar o papel destacado de alguém que, mesmo sem consciência efetiva de todo o processo por mim vivido nesse período, acrescentou algo fundamental para ele, momentos de grande alegria. E essa pessoa é meu afilhado Guilherme, quem eu espero que tenha, num futuro ainda um pouco distante, oportunidade de ler esses agradecimentos.

E como fiz questão de mencionar até aqui algumas importantes parcerias que me acompanharam ao longo desses últimos três anos e alguns meses, resta agradecer de modo muito particular à pessoa sem a qual realmente teria sido muito difícil chegar ao fim do mencionado processo: minha esposa Vanessa.

Para agradecê-la, sem sombra de dúvida faltam-me palavras e páginas, portanto, como a melhor forma de tentar minimamente transformar em expressões toda a gratidão que lhe devo, fica a afirmação de que essa conquista é nossa, resultado de uma verdadeira e especial parceria. Com amor, dedico para ela esse trabalho.

SUMÁRIO

Introdução: (Re)dimensionando a nação e a nacionalidade no Brasil oitocentista.....1
1. Debate entre letrados: em busca do público 25
1.1. Um certo perfil do letrado oitocentista?.....25
1.2. A institucionalização dos conflitos: disputas pela (idéia de) nação e delimitação dos espaços públicos.....34
1.3. A inserção do leitor nos espaços públicos. 54
2. A difusão do passado nacional: a divulgação de uma “história do Brasil” nos manuais didáticos oitocentistas.....59
2.1. Ensinar o passado aos jovens brasileiros: a nação nas páginas da(s) História(s) do Brasil.....59
2.2. Narrativas do passado; projetos de Estado e de nação. 75
2.3. Estatuto nacional e produção do (re)conhecimento histórico. 92
2.4. A reatualização do passado nacional: o ensino secundário e a difusão da História do Brasil. 110
2.5. O passado nacional e a delimitação dos espaços públicos. 118
3. O local do público: o papel da imprensa periódica na dinâmica política imperial 124
3.1. A imprensa oitocentista no contexto de organização do Estado nacional.....124
3.2. José Ignácio de Abreu e Lima: a pena como instrumento de luta. 132
3.3. Joaquim Manuel de Macedo: ação jornalística, política e literatura 173
4. Páginas oitocentistas: produção escrita, Estado e nação 212
5. Considerações Finais.....258
6. Acervos e Fontes 262
6.1. Acervos consultados 262
6.2. Periódicos consultados 262
6.3. Outras fontes.....262
7. Bibliografia.....265

INTRODUÇÃO: (RE)DIMENSIONANDO A NAÇÃO E A NACIONALIDADE NO BRASIL OITOCENTISTA

> *Embalar-vos-ei com uma ficção que já tem sido e será mil vezes uma verdade*[1].

Dessa maneira, o escritor Joaquim Manuel de Macedo convidava seus leitores a acompanhar-lhe em uma visita ao Passeio Público do Rio de Janeiro. Mas, ao invés dos passos, o autor lhes propunha que seguissem suas palavras e, a partir delas, empreendeu uma caminhada cujos limites não eram os meramente físicos, definidos pelos muros do local visitado; acima de tudo, o itinerário de suas páginas tinha como traçado o tempo.

Participante do movimento romântico, Macedo pode ser considerado um dos mais importantes representantes da elite intelectual do Brasil durante o século XIX e de sua pena surgiram relevantes textos relacionados a um dos problemas centrais para os membros daquele grupo: a construção da identidade nacional.

Como muitos de seus contemporâneos, especialmente aqueles que, como ele, transitavam pelas atividades políticas e literárias, o escritor de Itaboraí debruçou-se sobre o tema da nacionalidade, utilizando corriqueiramente de seus escritos para apresentar suas opiniões sobre os assuntos mais variados envolvendo o país e, assim, incrementou os freqüentes debates sobre o Brasil.

Fosse no âmbito da elaboração do quadro histórico que remontava às origens do recém-fundado país, ou no campo da discussão sobre a situação das letras e da instrução em terras brasileiras, Macedo e seus “colegas” escreviam...e, ao fazê-lo, transformavam esse ato da escrita em atividade de reflexão, já que, para eles, fazia-se imperante pensar a nação.

Nota-se, portanto, que, sendo questão fundamental, o problema da identidade nacional envolvia, de certa forma, o debate amplo sobre o novo status da antiga colônia portuguesa na América e, no início do referido século XIX, sua demanda de toda uma nova configuração adequada à situação inaugurada pela independência em 1822.

Nesse sentido, os debates acerca da identidade nacional e as relações do indivíduo com a comunidade ampla e imaginária, a nação, são extremamente

---

[1] MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Vol. 01. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004. p. 88.

significativos para a compreensão da realidade do país naquele momento, pois permitem observar que

> *a dominação ideológica universal aparente do nacionalismo (...) é uma espécie de ilusão de ótica. Um mundo de nações não pode existir; apenas um mundo onde alguns grupos potencialmente nacionais, demandando esse status, excluem outros grupos de fazer reivindicações semelhantes, o que poucos fazem*[2].

Dessa forma, de caráter nitidamente excludente, nacionalismo e controle político revelam-se mecanismos de adequação de um determinado grupo de interesses à existência de uma realidade heterogênea e difusa. Através deles, uma parcela da sociedade elabora uma visão de conjunto e passa a difundi-la pelo corpo social, indicando uma clara ação homogeneizadora e, complementarmente, propagadora. Observa-se, então, nessa nítida interferência de interesses específicos na organização do público o elemento fundamental de definição da identidade nacional, indicando as nuances do processo de construção de um discurso que se propõe hegemônico[3].

Assim, nesse contexto de implantação de uma nova ordem política e institucional associada à redefinição das relações tanto externas, com outros países, quanto internas, relacionadas aos muitos vínculos dos distintos grupos sociais entre si e com o Estado, a citada demanda de nova configuração política por parte da América portuguesa incorporava também um aspecto simbólico: a aproximação entre os dispersos elementos da sociedade formando um conjunto possível de ser identificado como nacional.

Portanto, no mesmo momento em que se propunham as bases do Estado nacional brasileiro, era essencial elaborar uma idéia de nação que pudesse abarcar o conjunto difuso do novo país, dando-lhe certa impressão de homogeneidade e coesão.[4]

---

[2] HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidades.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 92.

[3] Veja-se sobre o tema, além da obra de E. Hobsbawm citada na nota anterior, também os estudos de Benedict Anderson (2008), Ernest Gellner (1993) e Homi K. Bhabha (1998), pois mesmo que as interpretações destes autores tenham importantes diferenças entre si, todos têm em comum o fato de apontarem o Estado e a identidade nacional como construção da hegemonia de determinado aparato institucional sobre um determinado território, o que traz consigo a universalização dos valores de determinados grupos.

[4] A esse respeito, vale conferir os estudos elaborados por Sérgio Buarque de Holanda (1970), István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta (2000) e Maria Odila da Silva Dias (2005), pois, nesses estudos, os autores apontam para o fato de a América portuguesa não constituir uma unidade quando

Uma forma nacional era o que buscavam os indivíduos que constituíam, como Macedo, a cultura letrada do país e, de maneira mais ampla, os setores dominantes da sociedade brasileira naquela época. Essa busca começava justamente por revirar aquelas realidades multifacetadas existentes no período colonial, no intuito de encontrar traços verdadeiramente comuns a todas elas ou, na efetiva ausência destes, enxergar algo que pudesse pelo menos ser imaginado como tal.

Essa iniciativa inseria-se no quadro muito particular em que a idéia de nação começou a ser elaborada no país: a organização do regime monárquico nas primeiras décadas do século XIX, pois foi nesse contexto, a partir de referências externas e das condições específicas internas, que, ao lado da edificação do Estado, engendraram-se as estruturas, sobretudo de natureza política e cultural, adequadas para dar àquele uma feição nacional, configurando um processo de universalização capaz de englobar interesses nitidamente regionais.

De maneira mais abrangente, percebe-se, então, na ação de tais indivíduos, membros da elite letrada do Brasil, um exemplo do processo que, segundo Eric J. Hobsbawm[5], ocorreu na Europa na passagem do século XVIII para o XIX, já que, de acordo com esse historiador inglês, nesse referido período a idéia de nação assumiu seu aspecto moderno, vinculada às transformações em curso, especialmente no que se refere ao aparecimento da ideologia liberal.

Afirma-nos ele que, naquele momento, tal idéia deixou de ser um mero item do vocabulário para designar determinadas parcelas da população – como o conjunto de comerciantes de uma região – e propiciou a fórmula para a organização de uma coletividade em torno de interesses dominantes, garantindo-lhes a possibilidade de preservação e expansão. E que, além disso, no bojo das lutas que caracterizaram o continente europeu em função das crescentes incompatibilidades dos governos absolutistas, até então vigentes, com os impulsos modernizadores, em geral vinculados à afirmação da sociedade burguesa, a nação passou a ter um viés revolucionário, tornando-se o novo repositório do ideal de soberania, antes atribuído à figura do rei.

No campo das representações, portanto, a nação refletia a intensa agitação política daquele período, sendo incorporada ao discurso como a salvaguarda da

---

da independência e da unidade nacional ter sido uma construção que tomou toda primeira metade do século XIX, na medida em que os grupos que defendiam esta unidade foram capazes de vencer as forças centrífugas regionais que tendiam à fragmentação do território.

[5] HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidades. Op. cit.*

mudança; em outras palavras, através de todo o arcabouço simbólico que a envolvia, ela era elevada, pelos agentes relacionados com a transformação em curso, à categoria de justificativa principal para a luta.

Sendo assim, sob o impulso da Ilustração, essa idéia de nação assumia, como explicitado anteriormente, uma feição potencialmente revolucionária, pois trazia em si instrumentos eficazes de reestruturação da ordem, sobretudo em termos da redefinição do conceito de autoridade.

E, independente das variações produzidas no interior do pensamento ilustrado, é significativo observar como a esfera política foi influenciada por tal idéia de nação, pois, ao redefinir a concepção de autoridade como produto da mesma e marcar sua origem na soberania nacional, esse pensamento levava, necessariamente, à formulação de mecanismos pelos quais essa condição soberana da nação podia se expressar, promovendo uma ação essencialmente transformadora em relação às estruturas do Antigo Regime.

Ou, como avalia Benedict Anderson, também apontando para esse quadro em que se desarticulavam as práticas consagradas desde a formação dos Estados Modernos europeus, no início da Idade Moderna, é possível afirmar que

> p*or sob o declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas estava ocorrendo uma transformação fundamental nos modos de apreender o mundo, a qual, mais do que qualquer outra coisa, possibilitou "pensar" a nação.*[6]

A partir dessas considerações, observa-se, na Europa, no alvorecer do século XIX, a íntima relação entre a alteração das condições materiais, envolvidas com o processo de industrialização e a afirmação dos interesses da burguesia, e a reorganização das estruturas políticas orientada por um novo aparato simbólico, no qual a idéia de nação era o item principal.

Praticamente nesse mesmo momento, o Brasil era palco de importantes agitações que, de certa maneira, mobilizaram questões muito próximas às acima referidas acerca da situação européia; ou seja, vivia-se em terras brasileiras em meio ao debate sobre as formas de organização política e econômica vigentes, o que significava refletir sobre a condição colonial.

E embora as realidades da Europa e do Brasil fossem profundamente distintas, a influência da primeira sobre a colônia portuguesa na América implicou a

---

[6] ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 52.

reprodução dos debates ocorridos no velho mundo nesta região, especialmente junto a certas parcelas da sociedade, como a elite intelectual, da qual Macedo seria integrante.

Debates esses, atrelados à gestação da idéia de nação, por meio dos quais se articularam no Brasil o aparato administrativo do novo Estado imperial e as relações entre os diferentes grupos sociais existentes no país, contribuindo para dar a este a já mencionada feição de conjunto.

Assim, estudá-los, como será minha intenção nas páginas seguintes, indica uma preocupação em analisar aspectos dessas significativas mudanças que, em certa medida, podem ser encaradas como o ponto de partida de inúmeras tendências e correntes que, ao longo do tempo – até os dias atuais, por que não? – se dispuseram a pensar e discutir o tema da brasilidade.

Tema amplo, complexo e de trato difícil, é claro, que, através de muitas variações associadas ao correr das épocas, tem revelado, justamente, o esforço em definir e analisar uma suposta essência do ser brasileiro, distinguindo os traços tipicamente nacionais.

E, considerando que muitas vezes – tomando por base as referências de estudiosos citados anteriormente – esse exercício de análise e de definição sugere também um ato de imposição, ou seja, representa uma ação voltada para a afirmação de um tipo de nacionalidade adequada a um grupo de interesses específicos, novamente, retorno aos mencionados debates para enxergá-los como exemplos de toda essa situação em que, na verdade, há o gesto desdobrado, de construção e compreensão daquilo que é ou se pretende que seja nacional.

Assumindo, então, o momento em que se construiu – ou pelo menos se pretendeu construir – a nacionalidade brasileira, ou seja, o século XIX, enquanto eixo cronológico dessa pesquisa, saliento a necessidade de uma definição mais clara sobre o mesmo, destacando, para esse fim, os anos de 1831 e 1863, respectivamente, como marcos temporais de início e de encerramento do período que pretendo abarcar.

Como sugerido anteriormente, não é fácil e tampouco preciso promover uma tentativa de estabelecer vínculos entre uma época e a construção – ou redefinição – da nacionalidade brasileira, visto que, além de ser tal construção um exercício constante e, por isso, de difícil conclusão, ela se enreda nas variações e nuances surgidas na passagem de um momento ao outro das diferentes etapas que marcam

a história do Brasil. Sendo assim, a opção pelos anos que compreendem o intervalo entre o início da década de 1830 e o da de 1860[7] norteou-se pelas freqüentes referências da historiografia brasileira a esses anos como o momento expressivo no âmbito da já mencionada organização do Estado nacional brasileiro, após a emancipação política da antiga colônia portuguesa na América.

Em verdade, é válido ressaltar que a escolha por esse período entre 1831 e 1863 adveio da possibilidade de tomá-lo como algo desdobrado em duas épocas distintas, sendo uma associada ao intervalo entre aquele marco inicial – o ano de 1831 – e o princípio da década de 1850, enquanto a outra tem como elemento inaugural esse princípio e encerra-se no ano de 1863.

Tal desdobramento do período selecionado como recorte temporal dessa pesquisa também se orientou pelas constantes observações de historiadores a respeito de duas situações muito distintas no que concerne, de forma mais ampla, ao mencionado processo de organização do Estado nacional brasileiro, tendo em vista que, primeiramente, é comum a referência ao ano de 1831, em que o então imperador D. Pedro I abdicou ao trono brasileiro, como o início de uma época na qual, consolidada a independência, iniciavam-se de modo mais claro os esforços de definição do aparato institucional do país[8].

Em segundo lugar, embora existam divergências quanto à especificidade das datas, é correntemente aceito que o início da década de 1850 representa o momento da consolidação do Estado no Brasil, estruturado sob a forma de Monarquia constitucional[9].

---

[7] Dentre outros estudos que balizaram essa pesquisa e serão apresentados mais enfaticamente ao longo das demais notas e páginas, a definição desses marcos temporais para análise adveio das interessantes considerações feitas por Bernardo Ricupero, para quem tais anos corresponderam "ao período de maior influência do romantismo" In: RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870).* São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. XVII; e também foram muito instigantes, nesse caso, as afirmações de Hélio de Seixas Guimarães, quando este pondera que "as noções muito vagas do império imaginado pelos românticos não resistem às transformações por que passa o país ao longo da década de 1870 (...)". In: GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Edusp/Nankin Editorial, 2004. p. 85.

[8] A respeito da consideração sobre a importância do ano de 1831 como marco da consolidação da independência do Brasil e inaugurador de um período de aprofundamento dos debates acerca da organização do Estado nacional e da própria nacionalidade brasileira, ver, dentre outros, os estudos de Miriam Dolhnikoff (2005), Marcello Basile (2009) e Cecília Helena de Salles Oliveira (2009).

[9] Conforme já indiquei em nota anterior, gostaria de salientar novamente que pude notar, por meio das leituras que subsidiaram essa pesquisa, certo consenso da historiografia brasileira no sentido de afirmar que a primeira metade do século XIX é o momento que corresponde de modo mais crucial às ações voltadas para a conquista e manutenção da unidade nacional. De forma mais detalhada, além dos estudos já mencionados de Sérgio Buarque de Holanda (1970), István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta (2000) e Maria Odila da Silva Dias (2005), ressalto as considerações de Emília Viotti

Finalmente, no que diz respeito ao tema da periodização, também é possível constatar a importância atribuída por diferentes historiadores à década de 1860 no sentido de promover, a partir das dinâmicas produzidas pelo longo período de estruturação do Estado nacional brasileiro, mudanças relevantes, que, em si, carregaram os elementos que, mais adiante, nessa mesma década, acarretariam a época de crise da Monarquia brasileira.

Contudo, ao invés de balizar-me pelo ano de 1868 – o da queda do gabinete Zacarias de Góes e Vasconcelos (1866 – 1868) e, portanto, como sugerem diversos estudos, marco inaugural da referida crise –, optei, no princípio dessa década, pelo de 1863, ao qual se costuma identificar o início da atuação da Liga Progressista na política imperial[10].

Detalharei essa e as demais opções relacionadas à periodização no desenvolvimento dos demais capítulos, especialmente no primeiro, que será destinado à análise da importância e da dinâmica de determinados debates, associados – é claro – aos esforços de construção da nacionalidade no contexto de organização do Estado brasileiro.

Mas, já no intuito de elucidar parcialmente as referidas escolhas, é válido destacar que as mesmas também se explicam por certas observações que fiz ao longo da pesquisa das fontes selecionadas, sendo elas principalmente compostas pela produção de dois membros da elite letrada oitocentista: o anteriormente citado Joaquim Manuel de Macedo e José Ignácio de Abreu e Lima, cuja escolha será explicada adiante. Procurarei, então, demonstrar, a partir desse ponto, como a leitura das mesmas conduziu-me a uma tentativa de compreendê-las no contexto da periodização apontada acima.

Assim como no caso da periodização, no próximo capítulo, darei mais detalhes acerca da biografia desses dois escritores brasileiros do século XIX, viabilizando, dessa forma, uma aproximação mais profícua entre tais detalhes e o

---

da Costa (1979), José Murilo de Carvalho (2003) e Ilmar R. Mattos (2004), lembrando que, sob perspectivas diversas, os episódios da Revolução Praieira, em Pernambuco, (1848), da aprovação da Lei Eusébio de Queiróz (1850) e do início do Ministério da Conciliação (1853) são tidos como possíveis marcos temporais que separam a fase de organização e a de consolidação do regime monárquico.

[10] Também nesse caso, insisto mais uma vez em mencionar os estudos de Emília Viotti da Costa (1979) e de José Murilo Carvalho (2003), como exemplos, dentre os que já foram citados, em que me baseei para propor essas afirmações. Além deles, acrescento também as contribuições dos estudos elaborados por Francisco Iglésias (1969) e Silvana Mota Barbosa (2009), sobretudo com relação aos temas da Conciliação e da Liga Progressista e a relevância desses diferentes momentos de organização da política imperial para o funcionamento da Monarquia constitucional no Brasil.

envolvimento de ambos com a política imperial, sobretudo no que concerne aos mencionados debates em torno da construção do Estado e da nação.

Por ora, importa, para efeitos dessa introdução, definir com um pouco mais de clareza a vinculação, mencionada anteriormente, dos escritos de Abreu e Lima e de Macedo com o recorte temporal aqui proposto. E, com vistas a esse objetivo, vale já ressaltar a opção por duas formas significativas no vasto conjunto da produção escrita dos dois: os artigos nos periódicos oitocentistas e os manuais didáticos de história do Brasil.

Formas essas que podem ser tomadas como relevantes meios de expressão voltados para aquilo que os indivíduos, como Macedo e Abreu e Lima, consideravam essencial no conjunto das ações destinadas à construção do Estado e da nação: instruir o povo, o que, visto sob outro ângulo, pode ser encarado como esforço de propagação da pretendida nacionalidade.

Realçar esse esforço de instrução promovido pela elite letrada oitocentista como dado marcante da produção escrita do período e elemento de promoção da identidade nacional, permite-nos perceber, tomando como exemplo um dos meios de expressão acima destacados – a imprensa periódica –, que, no Brasil, durante o século XIX, os jornais e as academias literárias foram espaços significativos de debate, locais onde se manifestou a organização "de uma 'voz geral', que, aos poucos, constituir-se-ia em uma opinião pública, sendo (aqueles) eficazes meios de mobilização"[11].

E no âmbito da constituição dessa "voz geral", percebe-se uma das tarefas mais árduas e importantes dos setores dominantes, visto que a luta pela emancipação política foi produzida em meio a uma verdadeira guerra simbólica na qual a imprensa destacou-se como espaço privilegiado dos debates que passaram a encaminhar uma nova percepção dos interesses locais e, a partir destes, transformados em nacionais, promoveram a definição do público e da nação.

Com a criação de um novo vocabulário político, sob a nítida influência daquelas transformações ocorridas na Europa desde o final do século XVIII, os periódicos e as reuniões de associações variadas revelam o instante em que a identidade nacional começa a ser gestada no Brasil, como produto direto da

---

[11] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil*. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs). *Cultura letrada no Brasil.* Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo, SP: Fapesp; 2005, p. 401.

militância de setores elitistas. Dadas as suas necessidades imediatas e reais, sobretudo aquelas de aspecto econômico, esses grupos necessitavam de uma nova ordem e, para tanto, procuraram elaborar uma obra capaz de expressar a realidade pela qual ansiavam.

Nesse sentido, é possível perceber como o pensamento liberal adequava-se aos desejos de manutenção dos privilégios por parte dos setores elitistas e também constituía a forma de expressar os seus conflitos, pois

> *de ideal ilustrado, teoricamente universal e altruísta, ele se tornou em boa parte um saber de classe e de grupo, um instrumento de dominação que serviu por sua vez para segregar o povo e mantê-lo em condição inferior pela privação do saber*[12]*.*

Conforme circulavam os jornais e outros periódicos nas cidades brasileiras do século XIX, o seu caráter panfletário mostrava como não apenas nos conteúdos, sugeridos pela pluralidade de artigos e temas, mas também na forma, os escritos do período eram um mecanismo de pensar a nação e, ao mesmo tempo, constituir um espaço (público) em que leitura e produção textual congregavam indivíduos, doravante considerados cidadãos.

E essa mesma relevância assumida pela imprensa periódica oitocentista também esteve presente, como destacarei no segundo capítulo, nos constantes esforços da elite letrada no sentido de produzir e publicar manuais didáticos de história do Brasil, algo que se pode notar pelas observações de Justiniano José da Rocha, ainda em 1840, com relação à necessidade de se produzir um compêndio de história do Brasil.[13]

Nota-se com essa atuação de parcelas dos setores elitistas na imprensa periódica e por meio da publicação de manuais didáticos de história do Brasil, a importância desses dois meios de expressão no âmbito daquela dupla tarefa, mencionada nas páginas anteriores, de construção e propagação da identidade nacional brasileira a que se dispunham tais setores, revelando, assim, que “para

---

[12] CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.

[13] A referência a essas observações de Justiniano José da Rocha é válida para a análise que pretendo desenvolver, tendo em vista que, mesmo não sendo uma das fontes básicas de minha pesquisa, ele foi professor de História Pátria no Colégio Pedro II e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição em que, inclusive, conforme aponta Cláudia Regina Callari, apresentou proposta para a criação de uma comissão formada por membros de tal instituto com o fito de organizar um compêndio de história do Brasil. In: CALLARI, Cláudia Regina. “Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, pp. 59 – 83, 2001.

políticos e historiadores do século XIX, a nação era uma evidência, uma arma política, um esquema cognitivo e um programa histórico”[14].

Mas, é válido lembrar que essa dupla tarefa assumida pelos setores elitistas não legitima uma visão apoiada na idéia de homogeneidade. Aliás, a existência de debates em meio a esse esforço de elaboração da nacionalidade, não permite conceber uma situação em que a harmonia de interesses e projetos tenha prevalecido, sobretudo no início do processo de construção do Estado e da nação.

As constantes referências, feitas até esse ponto, àqueles que se envolveram com tal construção no Brasil durante o século XIX, sugerem uma percepção ancorada na idéia de diversidade das elites, pois nas vezes em que mencionei, nas páginas anteriores, o grupo que foi protagonista nesse processo, fiz questão de atribuir-lhes a marca da pluralidade, procurando, a despeito das variações utilizadas – setores elitistas, elites, setores dominantes – justamente orientar-me pelas análises da historiadora Miriam Dolhnikoff[15], segundo as quais no Brasil oitocentista vigorou um arranjo de tipo federativo sustentado pela composição de uma elite dirigente baseada no conjunto diverso das elites provinciais.

Ressalto ainda que essa perspectiva da diversidade como marca da ação e da composição dos setores elitistas no contexto da sociedade imperial assume, para efeitos dessa pesquisa, uma relevância ainda mais expressiva na medida em que dialoga com a própria seleção das fontes, baseada, sobretudo, nos escritos de um escritor pernambucano, Abreu e Lima, e outro fluminense, Macedo.

Indivíduos que, com origens diferentes, apresentaram também distintas formas de inserção nos debates políticos que caracterizaram o processo de construção e organização do Estado nacional brasileiro ao longo dos oitocentos, sendo que, conforme será destacado no próximo capítulo por meio do detalhamento da biografia de ambos, tratava-se, no caso do pernambucano, de alguém cujas posições políticas conduziram a uma condição à margem dos grupos e interesses predominantes no que diz respeito ao referido Estado, e de outrem, o fluminense, claramente inserido nas instituições relacionadas à Monarquia brasileira e, portanto, vinculado com os tais grupos.

---

[14] OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Estado, nação e escrita da História: propostas para debate*. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 258.

[15] Cf. DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

Porém, indivíduos, a meu ver, bastante expressivos para as análises que pretendo desenvolver nas páginas desse estudo, visto que, além do fato de, como já apontado, terem atuado de forma muito constante e incisiva no âmbito da produção escrita oitocentista, em outras palavras, estarem presentes de modo bastante significativo na forma específica de espaço público que representava a citada produção, eles envolveram-se intensamente com as disputas que marcaram a cena política brasileira naquele período, debatendo e conflitando com aqueles que lhes eram contemporâneos e que, como os dois, procuravam, por meio dos escritos, promover seus projetos de Estado e de nação.

Daí a importância de relacionar os dois letrados que representam as fontes dessa pesquisa com o recorte temporal selecionado para a mesma, pois, como se verificará nos demais capítulos, enquanto José Ignácio de Abreu e Lima atuou de forma mais freqüente no primeiro momento que compõe o referido recorte, ou seja, entre os anos de 1831 e 1848, Joaquim Manuel de Macedo foi figura marcante em termos políticos e culturais no momento seguinte, o que vai de 1853 e 1863.

Embora possam ser considerados, de certa forma, contemporâneos, a produção de cada um vinculou-se, predominantemente, a um dos momentos acima mencionados, pois, enquanto Abreu e Lima praticamente encerrava sua polêmica participação nos debates que marcaram a cena política imperial por volta dos anos de 1848-49, quando do término da Revolução Praieira, em Pernambuco, – na qual, inclusive, tomou parte ao lado dos praieiros –, Macedo iniciava sua famosa e movimentada carreira de escritor em meados da mesma década de 1840 com a obtenção, em 1844, do título de doutor em medicina e a publicação, nesse mesmo ano, de seu primeiro romance, *A Moreninha*.

Dadas essas considerações, destaco, ainda no âmbito da caracterização das elites no Brasil oitocentista, que o fato de dois escritores servirem como referência mais significativa para esse estudo, levou-me também a apresentá-los, por vezes, como membros da elite letrada ou intelectual, expressões que utilizo apoiado nas análises de Angela Alonso[16], sendo que essa socióloga, ao analisar o "movimento da geração de 1870" e suas relações com a "tradição imperial", observa a ausência no país de um campo intelectual autônomo e aponta para a necessidade de tratar os indivíduos que se envolveram com a produção escrita do período não apenas como

[16] ALONSO, Angela. *Apropriação de idéias no Segundo Reinado*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.) *O Brasil imperial, volume III: 1870 – 1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

“autores de obras intelectuais”, mas também enquanto “ativistas políticos”.

Sendo assim, tomando por base essas duas perspectivas de análise sobre as elites brasileiras nos oitocentos, considero a diversidade de sua composição e o aspecto cultural e político de sua ação como dados significativos para a compreensão de algo que é possível apontar como inerente ao período de organização da Monarquia brasileira: a eclosão de conflitos; sendo estes não apenas efetivamente concretos, associados às revoltas que caracterizaram (boa) parte do século XIX no país, de um lado, e o confronto entre projetos políticos no âmbito institucional, de outro, mas, acima de tudo, aqueles que talvez seja viável definir como abstratos, relacionados com as disputas em torno de distintos projetos para o Estado e para a nação, e produtores de uma verdadeira guerra simbólica.

Guerra simbólica esta que, como é de se esperar, ao invés de recorrer a aparatos técnicos de batalhas convencionais, como armamentos diversos, envolvia elementos, naquele momento, bastante poderosos, e adequados à produção de símbolos necessários à conformação do novo conjunto nacional, tais como os diferentes impressos que, desde a chegada da corte portuguesa, sob comando do príncipe-regente D. João, passaram a circular de forma significativa no Brasil[17].

Folhas e mais folhas, de aspecto e conteúdo bastante variado, que permitem, mais uma vez retomando as observações de Benedict Anderson acerca das transformações que resultaram no aparecimento do nacionalismo, avaliar a importância desse caráter mais abstrato dos conflitos como fator decisivo para as definições do aparelho estatal e da comunidade nacional no Brasil durante o século XIX, pois, de acordo com tal historiador, o surgimento da nação está relacionado a

> *duas formas de criação imaginária que floresceram no século XVIII: o romance e o jornal. Pois essas formas proporcionaram meios técnicos para “re-presentar” o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação.*[18]. (Grifo do autor).

---

[17] Sobre a circulação de impressos às vésperas da independência do Brasil e a contribuição dos mesmos para a difusão das idéias liberais na antiga colônia portuguesa na América, ver NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil*. *Op. cit.*; bem como LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821 – 1823)*. Cia. das Letras, 2000. Já com relação à imprensa na Monarquia ver ainda os estudos de Marco Morel, sendo eles: MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003; MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

[18] ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. *Op. cit*. p. 55.

Vê-se, então, que a produção escrita (imprensa e manuais didáticos, por exemplo) no século XIX assume extrema relevância na promoção de uma identidade que se propõe nacional. Por isso, analisar suas relações com o momento de fundação do Estado nacional brasileiro torna-se bastante significativo para tentar compreender algumas das situações que marcaram tal contexto, especialmente se avaliarmos essa produção escrita como veículo da, já mencionada, guerra simbólica e, por conseguinte, enquanto expressão dos conflitos desse período da história brasileira.

Enfatizo, então, que o presente estudo tem por objetivo justamente analisar o papel dos escritos oitocentistas no Brasil, procurando estabelecer seus vínculos com o quadro, descrito nos parágrafos anteriores, de formação do Estado e da nação, levando em consideração o significado que eles assumiram enquanto palco das disputas e dos inúmeros interesses que estavam presentes no país.

Dado que, conforme mencionei até aqui, esse é o contexto de emergência da temática nacionalista em várias regiões do mundo e, conseqüentemente, de delimitação do que se poderia – e deveria – definir como nacional, enquadrando nesse adjetivo uma realidade bastante complexa e, talvez por isso, distante da pretensa uniformidade que acompanha essa nova adjetivação, parti da noção, defendida por alguns historiadores, de que havia nesse momento, um esforço de *invenção* para constituir a nação, sendo esta, portanto, uma *"comunidade imaginada"*[19], para considerar a importância da produção escrita enquanto elemento de criação e difusão dos traços que, a partir de então, assumem a alcunha de nacionais.

E, no âmbito dessa produção, os escritos de Abreu e Lima e Macedo, tomados como subsídios principais para essa pesquisa, remetem a duas temporalidades distintas, sugerindo também diferentes vinculações com a periodização da Monarquia brasileira, o que me proporcionou orientar minhas análises pelas seguintes indagações: Como tais escritos expressaram o diálogo desses dois letrados com as identidades e grupos políticos que atuaram, respectivamente, nas épocas em que o que era produzido por um e outro autor

[19] Mais uma vez, enfatizo a importância, para o presente estudo, das considerações feitas pelos historiadores Eric J. Hobsbawm e Benedict Anderson sobre as origens e características do nacionalismo. Do último, inclusive, retirei a expressão "comunidade imaginada", por meio da qual ele procura definir a nação. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. *Op. cit*.; HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidades. Op. cit*.

apareceram de forma mais freqüente, revelando, cada qual em um determinado momento, a existência de distintas formas de abordar questões relevantes para os setores dominantes em meio a sua ação de organizar o Estado e formar a nação? De que forma a inserção dos escritos de Abreu e Lima e de Macedo em momentos distintos do processo ao qual a referida ação estava vinculada, prevalecendo, no caso do primeiro, a etapa em que o Estado nacional estava sendo construído e vigorando, com relação ao segundo, a situação na qual tal Estado já se apresentava consolidado, revelam uma variação no discurso das elites, acomodando-se o mesmo às diferentes realidades de uma ou outra época? A origem provincial, um pernambucano e outro fluminense, ou seja, um autor formado em uma província com tradição de resistência ao governo central e outro vinculado à capital do império, teria tido influência na produção de cada um deles?

Sendo assim, ressalto que a referida escolha dos escritos de José Ignácio de Abreu e Lima e de Joaquim Manuel de Macedo representa a necessidade de fazer um recorte dada a imensidão do objeto, sendo a opção por esses dois autores baseada na percepção de que eles, na condição de membros da elite letrada, envolveram-se com as questões de vulto relativas à organização do regime monárquico e ao ordenamento da sociedade imperial, manifestando suas opiniões por meio de variada e numerosa produção escrita (manuais didáticos e artigos nos periódicos oitocentistas).

Além disso, esse envolvimento tanto do pernambucano Abreu e Lima quanto do fluminense Macedo parece, penso eu, bastante revelador de como fazer da nação o triunfo de um projeto específico não significava, naquele contexto de construção do Estado nacional, apenas a imposição de uma derrota aos demais interesses presentes no território; implicava, acima de tudo, uma difícil missão de convencimento e uniformização, forjando um processo excludente por meio da impressão de uma atitude inclusiva, ou seja, transformando interesses de extração claramente pontuais em projetos nacionais[20]. Nesse sentido, a nação tornou-se o verdadeiro discurso dos setores dominantes.

Ademais, parece-me relevante o fato de que os referidos escritos estejam associados ao momento de fundação da sociedade e do Estado, no Brasil, durante boa parte da vigência do regime monárquico, um momento decisivo para configurar

[20] Tais considerações são amplamente trabalhadas no estudo de Ilmar R. Mattos. Cf. MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. 2.ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

uma nova realidade, com cidadãos de diferentes categorias, permitindo conceber o nacionalismo como resultado do processo de construção de uma identidade, marcado pelo controle elitista, através de mecanismos difusores, como os manuais didáticos de história do Brasil e a imprensa periódica, sobre o cotidiano do Império, a "sociedade dos três mundos"[21], mas que não se expressa em uma ação vertical e única, visto que se constitui a partir de um complexo jogo de relações e, sobretudo, de redefinições, no exaustivo e contraditório diálogo entre uma forma específica de espaço público em formação e o privado em limitação.

Ainda, dada a relevância, até aqui apontada, de Abreu e Lima e de Macedo no conjunto da produção escrita no Brasil oitocentista, pela freqüência com que ambos publicavam artigos em periódicos e pela confecção de dois dos manuais didáticos destinados ao estudo da história pátria mais importantes à época, não se deve desprezar as relações desses autores com as tendências românticas que vigoravam no século XIX.

Isso porque, como algo marcante, não apenas no Brasil, mas também em outros países da América Latina e na Europa e expressão do diálogo mencionado anteriormente, destacou-se uma intensa relação entre o movimento romântico e a produção escrita, por exemplo, por meio da elaboração de histórias ditas nacionais, o que indica, conforme sugestão do historiador argentino Jorge Myers[22], uma irrupção de consciência histórica no romantismo como resposta aos dilemas da modernidade, estando entre eles o equacionamento entre público e privado.

E, mais significativo, se considerarmos, assim como propõe esse historiador ao tratar das especificidades do caso latino-americano, diferenciando-o do seu congênere europeu, que a geração romântica apresentou-se como aquela disposta a se debruçar sobre o problema da legitimidade dos Estados Nacionais.

Dessa forma, a avaliação a respeito de certos aspectos da contribuição dos escritores oitocentistas, muitos deles românticos, e de algumas das novas perspectivas inauguradas pelo movimento cultural ao qual eles estavam associados, abre a possibilidade para averiguar a influência deste sobre a constituição de um – ou mais – projeto(s) de nação no Brasil durante o século XIX.

Observa-se, então, através da atuação dos letrados, em geral, e de Abreu e

---

[21] Ibidem.

[22] MYERS, Jorge. *"Hacia la completa palingenesia y civilización de las naciones americanas": literatura romántica y proyecto social, 1830 – 1870*. In: PIZARRO, Ana (org.) *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. Vol. 02. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994.

Lima e Macedo, em particular, o surgimento de um discurso pretensamente nacional, por vezes envolvido com a criação e o funcionamento de espaços institucionais, pois, como afirma o historiador Jorge Myers, naquele contexto de formação dos Estados latino-americanos,

> *la importancia de la institución cultural como lugar de enunciación del discurso derivaba del hecho de que la escritura se producía en un medio en el cual el público lector era muy exiguo, donde por ende no existía una opinión pública desarrollada y donde los cánones del gusto literario poseían una legitimidad muy frágil. El ámbito institucional servía entonces por una parte como territorio dentro del cual el discurso podía generar su propia legitimidad frente al conjunto de la sociedad, y donde, por otra parte se inventaba un público, y se apuntaba a la formación de una sociabilidad literaria.*[23]

Percebe-se, dessa forma, o quão significativa não foi a definição desses espaços institucionais para a referida constituição da nacionalidade brasileira. Como locais de ação da elite intelectual, tais espaços eram, conforme tentei sugerir até aqui, poderosos instrumentos para a difusão dos princípios elitistas e, conseqüentemente, por meio deles, para a promoção de certa ordem na sociedade imperial.

Sendo assim, partindo dessas considerações, procurei selecionar, na produção historiográfica e em periódicos do período oitocentista, manifestações da ação dos setores dominantes, especialmente da elite intelectual, no sentido de formar a nação, levando em conta, é claro, os seus interesses e conflitos, já que, a meu ver, os manuais didáticos de história do Brasil e a imprensa são exemplos de espaços institucionais, ou seja, podem ser considerados formas de ordenamento e de articulação das relações entre os diferentes elementos constituintes da realidade brasileira.

Nesses espaços, que tenho procurado classificar como institucionais, pude, já em uma primeira avaliação das fontes, observar a produção dos debates mencionados no início dessa introdução, especialmente, como apontarei nos próximos capítulos, em se tratando da imprensa. Afinal, os periódicos, e mesmo os manuais didáticos – é claro, adequados ao perfil específico de seu público, a juventude em idade escolar – receberam contribuições as mais diversas de

---

[23] Ibidem, pp. 228 – 229.

indivíduos debruçados, de maneira isolada ou sob a influência de um grupo e/ou uma instituição, sobre a questão da nacionalidade e da nação.

E mais. A perspectiva de estudar o processo de construção do Estado e da nação, no Brasil, durante o século XIX, a partir de análises dos diferentes discursos vinculados a esses dois meios de expressão associados à produção escrita oitocentista fortaleceu-se em mim na medida em que tive contato com estudos bastante significativos, tais como os de Marco Morel e Mariana M. Barros, Bernardo Ricupero e Manoel Luís Salgado Guimarães[24], pois, cada um a seu modo, procurou demonstrar a importância dos mesmos na elaboração da identidade nacional na época em que se organizavam as estruturas do Estado brasileiro acompanhadas da instalação do regime monárquico.

Isso porque tais estudos procuraram dialogar com a produção escrita que marcou os oitocentos no Brasil, salientando, justamente, a importância da mesma no sentido de articular a elaboração de uma identidade para a nova nação que se buscava estruturar concomitantemente à organização do Estado.

De certa forma, então, esses estudiosos orientaram suas análises com vistas a realçar a interação da elite letrada brasileira com a referida produção, tomando essa interação como exemplo dos esforços desse grupo no que tangia às demandas de promoção da ordem imperial, devido, por um lado, às necessidades colocadas após a emancipação política diante de Portugal e, por outro, à tentativa de assegurar o triunfo de um arranjo político-institucional afeito aos seus interesses.

E, através desse realce, esses estudos foram capazes de identificar, a meu ver, aquilo que Antonio Candido aponta como um dos traços marcantes da configuração do romantismo brasileiro, sendo ele a noção de atividade intelectual não mais apenas como prova de valor do brasileiro e esclarecimento mental do país, mas tarefa patriótica na construção nacional[25].

Em outras palavras, mesmo que Morel e Barros, Ricupero e Guimarães abordem diferentes meios de expressão ligados à produção escrita oitocentista, o fato de lidar com um dentre diversos meios possíveis no conjunto dessa produção, valida a possibilidade de relacionar os estudos por ele desenvolvidos à perspectiva apresentada por Candido em suas avaliações a respeito do movimento romântico,

---

[24] Os três estudos são os de Marco Morel e Mariana M. Barros (2003), de Bernardo Ricupero (2004) e de Manoel Luís Salgado Guimarães (1988).

[25] CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2º volume (1836 – 1880). 3ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

pois, como indiquei páginas atrás, não é pertinente desconsiderar os vínculos entre aquela produção e esse movimento.

Sendo assim, penso que, nos limites das especificidades que cada um deles estabeleceu para suas análises, esses estudiosos buscaram fornecer subsídios para a compreensão do que venho sustentando, ou seja, da viabilidade de encarar a produção escrita enquanto elemento intimamente vinculado à definição e ao funcionamento dos espaços institucionais ligados à Monarquia brasileira.

Algo, por exemplo, que se pode notar na própria justificativa apresentada por Marco Morel e Mariana M. Barros para o estudo que desenvolvem acerca da imprensa no Brasil durante o século XIX, já que eles baseiam essa justificativa no significado que tem aquela em virtude da sua interação com a sociedade, pois, de acordo com eles, longe de ser um mero reflexo do corpo social, ficando restrita unicamente à reprodução dos processos sociais, ela tem a atuação direta na organização, ocorrência e desenvolvimento de tais processos.

Ao priorizar uma abordagem cultural acerca da imprensa, Morel e Barros procuram refutar as afirmações que a rebaixavam em benefício de aspectos meramente sócio-econômicos e, dessa maneira, orientam sua análise no sentido de tratá-la como fonte de discursos presentes ao longo do tempo. Destarte, concluem os dois autores que no século XIX,

> *a imprensa (...) influenciava e era influenciada por vozes, falas e gestos não-escritos, em via de mão-dupla, numa complexa teia de circulação, recepção e retransmissão de conteúdos que ultrapassavam o espaço impresso.*[26]

Outro exemplo é fornecido por Bernardo Ricupero, pois esse cientista político problematiza seu estudo em torno da identificação do pensamento romântico como elemento de construção da identidade nacional, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, igualmente no século XIX, revelando a importância de compreender "o *quando* ou *como* os românticos estabeleceram a identidade nacional brasileira, (bem como) *que* idéia de nação teriam eles condições pensar para o Brasil"[27]. (Grifos do autor).

Por fim, no que concerne aos estudiosos citados, também Manoel Luís Salgado Guimarães voltou suas análises para o tema da produção escrita no Brasil

---

[26] MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Op. cit.* p. 103.
[27] RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870). Op. cit.* p. XX.

oitocentista, direcionando-se, especificamente, no sentido de averiguar a relevância, naquele conjunto, da elaboração de um discurso historiográfico, o que lhe fez salientar o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, no âmbito da referida elaboração.

E, a partir das referências às iniciativas de tal instituto, Guimarães destaca que a abordagem da história, e sua concepção de escrita, no bojo da tradição iluminista (de linearidade e como explicação "definitiva") representou, no Brasil, a atribuição de um caráter legitimador, oficial, ao conhecimento específico (saber histórico), fazendo dele o porta-voz, reconhecido com honrarias, das orientações de natureza política.

Assim, de acordo ainda com esse historiador, o IHGB, controlado pela elite imperial, era um mecanismo que reforçava, no âmbito da produção cultural e científica, o mesmo domínio elitista marcante na organização do Estado brasileiro. Para ele, enquanto esta personificava a forma (Monarquia) pela qual se amalgamavam as diferenças locais (regionais) aquele lhe fornecia o conteúdo.

Desse modo, considero os estudos citados relevantes no sentido de contribuir para a reflexão acerca do papel da produção escrita no conjunto de esforços voltados à organização do Estado no Brasil ao longo do século XIX, visto que todos eles, particularizando, é claro, suas questões em torno da imprensa, da literatura e da historiografia, respectivamente, auxiliam, a meu ver, para a compreensão da referida produção enquanto espaço institucional ligado à Monarquia que deu forma àquele Estado e exemplificam, em outros termos, aquilo que o crítico literário Antonio Candido observou quanto à atividade literária que se desenvolveu no país, pois, segundo ele, naquele século,

> *Com efeito, a literatura foi considerada a parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação. Manteve-se durante todo o romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso. Construir uma "literatura nacional" é afã, quase divisa (...).*[28]

Ato de construção que marcou, portanto, a literatura e a produção escrita em geral, ligando-as a outra inciativa de construir, no caso, aquela voltada para a

[28] CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2º volume (1836 – 1880). *Op. cit.* p. 10.

edificação do Estado nacional e fazendo das obras literárias, da imprensa e dos manuais didáticos de história do Brasil elementos estratégicos para o encaminhamento de tal iniciativa, o que realçava a relação desses elementos com as noções de patriotismo fortemente presentes entre os que se envolviam na confecção dos escritos que circularam intensamente ao longo dos oitocentos no Brasil.

Daí a condição desses elementos enquanto formas específicas de espaço público em que a tal ação patriótica das elites brasileiras desenvolvia-se concomitantemente às demandas quanto à definição da pátria, da nação e do Estado.

Entretanto – e talvez, em função disso, o interesse pelo estudo tenha aumentado –, com relação às proposições de Bernardo Ricupero e Manoel Luís Salgado Guimarães, notei uma preocupação que, conforme entendo, pode ser redimensionada: a busca por identificar, respectivamente, a produção na imprensa periódica, especialmente aquela associada à atividade literária (romântica), e a historiográfica a um suposto projeto centralista da elite imperial, o que implicaria a anulação dos grupos provinciais e sua exclusão dos tais debates tão freqüentes sobre a nação.

Na avaliação de Guimarães, por exemplo, ao tratar da elaboração de uma história pátria por meio das iniciativas dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,

> *o fato de que é a partir do IHGB no Rio de Janeiro que a leitura (das) histórias regionais será empreendida, reunindo, assim, na capital da monarquia todos os conhecimentos relativos às províncias, é expressão evidente da existência, no interior da instituição, de um projeto intelectual claramente centralista. Projeto esse bem-articulado a um conjunto de interesses e questões de natureza política, econômica e social, que explicam o porquê de certas tematizações de uma historiografia nacional em elaboração, visando a uma soma de conhecimentos, e por que não a produção de um saber sobre o "Brasil' capaz de viabilizar uma determinada ordem.*[29]

Já Ricupero considera, a partir das análises de importantes revistas literárias do período, mais especificamente de uma delas, que

> *como continuação da ação da Corte portuguesa, o projeto de*

[29] GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". *Estudos Históricos*, n.º 1, 1988. p. 24.

> *direção saquarema, com a qual a revista Guanabara se identifica, pretende forjar, a partir do Rio de Janeiro, uma literatura que unifique as diferentes experiências e sensibilidades daqueles que tinham sido no passado colonos lusitanos espalhados pela América.*[30]. (Grifo do autor).

Apoiando-se em estudos relacionados à tese de que havia no Brasil um regime altamente centralizado em torno da Corte do Rio de Janeiro, os dois autores procuram demonstrar como a historiografia e a imprensa periódica foram úteis à promoção de uma nacionalidade engendrada ali, na capital do Império, e difundida – e, em certa medida, aceita – por todo o restante do país.

Contudo, se considerarmos estudos mais recentes, que apontam para um certo triunfo do modelo federativo na organização do Estado nacional brasileiro, como explicar a suposta ausência dos grupos provinciais na articulação da idéia de nação, sendo que os mesmos foram decisivos para a definição do aparelho estatal com base na ativa participação das elites das províncias?

Exemplo disso, pode ser observado nas sugestões da historiadora Miriam Dolhnikoff, em estudo já citado nessa introdução, segundo as quais a adoção de uma série de medidas, tais como o Código de Processo Criminal (1832) e o Ato Adicional (1834) – surgidas no sentido de promover mudanças na estrutura política de modo a adequá-la às novas condições inauguradas pela Regência (1831 – 1840) após a abdicação de D. Pedro I, em 1831 –, proporcionou, com a autonomia dada às províncias, a formulação de um arranjo de tipo federativo no país[31].

Conforme aponta essa historiadora, mesmo a execução de reformas nessas medidas, ao final da Regência e no início do Segundo Reinado – como é possível observar com a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840) e a Reforma do Código de Processo Criminal (1841) – não anulou a autonomia provincial e, por conseguinte, não alterou o pacto de tipo federalista associado a uma Monarquia constitucional proposto pelo projeto nacional – segundo ela, vitorioso – dos liberais da Regência.

Portanto, pode-se considerar que, assim, como a Câmara dos Deputados e as Assembléias Provinciais, segundo Dolhnikoff, tornaram-se os espaços de negociação entre os grupos provinciais e o governo central, também a imprensa e a

---

[30] RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870). Op. cit*. p. 100.
[31] Cf. DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. *Op. cit*.

produção historiográfica indicaram certa institucionalização dos conflitos, não de modo a anulá-los, mas de forma a garantir a sua reclusão aos setores dominantes que, ainda de acordo com tal historiadora, transformavam-se, assim, em elite política e *nacional*.

Percepção essa que pode ser corroborada pela avaliação do já citado historiador argentino Jorge Myers, quando este, ao estabelecer certas relações entre o romantismo e o processo de modernização capitalista ocorrido nos países da América Latina no século XIX, afirma que

> *(...) el discurso romántico de alguna manera colaboró en ese proceso, domesticando a la otredad mediante su incorporación al discurso de las clases dominantes. Esto no quiere decir que no haya habido escritores y obras firmemente comprometidos con los sectores sociales a los cuales intentaban retratar, ni tampoco que idénticas condiciones de pertenencia de clase debiesen igualar en sus posiciones ideológicas a todos los escritores románticos. (...) no son comunes, ni siquiera remotamente, los proyectos sociales de Varnhagen y de Abreu e Lima (por exemplo).*[32] . (Grifos meus).

Exemplos disso não faltam nas obras e escritores do Brasil imperial e mesmo aqueles estudiosos que procuram afirmar o triunfo de um Estado nacional apoiado no projeto centralista, em torno da Corte do Rio de Janeiro, oferecem indicações bastante claras do contrário, como é possível notar nas seguintes passagens extraídas dos estudos feitos, respectivamente, por Bernardo Ricupero e Manoel Luís Salgado Guimarães:

> *Na própria Guanabara, porém, aparecem vozes que podem ser consideradas dissonantes em relação aos seus objetivos originais. O deputado liberal Joaquim Manoel de Macedo, por exemplo, num artigo intitulado "Costumes campestres do Brasil", afirma que "uma nação não tem nada em si de mais cambiante e de menos nacional do que a sua capital".*[33]*.* (Grifo do autor).

> *Finalmente, são os temas que se ocupam do que genericamente denominamos de história regional que ganham também espaço na Revista (do IHGB).*[34]

---

[32] MYERS, Jorge. *"Hacia la completa palingenesia y civilización de las naciones americanas": literatura romántica y proyecto social, 1830 – 1870*. *Op. cit*. pp. 249 – 250.
[33] RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870). Op. cit.* p. 100.
[34] GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos:* "O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". *Op. cit*. p. 23.

E, já que, em páginas anteriores, procurei enfatizar a colaboração do romantismo para a produção de símbolos nacionais, influenciando mais de uma geração de artistas e intelectuais brasileiros no decorrer do século XIX, acho interessante, a título de exemplificação do que propus até aqui, citar uma passagem de um dos mais ilustres membros da elite letrada do Império e ícone do movimento romântico no Brasil, José de Alencar, extraída do prólogo da primeira edição de *Iracema*, obra publicada pelo autor em 1865. Diz Alencar:

> *O livro é cearense. Foi imaginado aí, na limpidez desse céu de cristalino azul, e depois vazado no coração cheio de recordações vivaces de uma imaginação virgem.*
> *(...) Para lá, pois, que é o berço seu, o envio.*
> *Mas assim mandado por um filho ausente, para muitos estranho, esquecido talvez dos poucos amigos, e só lembrado pela incessante desafeição, qual sorte será a do livro?*
> *Que lhe falte hospitalidade, não há temer (...) Receio, sim, que o livro seja recebido como estrangeiro e hóspede na terra dos meus.*[35]. (Grifos meus).

Vê-se, então, nas palavras desse escritor uma apreciação sobre os efeitos – a seu ver negativos, é claro – da longa ausência da sua terra natal, o que, conforme indica Vagner Camilo[36], representa um lamento do autor diante do "esquecimento" da província do Ceará em relação a esse seu filho distante no momento em que ele, sem sucesso, tentava reeleger-se deputado pela mesma em 1863.

E embora esse crítico literário avalie que, nesse contexto, a publicação de *Iracema* exprime o esforço do escritor cearense em promover sua província de origem, já que "ao fazer coincidir o mito fundador da província natal com o da nação, Alencar parece contribuir para (...) a política de centralização do Império"[37], talvez seja mais interessante perceber justamente nesse fragmento uma comprovação do peso dos grupos provinciais na composição da elite política e na organização do Estado nacional.

Assim, é válido encarar essa passagem da biografia de tal escritor e toda a situação relacionada à publicação de *Iracema* e à derrota nas eleições para a Câmara dos Deputados como fatos ilustrativos desse sistema de articulação entre as partes e o centro do Império brasileiro, vendo a obra não somente como uma

---

[35] ALENCAR, José de. *Iracema: lenda do Ceará*. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 10
[36] Cf. CAMILO, Vagner. "Mito e história em Iracema: a recepção crítica mais recente". *Novos Estudos Cebrap*, n.º 78, julho/2007. pp. 1 – 14.
[37] Ibidem. p. 10.

mera exaltação da paisagem local – do Ceará –, mas também como um reconhecimento do político-escritor à importância do eleitorado provincial.

Portanto, sob essa perspectiva, segundo a qual não é possível desprezar a relevante contribuição das forças locais (provinciais) na organização do Estado e na formação da nação, pretendo nas páginas e capítulos que seguem demonstrar como, por meio da produção escrita oitocentista, engendraram-se no país alguns dos mais profícuos emblemas nacionais sob a influência da atuação dos grupos dominantes, especialmente na figura dos letrados, como Macedo e Abreu e Lima – além de Alencar, mencionado linhas acima –, através da produção de uma série de escritos relacionados ao tema da nacionalidade, visto este como eixo para a afirmação de uma identidade em um ambiente repleto de diversidade e conflito.

E sem esquecer de sua importância como expressões da capacidade de ação dos setores elitistas no sentido de *imaginar* a nação de acordo com os seus interesses e objetivos, os manuais didáticos e os periódicos selecionados para esse estudo serão também avaliados mediante a tentativa de relacioná-los ao aparecimento de divergências e debates, respectivamente nos momentos em que cada autor teve atuação mais destacada no conjunto da produção escrita, a partir de posições distintas e, até mesmo, antagônicas dos membros de tais setores.

Com esse intuito, como indicado nessa introdução, detalharei, já na abertura do próximo capítulo, alguns elementos da atuação dos autores a servir de objeto dessa pesquisa, para demonstrar que a escolha dos mesmos orientou-se pela intenção de valorizar o potencial de conflito e diversidade que seus escritos poderiam representar. Enfim, passo a tratar deles.

1. DEBATE ENTRE LETRADOS: EM BUSCA DO PÚBLICO.

1.1. Um certo perfil do letrado oitocentista?

Nascido em Pernambuco a 06 de abril de 1796, José Ignácio de Abreu e Lima percorreu uma trajetória bastante curiosa, estando constantemente envolvido – muitas vezes por vontade própria, outras, nem tanto – em disputas as mais variadas; algo, inclusive, que, pode-se dizer, já era um traço de família, pois era este pernambucano filho do padre José Ignácio Ribeiro de Abreu Lima, também conhecido como padre Roma, indivíduo participante da insurreição ocorrida naquela província no ano de 1817 e que acabou preso e executado diante do próprio filho.

Depois de fugir da prisão em que se encontrava por ter sido acusado de "crime de assuada, resistência e ferimentos" momentos antes da eclosão do levante de 1817, Abreu e Lima "ofereceu sua espada à causa da independência da Colômbia e da Venezuela", ficando sob o comando do general J. A. Paez e tendo contato direto com Simón Bolívar. Após a morte deste, em 1830, viajou para os Estados Unidos e, em seguida, para a Europa, "onde esteve com o imperador (D. Pedro I) e afeiçoou-se a ele"[38].

De volta ao Brasil no momento em que se iniciava o período da Regência (1831 – 1840), o general – título que lhe fora dado pelos governos da Colômbia e da Venezuela e, mais importante, reconhecido pelo governo regencial brasileiro em 28 de outubro de 1832 –, principia seu envolvimento, bastante intenso e controverso por sinal, com as questões políticas do país, através, por exemplo, de certa aproximação com o grupo dos restauradores.

Aliás, sobre esse envolvimento de Abreu e Lima com os restauradores, a historiadora Selma Rinaldi de Mattos afirma que "a defesa de Dom Pedro I nas páginas do (seu) jornal (*A Torre de Babel*) contribuiria para ampliar a identificação que os opositores de Abreu e Lima dele faziam com os caramurus (...) e o redator da Torre de Babel não se esquivaria da acusação (...)"[39].

---

[38] As três citações, que se encontram entre aspas, presentes nesse parágrafo, foram retiradas de Sacramento Blake, respectivamente, das páginas 455 (as duas primeiras) e 456. Aliás, foi à obra desse autor que recorri para boa parte das informações sobre a vida de Abreu e Lima. Cf. BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro.* Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1883.

[39] MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros: o Compêndio de História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro da do Império do Brasil*. 2007. 247f. Tese (Doutorado em História

Defesa essa que ele fazia, principalmente, por meio de sua constante atuação na imprensa, setor no qual obteve certo destaque devido à redação de diversos periódicos ao longo das décadas de 1830 e 1840, como *A Torre de Babel* (Rio de Janeiro, 1833) e *O Raio de Júpiter* (Niterói, 1836), além da colaboração em *O Mensageiro Niteroiense* (Niterói, 1835 – 1836)[40].

Assim, vê-se em Abreu e Lima claramente um dos mais bem acabados exemplos daqueles indivíduos que alcançaram proeminência na produção escrita oitocentista no Brasil, fazendo da mesma um mecanismo para a difusão dos seus projetos e afirmação de suas posições, pois, além da intensa produção na imprensa periódica, também foi ele quem redigiu o *Compêndio da História do Brasil*, publicado no ano de 1843 e, como detalharei no próximo capítulo, de grande importância na organização dos estudos de história pátria no ensino secundário[41].

Nesse sentido, retomando a perspectiva, apresentada na introdução, de que é necessário avaliar a ação dos membros da elite letrada oitocentista não apenas por meio da consideração dos mesmos enquanto autores de obras intelectuais, mas também enquanto ativistas políticos, conforme indica Angela Alonso, em estudo já citado, destaco a atuação de Abreu e Lima como um exemplo significativo desse tipo de dupla condição dos letrados, ainda mais, se lembrarmos, para finalizar, por ora, as referências à vida desse escritor, seu envolvimento em um dos episódios mais relevantes da história da Monarquia brasileira: a Revolução Praieira (1848), em Pernambuco.

Aliás, no que concerne ao referido envolvimento com essa revolução, é válido destacar que, retornando a sua província natal em 1844, depois de ter participado de grandes polêmicas na capital do Império, especialmente a que se relacionou à apreciação de seu compêndio, acima mencionado, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – tema que retomarei com maiores detalhes ao longo do próximo capítulo – José Ignácio de Abreu e Lima assumiu, ao lado de seu irmão Luiz

---

Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 58.

[40] Mais uma vez, é válido mencionar o trabalho desenvolvido por Selma Rinaldi de Mattos, sendo que essa historiadora em sua tese de doutorado, além da referência a fatos importantes da vida de Abreu e Lima, elaborou a lista por mim mencionada dos periódicos redigidos pelo letrado pernambucano, além de citar outras obras produzidas por ele. Cf. ibidem.

[41] Embora pretenda abordar a relação do manual didático escrito por Abreu e Lima no início da década de 1840 com o sistema educacional e de instrução do Império brasileiro no capítulo a seguir, adianto que foi este manual o adotado para as aulas de história do Brasil no Colégio de Pedro II, criado em 1837 no Rio de Janeiro, dos anos 1840 ao início da década de 1860. Sobre esse assunto, ver ibidem.

Roma, a direção do *Diário Novo*, órgão da imprensa periódica de Pernambuco que estava vinculado aos interesses e às ações do Partido da Praia. E, no momento em que esse partido passou para a oposição e mobilizou-se no sentido de promover a luta armada contra a nova administração conservadora que comandava a província, Abreu e Lima atuou também na redação de *A Barca de São Pedro* (maio/outubro de 1848), veiculando, em ambos os periódicos, críticas aos conservadores pernambucanos e divulgando o movimento armado[42].

Há que se salientar a curiosa trajetória política de Abreu e Lima, rebelde em 1817, uma revolta republicana que combatia a dinastia de Bragança na busca pela independência, restaurador na Regência e, portanto, inimigo dos liberais que tomaram o poder em 1831, alinhou-se aos praieiros, vinculando-se ao movimento armado dos liberais pernambucanos.

Em que pese, contudo, este interregno restaurador, talvez motivado pela amizade com D. Pedro, Abreu e Lima participou de dois dos três movimentos radicais que marcaram a história de Pernambuco na primeira metade do século XIX (quando ocorreu a Confederação do Equador em 1824 ele não se encontrava no Brasil). Sendo inimigo dos liberais de 31, também o foi das reformas que estes implementaram, de caráter federativo, bandeira que marcara as reivindicações dos movimentos pernambucanos até então. Neste sentido, Abreu e Lima não pertence ao grupo pernambucano que tem na figura de Frei Caneca seu mais expressivo líder. Sua trajetória parece ter sido marcada por opções individuais que o afastaram de qualquer filiação a grupos políticos no longo prazo, fazendo-o apenas em momentos específicos, e aí ora se articulou a caramurus, ora se articulou aos liberais praieiros.

Outro desses indivíduos proeminentes no que se refere aos escritos oitocentistas foi Joaquim Manuel de Macedo que, mesmo com a formação em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, teve papel relevante, de fato, no âmbito da produção artística, sendo considerado um dos mais importantes romancistas brasileiros do século XIX.

Nascido em Itaboraí, no Rio de Janeiro, em 24 de junho de 1820, Macedo foi uma das principais figuras do romantismo no país e já em discurso proferido à

---

[42] A respeito desses vínculos de Abreu e Lima com o movimento praieiro e de sua atuação na imprensa periódica em Pernambuco, ver ANDRADE, Izabel Marson. *Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Ed. Moderna, 1980; NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco: 1821 – 1954*. Vol. 04. Recife: UFPE, 1969.

ocasião de tomar o grau de doutor em medicina[43], é possível perceber sua inclinação à palavra, rebuscada e plena de sentimentalismo como é típico dos escritores românticos, tal qual no trecho que segue:

> *E agora permita V.M.I., que nos rendamos os mais ferventes agradecimentos a V.M. pela graça, que se dignou fazer-nos, honrando com sua augusta presença o ato de nosso doutoramento. Senhor, o monarca de uma nação livre, que ama e protege as letras, é o representante das belas idéias do século, e, ainda mais, era a necessidade palpitante de nosso país. Oh! Não será infrutífero o sagrado esforço, com que V.M.I trabalha por espancar de todo as trevas, e fazer céu alvo e sereno brilhar para o Brasil o sol da civilização em seu mais vivo esplendor (...).*[44]

Contudo, além do seu papel e significado no campo da literatura, inúmeras vezes apontado por estudiosos e críticos – da época do Império até os dias atuais –, é válido também assinalar que Joaquim Manuel de Macedo exerceu algumas funções políticas, como a de deputado provincial em várias legislaturas e deputado geral nas legislaturas de 1864 a 1868 e de 1878 a 1881, estando ligado ao partido Liberal, e estabeleceu importantes vínculos com algumas relevantes instituições da Monarquia, já que, por exemplo, foi membro do Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte, membro e orador do IHGB e professor de corografia e história do Brasil do Colégio de Pedro II[45].

Assim, vê-se que o Dr. Macedinho, apelido derivado do convívio com a última instituição citada, encaixa-se bem no perfil do intelectual brasileiro do século XIX, um indivíduo que sofre os efeitos da exigüidade de público e a quem o vínculo institucional parecia freqüentemente uma alternativa interessante a essa situação na qual "(...) mal havia quórum, em qualquer segmento da sociedade brasileira, para dar autonomia à produção literária"[46].

Indivíduos que mesmo sofrendo com tal exigüidade não deixam de escrever,

---

[43] Cf. MACEDO, Joaquim Manuel de. "Discurso Que na Augusta Presença de S.M. Imperial, na Ocasião de Tomar o Grau de Doutor em Medicina, Recitou em Nome de Todos os Doutorandos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no dia 20 de dezembro de 1844". Rio de Janeiro: Tip. Imparcial de F. de Paula Brito, 1844.

[44] Ibidem, pp. 07 – 08.

[45] Também para os dados biográficos de Joaquim Manuel de Macedo recorri às informações de Sacramento Blake. Cf. BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro. Op. cit.*, além de obter algumas interessantes referências presentes na obra de Tânia Serra. Cf. SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

[46] GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. *Op. cit*. p. 81.

e muito, como se pode notar da intensa produção macediana, seja por meio da colaboração em publicações periódicas, tais quais o *Jornal do Comércio* e *A Nação: órgão do Partido Liberal* (1852 – 1854), ambas do Rio de Janeiro, ou com suas *Lições de História de Brasil*, apresentadas ao público em dois volumes, respectivamente, nos anos de 1861 e 1863[47].

Dadas essas observações, ressalte-se que Abreu e Lima e Macedo expressam a condição do intelectual brasileiro, que, no século XIX, sob os auspícios do Romantismo, estava envolto pelo desejo de desvendar, identificar, ou, como sugeri também na introdução, *inventar* uma comunidade (nacional) que, por meio de um forte processo identitário, suprisse as demandas geradas pela independência em relação a Portugal.

Dessa forma, são os dois importantes figuras para a compreensão desse cenário, pois tiveram uma produção bastante intensa no âmbito dos escritos oitocentistas, ficando ela mais interessante ainda quando se salienta o fato de que eles atuaram em dois meios de expressão – os manuais didáticos e a imprensa periódica – que se relacionam ao esforço dos intelectuais em afirmar uma nacionalidade brasileira, tentando atingir, de formas diversas, públicos distintos.

Ademais, Abreu e Lima e Macedo também assumem importância no âmbito das análises acerca das dinâmicas que marcaram a política imperial na medida em que, conforme indicado na introdução, a atuação de ambos no conjunto da produção escrita brasileira naquele período caracterizou-se pelo constante envolvimento com as disputas políticas existentes no país, recorrendo tanto o escritor pernambucano quanto o fluminense aos meios de expressão anteriormente mencionados para confrontar seus adversários, nas décadas de 1830 e 1840 e de 1850 e 1860, respectivamente. Situação que, a meu ver, contribui para ilustrar o funcionamento da Monarquia constitucional e representativa que foi se definindo após a emancipação política do Brasil diante do domínio português.

O que conduziu, justamente, a escolha das fontes desta pesquisa para alguém (Abreu e Lima) de Pernambuco – região que foi, desde a época da presença

---

[47] As publicações periódicas citadas enquanto órgãos que contaram com a colaboração de Joaquim Manuel de Macedo são indicações feitas por Sacramento Blake. Cf. BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro. Op. cit*. Além disso, também, como no caso de Abreu e Lima, sendo assunto do próximo capítulo de maneira mais detalhada, apenas adianto aqui que as *Lições de História do Brasil* do escritor de Itaboraí foram igualmente adotadas no Colégio de Pedro II, a partir das suas mencionadas datas de publicação, substituindo o manual didático daquele letrado pernambucano.

da família real portuguesa na colônia americana, palco de movimentos bastante contundentes de crítica ao governo central – e um indivíduo (Macedo) natural da província do Rio de Janeiro – local onde estava a capital do país e, portanto, que se distinguia como centro das decisões políticas do mesmo.

Dado curioso, talvez, nesse sentido, refere-se ao fato de que a existência de polêmicas envolvendo os setores dominantes, especialmente os membros da elite letrada do país, era muito comum ao longo do século XIX, pois, como afirma Ubiratan Machado, tais polêmicas foram

> *(...) uma herança recebida das gerações que lutaram pela independência. Os românticos apenas a exploraram com mais intensidade, estendendo ao terreno literário o que antes era restrito aos costumes políticos.*[48]

Então, não é adequado supor que esse esforço de definição da nacionalidade tenha ocorrido de modo harmônico, expressando supostamente a uniformidade de interesses dos indivíduos e grupos que, no século XIX, compunham os quadros da elite brasileira.

Observa-se, nesse contexto, que além da condição privilegiada no conjunto mais geral da sociedade, permitindo-lhes certa aproximação entre si devido ao distanciamento e diferenciação em relação aos outros segmentos sociais, havia entre os setores dominantes no Brasil elementos de dispersão e divergência, também herdados do período colonial.

Conforme avaliam István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta, a ruptura política representada pela independência, em 1822, gerou a necessidade de um rearranjo nas definições de pátria, nação e país, mas, ao mesmo tempo, deixou evidente a presença de diferentes projetos para a nova configuração política do Brasil, como resultado da existência de múltiplas identidades coletivas. Assim, segundo os autores,

> *(...) a instauração do Estado brasileiro se dá em meio à coexistência, no interior do que fora anteriormente a América portuguesa, de múltiplas identidades políticas, cada qual expressando trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizam novas alternativas de seu futuro.*[49]

---

[48] MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 240.

[49] JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira).* In: MOTTA, Carlos G. (org.) *Viagem Incompleta: a*

E foram justamente “as novas alternativas de futuro” inauguradas pela independência que timbraram a ação dos grupos dirigentes, tanto no que dizia respeito a sua atuação cultural, vinculada, tal como já sugerido, à definição da nacionalidade, quanto à política, através dos esforços de constituição do Estado nacional.

A produção de debates e, conseqüentemente, o aparecimento de polêmicas caracterizaram, portanto, todo esse cenário, descrito anteriormente, de transformações a partir das quais o Brasil deixava de ser a América portuguesa para afirmar aquele substantivo que fora atribuído – sem muita precisão quanto às origens desse fato – ao conjunto das possessões portuguesas no continente americano em sinônimo de país. E, mais uma vez, ressalte-se: um processo de dupla feição, política e cultural.

Construir uma identidade efetivamente brasileira, nacional, algo tido como a grande tarefa dos grupos intelectuais do país, envolvia uma outra, a de promover o debate sobre a nação que serviria de orientadora a tal processo identitário.

Também cabia a esses construtores da nação difundi-la; ou seja, era imprescindível ao sucesso de seu projeto a propagação, entre aqueles que habitavam o país, do sentimento de pertença a uma coletividade que não apenas restringia-se às fronteiras físicas do novo conjunto, mas que deveria se articular em torno da pretensa unicidade do ser brasileiro.

Assim, conforme tentei apontar já na introdução, devido ao seu aspecto discursivo, dado que a nação carrega um enorme potencial de mutabilidade, a apropriação dos instrumentos de identificação e a produção de noções de pertencimento tornaram-se elementos extremamente importantes para balizar as possibilidades e os limites de atuação dos grupos elitistas e da execução de seus respectivos projetos políticos e culturais, refletindo, inclusive, a própria organização do espaço público[50].

Entretanto, se os membros das elites são agentes em todo esse processo,

---

experiência brasileira (1500 – 2000). *Formação e Histórias.* São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2000. p. 131.

[50] A relação entre identidade nacional e a organização do espaço público foi trabalhada por Adrián G. Lavalle. Este autor vê no que ele classifica como a lógica do *ethos* público uma das condições que definem os limites e a configuração do espaço público, marcando ainda, muito profundamente, o pensamento político-social brasileiro. Cf. LAVALLE, Adrián G. *Vida política e identidade nacional: leituras brasileiras*. São Paulo: Globo, 2004.

não se pode negar que essa atuação, difusora como era, dos mesmos requeria outro elemento, aquele expresso pelo indivíduo que, gradualmente deslocado de seus vínculos originais, foi alçado à condição de indispensável interlocutor dos setores elitistas, assumindo, por exemplo, o papel de leitor daquilo que estes produziam.

Em tal contexto, teve grande importância o movimento romântico no Brasil, do qual Joaquim Manuel de Macedo[51] participou ativamente, pois, através das atuações dos letrados na imprensa, na literatura e na historiografia, tal movimento proporcionou as condições para a formação de um imaginário tipicamente nacional, procurando com ele envolver esse outro, identificado na figura do leitor.

Vislumbrando-se na produção brasileira oitocentista, sobretudo dos primeiros anos após a instauração do regime monárquico até a década de 1870, a presença de uma visão romântica[52] acerca do país e da nação, responsável por impulsionar os muitos escritos do período, é possível estabelecer um diálogo de tal imaginário nacional com a crença na idéia de missão partilhada pelos escritores brasileiros em meio à aproximação entre pensamento liberal e Romantismo.

Contudo, a observação acerca dessa visão romântica de mundo na constituição da nacionalidade brasileira não implica uma análise que negligencia os muitos conflitos que caracterizaram a situação do país, especialmente nas primeiras décadas do século XIX. Pelo contrário, sua constatação permite notar justamente aquilo que talvez seja um dos traços mais significativos da produção escrita no Brasil naquele período: o seu forte caráter pedagógico.

Percebe-se, portanto, que havia, de maneira bastante freqüente, uma preocupação daqueles que, na condição de letrados, atribuíam-se a missão de promover a ilustração no país, no sentido de dirigir-se aos seus leitores de modo a dar-lhes a impressão de que eram – ou deveriam ser – também partícipes do

---

[51] Como já mencionei no início desse capítulo, por meio de alguns dados biográficos, esse letrado foi figura bastante destacada no Romantismo brasileiro, sendo considerado por muitos estudiosos o iniciador do romance romântico em terras brasileiras, com a publicação de *A Moreninha*, em 1844. Sobre os vínculos desse autor com a produção romântica no Brasil, cf., ente outros, SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*. *Op. cit*. CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2º volume (1836 – 1880). *Op. cit*. e SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

[52] Essa perspectiva acerca de uma visão de mundo atrelada ao romantismo foi desenvolvida por Michael Löwy e Robert Sayre. Cf. LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995. Embora tratem do romantismo europeu, muito diferente de seu congênere brasileiro, talvez seja interessante avaliar a aplicabilidade do conceito à realidade do Brasil, mesmo que seja de maneira bastante difusa.

aprimoramento da situação (cultural) existente no Brasil.

Não é raro nos escritos oitocentistas depararmo-nos com menções à (péssima) conjuntura das letras e da instrução entre os brasileiros, tal como podemos perceber nas palavras de Abreu e Lima quando este, procurando analisar a composição da população brasileira e, para tanto, traçar um "paralelo entre o nosso estado moral e dos nossos vizinhos conterrâneos"[53], suspende a comparação e busca assegurar a importância do próprio ato da escrita, afirmando que

> *Não escrevemos para quem sabe, ou deve saber, porque não temos a ousadia de considerar-nos superiores em luzes a todos os brasileiros; entre nós há muitos que sabem, porém poucos que se dêem ao trabalho de instruir os outros; neste caso apenas oferecemos o nosso contingente, como um trabalho devido à nossa posição social; porque estamos persuadidos, que, atualmente, aquele que pode lançar uma pedra de mais para consolidar a base de nosso edifício político, deve fazê-lo por seu próprio interesse, e pelo bem da sua pátria.*[54]. (Grifos do autor).

Também Macedo, para fornecer mais um exemplo, na abertura de seu folhetim *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, publicado no *Jornal do Comércio*, endereça, a quem ele classifica como "meus leitores", certa explicação sobre a produção e publicação desse texto e, por meio dela, apresenta o que ele considera como o objetivo da escrita, apontando que

> *Há dezenoves anos que escrevo e ouso publicar os meus pobres escritos, e até hoje, graças a Deus, ainda não tive a vaidade de tentar escrever para aproveitar aos eruditos e aos sábios. Não me pesa esse pecado na consciência.*
> *(...)*
> *Até hoje só tenho escrito com a idéia de aproveitar ao povo e àqueles que pouco sabem.*[55]

É curioso notar nessas passagens que tanto Abreu e Lima quanto Macedo procuram realçar a condição do letrado no Brasil como alguém que deve contribuir para a promoção da cultura e a melhoria da instrução do povo, sendo esse, portanto, o efetivo destinatário de suas palavras.

Porém, ressalto que tal dedicação daqueles que militavam na produção

---

[53] ABREU e LIMA, José Ignácio de. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Cidade de Niterói: Tipografia Niterói de Rego e Comp.,1835. p. 58.
[54] Ibidem.
[55] MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. *Op. cit.* p. 19.

escrita oitocentista no país não indica uma ação eficaz no sentido de viabilizar a autonomia de quem é o alvo de todo esse esforço da elite letrada: o leitor. Pelo contrário, depreende-se dos exemplos citados uma forma de comprovação do envolvimento dos intelectuais brasileiros com a construção e difusão da identidade nacional, pois nos trechos acima destacados, nota-se uma inclinação para a exaltação do caráter patriótico que devem possuir os escritos.

Postura patriótica de quem escreve e de quem lê, assim os membros da elite intelectual buscavam amalgamar as, já citadas, diferentes realidades formadoras do país e, por conseguinte, realizavam o duplo ato de inclusão e exclusão, também já mencionado, à medida que reconheciam os outros grupos componentes da população brasileira só que vinculados à nação por meio desses espaços institucionais, como os relacionados à produção escrita, sobretudo a imprensa periódica e os manuais didáticos de história do Brasil, aos quais, efetivamente eles não tinham e, a curto prazo tampouco teriam, acesso.

1.2. A institucionalização dos conflitos: disputas pela (idéia de) nação e delimitação dos espaços públicos.

Afinal, essa intensa atividade da elite intelectual do país ao expressar um exercício de construção e também de exclusão, como sugeri até aqui, exemplifica, de certa forma, as considerações de Benedict Anderson, para quem, conforme apresentado na introdução, a nação é "uma comunidade política imaginada – e *imaginada como sendo intrinsecamente limitada* e, ao mesmo tempo, soberana"[56], tendo em vista que "o nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele *inventa* nações onde elas não existem"[57]. (Grifos meus).

Dessa forma, o espaço público surgia no debate em torno da construção da nacionalidade como um dos temas fortemente marcados pela ação delimitadora vinculada ao processo de afirmação da identidade nacional, já que considerá-lo como um dos eixos essenciais desta implicava definir sua organização e os elementos que dele podiam participar.

Inseriam-se, então, nesse espaço público os traços nacionais, empurrando

---

[56] ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. *Op. cit*. p. 32.

[57] Consideração feita por Ernest Gellner em *Thought and change*. Apud. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. *Op. Cit.* p. 32.

para fora dele o que não cabia nessa definição, produzindo, de certa maneira, um ato de conotação nitidamente política, ao sugerir também o estreito vínculo entre aquele espaço e o cidadão.

Mais uma vez, observa-se que é por meio da produção romântica que ocorre a oferta ao público dos contornos da nacionalidade, servindo, portanto, a imprensa, e os manuais didáticos de história do Brasil, instrumentos do universo da cultura letrada, como difusores do que é considerado – ou imaginado – nacional.

Nesse contexto, é válido notar, portanto, que

> *(...) o surgimento da imprensa no Brasil acompanha e vincula-se a transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado nacional. (...) Imprensa e nação brasileira são praticamente simultâneas. A palavra impressa circulava e ajudava a delinear identidades culturais e políticas*[58]*.*

Instrumento de promoção da identidade nacional, a imprensa foi, de maneira bastante destacada, um dos veículos por meio dos quais os escritores românticos tentaram incutir na população aquilo que eles consideravam como atitudes patrióticas, distinguindo os aspectos definidos como tipicamente nacionais.

Mas, também como expressão dos conflitos e das divergências que conviviam e, em certa medida, orientavam a visão romântica de mundo existente naquele período, a palavra impressa nos periódicos oitocentistas foi repositório das polêmicas e dos debates que, conforme já mencionado, apareceram e eram produzidos no país.

Algo que se pode confirmar a partir das observações feitas pela historiadora Márcia de Almeida Gonçalves[59], visto que essa historiadora procurou identificar a relevância da produção escrita marcada pelos pressupostos do Romantismo no processo de construção do Estado nacional brasileiro, ressaltando, por um lado, a contribuição desse movimento literário à construção de significados para o "império do Brasil" por sua ligação com os debates acerca das formas de organização política e administrativa pertinentes ao país.

Isso, porque, de acordo com Gonçalves, o "império do Brasil" tornou-se a

---

[58] MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Op. cit.* p. 07.

[59] GONÇALVES, Márcia de Almeida. *História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial, volume III: 1870 – 1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

“utopia da nação” sobre a qual se debruçaram os letrados, indicando, desse modo, a relevância mencionada no parágrafo anterior, já que, para tal historiadora,

> *nas formulações dos que partilharam a atitude romântica, as utopias tornaram-se tematização do lugar de cada um, como indivíduo, e de todos, como sociedade e/ou comunidade, na ordem cultural que viesse a ser construída. Nesses termos, a nação, como lugar, espaço modificado pelas relações entre sujeitos diversos, passava a figurar entre as muitas utopias da história – experiência humana no mundo – e do tempo – durações dessas experiências –, que os romantismos fizeram existir.*[60]

Por outro lado, salienta Gonçalves que a existência de posições e projetos distintos a respeito das citadas formas de organização política e administrativa, bem como o fato de que a “possibilidade de criação, circulação e enraizamento de certas versões sobre a identidade do brasileiro dependeram (...) da palavra impressa” são reveladoras de que “na cultura letrada, as polaridades se manifestaram igualmente múltiplas, no que se referiu, entre outras controvérsias, a proximidades maiores com as perspectivas românticas”[61].

Exemplo dessa situação foi o intenso debate que existiu no Brasil, grosso modo, ao longo as décadas de 1830 a 1860 acerca da nacionalidade da literatura brasileira.

Debate de extrema importância, segundo Antonio Candido[62], no sentido de formular uma “teoria geral da literatura”, decorrente da definição de intensa atividade de crítica literária, atividade que contou com a participação ativa de indivíduos como Gonçalves de Magalhães, João Manuel de Pereira da Silva, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Santiago Nunes Ribeiro, para ficar com alguns dos nomes destacados por Candido em seu estudo sobre o tema.

Debate, ademais, relevante para as análises que tenho procurado fazer até aqui, bem como aquelas que seguirão, na medida em que, além de certa coincidência com o recorte temporal por mim proposto para efeitos desse estudo, também contou com a participação ativa de José Ignácio de Abreu e Lima.

Participação que se efetivou por meio da publicação de artigos na imprensa periódica, algo que suscitou polêmicas com outros membros da elite letrada

---

[60] Ibidem, pp. 432 – 433.
[61] Ibidem, p. 444.
[62] CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2º volume (1836 – 1880). *Op. cit.*

brasileira e, desse modo, corrobora com a percepção acerca dessa condição especial da imprensa, e da produção escrita em geral, como espaço público.

Polêmicas, aliás, que foram marcadas pela interação sobretudo de dois dos indivíduos que tiveram papel destacada com a crítica literária que se esboçou no âmbito do Romantismo brasileiro durante o século XIX, os já citados Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Santiago Nunes Ribeiro.

Quanto a este, cujo ensaio "Da nacionalidade da literatura brasileira", publicado na *Minerva Brasiliense*, em 1843, é tido por Antonio Candido enquanto "o momento decisivo na elaboração da literatura brasileira como algo independente"[63], é válido tomar suas considerações, conforme sugerem tanto Candido quanto Márcia de Almeida Gonçalves nos estudos anteriormente indicados, a respeito da produção literária existente no Brasil desde os tempos coloniais como clara refutação às ponderações veiculadas por Abreu e Lima sobre o tema, principalmente no seu, já citado, *Bosquejo histórico, político e literário*, publicado no ano de 1835.

Segundo Candido e Gonçalves, para Nunes Ribeiro as observações de Abreu e Lima representam ameaça aos esforços de busca da autonomia da literatura brasileira e, por conseguinte, do próprio país no que concernia ao campo cultural, sendo, portanto, contrárias ao teor nacionalista que acompanhou a definição da crítica literária oitocentista, que teve em Nunes Ribeiro um dos seus maiores expoentes.

Além dele, também Joaquim Norberto, outro que estava entre esses expoentes, condenou as posições assumidas por Abreu e Lima diante do tema da nacionalidade da literatura brasileira, dedicando algumas passagens de seus artigos publicados na *Revista Popular* entre os anos de 1859 e 1860 para se referir ao letrado pernambucano.

Algo que se nota já nas considerações iniciais que aparecem nesses artigos, pois nelas Norberto destaca que

> *a nacionalidade da literatura de qualquer povo demonstra-se por si mesma como a expressão de sua inteligência; é ela quem patenteia o espírito e a tendência de suas diversas fases, marchando em progresso ou decadência, segundo as modificações de seus costumes, de seus usos, de suas leis e de seu caráter. Negar essa nacionalidade por haver outro povo que fale idêntica língua, e em virtude dos vínculos que uniam os dois povos, é condená-lo à condição de escravo, que ainda*

[63] Ibidem, p. 338.

> *depois de liberto tem por destino produzir em benefício de outrem (...)*[64]

Considerações que, de forma indireta, revelam o incômodo do crítico mineiro face às asserções feitas por Abreu e Lima bastante tempo antes de virem à público os escritos de Norberto veiculados pela *Revista Popular*.

Incômodo que se apresenta de modo direto em outra passagem integrante desses escritos, na qual Joaquim Norberto faz, efetivamente, duras críticas a Abreu e Lima, ao afirmar que este

> *(...) não viu nas obras de seus compatriotas os fundamentos de uma nova literatura que se desenvolve a olhos vistos, aconselhando que não rejeitássemos a literatura portuguesa para não ficarmos reduzidos a uma condição quase selvagem, como se o espírito de qualquer nação se manifestasse pelos livros produzidos por outra e se pudesse assim julgar o grau de sua inteligência nas principais épocas de sua existência estudando-o nas obras elaboradas a duas mil léguas de distância, por autores inspirados por outro céu que não o nosso (...)*[65]

Nota-se, portanto, tanto nas críticas feitas por Nunes Ribeiro quanto nas apresentadas por Norberto ao escritor pernambucano uma clara divergência entre esses autores no que concerne aos aspectos relacionados à produção literária, sendo o último acusado de adotar uma posição contrária aos ditames do nacionalismo literário[66], corrente tão em voga naquele momento e da qual eram integrantes os dois primeiros, por exemplo, quando se afasta da visão dominante de exaltação da natureza como fonte de inspiração ao gênero artístico, ao afirmar:

> *Que importam ao gênero humano esses bosques portentosos, que atestados os séculos, não servem senão para provar o nosso estado ainda inculto? O que valem nossos rios sem navegação e nossos campos sem messes? Ainda hoje*

---

[64] SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario editor, 2002. p. 63.

[65] Ibidem, p. 82.

[66] Vale, nesse caso, ressaltar o aparecimento da citada *Niterói, revista brasiliense*, em 1836, um ano após o general Abreu e Lima ter publicado o *Bosquejo*, já mencionado, sendo ela, talvez, a primeira grande expressão do nacionalismo literário do país, conforme sugerem as considerações de Antônio Soares Amora, quando este afirma que ela "(...) foi, no conteúdo, uma revista realmente original e, antecipemos, indiscutivelmente categorizada. (...) preferiram os jovens redatores, na sua seriedade e responsabilidade intelectual, e também nos seus propósitos patrióticos, (...) fazer a sua revista não só com matéria inédita, como ainda de alto interesse para o que sentiam ser (como de fato era) o momento nacional". In: SAMORA, Antônio Soares. *Apresentação Crítica*. In: *Niterói, Revista Brasiliense: ciências, letras e artes.* Tomo primeiro nº 1. Biblioteca da Academia Paulista de Letras, volume 9. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1978. p. IV.

> *comemos o pão que nos vende o estrangeiro: no meio dessa vigorosa vegetação todos os nossos artigos de gosto são inferiores aos que produz a Europa: hortas e pomares, ainda exóticas, são infinitamente superiores ali, devido tudo ao cultivo e modo de estrumar a terra; o que prova demasiado nosso estado de infância e a insuficiência da simples natureza.*[67]

Ou, então, quando Abreu e Lima atesta o estado pouco desenvolvido da literatura brasileira, reduzindo sua pretensa originalidade a mero prolongamento do que, segundo ele, acontecia em Portugal, insinuando que

> *(...) até agora temos feito um estudo particular da nossa literatura, e não podemos dar um passo mais adiante; chamamos-lhe nossa, porque ainda ontem éramos portugueses (com quanto nos pese); e se rejeitarmos a literatura portuguesa, ficaremos reduzidos a uma condição quase selvagem (...) Entre os brasileiros tem havido alguns homens distintos pelo seu saber; porém o mesmo sucede a seu respeito, que com os portugueses; a apatia é o nosso cunho nacional.*[68]. (Grifos do autor).

Desse modo, ao abordar as posições que cada um dos protagonistas acima citados assumiu frente ao tema da nacionalidade da literatura brasileira, verifica-se a importância que os letrados atribuíam à imprensa e sua percepção quanto à necessidade de alertar o leitor – sempre ele – para o que nela se produz.

Tal verificação confirma-se a partir, por exemplo, da leitura dos comentários de Norberto em texto no qual, primeiro, ele se refere ao debate sobre o referido tema, em que fora suscitada a questão do pertencimento dos autores brasileiros aos quadros da literatura portuguesa em virtude do uso comum da língua, quando ele afirma que

> *(...) a imprensa periódica seguiu o seu exemplo (de Januário da Cunha Barbosa) e bem depressa os literatos americanos procuraram elucidar a questão, tornando o seu triunfo em nosso favor.*[69]. (Grifos meus).

E, mais adiante no mesmo texto, o crítico literário mineiro reforça essa concepção acerca da imprensa enquanto espaço (público) de debates, ao ponderar,

---

[67] Passagem extraída de *Bosquejo histórico, político e literário*, escrito por Abreu e Lima. Apud. SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. *Op. cit.* p. 69.
[68] ABREU e LIMA, José Ignácio de. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. *Op. cit.* pp. 69 – 70.
[69] SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. *Op. cit.* p. 79.

em meio às críticas que fazia ao "ilustre general"[70], que

> *em má hora, no calor das paixões políticas e no azedume dos debates da imprensa periódica escreveu o sr. Abreu e Lima essas páginas (do Bosquejo) que Chavagnes ou o conde de Suzannet esqueceu-se de traduzir e trasladar para as suas impressões de viagem pela nossa terra.*[71]. (Grifos meus).

Enfim, fica nítido nas palavras de Joaquim Norberto de Sousa e Silva e na própria percepção do debate que envolveu, por exemplo, ele, Santiago Nunes Ribeiro e José Ignácio de Abreu e Lima o quanto aqueles que escreviam na imprensa a consideravam um meio eficaz para fazer a propaganda de suas opiniões, utilizando a mesma como mecanismo para marcar posições nas questões fundamentais do país durante o período da Monarquia no Brasil.

No que diz respeito à nacionalidade da literatura brasileira, objeto da polêmica e tema bastante sugestivo no instante em que se buscava a definição de uma identidade nacional, é possível notar, portanto, um exercício de construção – nesse caso, de uma história da literatura brasileira, relacionada aos esforços de edificar o Estado e formar a nação – permeado por conflitos e disputas, estando estes ligados às divergências surgidas em virtude de outro exercício: o de acomodação das distintas realidades e dos diferentes interesses que compunham o país, mas não eram, por sua pluralidade, adequados à nação.

Nesse sentido, é válido considerar que

> *todo o período romântico foi de consciência aguda de fundação da nossa literatura; logo de justificação da sua experiência, proclamação da sua originalidade, etc. (...) Não sem controvérsia, porém. (...) É preciso (...), com efeito, mencionar este fenômeno de contracorrente; a opinião dos que negavam caráter distinto à nossa literatura, reputando-a, no todo ou na parte inicial, mero galho da portuguesa, sem com isso deixarem de ser nacionalistas a seu modo, isto é, vendo no seu enriquecimento uma forma de grandeza nacional.*[72]. (Grifos do autor).

Aliás, igualmente com base nessa idéia de fundação associada ao Romantismo brasileiro, Roberto Acízelo Souza[73] apresenta o que ele considera uma

---

[70] Ibidem, p. 83.
[71] Ibidem, p. 84.
[72] CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2º volume (1836 – 1880). *Op. cit*. p. 341.
[73] SOUZA, Roberto Acízelo. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2007.

linhagem de textos fundadores relacionados à historiografia da literatura brasileira, que têm justamente como ponto de partida, no entender de Souza, a inquietude do general Abreu e Lima (1835) e que emerge com fôlego a partir de Santiago Nunes Ribeiro (1843).

Textos que, ainda de acordo com Souza, ilustram a necessidade de reorientar as análises acerca da historiografia literária oitocentista, visto que, para ele, a usual vinculação entre essa historiografia e o nacionalismo pautado pela exaltação da grandiosidade do país decorrente de uma natureza privilegiada e de uma história heróica, o que contribuiu para a existência de uma literatura rica e cujo destino futuro seria glorioso, deve ser redimensionada, já que

> *é possível verificar que esse não é o único tom do pensamento sobre a nossa cultura literária formulado na época, havendo vozes que se opuseram a essa posição de entusiasmo e ufanismo, acentuando, ao contrário, nossos problemas e, ao mesmo tempo, sinalizando para concepções em que a idéia de nacionalidade não se absolutizasse a ponto de apagar as dimensões universais da literatura.*[74]

Assim, tendo em vista as observações de Souza e Candido, considero que os esforços dos membros da elite intelectual em definir uma história literária para o país, discutindo a inclusão ou não de escritores da época colonial em uma lista de autores brasileiros, podem ser encarados como representantes legítimos das disputas existentes em torno do projeto mais adequado para o Brasil, sendo bastante representativos desse quadro, pois se debruçam sobre duas questões bastante significativas: a busca pelo passado da nação e a preocupação com o estabelecimento de um aparato cultural digno de inserir o país no conjunto de nações civilizadas.

E mais. O fato de Santiago Nunes Ribeiro e Joaquim Norberto de Sousa e Silva terem se debruçado, em épocas distintas, sobre os escritos de José Ignácio de Abreu e Lima permite fazer duas ponderações a respeito dessa situação.

A primeira, em se tratando das críticas formuladas por Nunes Ribeiro, em 1843, mostra como também o tema da nacionalidade da literatura brasileira serviu para que os letrados oitocentistas recorressem aos impressos com o fito de assumir posição frente às questões preponderantes do país no momento em que escreviam e, assim, debater com aqueles que eram seus adversários no que concernia ao

---

[74] Ibidem, p. 41.

processo de construção do Estado e da nação.

A segunda, remetendo aos comentários de Norberto, apresentados ao público em período posterior àquele que fora marcado pela militância mais ativa de Abreu e Lima no âmbito da produção escrita e em relação ao qual já haviam passado muitos anos das polêmicas surgidas a partir da leitura de seu *Bosquejo histórico, político e literário*, tem a haver com a possibilidade de associar esses comentários, veiculados pela imprensa na passagem da década de 1850 para a seguinte, enquanto expressão do aprimoramento da Monarquia constitucional e representativa brasileira, visto que o fato de tais escritos de Norberto poderem ser tomados, conforme sugere Antonio Candio, como uma espécie de "balanço" a respeito da história da literatura brasileira, abrangendo os temas longamente debatidos nas décadas anteriores – por exemplo com os textos de Abreu e Lima e Nunes Ribeiro – sendo que, depois disso, "nada mais se encontra para registrar de novo no assunto, não obstante repisado inflexivelmente por articulistas de vário porte (...)"[75], revela a institucionalização dos conflitos que, a meu ver, esteve associado ao referido aprimoramento.

Percepção reforçada, nesse caso, devido ao dado curioso de que ao se envolver na "questão suscitada de não possuir o Brasil literatura por pertencer as produções dos autores brasileiros a Portugal, em virtude dos vínculos que uniam os dois povos e a identidade da língua"[76], Joaquim Norberto, membro do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, em 1860, faz duros ataques ao General Abreu e Lima – ex-membro do mesmo instituto, sendo o rompimento daquele com este resultante das já citadas divergências e conseqüentes polêmicas em torno da história pátria.

Desse modo, a questão, suscitada a partir da análise da polêmica travada por Norberto com os escritos de Abreu e Lima, sugere também que a passagem da época, agitada, associada aos governos regenciais, com intensas disputas e conflitos resultantes da multiplicidade de interesses, especialmente de extração provincial, para a suposta calmaria política das décadas de 1850 e 1860, no apogeu do Segundo Reinado, representou a acomodação dos já mencionados múltiplos interesses ao aparelho de Estado, possibilitando o deslocamento das disputas que

---

[75] CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2º volume (1836 – 1880). *Op. cit*. p. 341.

[76] SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. *Op. cit.* p. 63.

os envolviam dos campos de batalha reais das províncias para os espaços de combate simbólicos, como a imprensa, a literatura e a produção historiográfica, em uma expressiva substituição das armas pela pena como instrumento de negociação e conflito.

Polêmica que não impede o reconhecimento, por parte de Norberto, da validade de algumas posições assumidas pelo autor pernambucano, ao destacar que

> *felizmente no Compêndio de história do Brasil, que depois publicou o autor, outro é o quadro que se apresenta da nossa pátria, e, se algumas relações de amizade me ligassem a tão ilustrado cavaleiro, que nem de vista tenho o prazer de conhecê-lo, pediria que, não tendo sido o Bosquejo histórico, político e literário publicado sob o seu nome, negasse a sua filiação; ninguém reclamaria esse enjeitado que, tendo a seu favor a bela causa de combater projetos anticonstitucionais, cujos perigos já vão longe, ficou todavia nodoado do pecado com que veio ao mundo, e do qual não o lavou o batismo de seu pomposo título.*[77]. (Grifos meus).

Vê-se, então, que, mesmo contrariando as proposições do nacionalismo literário, de certa maneira já presente quando da publicação do seu *Bosquejo*, Abreu e Lima defende com veemência a forma de governo vigente, indicando que seu objetivo

> *(...) é pois fixar este princípio, a saber: que as limitações da Coroa devem chegar até o ponto, que seja necessário assegurar a liberdade do povo, porém de modo que possa subsistir sem menoscabar ou por em perigo a monarquia.*[78]

Diante do que considera uma ameaça ao sistema político e à estabilidade do país, esse autor, que fora acusado, como apontei no início desse capítulo, de envolvimento nas lutas insurrecionais ocorridas em Pernambuco no ano de 1817, propõe uma "análise crítica do projeto do Dr. A. F. França, oferecido em sessão de 16 de maio último (1835) à câmara dos deputados, reduzindo o sistema monárquico constitucional, que felizmente nos rege, à uma REPÚBLICA DEMOCRÁTICA"[79], a partir da qual ele demonstra seu alinhamento com o regime estabelecido após a proclamação da independência e em favor do qual militaram muitos membros da

---

[77] Ibidem, p. 85.
[78] ABREU e LIMA, José Ignácio de. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. *Op. cit.* p. 82.
[79] Ibidem.

elite política e intelectual, entre eles o freqüentemente crítico de Abreu e Lima, Joaquim Norberto de Sousa e Silva.

Tomando, então, essa polêmica em torno da nacionalidade da literatura brasileira, bem como toda a problemática relacionada à elaboração de um história pertinente à mesma, como exemplo da situação vigente no Brasil entre os anos de 1830 e 1870, aproveito para retornar aos apontamentos, feitos na introdução, acerca do problema da periodização.

Como mencionei anteriormente, defini os anos entre 1831 e 1863 enquanto eixo cronológico da pesquisa tendo em vista não apenas sua relevância no que concerne à organização do Estado brasileiro e à construção da nacionalidade, mas também em virtude da possibilidade de encará-los, para efeitos de análise, de forma fragmentada por meio da averiguação de dois distintos momentos, sendo o primeiro correspondente aos anos entre 1831 e 1848 e o outro associado ao intervalo entre 1853 e 1863.

No caso do primeiro momento (1831 – 1848), embora outras divisões sejam possíveis, por exemplo, distinguindo os anos correspondentes à Regência (1831 – 1840) da primeira fase, de pacificação, associada ao Segundo Reinado (1840 – 1850), essa forma de apresentá-lo tem a ver com a marca de conflito que ele carrega, pois da abdicação do primeiro imperador, D. Pedro I, em 1831, à Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco no ano de 1848, houve uma série de mobilizações que, por meio das armas, expressaram a existência de diferentes projetos e interesses relacionados à organização do Estado nacional brasileiro, chegando, em certas situações, a ameaçar a unidade do país.

Dado expressivo dessa característica dos anos entre 1831 e 1848 é o fato de que, conforme aponta Jeffrey D. Needell, nele

> *os dois grandes partidos (Conservador e Liberal) da monarquia desenvolveram-se na ausência do monarca como uma fonte de poder; formaram-se logo após o colapso do Primeiro Reinado e a ascensão da Câmara (dos Deputados) como centro do poder político. A liderança ideológica dos dois partidos, embora distinta em muitos aspectos, priorizava o governo representativo e parlamentar.*[80]

E é justamente à ação desses partidos e dos grupos provinciais a eles

[80] NEEDELL, Jeffrey D. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831 – 1857”; tradução de Fernanda Trindade Luciani. *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 10, p. 5 – 22, nov. 2009. p. 19.

associados que se pode atribuir a instabilidade política do período que vai de princípios da década de 1830 a fins da de 1840, como se pode observar nos casos da Farroupilha (1835 – 1845), no Rio Grande do Sul, das Revoltas Liberais em São Paulo e em Minas Gerais (1842) e da, já citada, Revolução Praieira (1848).

Nesse sentido, as sugestões da historiadora Mônica Duarte Dantas são bastante elucidativas a esse respeito, na medida em que, de acordo com ela, "pode-se indagar até que ponto a própria articulação dos partidos, para além da Corte, não teria se dado em uma interlocução com os interesses dos deputados provinciais e das elites de tais localidades".[81]

Verifica-se, então, nesse primeiro momento também no âmbito da política imperial uma constante produção de debates e, de forma não tão rara, a eclosão de conflitos armados, estando ambos relacionados às discussões a respeito da organização do Estado nacional brasileiro.

Já no segundo momento, entre 1853 e 1863, sob os auspícios da Conciliação, nota-se a eliminação dos conflitos armados enquanto estratégia das elites para assumir o controle da política imperial. Contudo, é válido ressaltar que essa eliminação não significou o abandono dos debates, mas apenas, como sugere Miriam Dolhnikoff, a institucionalização dos mesmos, tendo em vista que a partir da derrota e superação dos últimos movimentos armados nas províncias,

> *a tônica da participação das elites provinciais seria a conciliação e a negociação, utilizando-se dos espaços que o arranjo institucional lhes reservava, para com isso influir nas decisões de política regional e nacional.*[82]

Dessa forma, são marcos temporais importantes de tal momento, o início do gabinete da Conciliação (1853 – 1857), sob o comando, na maior parte do tempo, de Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês de Paraná, e o princípio da Liga Progressista (1862 – 1868), com a organização do primeiro gabinete chefiado por Zacarias de Goés e Vasconcelos e a maioria parlamentar obtida nas eleições de 1863.

Essa importância deve-se ao fato de que tanto a Conciliação (1853 – 1857) quanto a Liga Progressista (1862 – 1868) podem ser encaradas como expressões

---

[81] DANTAS, Mônica Duarte. "Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831 – 1857*". *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 10, p. 40 – 47, nov. 2009. p. 46.
[82] Ibidem, p. 221.

do funcionamento da Monarquia constitucional sob os ditames do sistema representativo, destacando-se nas mesmas a manutenção dos debates e das divergências enquanto parte da dinâmica institucional da política imperial, pois, conforme indica Francisco Iglésias,

> *a chamada conciliação não pretendeu que desaparecessem os partidos, nem pretendeu a abdicação de idéias: foi antes a conciliação de homens que de princípios. A fórmula de conciliação política não encerra, pois, nenhum programa excepcional, nenhuma idéia nova ou profunda no campo da filosofia política. (...)*[83]

Observação também válida para o caso da Liga Progressista, que, de acordo com a historiadora Silvana Mota Barbosa,

> *(...) poderia ser pensada (...) como tentativa de colocar nos trilhos a prática parlamentar do Império, definindo, não apenas na letra, mas também no espírito, o princípio do sistema representativo e da separação entre os poderes.*[84]

Desse modo, conforme sugeri na introdução, considero, então, que a periodização aqui proposta permite distinguir dois momentos marcantes no processo de organização do Estado e de construção da nacionalidade no Brasil, entre os anos de 1830 e 1870, tendo em vista o reordenamento, na passagem do período que vai de 1831 a 1848 para o que corresponde aos anos de 1853 a 1863, dos debates, relacionados às tarefas, acima mencionadas, de organizar e construir, que caracterizaram a política imperial, por meio de seu deslocamento das ações armadas para os espaços institucionais.

E, como expressões desses distintos momentos, destaco os escritos de José Ignácio de Abreu e Lima e os de Joaquim Manuel de Macedo, sendo possível, a meu ver, identificar a produção escrita de cada um desses letrados a um dos momentos discriminados.

Enquanto os escritos de Abreu e Lima, bem como sua atuação na cena política imperial, concentraram-se no primeiro momento, entre 1831 e 1848, a produção escrita de Macedo e sua participação na vida política, embora já iniciada

---

[83] IGLÉSIAS, Francisco. *Vida política, 1848 – 1866*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História geral da civilização brasileira.* t. II. vol. 3. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. p. 55.

[84] BARBOSA, Silvana Mota. *A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860*. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 320 – 321.

em 1844, ganha fôlego e intensidade a partir da década de 1850, com especial destaque para os anos que correspondem ao segundo momento, entre 1853 e 1863.

Sendo assim, é válido ressaltar que a vinculação com épocas distintas implicava a interação com adversários diferentes e a necessidade de se posicionar ante a questões cujas especificidades remetiam, por vezes, ao momento em que tais letrados escreviam.

Situação que se verifica, por exemplo, nas posturas diferentes de ambos ao se posicionar acerca da ação dos partidos políticos enquanto elemento significativo do sistema representativo, pois Abreu e Lima a critica veementemente ao discorrer sobre o processo eleitoral no período da Regência, considerando as

> *(...) cabalas da passada eleição para deputados, em que foram excluídos da representação os Andradas, Calmon, Rebouças, Montezuma, Manoel Alves Branco, Lopes Gama, etc., etc., para serem substituídos pela mais crassa ignorância, ou pelo estúpido proselitismo. A maior deputação, a da província de Minas, apenas oferece dois gênios salientes (Evaristo e Vasconcelos), e estes mesmos animados de tal sorte desse espírito de partido, que invalida as suas boas intenções, e inutiliza seus respectivos conhecimentos.*[85]. (Grifos meus).

Ora, a posição de Abreu e Lima não deve ser tomada apenas como uma questão doutrinária, de rejeição à existência aos partidos, embora esta perspectiva fizesse sentido no século XIX, quando havia aqueles que consideravam que os partidos eram um obstáculo à plena realização do governo representativo, já que representavam interesses faccionais, enquanto se esperava que do regime representativo emergisse o interesse nacional.

A despeito disso, os nomes citados por Abreu e Lima são uma pista de que seu descontentamento é também de ordem política. Sendo ele contrário às reformas adotadas após a abdicação do imperador, lamentava a não eleição de lideranças que se colocaram contra estas reformas, como os Andradas, Montezuma e Rebouças e minimizava a virtude da eleição de lideranças como Evaristo e Vasconcelos, pois estariam eles tomados pelo espírito de partido, ou seja, eram defensores destas reformas.

Já Macedo revela visão totalmente diferente acerca desse tema, pois ao analisar, em artigo publicado na revista *Biblioteca Brasileira*, no ano de 1863, a

---

[85] ABREU e LIMA, José Ignácio de. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. *Op. cit*. p. 104.

situação do país, tal escritor enaltece a luta entre partidos como algo muito importante para a política brasileira,

> *porque no sistema representativo a nação se governa a si mesma pela opinião que predomina e triunfa; e como não se pode admitir que os cidadãos de Estado tenham todos os mesmos princípios, não há triunfo de opinião sem combate a opiniões, não há nem pode haver sistema representativo, onde não há certame e oposição de partidos.*[86]. (Grifos meus).

Dado relevante sobre o comentário de Macedo está no fato de que suas considerações tratavam da conjuntura política do país no contexto da realização de novas eleições após mais uma dissolução da Câmara dos Deputados, decretada em maio de 1863, e que remete, segundo Francisco Iglésias, em estudo já citado, aos primórdios da ação da Liga Progressista na política imperial, visto que além da vitória dos ligueiros no pleito eleitoral daquele ano, esse historiador ressalta o predomínio desse grupo na legislatura de 1864 a 1868.

Legislatura, aliás, da qual participou Macedo, assumindo esse letrado fluminense, conforme indicado anteriormente, pela primeira vez a condição de deputado geral, o que permite, a meu ver, realçar seus vínculos com a política promovida pela referida Liga.

Vínculos que, inclusive, já se revelavam muito antes das citadas eleições de 1863 e até mesmo da própria atuação da Liga Progressista na política imperial, visto que, como será detalhado em outro capítulo, o escritor de Itaboraí assumiu postura claramente favorável ao gabinete de 4 de maio de 1857, sob o comando de Pedro de Araújo Lima, o então marquês de Olinda, que, embora ligado ao partido conservador, procura organizar o ministério com indivíduos pertencentes ao partido liberal. Esse é o caso do ministro da fazenda, Bernardo de Souza Franco.

E é justamente Souza Franco aquele que ocupa algumas das linhas e páginas das crônicas publicadas por Macedo no *Jornal do Comércio*, pois esse autor faz questão de defender, perante seus leitores, a política econômica dirigida pelo ministro que era membro do mesmo partido ao qual ele pertencia.

Defesa que aparece, de modo indireto, nas críticas feitas por Macedo à, segundo ele, falta de posicionamento do gabinete de 10 de agosto de 1859,

---

[86] MACEDO, Joaquim Manuel de. “Crônica política”. *Biblioteca Brasileira*, Ano I, nº 1, pp. 112 e ss., 1863. Apud SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*. *Op. cit.* p. 313.

organizado por Ângelo Muniz da Silva Ferraz em relação às duas tendências que marcavam os debates sobre a economia brasileira nos anos finais da década de 1850, pois, para esse letrado, parecia "impossível que o gabinete (...) não pendesse mais para a escola liberal, ou mais para a escola restritiva." (O Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 28/05/1860).

Aliás, ressalte-se que, antes de criticar o gabinete, na mesma crônica, Joaquim Manuel de Macedo procurara inserir as tais duas "escolas" no conjunto mais amplo das disputas políticas existentes no país naquele período, salientando, nesse contexto, que

> *asseveram alguns que os antigos partidos políticos do Brasil desapareceram: pois seja assim; ao menos porém demonstraram-se desde não sabemos quantos anos, e muito manifestamente há quatro, dois partidos econômicos, um o da escola liberal, outro o da escola restritiva (...).* (O Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 28/05/1860).

Considero pertinente associar esses comentários apresentados por Macedo aos leitores de suas crônicas publicadas no Jornal do Comércio às análises da, já citada, historiadora Silvana Mota Barbosa, para quem "a política econômica financeira adotada pelo Gabinete Ferraz parece ter impulsionado a reordenação dos grupos conservadores e liberais"[87], já que, na passagem da década de 1850 para a seguinte, ainda de acordo com Barbosa, "em contraposição à política do Gabinete Ferraz, é lembrada a desenvolvida por Sousa Franco (...)"[88].

Associação que possibilita, a meu ver, enxergar os tais comentários de Macedo como exemplos de seu apoio à ação da Liga, já que, como sugeri anteriormente, esse autor, anos antes, em 1857, fazia questão de declarar "todo o (seu) decidido pendor para as idéias econômicas da escola liberal" (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 10/08/1857.); declaração feita, inclusive, após ele ter se referido às disputas no Parlamento entre "duas escolas econômicas inimigas, a liberal e a restritiva". (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 10/08/1857.).

Algo bastante significativo tendo em vista ainda as ponderações de Barbosa, visto que, ao avaliar o contexto no qual se deu a formação da Liga Progressista, ela argumenta que, a despeito da relevância das questões político-partidárias que se

---

[87] BARBOSA, Silvana Mota. *A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860*. *Op. cit.* p. 304.
[88] Ibidem.

colocavam em fins da década de 1850 e início da seguinte, as mobilizações que resultaram na referida formação indicam a influência também dos elementos de ordem econômica, como se pode perceber pela ênfase dada por essa historiadora ao papel das diferentes abordagens em relação à economia brasileira na articulação dos grupos políticos que atuaram no país a partir dos anos 1860.

Assim, o posicionamento favorável de Macedo ao que ele define enquanto "escola econômica liberal", bem como a vinculação que tal autor procura enfatizar entre essa escola e a política encaminhada por Bernardo de Souza Franco no período em que esteve à frente da pasta da Fazenda, sem esquecer ainda as críticas do escritor fluminense às ações do sucessor de Souza Franco nessa pasta, Silva Ferraz, taxado pejorativamente pelo próprio Macedo como alguém que militava junto à outra escola, a restritiva, valida sua aproximação ao grupo dos ligueiros, sobretudo quando se nota justamente que os membros desse grupo "insistiam na política financeira, defendendo a retomada da política liberal adotada por Sousa Franco (...)"[89] e assumiam como outro de seus princípios o de "restabelecer no Império o sistema representativo"[90]. Curiosamente, o mesmo sistema ao qual, como veremos adiante, Macedo dedica seus esforços, sobretudo seus escritos, no sentido de defendê-lo.

Com base nessa perspectiva de análise apresentada por Barbosa, é possível, portanto, não apenas postular os vínculos, acima mencionados entre Joaquim Manuel de Macedo e a Liga Progressista, mas também parece pertinente enxergar os referidos vínculos como indícios da inserção desse letrado em uma dinâmica bastante diferente daquela que se apresentava diante de José Ignácio de Abreu e Lima com relação à política imperial durante o período regencial.

Daí a importância da percepção de Barbosa, destacada em citação anterior, sobre o fato de que a Liga Progressista pode ser tomada como rearranjo das práticas vinculadas ao sistema representativo em vigor na Monarquia brasileira, colocando-as em "outros trilhos", pois reforça a necessidade de avaliar o peso da distinção de épocas, de adversários e de questões específicas que balizaram os discursos formulados e veiculados, por meio da produção escrita, tanto por Abreu e

---

[89] Ibidem, p. 306.

[90] Ibidem, p. 305. É válido destacar quanto a esses princípios defendidos pela Liga Progressista que eles foram apresentados, de acordo com a historiadora Silvana Mota Barbosa, em artigo intitulado "A liga e os liberais ou turbulentos", sendo tal artigo publicado em 23 de fevereiro de 1861 no *Correio Mercantil*, periódico que, segundo Barbosa, "funcionava como porta voz da Liga". Ibidem, p. 303.

Lima quanto por Macedo.

Dessa forma, a escolha pelo ano de 1863 enquanto marco final do período aqui abordado relaciona-se à perspectiva de perceber o citado reordenamento dos debates rumo a sua institucionalização, tendo em vista a avaliação quanto à existência de dois momentos na dinâmica político-partidária do Império brasileiro, pois o início da década de 1860 é tratado por alguns historiadores como a época de retomada das disputas partidárias e de intensa agitação por conta das eleições de 1860 e de 1863.[91]

Expressivo desse quadro é outro comentário de Joaquim Manuel de Macedo, contudo, veiculado anos antes, por meio da apresentação de seu relatório das atividades e da situação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Na condição de primeiro secretário de tal instituição, Macedo, ao fazer seus apontamentos sobre o ano de 1852 no que concernia ao IHGB, deixa entrever outra apreciação da questão partidária, ao afirmar que

> *até bem pouco era desgraçadamente sentido e notado no país o abandono, senão o desprezo em que caíam e acabavam por fenecer todas as publicações que não se lançavam, como destemidos justadores, no estéril campo de uma mil vezes mesquinha politica: a cegueira e o egoísmo dos partidos repeliam da imprensa, e cerravam os prelos a tudo que era alheio a suas questões especiais e de momento.*[92]. (Grifos meus).

O que poderia explicar essa mudança de posição do letrado fluminense no que diz respeito à ação dos partidos, levando-se em conta a diferença de somente cerca de dez anos entre os dois comentários? Teria sofrido ele alguma espécie de prejuízo em virtude da ação dos partidos? Ou, caso contrário, foi esse escritor beneficiado pelo arranjo partidário?

A partir de informações obtidas na bibliografia sobre esse autor, parece-me que às duas últimas perguntas, pelo menos no âmbito da periodização selecionada para essa pesquisa, cabe uma reposta negativa, já que, conforme sugere Tânia Serra[93], as décadas de 1850 e 1860 correspondem na biografia de Macedo aos

---

[91] A respeito das disputas partidárias e das eleições no início da década de 1860, ver os estudos, já mencionados, de Francisco Iglésias (1969) e Silvana Mota Barbosa (2009).

[92] MACEDO, Joaquim Manuel. "Relatório do primeiro secretário interino, o Sr. Dr. J. M. de Macedo". *Revista do IHGB*. Tomo XV, 1852, pp. 486 – 519.

[93] Novamente destaco as obras de Tânia Serra (1994) e Sacramento Blake (1883) como principais subsídios para os dados biográficos, acrescentando que, segundo a primeira autora, essa intensa

anos de maior atividade política, seja por meio de seu envolvimento, na condição de deputado pelo partido liberal, com as Assembléias Provincial do Rio de Janeiro e Geral, ou através da atuação na imprensa política, por exemplo com artigos publicados no periódico *A Nação* e alguns discursos pronunciados na primeira Assembléia veiculados no *Jornal do Comércio*.

Sendo assim, uma hipótese que me parece válida para responder à primeira, e central, indagação apóia-se no vínculo entre essa mudança no olhar macediano sobre a ação dos partidos e a distinta situação da política imperial nos anos entre 1831 e 1848 e no momento que vai de 1853 a 1863, com realce para o processo de institucionalização dos conflitos.

Vínculo esse decorrente do próprio processo que caracterizou a organização do Estado nacional brasileiro, visto que na passagem de um momento ao outro, com o sucesso das reformas, citadas na introdução, promovidas desde a época da Regência até o início do Segundo Reinado, entre uma fase e outra do Império, foram criadas as condições para que o recurso às armas fosse substituído pelos, já mencionados, espaços de negociação e de conflito, institucionais, como as Assembléias Provinciais e a Câmara dos Deputados.

Assim, explicam-se as críticas de Abreu e Lima e as de Macedo às disputas partidárias pela ameaça que estas representavam à estabilidade do país. Contudo, enquanto o letrado pernambucano vivenciou essa fase de agitações de maneira mais direta, chegando ele mesmo a recorrer, de certa forma, às armas, no caso da Revolução Praieira, o letrado fluminense foi, em certa medida, apenas testemunha mais distante dos episódios que marcaram a instabilidade da política imperial na primeira metade do século XIX.

E a mudança na posição do segundo em relação aos partidos, no início da década de 1860, não revela, como poderia parecer até mesmo pela crítica que, no mesmo artigo, ele faz à conciliação ao considerá-la uma perturbação da “marcha regular do sistema, (que) quase abismou o país no túmulo da descrença”, a pura e simples alteração de um quadro com intensas disputas partidárias e revoltas para outro marcado pela nula atuação dos partidos e pela existência de uma única e dominante ação.

Ao contrário, afirmando, novamente, o sucesso da institucionalização acima

---

atividade política, e cultural, macediana coincidiu com o que ela define como estabilização da política nacional correspondente aos anos entre 1851 e 1863.

mencionada, é possível sugerir as diferentes considerações do mesmo escritor sobre a conveniência – ou não – da ação dos partidos na política imperial, como uma forma de, pelo menos em parte, responder à seguinte indagação da historiadora Mônica Dantas:

> *até que ponto as articulações provinciais, possíveis a partir do ano de 1834 (considerando-se que parte dos artigos não foi revogada em 1840), não teriam instrumentalizado outros setores da elite brasileira a intervir no jogo imperial, assustando assim setores dos velhos partidos "da maioria" e "da minoria"?*[94]

Tal possibilidade parece-me viável devido, justamente, à importância de certos meios de expressão, como a imprensa periódica e os manuais didáticos de história do Brasil, na veiculação dos projetos e na afirmação de interesses relacionados à ação dos setores elitistas.

Para além da ação partidária e por sua capacidade discursiva – algo fundamental para aqueles que, além de organizar o Estado, procuravam construir a nação –, esses meios de expressão desempenharam papel muito relevante não apenas no âmbito das atividades culturais, como se poderia imaginar, mas também no que concerne à política imperial, visto que tiveram destaque na propagação de uma pretensa identidade nacional, o que, conforme procurei apontar em outras partes desse texto, deve ser encarado como um esforço de homogeneização em uma situação de conflitos. Em outras palavras, antes de difundir seu ideal de nacionalidade, cabia aos diferentes grupos que constituíam os setores dominantes fazer triunfar o seu projeto de Estado e de nação, impondo uma derrota aos que lhe faziam concorrência.

Por isso, tanto o caso da polêmica sobre a nacionalidade da literatura quanto as diferentes formas de interação dos letrados, de modo geral, e, particularmente, para efeitos desse estudo, as de Abreu e Lima e de Macedo, com a política imperial são exemplares desse contexto, pois demonstra a importância dos referidos meios de expressão enquanto espaços (públicos) que abrigavam os projetos e as polêmicas envolvendo as elites brasileiras no século XIX.

---

[94] DANTAS, Mônica Duarte. "Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831 – 1857*". *Op, cit*. p. 47.

1.3. A inserção do leitor nos espaços públicos.

Por meio das referências apresentadas até aqui, reconhecem-se os escritos produzidos à época do Império como manifestações da (re)organização do país nos oitocentos, insistindo na percepção de que havia, freqüentemente, uma coincidência entre a prática da produção textual e a atuação política em muitos membros dos grupos elitistas e, por conseguinte, reforçando a avaliação segundo a qual é lícito considerar que

> *(...) a literatura (e a produção escrita em geral) combinava-se à política para fundar a literatura nacional como base para a fundamentação de uma nova sociedade na América, após a independência, instaurando-se as condições de realização da nação.*[95]

Ação política e produção escrita (manuais didáticos e periódicos, por exemplo) eram, naquele contexto, dois instrumentos de relação do novo Estado e das elites dirigentes que o compunham com o conjunto da sociedade imperial e, por isso, atendiam suas demandas de legitimação através de procedimentos seletivos e, portanto, excludentes.

Vale, então, para encerrar as observações feitas até aqui sobre a atuação dos letrados na sociedade imperial, produzindo, sobretudo, inúmeras polêmicas, destacar outra vez as descrições, referidas anteriormente, de Macedo acerca do Passeio Público, de modo a tratá-las enquanto mais um exemplo do vínculo entre a ação política e a produção escrita no Brasil durante o século XIX, deixando entrever um processo complexo em que o que se veiculava sob a forma escrita era mecanismo de ampliação do alcance da idéia de nação, gerando símbolos e ritos capazes de integrar elementos distintos e variados em uma mesma noção de identidade.

E já que o assunto é a delimitação dos espaços (públicos), muito significativas são tais descrições, pois nelas, ao acentuar a beleza do local visitado, gerando um verdadeiro estímulo às sensações e aos prazeres, o autor exemplifica a importância do leitor como elemento de orientação ao escritor romântico ao promover também a inserção daquele no teatro de representações que ele elabora. Um complexo quadro

---

[95] RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. *José de Alencar: o poeta armado – a letra como arma no Segundo Reinado*. In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial.* Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001. p. 130.

em que a distribuição dos componentes do cenário tende a exprimir toda a vontade de constituição de uma ordem coerente com os anseios identitários dos setores dominantes da sociedade imperial.

Dessa forma, não é de estranhar que a própria natureza do local revele esse esforço de construção vinculado à atividade daqueles indivíduos que, com suas palavras, teciam a nação. Mesmo ressaltando a originalidade das formas e a pujança da natureza brasileira, Macedo faz questão de, em sua descrição, enfatizar a necessidade de ordená-la, pois considerava que somente através da ação humana era possível adequá-la às virtudes características do espaço público.

Ao referir-se, por exemplo, ao projeto de recuperação do Passeio, segundo ele, degradado por conta do desleixo da administração pública durante boa parte do século XIX, Macedo afirmava:

> *Os três pensamentos que devem apresentar dominando nesta obra são a escolha de árvores e plantas formosas e raras; o cuidado de reunir no limitado recinto do jardim diversos encantos da natureza reproduzidos embora em ponto pequeno; e enfim, a observância esmerada das leis da perspectiva na disposição das árvores de modo que entre elas os olhos do observador vão espraiar-se ao longo e gozar ainda muito além dos limites do Passeio os panoramas admiráveis de sítios pitorescos que aformoseiam a cidade do Rio de Janeiro.* [96]

Ordenar a natureza para compor o espaço público eram duas iniciativas que, naquele momento de construção da identidade nacional, surgiam como complementares a uma outra muito mais significativa: a formação do povo. Não é demais ressaltar que o infatigável Macedo, envolto em passos e recordações, sublinhara categoricamente o vínculo entre espaço público e povo ao retornar à inauguração do Passeio Público, no distante século XVIII, e comover-se: “O povo tomou amor ao seu belo jardim desde o primeiro dia.”[97].

Ainda nesse âmbito, o autor procurou contrastar a alegria do povo nos primeiros anos de existência do Passeio Público e a tristeza do mesmo durante o período de abandono e de degradação daquele espaço.

Seja enaltecendo os júbilos ou enfatizando as melancolias produzidas pela relação entre espaço público e povo, o ponto de grande interesse na descrição que

---

[96] MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. *Op. cit*. p. 144.
[97] Ibidem, p. 126.

Macedo faz está não apenas em pensar no objeto de seu olhar, mas nos desvios que ele segue em direção àquele com quem dialoga constantemente: o leitor. Também parte do povo, é a ele que o autor oferece, nas pausas para conversa, aquele conjunto de sensações produzido pelo texto descritivo.

Como incremento da narrativa no instante em que a descrição é suspensa e a dupla de caminhantes, autor e leitor, enredam-se na conversa, por vezes conflituosa, Macedo apela à memória coletiva, tão valorizada naquele momento em que se buscava uma história do e para o país, enquanto estratégia de envolvimento daquele que lê seus escritos, revelando, assim, por meio de sua postura, como "o romantismo reencontra, de um modo mais literário que dogmático, a sedução da memória."[98].

Vemos aí, então, a expressão de um novo perfil de narrador que, de acordo com Flora Süssekind[99], desenvolveu-se na literatura brasileira a partir da segunda metade do século XIX, o narrador-cronista – papel assumido por Joaquim Manuel de Macedo em seu *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro* – que se utiliza de suas andanças e rápidas mudanças de cenário, acompanhadas de muitas digressões, para sugerir uma lição extraída do narrado. E, assim, revela como a narrativa "pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer forma, o narrador é um homem que sabe dar conselhos" [100].

Aliás, é curioso notar como mesmo envolto pelo já retratado ambiente de profundas transformações, ligadas essencialmente ao desenvolvimento das práticas capitalistas, há no Brasil oitocentista a expressiva presença dessa figura de narrador no movimento romântico.

Sem desconsiderar as proposições de Walter Benjamin sobre a atuação do narrador e o seu declínio face às novas técnicas de produção capitalista, dentre as quais, no âmbito da escrita, destacaram-se o romance e a imprensa, é interessante perceber como no caso brasileiro essas ferramentas serviram de amparo ao esforço de afirmação da nacionalidade, engendrando importantes narrativas nacionais.

E foi por meio dessas narrativas que a elite intelectual articulou seu projeto de nação e, também de maneira significativa, como observei, expressou seus conflitos,

---

[98] LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992. p. 463.
[99] SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. *Op. cit*.
[100] BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: _____. *Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 200.

o que se evidenciou no forte caráter doutrinário dos seus escritos.

Dessa forma, a recuperação do passado promovida por Macedo, entre uma olhadela no cenário e um bate-papo com o leitor, torna-se, na verdade, um ato de reelaboração dos episódios já ocorridos, de modo a oferecer àqueles que o seguem pelos caminhos de sua escrita uma visão de consenso – a das camadas dominantes da sociedade imperial.

Entre descrição e narração, o autor faz da primeira – muitas vezes considerada fatigante por ele mesmo – apenas um item da segunda – momento da conversa e da busca do passado, glorioso, como deveriam ser a nação e o povo.

Por meio de imagens bucólicas, atos de heroísmo e virtuosidade e muitas metáforas, Macedo retoma, ao longo de todo o texto no qual descreve o passeio público da cidade do Rio de Janeiro, a já citada promessa que inaugurou o seu percurso partilhado com o leitor. E ao oferecer-lhe uma trama repleta de elementos imaginários e situações fantasiosas, o autor mantém o delicado equilíbrio entre ficção e realidade, transmitindo a quem o acompanha, seus leitores, a decisão final sobre a veracidade de suas informações, mas, é claro, sempre lhes lançando um alerta:

> *Se ainda assim não quiserem aceitar a tradição por lhe faltar seguro fundamento, roguem-me pragas ou critiquem-me à vontade, que nem por isso deixarei de passear*[101]*.*

E o autor continua, tentando mostrar na sucessão de seus passos as mesmas virtudes do espaço, da natureza e dos indivíduos que, no passado – por ele reelaborado –, foram os responsáveis por delinear as origens da nação, confirmando, por meio desse e de outros exemplos de sua atuação nos meios de expressão que compunham a produção escrita oitocentista – sem esquecer a participação, nesse contexto, de outros membros da elite letrada, como os que mencionei ao longo das páginas desse capítulo –, na difusão da identidade nacional no Brasil naquele período.

Dado que ao longo de tal século, estruturou-se no Brasil um discurso nacionalista extremamente ancorado em uma visão romântica de mundo e que assumiu a tarefa de construção da nacionalidade no instante em que outra, de natureza política, apresentava-se, sendo ela a organização do Estado nacional,

---

[101] MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. *Op. cit*. p. 106.

escritores, como Joaquim Manuel de Macedo e José Ignácio de Abreu e Lima, procuraram vincular uma à outra e começaram, então, a elaborar sua idéia de nação. Por isso, nota-se que "o problema da geração romântica é, além do mais, duplo: é político e cultural"[102].

Cabe, por fim, a partir desse ponto e tendo em vista todas essas considerações acerca do duplo movimento, político e cultural, no qual estavam envolvidas as elites dirigentes com o intuito de moldar o Brasil fazendo dele a expressão de uma nova comunidade, refletir de que maneira, cada um a seu modo e dentro de sua especificidade, os instrumentos por mim listados como integrantes da produção escrita oitocentista, ou seja, os manuais didáticos de história e a imprensa periódica foram elementos fundamentais em todo esse processo, garantindo a institucionalização dos conflitos e, assim, viabilizando uma ação identitária importante para dissociar diversidade de disputa. Formas de expressão destinadas a leitores distintos e que por isso adotavam necessariamente linguagens e temas específicos.

[102] RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870). Op. cit.*. p. XX.

2. A DIFUSÃO DO PASSADO NACIONAL: A DIVULGAÇÃO DE UMA "HISTÓRIA DO BRASIL" NOS MANUAIS DIDÁTICOS OITOCENTISTAS.

2.1. Ensinar o passado aos jovens brasileiros: a nação nas páginas da(s) História(s) do Brasil.

> *Uma nova era começou em 18 de julho de 1841, assim como dez anos antes tinha marcado a providência um decênio para o nosso purgatório. Quais serão os futuros do Brasil? Se mau fado nos não persegue mais, como até aqui, podem anunciar-se como muito lisonjeiros de baixo do reinado do segundo Pedro.* (ABREU e LIMA, José Ignácio de. *Compêndio da História do Brasil*. t. II, p. 138. Grifos meus.)

> *Um laço comum, vínculo de amor fraternal e de identidade de interesses ligou todas as províncias, e formou o vasto império americano, cujo portentoso futuro se anuncia tão brilhante com as seguranças de uma natureza opulentíssima, com as garantias da moralidade e da índole pacífica de seu povo, e com o encanto das instituições livres.* (MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil*. vol. II, p. 298. Grifos meus.)[103]

Futuro! Essa era a questão fundamental para José Ignácio de Abreu e Lima e Joaquim Manuel de Macedo nas páginas de encerramento de seus manuais didáticos. E um futuro recheado de aspectos positivos é o que se pode depreender da análise dos trechos acima, extraídos, respectivamente, de *Compêndio da História do Brasil*, do primeiro escritor, e *Lições de História o Brasil,* do segundo.

Encerrando suas narrações acerca dos episódios por ele reunidos sob o título de História de Brasil, os dois autores fazem questão de assinalar os dias "lisonjeiros" e o caráter "portentoso" da época que, em princípio, começava no momento em que os livros por eles escritos eram fechados pelos seus leitores. E, mais relevante, devemos nos lembrar, é que não se tratava de quaisquer leitores: eram estes, jovens, em idade estudantil, e, particularmente, freqüentadores do Colégio de Pedro II, local onde os dois manuais didáticos acima indicados foram adotados para as aulas destinadas ao ensino da história pátria.

Antes de averiguar, porém, as particularidades oriundas da relação entre os

---

[103] Doravante, nesse e nos demais capítulos, as citações, como essas duas, contendo fragmentos tanto do manual didático escrito por Abreu e Lima quanto o de Macedo serão acompanhadas, entre parêntesis, do número do volume pertencente à obra, em algarismo arábico, e do número da página do referido volume, em algarismo romano, como forma de identificar a origem da cada uma delas.

conteúdos veiculados pelos dois textos e os aspectos contextuais marcantes no momento da publicação de cada um deles, é importante notar a existência também de semelhanças muito significativas, tais como a perspectiva dos dois autores acerca de certa "função" da história, como se pode perceber na defesa de Macedo da "história imparcial" (I, p. 31) ou nas considerações de Abreu e Lima sobre a atuação do Marquês de Pombal à frente da administração do Império português, ao afirmar que

> *os portugueses não perdoaram a este grande político o uso arbitrário, que fizera do poder; mas a* <u>*história imparcial*</u> *deve reconhecer, que as suas medidas e projetos tinham por alvo tirar seus compatriotas do abatimento em que se achavam, fazer reviver o Comércio, e animar a indústria nacional. A sua solicitude pelo Brasil foi marcada por melhoramentos, que o tinham levado a um ponto de prosperidade até então desconhecido.* (I, p. 241. Grifos meus).

Para os dois letrados, a história deveria ser dotada de imparcialidade, característica muito condizente com uma ação que, no entender de ambos, a mesma deveria promover: a de julgar os fatos do passado, de modo a eliminar da memória interpretações equivocadas sobre um determinado acontecimento, como evidencia Abreu e Lima ao assumir, no fragmento acima, a defesa de Pombal diante dos ataques, a seu ver sem propósito, veiculados pelos portugueses à época e pouco depois do período em que ele foi o principal ministro do rei D. José, em Portugal.

Ou, então, como sugere Macedo, abordando outro tópico da chamada história do Brasil, ao criticar a ação de Calabar no contexto da ocupação holandesa nas terras do nordeste da América portuguesa no século XVII, afirmando que

> *qualquer que fosse o motivo do ato que praticou Domingos Fernandes Calabar, a história não lhe perdoará jamais o ter combatido contra a sua pátria e seus irmãos, ligando-se indignamente ao estrangeiro invasor. (II, p. 78.)*

A defesa da imparcialidade apresenta-se, então, como um recurso discursivo voltado para a veiculação de uma visão sobre os episódios da chamada história do Brasil. História essa que os autores pretendiam construir, tomando-a enquanto ferramenta de difusão, na verdade, daquela que era a sua visão, individual e/ou de grupo, acerca do passado nacional.

Assim, a pretendida e divulgada imparcialidade da história revelava-se uma

tentativa de legitimar uma ou outra versão do passado para que, tornando-a oficial, fosse possível fazer da mesma, veículo de comportamentos compatíveis, no entender dos setores elitistas envolvidos com tal tentativa, com a nacionalidade em construção.

Nesse sentido, nota-se que, ambos, o *Compêndio* e as *Lições*, refletiam o desejo de instruir e, como podemos depreender da leitura das citações acima e das muitas páginas de cada um deles, de servir de transmissão de normas de comportamento ao público-leitor desses textos, visto que os muitos episódios narrados – dentre eles a administração pombalina e as invasões holandesas – nesses dois manuais didáticos de história do Brasil são revestidos de todo um esforço qualificativo, em especial das personagens envolvidas.

Veja-se, por exemplo, o caso da narração de Abreu e Lima também dos acontecimentos relacionados ao fim do domínio holandês nas áreas da região nordeste da América portuguesa nos seiscentos. Nela são bastante freqüentes as referências aos constantes atos heróicos da população de Pernambuco, com destaque para o papel desempenhado por aqueles que figuraram na condição de líderes do movimento, como Henrique Dias, descrito, em nota de rodapé, da seguinte forma:

> *(...) de origem africana e natural de Pernambuco, patenteou durante esta ação uma intrepidez digna de ser posta em paralelo com o que a história refere de mais assombroso. Uma bala lhe atravessa o punho; manda sem demora que lhe façam a amputação da mão para se desembaraçar do aparelho, que impediria seus movimentos, e voando de novo ao combate: "Basta-me uma mão, disse ele, para servir a meu Deus e ao meu rei (...)".* (I, p. 142).

Ou, deslocando o foco individual, percebido na situação do confronto entre os colonos e os holandeses que contou com a participação de Henrique Dias e outras pessoas retratadas com pinceladas de heroísmo, como Felipe Camarão e João Fernandes Vieira, para uma ação em que se destaca o coletivo, tal qual se observa na narração do mesmo autor a respeito dos episódios imediatamente anteriores à independência, como a represália da população – no seu entender já brasileira – ao levante, ocorrido em 11 de janeiro de 1822, de militares portugueses no intuito de ocupar o morro do Castelo em resposta ao anúncio da permanência do regente D. Pedro no Brasil (dia do Fico – 09/01/1822), destacando que

> *conhecido o movimento, e antes de romper o dia seguinte, o campo de Santa Anna achou-se cheio de gente armada; a maior parte constava de cidadãos, pouco aptos para se arrostarem com os veteranos portugueses, mas eram superiores em número, bem providos de artilharia e dispostos a acabar com a ditadura, que até aí tinha exercido a divisão auxiliadora.* (II, pp. 07 – 08).

Enfim, seja sob a forma da ação individual ou enquanto atitudes coletivas – de cidadãos, como gostaria de sublinhar, – evidencia-se, afinal, uma narrativa em que o ensinar significava transmitir noções sobre condutas, tanto as exemplares, quanto as dignas de repúdio, como se percebe na seguinte descrição, agora extraída do texto de Macedo, já que, tratando dos primeiros donatários de capitanias hereditárias no Brasil, esse escritor menciona o caso de Vasco Fernandes Coutinho, quem, segundo ele, teria recebido "cinqüenta léguas do rio Itapemirim ao rio Mucuri" (I, p. 96), local marcado por uma situação em que

> *as intrigas e a ambição de Duarte de Lemos por um lado, a insubordinação dos fidalgos degradados e a desmoralização dos colonos por outro enfim as hostilidades em que de novo se lançaram os selvagens prognosticavam a ruína da capitania: Vasco Fernandes Coutinho velho, pobre, aleijado, recebendo para viver socorros dos moradores das suas próprias terras, certamente que não tinha mais a força moral necessária para se fazer obedecer (...).* (I, p. 98).

A História enquanto modelo, de como agir e do que não fazer; era esta uma das intenções dos indivíduos, como Abreu e Lima e Macedo, imbuídos da escrita de uma história pátria, orientando, é claro, esses comportamentos, retratados sob o invólucro de modelares, pelo eixo do patriotismo e, por conseguinte, pela apreciação de seus vínculos com a nacionalidade que os autores pretendiam difundir.

Algo perceptível em mais um trecho de *Lições de História do Brasil*, relacionado, nesse caso, ao episódio da expulsão dos holandeses[104], com ênfase no resultado, no entender de Macedo, positivo e que termina com a descrição da recompensa aos esforços dos membros mais aguerridos na defesa da região de Pernambuco contra os invasores, sob a forma da apresentação de uma lista de

---

[104] Curioso notar como tal acontecimento foi altamente valorizado pelos letrados, como podemos perceber não só com as referências às obras dos dois escritores dos manuais didáticos que, por ora, analiso, mas também pelas considerações de Varnhagen, que serão apresentadas em outra parte desse capítulo, sobre "como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil". Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil", *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, nº 9, 1948.

“prêmios” atribuídos pelo governo português aos mesmos e sobre os quais o autor tece o seguinte comentário:

> *tais foram os prêmios com que o governo galardoou o patriotismo, a dedicação, a constância, e a heroicidade desses ilustres varões (os envolvidos na expulsão dos holandeses, tais como André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Francisco Barreto de Menezes e Henrique Dias); a História porém lhes reservou outros no seu panteão, e perpetua a sua memória, e a lembrança de seus feitos gloriosos, para admiração e exemplo das gerações que se tem ido, e se irão sucedendo.* (II, p. 138. Grifos meus).

Gerações como aquela composta de alunos-leitores dos textos de Macedo e de Abreu e Lima e que, freqüentando as aulas de história do Brasil do Colégio de Pedro II, deveriam não apenas aprender com o passado, mas reatualizá-lo por meio da reprodução daqueles comportamentos, tidos por exemplares. Devidamente selecionados e narrados, eles eram encarados, então, como um modo de proporcionar, no momento presente da experiência escolar e educativa, a reunião das épocas pregressas com as que estavam por vir.

Seleção rigorosa, aliás, tendo em vista que a constante aproximação entre o passado e o futuro, da nação, implicava a possibilidade de participação do (aluno) leitor na tal “comunidade imaginada”, o que significava inseri-lo em uma forma específica de imaginação, ou melhor, de organização.

Possibilidade constantemente reafirmada ao longo da narrativa que preenchia as páginas dos manuais didáticos, tanto o de Abreu e Lima quanto o de Macedo, visto que, no bojo das estratégias discursivas, era igualmente constante a preocupação desses escritores no sentido de apresentar aos seus leitores as variadas formas de manifestação da brasilidade que acompanharam de perto os episódios mais importantes, segundo, insisto, a seleção acima mencionada.

É o caso, por exemplo, da narração, presente nas *Lições* de Macedo, a respeito das transformações ocorridas na política portuguesa no fim do século XVIII e, portanto, é válido salientar, às vésperas do que o próprio autor classifica como “transmigração da família real de Bragança para o Brasil; sede da Monarquia portuguesa no Rio de Janeiro” (II, p. 228), título, aliás, de abertura da Lição XVIII.

Nessa lição, o letrado fluminense aborda o reordenamento da referida política após a substituição da rainha D. Maria I por seu filho, D. João, que, em 18 de julho de 1799, assumiu a condição de regente de Portugal. E Macedo apresenta aos seus

leitores como primeiro fato marcante da regência de D. João a decisão do mesmo em convocar D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares, para aconselhá-lo quanto à administração do Império português.

Fato que tal autor procura realçar através da referência ao papel de D. Rodrigo de Sousa Coutinho no episódio que dá título à Lição e que, por isso, deve ser considerado de extrema relevância na narrativa que ele elabora acerca da história do Brasil, sendo que, a respeito desse papel, o escritor de Itaboraí pondera:

> *Dir-se-ia que o conde de Linhares adivinhava os estrondosos acontecimentos que em breve tornaram necessária a transmigração da família real portuguesa para a terra de Cabral, e que conseqüentemente ia pondo em tributo a gratidão e amor dos brasileiros entre os quais tinha de ir assentar-se a monarquia.* (II, p. 229).

Mesclando tempos verbais, Macedo recorre ao uso do futuro do pretérito para inserir em sua narrativa do passado uma hipótese – expressa pelo "dir-se-ia" que inaugura o parágrafo – de modo a encadear os sucessivos eventos que estiveram relacionados com a tal "transmigração da família real" e, assim, dotá-los de sentido; um sentido que se apresenta ao leitor por meio de uma construção narrativa cujo desdobramento lógico – sinalizado pelo sugestivo advérbio "conseqüentemente" – é o resultado daquela ação hipoteticamente atribuída ao ministro Sousa Coutinho, ou seja, "a gratidão e o amor dos brasileiros entre os quais tinha de ir assentar-se a monarquia".

Mescla, portanto, que revela o esforço do autor com vistas a aproximar duas épocas distintas que conformaram a história que ele procura narrar aos seus alunos-leitores, pois ao destacar a "transmigração da família real", Macedo toma esse episódio da história do Brasil enquanto elo entre a fase colonial, ligada ao passado e indicada pelo recurso sugestivo à expressão "terra de Cabral", e o futuro, que se coloca no texto macediano através da referência à forma de governo adotada após a independência e, portanto, à citada "transmigração".

Momento que, aliás, era, de fato, o presente daqueles que liam suas *Lições*, os jovens estudantes de uma das importantes instituições do país e, ressalte-se, vinculada à Monarquia.

Jovens que, dessa forma, estavam diante de uma história com a qual eles deveriam se identificar, primeiramente, por conta de vivenciarem as conseqüências da ação daquele indivíduo perante o qual os que lhe eram contemporâneos se

mostraram gratos. Em segundo lugar, devido ao fato de estes serem brasileiros, condição semelhante à deles e que, mais relevante ainda, também era, em certa medida, a do próprio D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pois, conforme aponta Macedo, tal ministro era "descendente de uma brasileira" e obteve a reputação de "zeloso protetor dos filhos do Brasil" (II, p. 229).

Desse modo, o vínculo com a terra tornava-se, nas páginas do manual didático escrito por Joaquim Manuel de Macedo, elemento de identificação ao longo do tempo, expressando, assim, o esforço da elite letrada oitocentista no sentido de construir identidades por meio da fixação das mesmas na história do país, ou melhor, na narrativa que eles engendravam para essa.

Daí a preocupação de Macedo em definir já nas primeiras lições justamente a adequada designação que acompanha o termo brasileiro, ressaltando que

> *por brasileiros se designou a princípio aqueles que se davam ao tráfico dessa madeira ("preciosa", segundo ele; o chamado pau-brasil); finalmente porém brasileiros ficaram sendo chamados todos os habitantes e naturais da terra, que perdeu desse modo o nome de Santa Cruz.* (I, p. 32).

Mas, não apenas Macedo ocupou-se do tema da brasilidade, procurando inseri-lo no âmbito da narrativa que ele buscava construir para aquilo que considerava a história do Brasil.

Também José Ignácio de Abreu e Lima dedica várias passagens de seu *Compêndio* para tratar desse tema, utilizando com freqüência o termo brasileiro. Por exemplo, ao narrar outros acontecimentos relacionados com a, já citada, luta contra os holandeses que marcou algumas capitanias e povoações da região nordeste da América portuguesa, sobretudo Pernambuco, no século XVII.

Verifica-se no contexto dessa narração o recurso do letrado pernambucano ao referido termo quando menciona a participação de Filipe Camarão na luta de resistência contra a tentativa de domínio holandês naquela região, já que, logo após mencionar a articulação de um núcleo destinado a organizar as forças de oposição à presença holandesa, o "Campo Real de Bom Jesus" (I, p. 124), Abreu e Lima destaca a frustrada iniciativa dos holandeses com vistas a atacar tal "Campo". Frustação que representou, segundo ele, o primeiro "sucesso feliz" (I, p. 125) daqueles que resistiam aos ataques das armas holandesas.

Sucesso que, ainda de acordo com esse escritor,

> *foi seguido de outro, em que o chefe brasileiro Filipe Camarão com trezentos homens da sua tribo logrou surpreender o General Loncq no seu trânsito do Recife para Olinda, matando, dispersando, e fazendo prisioneira quase toda a sua escolta, composta de seiscentos holandeses.* (I, p. 125).

Dado interessante que se observa a partir dessa narração de Abreu e Lima é que tal autor atribuiu o termo brasileiro não apenas a um indivíduo cujos atos foram, no seu entender, relevantes para o país – ou pelos menos, aquilo que está na origem deste, a colonização portuguesa na América – e, portanto, para a sua história, mas ele promove essa atribuição tendo como referência o "chefe" de uma "tribo".

E, com base nessa observação, é válido salientar, quanto a esse aspecto, uma clara diferença entre esse letrado pernambucano e o fluminense Joaquim Manuel de Macedo, visto que enquanto este procura identificar os indígenas, implícitos na categoria tribo citada na narração do primeiro, por meio das expressões "gentio do Brasil" ou "selvagens", Abreu e Lima recorre a conjunto mais abrangente de definições, tais como "Brasileiros" (I, p. 32), "selvagens" (I, p. 32), e "nações brasileiras" (I, p. 27).

Ademais, a própria forma de abordar o tema dos indígenas e sua relação com a pretensa história do Brasil revela, da parte dos dois autores, perspectivas diferentes na medida em que mesmo tendo dedicado, cada um deles, um capítulo inteiro de seus manuais didáticos para tratar do referido tema, já o título que abre esses capítulos indica essa diferença, pois Abreu e Lima procura descrever para os seus leitores o "caráter, usos e costumes dos habitantes naturais do Brasil" (I, capítulo 1, parte V), ao passo que Macedo parece preocupado em estabelecer certa distância entre o local e o indígena, ao tratar do "Brasil em geral: povos que o habitavam na época de seu descobrimento" (I, lição V).

Ressalte-se, entretanto, que o escritor pernambucano não optou por manter uma vinculação exclusiva entre o termo brasileiro e os indígenas, como se nota em outra passagem de seu *Compêndio*, passagem destinada à narração de episódios bastante posteriores ao momento inicial da presença portuguesa no continente americano e em relação ao qual a necessidade de compreender os tais costumes decorria não somente de exercício historiográfico, como era o dos autores desses manuais, mas das demandas da ação colonizadora propriamente dita.

Passagem que, para ser mais preciso, menciona o episódio conhecido como "noite das garrafadas" (13 e 14 de março de 1831) e que ficou marcado pelos conflitos de rua envolvendo, supostamente, partidários do imperador D. Pedro I e seus oposicionistas[105], retratando Abreu e Lima tal episódio como o impulso a outros embates, pois, naquele momento, "a ofensa da nacionalidade, e por consequência do amor próprio dos nascidos no país, fez reunir então todos os brasileiros, clamando que era mister reprimir a insolência dos estrangeiros". (II, p. 71).

Acerca desse episódio, Abreu e Lima procura ainda alertar seu leitor quanto ao papel desempenhado pelo próprio imperador em toda a situação que originou os tais conflitos, visando, nesse sentido, isentá-lo de responsabilidade em relação aos mesmos, o que se percebe no seguinte trecho do capítulo VII de seu manual didático:

> *Uma das mais fortes acusações contra D. Pedro era que protegia os interesses e as paixões hostis dos Portugueses; esta idéia havia calado no ânimo da mais baixa classe da população livre, e foi a principal causa, que lhe fez perder a sua popularidade. Desgraçadamente foram os portugueses os que mais se empenharam nos obséquios públicos, com que queriam celebrar a volta do Imperador; este ato de dedicação particular, a que ele era inteiramente estranho, provocou um conflito sanguinolento (...).* (II, p. 70).

Além disso, também é importante destacar que o letrado pernambucano definiu esse episódio como parte dos problemas que marcaram o país nos anos em que o primeiro imperador esteve à frente da Monarquia brasileira, sendo tais problemas, de acordo com as descrições e os comentários de Abreu e Lima, decorrentes muito mais da ação de grupos que se opunham a D. Pedro I do que das atitudes dele, por exemplo, em virtude do

> *estilo violento e sarcástico dos Jornais, que tinham chegado ao último ponto de exaltamento (sic), e até de insolência, porque não só atacavam a pessoa sagrada do Monarca, como a mesma Constituição em suas bases fundamentais.* (II, p. 67).

Estilo que contrastava com a postura assumida pelo imperador, pelo menos

---

[105] A respeito dos conflitos de rua que marcaram o episódio conhecido como "noite das garrafadas", ver RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002. Ao analisar esses conflitos, a autora procura relacioná-los com a construção da identidade nacional nos primeiros anos após a independência do Brasil, destacando a importância dos mesmos na definição de usos e concepções variadas do termo brasileiro.

nas páginas do *Compêndio*, já que, de acordo com Abreu e Lima,

> *a bem tristes provas esteve, em toda essa época, sujeito o fundador do Império; e com tudo seu ânimo generoso e inabalável não se doía por si senão pela pátria, e pelos Brasileiros, de quem se julgava verdadeiro pai.* (II, p. 68).

Tendo em vista esses outros usos do termo brasileiro que aparecem no manual didático escrito pelo pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima, parece-me pertinente relacioná-los com a posição por ele assumida no âmbito do debate acerca da nacionalidade da literatura brasileira, mencionado no capítulo anterior, bem como associá-los às suas vinculações com as identidades políticas que caracterizaram justamente esse período em relação ao qual a narrativa desse autor apela de modo constante para um uso distinto do inicialmente apresentado e que, conforme visto, remetia aos indígenas.

Esses usos variados por parte de um único escritor, ao longo de sua obra dedicada à narração da história do Brasil, podem ser tomados, a meu ver, enquanto resultado da mesma perspectiva que procurou negar a nacionalidade da literatura, considerando aquilo que se produzira até então, no âmbito literário, mera reprodução do que se fazia em Portugal devido aos vínculos estabelecidos desde a época colonial.

Daí, portanto, a opção por classificar primeiramente enquanto brasileiros os indígenas, inserindo, gradualmente, nesse conjunto os habitantes da América portuguesa que não eram os “naturais da terra”, uma inserção marcada por certa transmissão da identidade de um grupo, a princípio, restrito, para outro mais abrangente, conforme a emancipação política tornava-se mais próxima na narrativa do passado por ele engendrada.

O que sugere uma visão ancorada na idéia segundo a qual a tradição portuguesa, embora importante no sentido de minimizar os efeitos da “selvageria” daqueles que estavam no Brasil antes do descobrimento, representou obstáculo à originalidade, que se verifica nas letras e na própria sociedade.

Algo que, aliás, remete, penso eu, a outra questão, que é a concepção de história, evidenciando uma diferença bastante expressiva entre Abreu e Lima e Macedo, pois o fato de o primeiro recorrer com bastante ênfase ao uso do termo brasileiro enquanto designação dos que habitavam o país e nele nasceram na narração dos episódios temporalmente mais próximos do momento da escrita, ou

seja, às vésperas e depois da emancipação política diante de Portugal, afastando esse uso da designação originalmente apresentada nas páginas do *Compêndio* e que estava relacionada aos indígenas, parece indicar uma noção de historiografia dominada pela primazia do presente, valorizando a inserção na narrativa daquilo que, de certa ,maneira, ainda está “vivo” na memória dos que lêem seu texto.

E como o uso do termo brasileiro tal qual ele se apresenta mais enfaticamente na parte final da obra de Abreu e Lima é algo que já se coloca desde as primeiras páginas das *Lições* de Macedo, páginas destinadas aos comentários voltados para o momento imediatamente posterior à chegada da frota cabralina ao Brasil, parece o letrado fluminense mais afeito a uma noção de historiografia baseada na necessidade de distanciamento entre passado e presente.

Distinção que aparece nas próprias epígrafes que inauguram esse capítulo, dado que ambas fazem parte do encerramento, como já indiquei, das duas obras, respectivamente a de Abreu e Lima e a de Macedo, sendo que na primeira, publicada, frisemos, em 1843, encontram-se referências à maioridade e aos primeiros anos do reinado do segundo monarca, na segunda os comentários dialogam com os anos iniciais do Primeiro Reinado, por volta de 1822 e 1823, bem distantes, portanto, da data de publicação de tal obra, o ano de 1863, conforme citado anteriormente.

Saliento, porém, que essas diferenças, sobretudo as que concernem a distintas concepções de história, serão melhor exploradas no capítulo 4, restando, por ora, retomar a relevância da construção de uma narrativa da história do Brasil orientada pela transmissão de modelos de conduta.

Ao transmitir formas de comportamento ao público-leitor, as narrativas de Abreu e Lima e Macedo oferecem, então, bons exemplos desse quadro no qual é possível notar um forte vínculo entre a ação difusora da elite letrada e a preparação daqueles que liam suas obras para o exercício da cidadania, realçando a importância de associar tais formas de se comportar ao ideal de brasilidade necessário à promoção da identidade nacional.

Expressivas desse vínculo podem ser consideradas as muitas descrições, feitas pelos dois letrados, de episódios da história do Brasil tidos, por eles, é claro, como exemplos de certas atitudes cidadãs, como é possível notar nas referências do escritor pernambucano à independência do Brasil em relação ao domínio de Portugal, em passagem na qual ele afirma que

> *a nossa revolução é singular nos fastos do mundo: um povo que reivindica seus direitos, que os confia a seus representantes, que se emancipa quando os vê menoscabados e injustamente desconhecidos (...) é o exemplo mais notável e mais digno de admiração entre todos os povos cultos da terra.* (II, p. 22. Grifos meus).

Impressão que permanece da leitura das páginas do texto macediano, por exemplo, quando o autor, referindo-se ao estado dos territórios portugueses na América após a morte do governador-geral Lourenço da Veiga, no ano de 1581, aponta um quadro de grande turbulência política e considera que em, tal contexto,

> *(...) cumpria a todos aqueles que tomaram sobre seus ombros o peso do governo interino, dar um grande exemplo de dedicação, de paciência e de prudente energia, e sacrificar as animosidades e o amor próprio às altas conveniências públicas (...).* (II, p. 21. Grifos meus.).

E, mais uma vez, é válido ressaltar que não eram somente as condutas consideradas positivas aquelas que eram registradas – ou selecionadas – pelas penas dos letrados brasileiros nos oitocentos, haja vista outra passagem das *Lições* de Macedo, nesse caso a respeito da organização das eleições para a escolha dos deputados brasileiros que tomariam parte nas Cortes de Lisboa, no ano de 1821, em que o autor avalia que

> *a reunião tumultuaria em que se tornou a assembléia eleitoral na praça do Comércio, e a maneira selvagem porque ela foi dissolvida, são fatos pelos quais merecem censura os eleitores, e mais do que os eleitores o governo.* (II, p. 266. Grifos meus.)

Exercer a cidadania dissociava-se, assim, nas interpretações de Abreu e Lima e de Macedo acerca do passado nacional, de ações marcadas pelo uso da violência ou da mobilização popular, o que revela a preocupação dos dois membros da elite letrada com a difusão aos seus leitores de uma conduta pautada pelo envolvimento dos indivíduos com a política imperial nos limites da ordem, constitucional – se pensarmos sobre o contexto de organização do regime monárquico no Brasil. Tal fato pode ser percebido, por exemplo, nas ressalvas de Macedo em relação ao movimento conhecido como Revolta de Beckman, ocorrido na segunda metade do século XVII, quando esse autor pondera que

> *a revolta do Maranhão não pode ser desculpada, embora*

> *justos motivos de queixa tivesse o povo que se havia vexado e oprimido; não tinha este porém esgotado todos os recursos, nem perdido todas as esperanças: a paciência era um dever, e a representação ao rei um direito tanto mais animador quanto era conhecida e experimentada as idéias do governo da metrópole. (II, p. 161 – grifos meus.).*

Não sendo, é evidente, comum o modelo de organização política à época na qual o autor escrevia suas *Lições* e no período em que estava inserido o episódio retratado nas mesmas, chama a atenção o fato de que tal autor censura os excessos do povo, destacando enquanto dever do mesmo a busca, dentro dos, já citados, limites da ordem, de uma solução adequada para os problemas, em relação aos quais, conforme enfatiza Macedo, era totalmente aceitável reclamar.

Há, portanto, nesse caso uma perceptível imbricação entre duas épocas completamente distintas, tendo em vista que a leitura promovida por Macedo no presente procura ordenar o passado de modo a tornar-lhe coerente, mas uma coerência pertinente às demandas de organização do próprio presente, ou seja, da sociedade imperial.

Imbricação também notada em outra passagem do *Compêndio* de Abreu e Lima, em que o autor refere-se aos eventos ocorridos em virtude da abdicação de D. Pedro I, no dia 07 de abril de 1831, destacando que

> *no dia 08 de abril os deputados e senadores se reuniram de novo (...) e publicaram uma proclamação ("Proclamação em nome da Assembléia Geral aos povos do Brasil, dando conta dos acontecimentos do dia 07 de abril de 1831, e da nomeação da regência provisória...") apropriada às circunstâncias, e calculada para tranquilizar o espírito público sobremaneira exaltado.* (II, p. 80. Grifos meus.)

A dissociação entre exercício da cidadania e recurso à mobilização popular deixa entrever o elogio dos dois autores ao governo representativo. Mesmo apropriando-se de momentos distintos do passado nacional, ambos procuram legitimar, no caso da citação de Macedo, uma atitude cidadã vinculada às reivindicações promovidas através de atos ordeiros e pacíficos, e enaltecer, segundo a narração de Abreu e Lima, a atuação dos representantes no sentido de garantir a tal ordem.

Curioso, então, como os dois letrados apropriam-se de episódios distintos da história do Brasil para, independente do quão afastados ou próximos eles possam

estar do presente de sua produção escrita, ordená-los na lógica dos temas e projetos que eles procuram promover no difícil equacionamento da organização do Estado nacional brasileiro nos oitocentos, por exemplo, tornando a afirmação e o correto funcionamento do governo representativo, observável nas constantes referências, positivas ou negativas, à relação entre representados – o povo – e representantes – os indivíduos ligados à administração pública –, como que um dos fios condutores da referida história.

A defesa da Monarquia constitucional e do governo representativo, aspectos bastante significativos da ideologia liberal reinante no Brasil durante o século XIX, aproximam, então, as obras do general envolvido com os caramurus, Abreu e Lima, e do membro do partido liberal associado a postos importantes no aparelho de Estado, Macedo. Indivíduos que enxergam nos seus textos destinados à "mocidade brasileira", ou, mais nomeadamente, aos alunos do Colégio de Pedro II, fontes de difusão dos valores liberais e, desse modo, instrumentos de inserção daqueles jovens no universo destes valores.

E ao defender o governo representativo como elemento destacado na dinâmica do regime monárquico constitucional que vigorava no país, a ponto de indicar o mesmo enquanto um dos eixos da chamada história do Brasil, como propus anteriormente, esses dois membros da elite letrada ajudam a validar a hipótese, que venho sustentando, segundo a qual a produção escrita oitocentista assumiu a função de espaço institucional onde atuaram os setores elitistas, trazendo para dentro dele seus esforços de organização do Estado nacional e, por conseguinte, seus conflitos.

Nesse sentido, muito significativas são as considerações de Abreu e Lima, não em seu *Compêndio*, mas em outra importante obra, publicada anos antes. No seu, já citado, *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, esse escritor pernambucano oferece evidências claras do que foi proposto acima, pois, nessa obra, lembremos, datada de 1835, ele destaca que

> *as tendências das sociedades, assim como os desejos de todo homem social, consiste no empenho de serem governados pelos melhores cidadãos, por aqueles que sabem mais, e que se ocupam de indagar a verdade, de ilustrar a sua razão, e de buscar a justiça onde quer que ela exista; neste sentido (...) todos os bons governos, e particularmente o governo representativo, tem por objeto elevar do seio da sociedade esta aristocracia verdadeira, <u>por quem ela deve ser governada</u>, e*

que tem o direito de governá-la.[106]. (Grifos do autor).

Mais interessantes ficam as palavras de Abreu e Lima se retomarmos outra passagem, apresentada por mim no primeiro capítulo, da mesma obra, na qual ele critica veemente a eleição realizada para a Câmara dos Deputados nesses anos iniciais da década de 1830, vendo nos seus resultados a comprovação de que o governo representativo é inadequado ao contexto brasileiro em virtude da ignorância da população.

Perspectivas que, formuladas em diferentes passagens do *Bosquejo*, parecem sugerir certa incongruência por parte do letrado pernambucano na defesa de seus princípios, visto que ele condena e enaltece o governo representativo ao longo de um mesmo texto.

Entretanto, considero mais adequado enxergar essas perspectivas que aparentam contradição como elementos que comprovam a relevância da produção escrita enquanto instrumento de ação dos setores elitistas com vistas à organização do regime monárquico no Brasil, pois as críticas elaboradas por Abreu e Lima não eram, de fato, dirigidas ao governo representativo, mas aos limites que se lhe impunha a realidade brasileira, de incapacidade do representado diante da tarefa de escolher um bom representante, cabendo, desse modo, à elite letrada capacitá-lo, o que ela fazia através de seus escritos.

Como fiz questão de destacar nesse e nos capítulos anteriores, tais observações feitas por Abreu e Lima longe de sugerir um desprezo desse e de outros membros das elites brasileiras pelo governo representativo, indicam um esforço de adequá-lo aos seus interesses, dialogando com temas fundamentais no que diz respeito à política imperial, pois, conforme aponta Miriam Dolhnikoff, no Brasil oitocentista,

> *(...) a construção da cidadania foi um processo pelo qual uma gama de indivíduos passou a gozar de direitos políticos, sem que, contudo, isto tivesse uma perspectiva universalizante como nas democracias modernas. Prevaleceu uma concepção cara ao liberalismo europeu do século XIX de que era preciso garantir a qualidade dos representantes, de modo que homens devidamente qualificados chegassem ao parlamento habilitados para decidir de acordo com os "verdadeiros interesses nacionais". Um representante de qualidade seria*

[106] ABREU e LIMA, José Ignácio de. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. *Op. cit*. p. 103

> *escolhido se o voto fosse exclusivo de eleitores qualificados.*[107]

Outra evidência relevante do vínculo entre a produção de uma narrativa da história pátria, mais especificamente os manuais didáticos de história do Brasil, e a delimitação dos espaços institucionais a partir da ação das elites brasileiras emerge, novamente, das palavras do escritor de Itaboraí, pois, em mais um relatório na condição de primeiro secretário do IHGB, Macedo enfatiza a importância dos estudos e, mais ainda, de que eles sejam desenvolvidos em instituições nacionais, ao elogiar a atitude de "nossos jovens" que

> *reunindo-se em nossas escolas e academias em vez de procurar uma celebridade ruidosa e tumultuária, como soe acontecer em algumas universidades da Europa, acertam de se ocupar do cultivo das letras, da poesia e da filosofia, empregando neste mister tão honroso para eles as horas que sobejam de seu labor acadêmico.*[108]

Dessa forma, mesmo que não remetam de modo direto aos dois manuais didáticos por mim analisados até aqui, as considerações de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves são bastante instigantes para pensar a respeito de certo denominador comum aos textos desse tipo produzidos pela elite letrada oitocentista, pois, de acordo com tal historiadora,

> *a defesa intransigente da manutenção da unidade territorial do Brasil foi outro ponto fundamental apresentado nesses livros de História. (...) Unidade que também devia ser transmitida nos livros de história do Brasil, que começavam a surgir, pois o conhecimento do país era um elemento que podia alimentar a construção de uma identidade nacional.*[109]

Não é sobre o *Compêndio da História do Brasil* e tampouco acerca das *Lições de História do Brasil* que reflete Lúcia Neves, mas bem que poderia ser.

---

[107] DOLHNIKOFF, Miriam. "Representação na monarquia brasileira". *Almanack Braziliense*, São Paulo, nº 09, pp. 41 – 53, maio de 2009. p. 42.

[108] MACEDO, Joaquim Manuel de. "Relatório do primeiro secretário Dr. Joaquim Manoel de Macedo". *Revista do IHGB*. Tomo XVI, 1853, pp. 563 – 600. p. 573.

[109] NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *A história para uso da mocidade brasileira*. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 64. É válido destacar que as considerações feitas por essa historiadora em tal estudo referem-se a sua análise de dois manuais didáticos não abordados nessa pesquisa – *Sinopse ou Dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil (1845)*, de José Ignácio de Abreu e Lima, e o *Epitome cronológico da História do Brasil (1860)*, de Caetano Lopes de Moura –, o que não invalida a relevância de tais considerações no contexto mais abrangente da produção didática relativa à história do Brasil no século XIX.

2.2. Narrativas do passado; projetos de Estado e de nação.

Não era apenas para defender a unidade do território que os membros da elite letrada organizavam seus textos destinados à instrução dos mais jovens, sobretudo aqueles em idade escolar. Essa defesa vinculava-se a outras questões que aparecem de maneira marcadamente constante nos manuais didáticos de José Ignácio de Abreu e Lima e Joaquim Manuel de Macedo e que confirmam o esforço de apropriação do passado como forma de construir uma narrativa – da nação – voltada para atribuir sentido às ações por eles coordenadas no presente, o da organização do Estado nacional.

Para além do aspecto territorial, a unidade implicava a própria estruturação do referido Estado, na medida em que defendê-la não era uma atitude restrita aos desejos de garantir a delimitação vigente das fronteiras nacionais, mas estava associada ao funcionamento do aparato estatal. Unidade, portanto, representava o sucesso da ordem que os setores elitistas procuravam imprimir à sociedade e à política imperiais.

E abordar o passado era buscar argumentos para a legitimação do que se fazia no presente, como se pode perceber nas palavras de Abreu e Lima ao criticar, em seu *Compêndio*, as ações das Cortes portuguesas, no início da década de 1820, em relação ao Brasil, ao destacar que

> *por uma lei datada de 24 de abril de 1821, as Cortes de Lisboa declararam independentes do Rio de Janeiro todos os governos provinciais, e sujeitos tão somente aos tribunais de Portugal. Por esta lei desorganizadora formou-se uma multidão de pequenos governos em todo o Brasil, que se negavam corresponder com o príncipe regente (...).* (II, p. 03. Grifos meus).

Ou, então, como se verifica nas considerações de Macedo a respeito da decisão da Corte de Madri, durante o período da chamada União Ibérica (1580 – 1640), no sentido de decretar a divisão da América portuguesa em dois governos gerais, entre os anos de 1608 e 1617, pois tal autor faz questão de criticar essa decisão, afirmando que

> *nove anos foram de sobra para que ficasse provada a inconveniência e inutilidade dessa desmembração administrativa que, sem a compensação de algum proveito, punha na mesma colônia duas autoridades iguais em face uma*

> *da outra, dividia poder e forças onde o poder e as forças em tanta mesquinhez e insuficiência se mostravam ainda, e chegaria, se acaso fosse perdurável, a afrouxar os laços de uma união, que era uma das principais condições da futura importância e prosperidade do Brasil.* (II, p. 45. Grifos meus).

Seja no contexto às vésperas da independência, seja à época da colonização portuguesa – ou espanhola –, as narrações do letrado pernambucano e do fluminense direcionam a atenção do leitor para a presença e a importância da unidade na história do país, fazendo dela algo inerente a essa história e, dessa forma, tornando inteligível, àqueles que lêem os seus manuais didáticos, a defesa da mesma, sobretudo, é claro, no presente por eles, autor e leitor, partilhado. A unidade territorial construída a partir da independência era, desta forma, naturalizada na versão da história construída pelos dois autores. Era como se um Brasil único sempre tivesse existido e qualquer divisão teria sido resultado de medidas administrativas artificiais da metrópole.

Desdobramento dessa posição favorável à unidade pode ser vista também na atitude dos dois escritores no sentido de promover a defesa da Monarquia constitucional.

Aproveitando as muitas referências, como as anteriormente apresentadas, às questões administrativas, no entender de ambos, mais relevantes ao longo da história do Brasil, Abreu e Lima e Macedo evidenciam um claro elogio à forma monárquica de governo, algo perceptível na passagem em que o primeiro, ao comentar sobre a abdicação de D. Pedro I, faz uma avaliação do período em que o primeiro imperador governou o país, apontando que

> *Bem que tivesse sido ineficaz e errônea em muitos pontos a administração do ex-imperador, a sua elevação ao trono foi mui provavelmente o meio de preservar o Brasil de uma anarquia ainda mais fatal do que a que tem assolado as outrora colônias espanholas. Qualquer tentativa prematura para um governo democrático teria sido seguida de uma guerra sanguinolenta e duradoura, na qual a parte ínfima da população haveria pegado em armas, e a desordem e a destruição teriam assolado a mais bela porção da América meridional. Ainda mesmo conseguindo-se a expulsão dos portugueses, a ignorância do povo e as comoções políticas teriam sido mais fatais do que a guerra estrangeira. O regime a que o povo estava acostumado era o monárquico, e esse foi o instrumento mais próprio para introduzir a civilização que faltava, e para se adotarem os aperfeiçoamentos sociais, que formam uma parte inerente e*

> *essencial do sistema representativo.* (II, pp. 76 – 77).

A passagem é longa, mas, a meu ver, muito ilustrativa da ação das elites no momento de organização do Estado e da nação, pois revela o posicionamento do autor diante de um dos momentos marcantes nesse processo, o da abdicação de D. Pedro I, em 1831, atribuindo-lhe um aspecto de antigüidade ao inseri-lo como parte do passado nacional, e, com isso, legitimando, com suas observações, o regime monárquico, ainda em fase de estruturação no momento em que o *Compêndio* era escrito e publicado, ao tratá-lo enquanto parte dos costumes do povo.

Ademais, essa passagem ganha relevância por igualmente legitimar a ação daqueles que, como o autor, procuravam instruir a população, visto que, no seu entender, a Monarquia constitucional era a garantia da civilização em lugar ainda habitado por pessoas ignorantes, pois apresentava-se como o instrumento mais eficaz de promover melhorias sociais adequadas e necessárias ao funcionamento do sistema representativo.

Aliás, sistema esse que, conforme sugeri anteriormente, assume, nos manuais didáticos de história do Brasil, as mesmas condições de antigüidade e de inerência apontadas no caso do regime monárquico, como é possível notar nas descrições de Macedo acerca dos indígenas que habitavam o território colonizado pelos portugueses na América, ao indicar que

> *(...) fora um erro acreditar, que esses chefes (morubixabas) exerciam poder absoluto: pelo contrário, quando se tratava de assuntos graves, como da declaração ou empenho de guerra, de alguma transmigração, da morte de algum prisioneiro de guerra, ou da paz, reunia-se a cabilda inteira na ocara, discutia-se a matéria, ouviam-se longos discursos, e a resolução era tomada pelo voto de todos.* (I, p. 77).

Tanto no que concerne aos eventos mais recentes da história pátria, como a mencionada abdicação, quanto com relação àqueles que remetem aos “primórdios” dessa história, relacionados, por exemplo, à organização dos povos indígenas quando da chegada dos europeus em terras americanas no início da Idade Moderna, havia uma disposição dos autores na defesa da Monarquia e do sistema representativo.

Outro exemplo disso é oferecido novamente por Macedo, sendo que esse escritor dedica algumas páginas do segundo volume de suas *Lições* à

independência do Brasil, em 1822, tratando-a como resultado da ação da providência divina e enaltecendo a Monarquia como forma de governo adequada à índole e aos costumes do povo brasileiro, em detrimento da, no seu entender, anárquica e fragmentária República.

Dadas as defesas da unidade territorial, da Monarquia constitucional e do sistema representativo como temas comuns aos manuais didáticos de história do Brasil, que circularam durante o século XIX e que foram, inclusive, adotados na mais prestigiada instituição de ensino secundário existente em terras brasileiras, o Colégio de Pedro II, surge a tentação de avaliá-los enquanto peças de execução da política dirigida pelas elites e enquanto expressões de uma visão homogênea a respeito do país.

Contudo, se há concordância sobre o projeto mais amplo, as diferenças aparecem em função do posicionamento político de Abreu e Lima e de Macedo no decorrer do processo efetivo da sua execução. Várias eram as questões envolvidas na montagem da Monarquia constitucional, no que dizia respeito tanto aos conflitos políticos, como a questões mais estruturais, como o lugar dos partidos, o perfil da cidadania, a acomodação dos diversos setores da elite, a divisão dos poderes, por exemplo. Questões que mobilizaram estes autores em função dos contextos distintos em que escreveram, levando-os a assumir a escrita desses manuais didáticos destinados ao ensino da história pátria como mecanismo para firmar posições em virtude de suas visões políticas e, portanto, da necessidade de debater com os adversários que lhes eram contemporâneos, respectivamente entre as décadas de 1830 e 1850 e dessa década até a seguinte.

É o caso do primeiro autor, que, conforme destacado em citação anterior, ao narrar os episódios relacionados à abdicação de D. Pedro I, realça de modo negativo a atuação da imprensa, em contraposição à atitude do primeiro imperador, a qual ele elogia por conta do recurso a “palavras de moderação (proferidas em 30 de novembro por ocasião do encerramento da sessão legislativa)”, considerando tal atitude como a verdadeira salvaguarda da Monarquia em um contexto no qual aquela atuação produziu uma ameaça a essa forma de governo, pois “começou-se por pregar a federação, e acabaram proclamando a república”. (II, p. 67).

Aliás, é no mínimo curioso notar que alguém cuja trajetória foi pautada por polêmicas as mais variadas, estando muitas delas associadas a sua atuação como redator de periódicos, denegrisse o papel da imprensa, timbrando-a com a pecha de

causadora de revoltas.

Evidentemente, não se pode desprezar o fato de que tais críticas dirigiam-se aos jornais com os quais o escritor pernambucano não tinha qualquer tipo de vínculo e que se colocavam contrários a D. Pedro I, personagem por ele enfaticamente defendida neste e em outros textos.

Todavia, causa certa estranheza postura tão díspar quando se compara a ação desse letrado em uma ou outra vertente da produção escrita brasileira oitocentista; assim, enquanto a imprensa periódica era o espaço da polêmica, veículo das mais acirradas diatribes, os manuais didáticos apresentavam-se como instrumentos da defesa da "moderação" ante o "exaltamento" (sic).

Moderação que também é defendida por Macedo ao longo de sua narrativa dos vários episódios constituintes da (sua) história do Brasil e para a qual, segundo ele, eram de grande contribuição os periódicos, como aqueles que apareceram no Brasil no contexto da Revolução Liberal do Porto e do início do processo de independência da colônia portuguesa na América, destacando os mesmos como difusores do liberalismo, ao afirmar que, naquelas primeiras décadas do século XIX, "a imprensa contou com novos órgãos que pregaram idéias liberais e excitaram o espírito público" (II, p. 263.).

Além disso, é importante ressaltar também, com base nos exemplos apresentados até aqui, que tais manuais didáticos expressam a politização da história, visto que eles veiculavam, de certa maneira, um julgamento do autor em relação às personagens históricas apresentadas na narração dos episódios, deixando entrever um exercício de aproximação ou de afastamento de quem escrevia em face do comportamento atribuído àqueles que figuravam enquanto elementos do narrado.

E mesmo que de forma indireta, pois Macedo não deixou em seu manual didático qualquer referência ao episódio da abdicação de D. Pedro I, encerrando seu texto, como já mencionado, com os eventos da aclamação e coroação do primeiro imperador e da guerra de independência, torna-se válida a menção ao referido episódio, feita pelo escritor de Itaboraí, constante de seu *Um Passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, de modo a ilustrar esse tom político que os letrados inseriam na produção e difusão de suas visões acerca da história do país.

Independente da variação quanto ao tipo de produção textual, as crônicas escritas por Macedo deixam também entrever suas posições quanto à avaliação dos

diversos episódios da história do Brasil e, por isso, ajudam a compreender certas nuances e distinções nas posturas da elite letrada diante dos mesmos, como é o caso do momento final do governo de D. Pedro I, já que, a respeito desse acontecimento, tal escritor faz as seguintes considerações:

> *A abdicação do primeiro imperador importou um triunfo completo do partido liberal, que lhe fizera decidida e constante oposição desde o dia da dissolução da constituinte em 1823.*
> *(...)*
> *O triunfo do partido liberal deu incremento a novas idéias. Os pensamentos tomavam outra direção, mas os tumultos e as rusgas que se foram logo sucedendo faziam estremecer os estabelecimentos organizados e as instituições de diversas naturezas.*
> *Os três primeiros anos depois da abdicação foram de grandes lutas, de grandes receios e de grandes dedicações.*
> *Não haverá jamais um historiador imparcial e justo que não reconheça e proclame os serviços relevantíssimos e o patriotismo do partido liberal moderado, que salvou a monarquia constitucional e a integridade do império nessa época difícil.*[110]

É interessante notar a diferença na percepção dos dois autores a respeito da abdicação do primeiro imperador não somente por conta dos indícios, dela oriundos, do engajamento diverso de ambos no contexto da política imperial, lembrando que Abreu e Lima anunciou mais de uma vez seus vínculos com os caramurus enquanto Macedo foi membro do partido liberal. Tal diferença também é instigante para refletir justamente sobre a inserção desses autores e de suas obras em momentos distintos do período imperial.

Diferença que pode ser verificada por meio de exemplos extraídos dos textos de Abreu e Lima e de Macedo, como em passagens, citadas anteriormente, nas quais esses dois letrados narram a atuação dos partidos políticos no Brasil, deixando entrever distintos posicionamentos de ambos na forma de encarar certas questões relevantes para a política imperial.

Também nos manuais didáticos destinados ao estudo da história pátria, José Ignácio de Abreu e Lima e Joaquim Manuel de Macedo debruçam-se sobre o tema da ação partidária, sinalizando olhares diferentes a respeito da mesma, já que, por um lado, aquele alude, ao longo das páginas de seu *Compêndio*, a tal ação freqüentemente de maneira negativa, por exemplo, ao destacar, em referência ao

---

[110] MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. *Op. cit.* p. 240.

governo de D. Pedro I, que

> *a nomeação de novos ministros foi seguida de uma mudança na política do governo que não agradou aos liberais, e desde então a tribuna e a imprensa tornaram-se a arena, onde acrimoniosamente combatem os dois partidos.* (II, p. 32).

Tratando do contexto em que se iniciava a organização do Estado nacional, em torno dos debates envolvendo a elaboração da primeira carta constitucional do recém-independente país, o escritor pernambucano atribui o fechamento da Assembléia Constituinte não a certo autoritarismo do imperador, mas à ação dos partidos que, por meio da própria Assembléia e da imprensa, geraram problemas sérios e "obrigaram" o imperador a promover tal fechamento, em novembro de 1823.

Por outro lado, além das menos freqüentes referências de Macedo ao tema da atuação dos partidos na política brasileira, é curioso notar como, ao invés de criticá-la, o letrado fluminense, elabora uma crítica, na verdade, às ações que procuram anulá-la, como se pode depreender da leitura do trecho de suas *Lições* em que ele, analisando a situação anterior à proclamação da independência, aponta que

> *nas lutas de partidos ou de opiniões que essencialmente divergem, desagrada a um e outro quem procura agradar a ambos: a política do príncipe (regente, D. Pedro) não satisfez portanto nem aos portugueses, nem aos brasileiros (...).* (II, p. 271).

Interessante ainda é sublinhar que os comentários de Abreu e Lima e de Macedo remetem à participação de uma mesma personagem na política brasileira: o primeiro imperador, D. Pedro I.

Seja já na condição de monarca, seja desempenhando a função de príncipe regente na ausência de seu pai, o rei D. João VI, que retornara para Portugal, as narrações dos dois letrados acerca da atuação do mesmo, embora em contextos distintos, já assinaladas nas citações sobre suas formas de enxergar, e transmitir – é claro –, o episódio da abdicação, revelam mais do que simpatias ou antipatias pela personagem presente na narração, indicando maneiras diversas de compreender e de difundir o passado nacional.

Outro elemento representativo dessa observação percebe-se na maneira por meio da qual os dois escritores relatam um mesmo – e importante – episódio verificado ainda na fase colonial, mas já muito próximo do momento da proclamação da independência: a revolta ocorrida em Pernambuco no ano de 1817.

Curioso, de antemão, mostra-se o tom, a meu ver, excessivamente dramático, atribuído a tal episódio na narração feita por Abreu e Lima, pois, ao anunciar àquele que lê seu texto o próximo tópico constante de seu *Compêndio*, esse escritor destaca que lhe caberá, a partir daquela linha,

> *relatar um acontecimento desgraçado, cujo sanguinolento desfecho derramou luto sobre uma província inteira, paralisando por muitos anos sua crescente prosperidade, e arruinando muitas famílias, que ainda hoje* (em 1843, data da publicação de *Compêndio da História do Brasil*) *sofrem a conseqüência da bárbara legislação daqueles tempos.* (I, p. 272.)

Curiosidade aumentada através da constatação de que esse escritor, ferrenho crítico das ações revolucionárias, como se pode notar da leitura de outra obra sua, citada anteriormente, – o *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil* – não se abstém de intervir na simples narração dos fatos referentes ao episódio, para enxertá-la de comentários bastante positivos e, até mesmo, elogiosos, como se observa na seguinte passagem:

> *É para louvar, e talvez coisa nunca vista em nenhuma outra revolução, a boa ordem que guardavam os oficiais e soldados de linha, respeitando a propriedade e o asilo de todos os cidadãos: nenhuma casa violada, nem um roubo se perpetuou.* (I, p. 279.)

Ordem, cidadania e respeito à propriedade emergem do relato de Abreu e Lima na condição de elementos associados à chamada Revolução Pernambucana de 1817, características que são totalmente compreensíveis, como já sugeri na avaliação de outra passagem da narrativa de tal autor sobre episódio distinto, na pena de alguém que propaga moderação enquanto comportamento modelar, mas que, evidentemente, não se encaixam bem no contexto de uma luta dita revolucionária. Algo estranho, afinal.

E mais. Maior estranheza surge do contato com os trechos selecionados acima quando se estabelece a comparação entre esse olhar de Abreu e Lima acerca do referido episódio e a narrativa proposta por Joaquim Manuel de Macedo para o mesmo, sendo que, ao narrar os acontecimentos relativos à chamada Revolução Pernambucana de 1817, esse autor pondera que

> *refletindo friamente nesse movimento ilegal e violento, reconhece-se que ele não tinha as condições necessárias para*

> *triunfar; e que foi tão imprudente como contrário às conveniências futuras do Brasil.* (II, pp. 254 – 255).

Uma referência exterior aos textos talvez seja um importante indício para elucidar tamanha diferença de olhares a respeito do mesmo episódio. Ela corresponde ao fato de que Abreu e Lima, escritor natural de Pernambuco, palco do movimento revolucionário descrito pelos dois autores, teve sua vida diretamente atingida pelos eventos relacionados ao mesmo, tendo em vista que, como mencionei anteriormente ao abordar partes da sua biografia, ele foi preso às vésperas da eclosão das disputas entre grupos da província e setores ligados à Corte do Rio de Janeiro. Além disso, lembremos que seu pai, o famoso, à época, Padre Roma, participante da tal Revolução Pernambucana de 1817, acabou preso e foi condenado à morte por conta de sua participação, pena, inclusive, aplicada diante do olhar do próprio filho, José Ignácio.

Dessa forma, enquanto para Macedo tal episódio era apenas algo pertencente ao passado da nação que ele deseja construir e difundir, e na qual não cabiam ações turbulentas como as de uma revolta, ainda mais nesse caso, marcado pelo questionamento ao controle político da dinastia de Bragança – naquele momento representado por D. João VI –, para Abreu e Lima era assunto tanto de ordem geral, do conjunto nacional, quanto de cunho individual, ou seja, do seu próprio passado, incrustado nas suas exclusivas memórias.

Por conseguinte, a disposição de Abreu e Lima para “relatar um acontecimento desgraçado, cujo sanguinolento desfecho derramou luto sobre uma província inteira”, como ele mesmo menciona, indica a inclinação da elite letrada para a conformação da história pátria à memória desse grupo, transformando, afinal, interesses nitidamente pontuais e particulares em manifestações de uma vontade geral e de um laço comum.

Daí, serem tão diferentes as narrativas dos dois escritores, o que, ao lado das semelhanças entre o *Compêndio da História do Brasil* e *Lições de História do Brasil*, reforça a impressão de que o apego ao ideal de instruir a população vinha, no século XIX, acompanhado de um esforço de consolidar um projeto e de transmitir uma visão acerca do país.

Visão essa extremamente articulada com a questão dos vínculos do indivíduo com a província, visto que nos escritos de Abreu e Lima e de Macedo a referência à

situação provincial ocorre de maneira constante e, em certa medida, tais vínculos ajudam a compreender algumas variações e nuances nas abordagens desses letrados a respeito de alguns episódios da história do Brasil.

Exemplo disso, percebe-se na forma por meio da qual Macedo relata, em outra passagem, novamente os acontecimentos às vésperas da independência do Brasil em relação a Portugal, sublinhando o fato de naquele momento a autoridade do príncipe regente D. Pedro encontrava-se enfraquecida pela decisão, já citada, das Cortes portuguesas no sentido de subordinar de novo as províncias da sua antiga colônia americana ao controle de Lisboa através da criação de juntas governativas nas mesmas, mantendo-se fiéis e obedientes àquele apenas as províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Completando sua narração, Macedo destaca ainda que, nesse contexto,

> *a decidida e forte cooperação dos paulistas, e as noticias animadoras que chegaram de Minas Gerais, onde o espírito liberal era muito pronunciado, e não menos ardente o desejo da independência, acoroçoaram os patriotas do Rio de Janeiro, que deram-se pressa em fazerem assignar pelo povo uma representação para ser apresentada pelo Senado da Câmara ao príncipe regente pedindo-lhe também que ficasse no Brasil.* (II, p. 281.)

Relato muito parecido oferece Abreu e Lima acerca do mesmo episódio, conhecido como o Dia do Fico, em 09 de janeiro de 1822, ao comentar que

> *na cidade de São Paulo, onde os patriotas eram em maior número do que na capital, as coisas levaram caminho mais pronto e seguro. José Bonifácio de Andrada e Silva (...) convocou (...) os seus colegas, e conseguiu que assinassem uma representação, em que francamente se fazia ver a sua alteza real, que a sua partida seria o sinal da separação do Brasil.* (II, p. 06.)

Como se pode notar, tanto o pernambucano Abreu e Lima quanto o fluminense Macedo, que apresentaram em seus textos, conforme indiquei páginas acima, diferentes percepções sobre a ação dos “pernambucanos” em outro episódio da história pátria, enaltecem a ação dos “paulistas” às vésperas da independência.

Mas, não é válido considerar que essas diversas avaliações sobre “paulistas” e “pernambucanos” representam a primazia de uma determinada identidade, provincial, em relação às demais. Até porque, tal hipótese invalida-se já na averiguação de outras passagens do *Compêndio* e das *Lições*. No primeiro caso,

nota-se que o escritor pernambucano que fizera questão de tecer elogios ao movimento de 1817, assume postura completamente oposta ao abordar outro evento desse tipo, só que ocorrido no ano de 1824, a chamada Confederação do Equador, ponderando, a respeito da mesma, que não passava de uma ação de poucos descontentes, enquanto “achava-se toda a província comovida em favor da integridade” (II, p. 41).

Já, no segundo caso, o letrado fluminense veicula em seu manual didático uma crítica contundente à ação dos colonos que habitavam a região de São Paulo, afirmando que “indubitavelmente a causa dos paulistas (de escravização dos indígenas e destruição das missões no século XVII) ofendia a razão e a justiça (...) (II, p. 103).”

Desse modo, mais significativo do que a veiculação de elogios ou críticas a um ou outro grupo, no caso os “paulistas” e os “pernambucanos”, é observar que as referências, nessas e em outras passagens dos dois manuais didáticos de história do Brasil, à situação das províncias, bem como ao vínculo da ação dos seus habitantes com diferentes e relevantes momentos da história pátria confirma o, já citado, esforço da elite letrada no sentido de acomodar as identidades locais em outra, mais ampla, a nacional, retomando as considerações de István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta.

Sendo assim, a figuração do indivíduo e da província no *Compêndio* de Abreu e Lima e nas *Lições* de Macedo, especialmente sob a forma do entrecruzamento e da imbricação de suas experiências, representa a significativa influência na produção escrita, em geral, e nos manuais didáticos, de modo mais particular, da visão romântica de mundo enquanto ordenadora dos projetos de Brasil existentes no século XIX, já que há, nesse contexto, conforme avalia J. Guinsburg, profunda mudança no discurso histórico e, conseqüentemente, na maneira de produzir a leitura do passado, a história, visto que, colocando essa no plural – histórias – ele sugere que

> *suas fontes propulsoras estão menos na ação isolada do homem abstrato, singularizado na ratio, do que, de um lado, no indivíduo, fantasioso, imprevisível, de alta complexidade psicológica (...), que é o herói romântico, encarnação de uma vontade antes social do que pessoal (...), e, de outro lado, num ser ou organismo coletivo dotado de corpo e alma (...), cujo espírito é o centro nevrálgico e alimentador de uma*

experiência conjunta.[111]. (Grifo do autor).

A coletividade que caracteriza o novo arranjo do discurso histórico acaba, portanto, aproximando o indivíduo da região, sua província natal, de modo a gerar um processo de identificação capaz de atender às demandas de constituição da "comunidade imaginada" representada pela nação. Processo válido para quem escreve e também para aquele que lê.

Por isso, não é possível desprezar o fato de que a forma de lidar com o território e as diversas realidades que o constituíam passa também por respeitar certas especificidades e, mesmo que prevaleça, no caso dos manuais didáticos de história do Brasil, a defesa de pontos fundamentais, como a unidade territorial, a Monarquia constitucional e o sistema representativo, existe a percepção de que essa atitude deve vir acompanhada do reconhecimento da tal diversidade regional.

Deslocando, então, a questão das diferenças nas abordagens de Abreu e Lima e de Macedo a respeito dos episódios por ele organizados enquanto partes da chamada história do Brasil, do âmbito do vínculo dos autores com as identidades provinciais para a sua relação com tendências político-partidárias atuantes no país ao longo do século XIX, é válido destacar certa acomodação dos relatos de ambos sobre a situação das províncias às disputas envolvendo tais tendências e grupos no contexto de montagem do Estado imperial.

Essa possibilidade ganha relevância na medida em que se avaliam os comentários de Abreu e Lima sobre o período da Regência (1831 – 1840), sendo que esse escritor salienta a incapacidade do governo regencial em combater as revoltas que se espalhavam pelas províncias, sobretudo as das regiões norte e nordeste, como era o caso do Pará, local onde houve muitos conflitos e, conseqüentemente muitas mortes, segundo ele, especialmente no dia 16 de abril de 1833, episódio no qual, de acordo com tal escritor,

> *o governo da regência, débil e sem força alguma moral, recebeu a noticia deste horroroso acontecimento como se fosse uma calamidade inevitável, e contentou-se em nomear outras autoridades para o Pará, dando por consumado o fato da desobediência e suas conseqüências.* (II, p. 107).

E, no conjunto das críticas que veicula contra o governo regencial, o letrado

---

[111] GUINSBURG, J. *Romantismo, Historicismo e História*. In:_____(org.). *O Romantismo*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. p 15.

pernambucano revela seu posicionamento diante das disputas que marcavam a política brasileira àquela época, elogiando, primeiramente, o partido caramuru, ao destacar que o mesmo “não tinha nem a energia de um partido politico, nem a audácia das facções, que tudo empreendem, porque nada tem a perder”. (II, p. 95), para, em segundo lugar, condenar as ações do “partido moderado”, caracterizadas por “alguns excessos (que) neutralizaram muitas das suas medidas, e assim a compensação foi toda em detrimento do país” (II, p. 114).

Comparados, então, às considerações, já citadas, feitas por Joaquim Manuel de Macedo nas crônicas publicadas no Jornal do Comércio sob o título de *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, nas quais esse letrado fluminense enaltece a ação do “partido liberal moderado”, os comentários de José Ignácio de Abreu e Lima reafirmam os interesses desses autores com a escrita e a publicação de manuais didáticos destinados ao estudo da história pátria.

Ou seja, enquanto Abreu e Lima, declarado simpatizante do partido caramuru procura incrementar de elogios as partes da narrativa que remetem às ações do mesmo e encher de críticas os adversários, Macedo, membro do partido liberal, uma das vertentes oriundas do grupo dos moderados, adota o procedimento inverso, mudando o direcionamento das críticas e dos elogios.

Opções que expressam a inserção dos dois escritores e de suas obras em diferentes momentos da dinâmica política associada à Monarquia brasileira, na medida em que, somadas às formas por meio das quais Abreu e Lima e Macedo fazem referências aos episódios da pretendida história do Brasil, como tenho procurado destacar, tais opções evidenciam o recurso a modos de narrar o passado nacional caracterizado pela ênfase em aspectos diferentes.

Retornando, assim, às epígrafes que inauguram esse capítulo, é possível afirmar que se há, por um lado, uma preocupação dos dois autores em termos de assegurar aos seus leitores a clara possibilidade de um futuro ligado a traços positivos, nota-se, por outro, a inclinação distinta de Abreu e Lima e de Macedo com vistas a ilustrar os mecanismos de viabilização do referido futuro, pois enquanto o primeiro letrado coloca esse porvir de “dias lisonjeiros” nas mãos do monarca, o segundo esforça-se no sentido de vincular o “portentoso futuro” à índole do povo e às instituições livres do país.

Observação que se confirma por meio da leitura do trecho do *Compêndio da História do Brasil* dedicado aos comentários de Abreu e Lima acerca do período

regencial, sendo que em tal trecho o letrado pernambucano afirma:

> *Se nos enganamos em nossas opiniões acerca dos futuros destinos do país, se os nossos temores eram ou não infundados pela sorte da Monarquia debaixo de uma longa menoridade, e exposta durante ela a todos os furores das paixões populares, o tempo o decidirá, quando houverem desabrochado todas as sementes, que se plantaram nos nove anos decorridos desde a Abdicação até a Maioridade do Senhor D. Pedro II. Por ora só diremos, que nunca tivemos em vista que o senhor Duque de Bragança viesse ao Brasil para ocupar o Trono, que tão voluntariamente havia deixado; e só quem o não conhecesse poderia imaginar semelhante indignidade. O furor das facções fez dar-nos a denominação de Restauradores, porém a volta daquele Augusto Senhor tinha para nós a grande vantagem de assegurar a Monarquia e o Trono de seu Filho pela sua presença no Brasil (...).* (II, p. 91. Grifo do autor.).

Em diálogo, mais uma vez, com os "futuros destinos do país", José Ignácio de Abreu e Lima suspende a narração dos episódios relativos à história do Brasil para esclarecer seu leitor quanto às posições que ele assumira no contexto das disputas políticas que marcaram a Regência, enfatizando sua única e valiosa preocupação: a preservação da Monarquia ante as ameaças representadas pelas "facções".

Interessante perceber, ainda, que essa pausa na narração sucede as descrições que ele fizera a respeito da situação em que "aventurou-se o golpe de Estado, resignando a Regência Permanente a sua autoridade ante as Câmaras, depois de haver dado o Ministério a sua demissão no mesmo dia (30/07/1832)". (II, p. 89). Situação, portanto, relacionada ao que ficou conhecido como Golpe da Chácara da Floresta[112].

Percepção incrementada pelo fato de que, linhas após ter feito referência a essa situação, Abreu e Lima salienta, primeiramente, que o tal "golpe de Estado" não passara de "tentativa, felizmente, malograda", destacando, a seguir, os desdobramentos desse malogro. E, com relação a esses, o letrado pernambucano enumera que "a Capital gozou até o fim do ano de aparente calma, ainda que os espíritos se agitassem de novo em diversos sentidos, mas sem nenhum esforço ostensivo". (II, p. 90).

---

[112] A respeito do referido Golpe da Chácara da Floresta e suas relações com a situação política à época da Regência, ver GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831 – 1837). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática.* Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

E ele encerra essa lista dos resultados da, segundo o próprio autor, tentativa de “golpe de Estado”, fazendo a seguinte ressalva:

> *Entretanto formava-se um partido, cujas vistas se estendiam para mais longe, e cujas intenções tem sido torpemente caluniadas; este partido foi o que se denominou Caramuru, e tinha por objeto a volta do Magnânimo Duque de Bragança ao Brasil como Tutor de seu Augusto Filho, e Regente do Império; mas isto nunca passou de desejos*. (II, p. 90).

As páginas do manual didático escrito pelo pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima serviram também aos seus propósitos face às demandas relacionadas com as disputas políticas que marcaram o país justamente no momento em que esse manual era publicado.

Como alguém vinculado ao grupo dos restauradores, esse letrado busca evidenciar seu posicionamento perante o leitor, orientando sua narrativa do passado nacional com base na tentativa de enaltecer suas posições e opiniões, de modo a incorporar aquele no âmbito da identidade política com a qual ele mesmo tinha vínculos, por meio da fixação, na memória (da nação), do caráter positivo das ações que o grupo ao qual ele pertencia promovera e da desqualificação dos atos de seus adversários.

A referida narrativa sofre a influência dos posicionamentos políticos daquele que a articula, no caso, Abreu e Lima, visto que à ação das “facções” e ao conseqüente “furor das paixões populares” ele opõe a necessidade de assegurar a Monarquia através da iniciativa tanto do primeiro imperador, D. Pedro I, quanto de seu filho, ressaltando a menoridade enquanto momento no qual a “sorte” dessa forma de governo que fora introduzida no país após a emancipação política esteve ameaçada, o que justifica, mesmo que não se confirmem futuramente, seus “temores”.

Sob outra perspectiva e não convivendo com as disputas políticas que caracterizaram o período regencial, Joaquim Manuel de Macedo, sem abandonar as referências elogiosas aos monarcas, faz desses elogios não elementos de promoção da defesa do regime monárquico centrado no poder e na figura do imperador, tal como ocorre com Abreu e Lima, mas procura recorrer a eles para, de fato, realçar o papel das instituições e a ação do povo – aqui tomado enquanto construção simbólica associada às demandas de afirmação da nacionalidade – para o funcionamento adequado, segundo seus padrões – é claro –, da Monarquia

brasileira.

Algo que se nota pelo fato, já sublinhado, de que os manuais didáticos escritos por esses dois letrados encerram-se com a narração de episódios distintos, sendo esse encerramento reflexo de uma postura diferente dos dois autores diante do labor historiográfico, estando Abreu e Lima voltado para a elaboração de uma narrativa na qual o presente (da escrita) está inserido, ao passo que Macedo promove um afastamento em relação ao mesmo.

Contudo, é válido ressaltar que se não há nas *Lições* de Macedo a referência aos temas relacionados com a situação na qual o autor estava de fato inserido, como acontece no *Compêndio* de Abreu e Lima, isso não permite afirmar que o texto macediano busca efetivamente a imparcialidade no âmbito da narração dos episódios da chamada história do Brasil.

Também no que concerne às tais *Lições de História do Brasil*, verifica-se a influência dos posicionamentos políticos do autor, porém uma influência que se dá de forma diferente, visto que outro era o contexto.

Sendo assim, penso que a própria opção por afastar o presente da narrativa do passado, pelo menos de modo visível e direto, já ilustra essa diferença na articulação dos referidos posicionamentos políticos com a escrita da história do Brasil, pois esse afastamento, a meu ver, indica uma menor necessidade de fazer, como faz Abreu e Lima, do manual didático um panfleto voltado para a divulgação, de certo modo, explícita de suas posições face às disputas políticas existentes no país, e, por conseguinte, uma maior inclinação para recorrer as suas páginas com vistas a dotar, cada vez mais, de antigüidade a Monarquia constitucional e representativa, de cujas instituições, aliás, como ponderei em outras passagens, Macedo participava.

Daí o esforço do letrado fluminense com vistas a enfatizar o papel, anteriormente mencionado, dessas instituições não apenas no que dizia respeito ao momento em que ele escrevia, mas ao longo da história que procurava narrar.

Algo que se observa no trecho em que Macedo destaca, mais uma vez, o episódio da “transmigração da família real”, assinalando como desdobramento bastante positivo para a antiga colônia portuguesa na América, a partir desse episódio, o fato de que

> *a capital da monarquia assentada na cidade que Mem de Sá fundara, tornou indispensável a criação de muitas e*

> *importantes instituições que, nem sempre acertadamente, foram uma completa imitação do que existia em Portugal. (II, p. 232).*

Observação que fica ainda mais interessante quando, linhas depois, nota-se certa reticência diante da ação dos monarcas, tendo em vista que Macedo, ainda tratando do episódio acima citado, ressalva que

> *entretanto era impossível que não aparecessem alguns espinhos no meio de tantas flores, e que a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro não fizesse o povo experimentar alguns vexames (...)*. (II, pp. 233 – 234).

Sem menosprezar, portanto, as melhorias decorrentes da "transmigração da família real", o escritor de Itaboraí admite problemas, para o povo, oriundos da presença da corte em terras brasileiras.

Presença, porém, insisto, que tal escritor não enxerga como tendo sido negativa, até porque dessa presença teria derivado a emancipação política associada à opção pelo regime monárquico. Mas, mesmo assim, também no que se refere ao episódio da separação do Brasil em relação a sua antiga metrópole européia, o letrado fluminense faz questão de ressaltar a participação do povo, ponderando que

> *no espírito dos homens generosos e ilustrados do Brasil fermentavam as aspirações liberais; a população sentia-se pouco a pouco imbuída de novas idéias que abriam a seus olhos horizontes novos, e experimentava aquela espécie de ansiedade que pressagia os grandes acontecimentos políticos (...)*. (II, p. 259).

E a partir da ação de "homens generosos e ilustrados", Macedo articula não somente a narração acerca da independência, mas ordena, nas páginas de seu manual didático, a própria nacionalidade, quando apresenta, como um dos resultados daquela ação originalmente encaminhada com base na ilustração de alguns, a mobilização mais ampla por meio da qual

> *(...) os brasileiros (...) mostravam-se dispostos a não consentir em tal degradação (a "recolonização" desejada pelas Cortes portuguesas), e muitos aspiravam à independência completa para o Brasil, idéia patriótica e santa que contava já nobre mártires, e recebera em 1792 o seu batismo de sangue derramado em um cadafalso (...)*. (II, pp. 269 – 270).

Ao valorizar, no âmbito de sua narrativa do passado nacional, o papel das instituições e a ação do povo, estando esse sob a orientação de indivíduos mais capacitados, Joaquim Manuel de Macedo insere, creio eu, essa narrativa na dinâmica dos espaços institucionais que se definiram de modo mais expressivo no contexto da consolidação da Monarquia parlamentar e representativa, a partir da década de 1850, enaltecendo em suas *Lições* aquelas condutas que, em certa medida, marcaram sua atuação nos referidos espaços, em virtude da sua condição de representante, seja enquanto escritor, seja, propriamente, por conta da sua atuação como deputado provincial e membro da Assembléia Geral.

2.3. Estatuto nacional e produção do (re)conhecimento histórico.

Dada a relevância, então, dos manuais didáticos de história do Brasil na dinâmica de funcionamento do regime monárquico no país e a defesa do governo representativo assumida pelos autores dessas obras, é válido observar que se por um lado tais obras tiveram papel destacado na difusão não somente do conhecimento sobre a história pátria, mas, através dessa difusão, também no que concernia à promoção da identidade nacional, por outro lado elas serviram, no âmbito dos escritos oitocentistas, às demandas dos indivíduos que as confeccionaram no contexto das lutas políticas que caracterizaram a sociedade imperial.

Com relação ao primeiro aspecto, verifica-se, então, que não apenas para o presente e o futuro estavam voltadas as atenções dos envolvidos com a questão da nacionalidade e da organização estatal. Face às demandas de cunho simbólico, geradas em virtude da necessidade de amalgamar realidades difusas e dar-lhes um aspecto de unidade, e à fragilidade decorrente da recente mudança de status do Brasil, era preciso criar uma tradição e dar uma feição de antigüidade a algo que, como apontei acima, mostrava-se extremamente novo; por fim, era forçoso “olhar para trás”.

Ou seja, acomodar a idéia de nação aos imperativos do momento em que era necessário formar o público e limitar o privado requereu a constituição, de frente para trás – do presente em direção ao passado –, de uma linha capaz de promover o encadeamento dos episódios, selecionados como fundamentais, ocorridos na América portuguesa e, a seguir, no Império brasileiro. Em outras palavras, fazia-se

imperante percorrer o passado com o intuito de transformá-lo em História; na História do Brasil[113].

Aliás, tal percepção torna-se mais relevante ao se levar em conta questões abrangentes associadas às alterações ocorridas em âmbito geral no século XIX, como a constituição de uma visão romântica de mundo, por mim já apontada, sendo que, conforme observa J. Ginzburg,

> *(...) o Romantismo é um fato histórico e, mais do que isso, é o fato histórico que assinala, na história da consciência humana, a relevância da consciência histórica. É, pois, uma forma de pensar que pensou e se pensou historicamente.*[114]

Como se pode depreender das palavras desse crítico literário, mais uma vez é válido atestar o forte vínculo existente entre a produção escrita oitocentista – e os letrados a ela relacionados – e a confecção de uma história pátria, sendo esta apreciada como mais um instrumento para a definição de uma identidade propriamente nacional, o que reforçava a importância dos manuais didáticos no âmbito daquela produção.

Vinculados ao advento da escola moderna emergida das sugestões de Comenius, esses manuais didáticos de modo geral tornaram-se, na avaliação de alguns estudiosos de história da educação, "recursos materiais que, ao garantirem a transmissão do conhecimento, tiravam das mãos do mestre essa função, patente outrora na educação feudal, cuja base técnica era de natureza artesanal"[115].

Veicular informações de modo a propiciar uma relação de ensino-aprendizagem garantidora da comunicação de certas técnicas a um determinado público era, então, aquilo que se pretendia com a elaboração desse tipo de texto.

Sendo assim, guardadas as devidas ressalvas quanto às diferenças do desenvolvimento de uma estrutura educacional, especialmente a escolar, na Europa e no Brasil, fica evidente, a princípio, a importância de tratar os referidos manuais

---

[113] É válido destacar, no que concerne a essa preocupação da elite letrada da sociedade imperial com a produção de uma História do Brasil, a ação do IHGB no sentido de organizar um concurso que premiaria aquele que apresentasse "o melhor plano que tratasse da história antiga e moderna do Brasil, considerando as questões política, civil, eclesiástica e literária". Apud LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817 – 1820).* São Paulo: Hucitec, 1997. p. 61.

[114] GUINSBURG, J. *Romantismo, Historicismo e História*. *Op. cit*.

[115] ALVES, Gilberto Luiz. *Manuais didáticos de história do Brasil no colégio Pedro II: do Império às primeiras décadas da República*. p. 07. Nesse mesmo estudo, o autor aborda as proposições de Comenius, apresentadas em *Didáctica Magna*, acerca das práticas de instrução, que, de acordo com aquele, foi o principal mentor da "organização manufatureira do trabalho didático" (p. 02), na qual estão inseridos os manuais didáticos e a própria escola moderna.

didáticos como ferramentas de divulgação de saberes e, no caso específico daqueles que abordavam os eventos da História do Brasil e foram produzidos à época do regime monárquico, enquanto mais um item integrante da estratégia das elites brasileiras em seu esforço de promoção e difusão da ordem que eles almejavam para o país.

A instrução dos jovens brasileiros a respeito do passado nacional era, afinal, mais um elemento em jogo nesse quadro de definição da Monarquia brasileira e coube aos manuais didáticos de história do Brasil o relevante papel de inserção daqueles que se encontravam em idade estudantil nas fases pregressas de formação do país, o que significava, ao mesmo tempo, atar esses estudantes ao ideal de nação que se procurava afirmar no e para o Brasil.

Nesse sentido, cabe uma averiguação dos aspectos mais gerais associados ao surgimento de um discurso historiográfico em terras brasileiras no século XIX, sobretudo quando, conforme já destaquei, percebe-se a importância, em tal contexto, da constituição de um espaço dotado de um caráter oficial e ao qual os escritores dos dois manuais didáticos de história do Brasil, analisados até aqui, estavam vinculados: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Criado, em 1838, a partir de proposições surgidas no interior da Sociedade Auxiliadora da indústria Nacional – instituição existente no Brasil desde 1827 – o IHGB representou no dizer de Manoel Luis Salgado Guimarães[116] um lugar de produção de um discurso historiográfico vinculado aos esforços e debates associados à questão nacional.

Influência direta das transformações observadas na passagem do século XVIII para o seguinte, a fundação de tal instituto indicava, portanto, a preocupação da elite intelectual brasileira em dar legitimidade ao processo de constituição da nacionalidade, recorrendo, para tal, também à História.

Evidenciava-se por meio da atuação do IHGB e de seus membros a imbricação entre o discurso historiográfico e o delineamento da nação, algo extremamente ilustrativo das condições e conflitos vigentes na sociedade imperial, pois, conforme atesta Lúcia Maria Paschoal Guimarães, havia nela uma forte vinculação, e até mesmo certa confusão, entre as palavras cidadania e nacionalidade, expressão da importância atribuída à história pelos que desejam

[116] GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. “Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional”. *Op. cit*.

construir uma identidade nacional brasileira, já que

> *(...) pensar a cidadania significava o mesmo que pensar a nacionalidade, o que subentendia refletir sobre a existência "de um passado comum", bem como contribuir para formação de um "patrimônio coletivo".*[117]

Aliás, as considerações feitas por essa historiadora são bastante elucidativas com relação não apenas ao significado que se atribuiu à elaboração de uma história tida por nacional, mas também no que diz respeito aos esforços de difusão dela pelo conjunto do país ao qual se procurava igualmente colar o mesmo adjetivo com o qual era qualificado aquele encadeamento de episódios do passado da antiga colônia, havia pouco, transmutada em nação. Isso porque, Lúcia Guimarães assinala, em seu estudo, o caráter pedagógico que tinha o IHGB, já que seus fundadores, segundo ela, tomavam-no como fonte de esclarecimento da população.

Curioso notar que, além dessa historiadora, também Francisco Iglésias atestou esse tipo de caráter daquele instituto ao destacar que

> *os traços mais notáveis do órgão (IHGB) (...) são o pragmatismo da história e o gosto da pesquisa. Pretende-se fazer (por meio dele) uma história que tenha função pedagógica, orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados. É o velho conceito da história como mestra da vida que se cultua.*[118]. (Grifos meus).

Não estavam os membros dos setores elitistas, principalmente os letrados brasileiros, preocupados tão somente com o conhecimento dos fatos passados em terras brasileiras à época da colonização portuguesa, querendo os mesmos, acima de tudo, transmiti-lo, é claro, seguindo os pressupostos atrelados a sua forma de ordenar tais fatos, o que implicava a veiculação de seu projeto de Estado e de nação.

Portanto, em virtude desse quadro no qual o resgate e a ordenação do passado foram encarados, pela elite letrada, como tarefa imprescindível à construção da identidade nacional, havia entre os membros do grupo de escritores, políticos e intelectuais certa visão de história, ou seja, uma constante busca pelas raízes do país. É claro, com a intenção de marcar as origens de um processo cujo

---

[117] GUIMARÃES, Lúcia Maria P. "A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". In: MARTINS, Ismênia de Lima et al. (orgs.). *História e Cidadania*. São Paulo: Humanitas publicações/FFLCH; ANPUH, 1998, pp. 471 – 485. p. 471.

[118] IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte/MG: UFMG, IPEA, 2000. p. 61.

momento final é o exercício de sua hegemonia no âmbito da sociedade imperial, conforme é possível avaliar nas palavras de Francisco Adolfo Varnhagen ao tratar do tema da nacionalidade na história do Brasil, quando ele afirma que

> *a verdadeira nacionalidade brasileira de hoje nasceu antes da independência, já existia no Arraial do Bom Jesus em Pernambuco, em frente do poder dos holandeses, e não era índia; era crioula e cristã, era por tanto, já há mais de dois séculos, brasileira.*[119]. (Grifos do autor).

As palavras do futuro Visconde de Porto Seguro denunciam a percepção quanto a uma unidade formadora da História do Brasil, orientada por uma linha de sucessão de acontecimentos que oferece àquele que se dispõe a estudá-la o desvendamento de sua verdadeira e permanente essência, não por acaso, a nação.

Mas, alerta Varnhagen, tal desvendamento só ocorre para o indivíduo efetivamente preparado para o estudo da história do país; e este deve, segundo ele, ter "muito discernimento" e ser "dotado de independência de caráter"[120], entre outras características, sem as quais

> *não poderá satisfazer à condição de ser, além de testemunha do tempo passado, luz e guia para a marcha da nação à qual a história deve não só ministrar exemplos de patriotismo e de governo, como apontar e censurar os erros e faltas cometidas no passado, a fim de poupar às gerações futuras o cair nos que já custaram tristes experiências a outros.*[121]

A seleção dos fatos passados demandava, de acordo com essa concepção fornecida por aquele que era o primeiro-secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, também a escolha dos indivíduos capazes de fazê-la e, depois, narrá-la, pois, segundo ele, "todo escrito histórico depende de narração; e esta se achava submetida aos preceitos da unidade, da verossimilhança (...), e do interesse para todo o leitor".[122]. (Grifos meus).

Com o leitor – de novo ele, em destaque também no caso da produção historiográfica –, completava-se, então, a tarefa de elaboração da História do Brasil, já que era ele o destino final da mesma; e o relato histórico deveria ser seu guia, seu modelo de conduta e – por que não? – o espaço de seu reconhecimento e integração à comunidade nacional.

---

[119] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, "Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil", *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, nº 9, 1948. p. 234. Ver nota 107.
[120] Ibidem, p. 229.
[121] Ibidem, p. 229.
[122] Ibidem, p. 230.

Um autor qualificado disposto a interagir com seu leitor de modo a qualificá-lo; é nessa relação, apontada por Varnhagen em meio as suas avaliações sobre a nacionalidade brasileira e orientações acerca dos procedimentos adequados ao labor historiográfico, que têm lugar os manuais didáticos de história do Brasil..

Tais manuais, por serem instrumentos representativos do empenho para a difusão da história do Brasil, não poderiam, então, naquele momento estar distantes da influência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma associação tida por alguns estudiosos como "uma das primeiras agremiações educativas"[123].

Exemplares dessa conjuntura de esforços voltados para a definição e transmissão do passado nacional e do aparente vínculo existente entre o discurso historiográfico associado ao IHGB e as obras que, em certa medida, funcionavam como veículos de tal discurso, são as palavras iniciais, apresentadas sob a forma de prefácio, dos manuais didáticos de história do Brasil, escritos, respectivamente, por José Ignácio de Abreu e Lima e Joaquim Manuel de Macedo.

Abreu e Lima, na abertura de seu *Compêndio*, alerta seus leitores sobre os meios empregados para a escrita de tal livro, dizendo:

> *Devo antes declarar que a obra, que dou á luz, não é lembrança minha; prestando-me ao encargo de formar – UM COMPÊNDIO DE HISTÓRIA DO BRASIL – para uso da mocidade brasileira, eu não pretendo outro prêmio senão o do benévolo acolhimento do meu trabalho, se ele for digno dessa honra.* (I, p. VII).

Já Macedo, no primeiro volume de suas *Lições*, também no âmbito das considerações iniciais por meio das quais tentava dar ao conhecimento do leitor os procedimentos utilizados na confecção de tal texto, salientou que

> *a tarefa de que nos encarregamos difícil e espinhosa em muitos sentidos, mostrou-se nos entretanto menos rude; porque não hesitamos em pôr em abundante tributo a nosso favor algumas das obras antigas e modernas sobre a História Pátria, e mais que muito a História Geral do Brasil do Sr. Varnhagen, que especialmente em verificação dos fatos e datas é a melhor de quantas até hoje temos estudado.* (I, p. 05).

---

[123] É por meio dessa expressão que José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler definem a importância da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional criada em 1827 e inaugurada em 1828, destacando-se pela reunião, em seu seio, de "políticos e membros da Corte de Pedro I" e por seu "objetivo de contribuir para a civilização e progresso da pátria por meio do auxílio à indústria". In: GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008. p. 70.

Nota-se, então, através da leitura desses trechos destacados, que os dois escritores tentam justificar e enaltecer o empreendimento sobre o qual se debruçaram e reconhecem o apelo a outras referências para a elaboração de seus manuais didáticos, bem como sugerem a importância desse tipo de produção com a qual eles estavam envolvidos, ao sinalizar, no caso de Abreu e Lima, a expectativa por um "*benévolo acolhimento do (seu) trabalho*" como recompensa mais adequada e atraente aos seus esforços, e, com relação a Macedo, o quão "*difícil e espinhosa em muitos sentidos*" era a tarefa de que se encarregara.

Vindo à luz do conhecimento do público brasileiro mais intensamente a partir da década de 1840, os manuais didáticos de história do Brasil dos quais foram extraídos os fragmentos acima não apenas indicam as dificuldades da produção e da divulgação desse tipo de conhecimento no país no século XIX, mas refletem a tensão típica daquele período, sendo expressões também dos conflitos em torno dos projetos de Estado e da nação que emergiam, especialmente, das penas dos letrados envolvidos com o registro do passado nacional, o que reforçava seu papel enquanto elementos de configuração do (espaço) público.

Quanto a esse segundo aspecto, ou seja, o da vinculação de tais manuais com as disputas e os conflitos que marcaram a sociedade brasileira ao longo dos oitocentos percebe-se que tanto o *Compêndio da História Brasil* quanto as *Lições de História do Brasil* foram instrumentos aos quais recorreram José Ignácio de Abreu e Lima e Joaquim Manuel de Macedo, respectivamente, para confrontar os adversários que, em épocas distintas da Monarquia brasileira, com eles rivalizavam em torno da organização do Estado nacional e da ocupação dos espaços institucionais vinculados àquela.

Nesse sentido, não parece nada estranho que a leitura dessas duas obras não mobilizasse somente os alunos do ensino secundário no país, particularmente aqueles que pertenciam ao Colégio de Pedro II, mas envolvesse também outros que, assim como os autores dos manuais, estavam associados aos setores elitistas, sobretudo à elite letrada.

Algo que se confirma por meio da observação quanto à intensa repercussão dos manuais didáticos de Abreu e Lima e de Macedo junto a esses setores, levando, dessa forma, à proliferação de escritos que se dedicaram a comentá-los e, mais ainda, a avaliá-los, como se percebe nos seguintes trechos:

> *Magoou-nos profundamente o não só conhecer quantos usos, invenções e falsidades iam ser comunicados aos nossos jovens por uma pessoa de boa fé, e provavelmente com os melhores desejos de acertar (...)*[124]
>
> *(...) o nosso digno 2º vice-presidente o sr. dr. Joaquim Manuel de Macedo, que enriqueceu-nos a livraria com as suas preciosas Lições de História do Brasil, compostas para o uso dos alunos do imperial colégio de Pedro II. Escrupulosa exatidão nos fatos, clareza e precisão no método e amenidade no estilo são em poucas palavras os característicos desta importante obra, por cuja continuação sôfregos almejamos.*[125] (Grifos do autor).

Os comentários acima correspondem, respectivamente, às avaliações de Francisco Adolfo de Varnhagen e do cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro acerca do *Compêndio*, de Abreu e Lima, e das *Lições*, de Macedo, tendo sido tais comentários produzidos sob a chancela do citado IHGB, uma instituição que assumiu no Brasil, durante o século XIX, a condição de detentora oficial do conhecimento histórico no país.

Desse modo, esses comentários revelam a função de apresentar pareceres acerca do que se produzia em termos de tal conhecimento, gerando uma situação em que havia a inclusão ou a exclusão de obras e outros objetos ligados ao estudo da história no âmbito de uma versão oficial.

Além disso, é importante salientar que os dois autores-pareceristas destacam o vínculo entre aquilo que era produzido em termos do conhecimento histórico, sobretudo as obras destinadas ao estudo da história pátria, e o seu leitor primordial, os “nossos jovens”, no caso do comentário de Varnhagen, e os “alunos do imperial colégio de Pedro II”, citando Pinheiro.

Já com relação ao conteúdo das avaliações de Varnhagen e do cônego Pinheiro, nota-se significativa diferença, pois enquanto nas palavras do primeiro há uma crítica contundente à obra de Abreu e Lima, as do segundo enaltecem de forma bastante clara a importância da obra de Macedo.

Assim como as obras avaliadas, há entre os comentários apresentados acima uma distância temporal de, praticamente, duas décadas, pois enquanto a crítica de

---

[124] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. “Primeiro Juízo”. *Revista do IHGB*. Tomo VI, 1844, p. 60 – 83. p. 62.

[125] PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “Relatório do primeiro secretário cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro”. *Revista do IHGB*. Tomo XXIV, 1861, pp. 771 – 796. p. 794.

Varnhagen foi publicada no ano de 1844, as considerações do cônego Pinheiro foram dadas ao conhecimento do público em 1861.

Dessa forma, cabe, como apontei até aqui, também no caso dos manuais didáticos de história do Brasil, refletir sobre a sua relação com o período em que foram produzidos, aproveitando para indagar acerca da pertinência de estabelecer uma associação mais clara entre os mesmos e a periodização apresentada nos capítulos anteriores, visto que enquanto, pelas datas já mencionadas, percebe-se que a obra de Abreu e Lima foi publicada no contexto de agitação das décadas de 1840 e 1850, a de Macedo foi dada ao conhecimento do público, somente nos anos 1860, ou seja, à época em que aquela agitação fora superada.

Sendo assim, é válido perguntar sobre a existência ou não, igualmente no que concerne à produção historiográfica, mais especificamente em termos dos manuais didáticos, de indícios do processo de institucionalização dos conflitos por meio da delimitação dos espaços (públicos) que acompanhou, a meu ver, a longa ação de organizar o Estado e a nação. Ademais, torna-se pertinente questionar ainda a respeito da inserção ou não do *Compêndio*, de Abreu e Lima, e das *Lições*, de Macedo, nos momentos distintos que se vinculam à ação acima referida.

Uma primeira observação acerca das referências já apresentadas inclina-me a considerar afirmativas as repostas para as indagações acima sugeridas, já que, de novo citando os comentários de Varnhagen e do cônego Pinheiro, evidencia-se uma atitude completamente diferente dos dois e, nesse sentido, do próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro haja vista a vinculação de ambos, em caráter oficial e na condição de membros destacados na hierarquia do mesmo, com esse instituto, pois as palavras do primeiro sugerem, no caso do *Compêndio*, exclusão, da obra e, por conseguinte, do autor, do discurso historiográfico oficial, ao passo que as considerações do segundo, sobre as *Lições*, atestam a sua completa inclusão.

Diferença que, além disso, pode ser notada no fato de, por um lado, ter ocorrido, conforme destacarei mais adiante, intensa polêmica entre o autor da primeira obra, Abreu e Lima, Varnhagen e, até mesmo, o, à época, primeiro secretário, Januário da Cunha Barbosa, que foi marcada por trocas veementes de acusações de lado a lado e, por fim, a desfiliação do primeiro em relação ao IHGB; enquanto, por outro lado, Macedo, anos antes de publicar seu manual didático e na condição de primeiro secretário do mesmo instituto, teceu elogios à recém-publicada *História Geral do Brasil* do mesmo Varnhagen, tratando-a enquanto verdadeiro

marco (inaugural) da história pátria.

Vê-se, assim que, realmente, a forma de acomodação dos dois manuais didáticos de história do Brasil, o *Compêndio* e as *Lições*, nos espaços institucionais delimitados pelos setores elitistas no contexto de organização da Monarquia brasileira, não era a mesma.

Lembremos, portanto que o *Compêndio da História do Brasil* fora publicado em 1843, em dois tomos, surgindo em um momento de intensificação dos debates sobre a instrução pública no país, sete anos após a criação do Colégio de Pedro II por ato do governo regencial e, mais especificamente, do ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos. Sua publicação teria ocorrido em virtude das observações, já citadas, de Justiniano José da Rocha, recém-nomeado professor da cadeira de "História pátria" do referido colégio, que se ressentia da falta de um texto capaz de orientar as "lições" a serem oferecidas aos seus alunos.

Sendo assim, Abreu e Lima, membro do mesmo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no qual Justiniano José da Rocha proferira seu incômodo diante da suposta ausência de manuais didáticos para um ensino adequado da história do Brasil, apresentou o seu *Compêndio* de modo a suprir uma necessidade urgente e de grande vulto naquele momento para as elites brasileiras.

Daí também sua preocupação em oferecê-lo à apreciação do instituto, resultando, conforme já citei, em uma das grandes polêmicas que envolveram a elite letrada oitocentista, especialmente, com Januário da Cunha Barbosa e Francisco Adolfo Varnhagen, de um lado, e o escritor pernambucano, de outro, com forte discussão, veiculada pela imprensa periódica, é claro, na qual ele se defronta mais diretamente com o primeiro, o próprio secretário perpétuo da instituição.

Ressalte-se que, assim como ocorrera no caso das polêmicas citadas em capítulo anterior, essa discussão mantinha significativas relações com o tema mais amplo da nacionalidade, já que se ligava diretamente com a conformação de uma memória coletiva e, portanto, com a busca pelo passado (da nação). Abreu e Lima e Januário digladiaram-se, por meio da publicação de críticas de um ao outro, no ano de 1844, em virtude da elaboração do tal *Compêndio da história do Brasil* pelo primeiro.

No ano seguinte ao da publicação, a *Revista* do mencionado instituto veiculava, sob a anuência de Januário – um dos dois signatários, ao lado de Antônio José de Paiva Guedes de Andrade –, um parecer nada favorável à obra do

pernambucano.

Escrito por Francisco Adolfo de Varnhagen, esse parecer, também intitulado *Primeiro Juízo*[126], tinha como propósito analisar o *Compêndio* elaborado por Abreu e Lima e submeter tal análise à apreciação do Instituto.

E o que se observa ao longo das páginas escritas por Varnhagen é uma crítica mordaz àquilo que escrevera Abreu e Lima, sendo este acusado, principalmente, de plágio. Na verdade, em suas considerações sobre o *Compêndio da História do Brasil*, o produtor desse parecer procura atingir o autor do livro, mas por vias indiretas, atacando, na maior parte do texto, aquele, que, conforme reconhecera o letrado pernambucano, fora a sua referência, o francês Alfonso de Beauchamp, autor de uma "História do Brasil" cuja tradução portuguesa tornou-se a grande fonte de consultas para a confecção de seu citado *Compêndio*.

Entretanto, mesmo sendo o plágio uma acusação bastante séria e que muita indignação causou, como veremos adiante, em Abreu e Lima, algo que realmente me interessa assinalar, de início, nessa polêmica, é o fato de o parecer de Varnhagen orientar suas críticas também no sentido de mostrar a diferença de posições entre ele e o autor do *Compêndio* em temas extremamente relevantes naquele contexto de constituição e difusão de uma identidade nacional, como a, já citada, associação entre os indígenas e os primórdios da nacionalidade brasileira.

Para tanto, Varnhagen afirma categoricamente:

> *(...) digamos por uma vez para toda a obra que não achamos próprio que se empregue a palavra – brasileiro – tratando-se dos índios selvagens, e da mesma expressão adjetiva, referindo-se as castas, e nações indígenas (...)*[127]

Afirmação acompanhada de sugestões do parecerista quanto às formas de designar os indígenas, já que, segundo ele,

> *podemos (...) em casos tais usar dos adjetivos brasiliense, brasiliano; e quando em referência aos indígenas, o nome de <u>brasis</u>, que é o único empregado pelos clássicos, e que tem a vantagem de ser mais curto.*[128]. (Grifos do autor).

E, ao mencionar essas formas, Varnhagen procura ainda incrementar suas considerações, de modo a ressaltar os equívocos da narrativa de Abreu e Lima

---

[126] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Primeiro Juízo". *Op. cit*.
[127] Ibidem, p. 70.
[128] Ibidem, p. 70.

acerca do passado nacional, adicionando ao final delas uma nota de rodapé na qual ele busca determinar, perante seu leitor, o correto uso do termo brasileiro, o que o leva a destacar que

> *A expressão – brasileiro –, quando empregada substantivamente, parece que se liga já certa idéia de cidadão civilizado: é o único adjetivo de quantas nacionalidades ora nos ocorrem; que do país Brasil se acrescentou à terminação em – eiro – que na língua portuguesa é designativa de um continuado exercício, tráfico, ofício, que o princípio inculca (...). Assim lembra-nos que o nosso adjetivo de nacionalidade não derivou imediatamente da terra, mas sim do produto no princípio mais exclusivo dela; que lhe fez mudar em Terra do Brasil o nome de Santa Cruz (...).*[129]. (Grifos do autor).

Refutando, então, a perspectiva que considerava brasileiros e indígenas enquanto sinônimos, Varnhagen opta por vincular o primeiro termo com as noções de cidadania e de civilização, algo bastante pertinente no momento em que a organização do Estado nacional requeria o diálogo constante com tais noções.

Anos antes, portanto, de Joaquim Manuel de Macedo publicar suas *Lições de História do Brasil*, o futuro Visconde de Porto Seguro afastava-se, em relação ao tema dos indígenas, da visão apresentada pelo letrado pernambucano, o que revelava sua forma de interação com os debates intensos acerca da nacionalidade que ocorriam no país.

E, no âmbito desses debates,

> *a partir de duas idéias centrais – unidade e encontro das raças – Varnhagen elege uma série de eventos e aspectos que os complementariam: a importância das invasões estrangeiras no estabelecimento de uma consciência brasileira; a relação entre colônia e metrópole como praticamente complementar; e vinculado a esse ponto, a independência como desenvolvimento natural, garantida inclusive pela presença, quase providencial, do herdeiro do trono português em terras brasileiras, etc.*[130]

Unidade, porém, que, a meu ver, está presente, no conjunto das idéias desse historiador, e, por conseguinte, de seus escritos, de modo diverso daquele que aparece nos textos de Abreu e Lima, pois, tendo em vista a influência, já citada, da obra do primeiro sobre o manual didático de Macedo, parece-me que ocorre na

---

[129] Ibidem, p. 70.
[130] RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870). Op, cit.* p. 137.

comparação entre aquilo que é postulado por Varnhagen no seu *Primeiro Juízo* e o *Compêndio* do escritor pernambucano algo semelhante ao que se observa a partir do exercício comparativo entre esse manual didático e o texto macediano.

Ou seja, se a unidade também é tema caro para Francisco Adolfo de Varnhagen, como o era para os outros dois letrados envolvidos com a elaboração dos manuais didáticos de história do Brasil, considero que, como se nota nos escritos de Joaquim Manuel de Macedo, Varnhagen dá preferência para uma forma de narrativa que prioriza o papel das instituições, pois, mesmo sem desprezar a importância do monarca, símbolo, afinal de contas do regime "natural" e historicamente ligado ao país, tal escritor salienta a contribuição de outras iniciativas para o desenvolvimento intelectual do Brasil.

Algo que se nota na própria preocupação inicial de Varnhagen em, antes das críticas, salientar a relevância do esforço de Abreu e Lima com vistas a produzir um compêndio destinado ao estudo da história pátria, já que, sobre esse esforço, ele comenta que

> *com efeito além da proteção e desvelo paternal que as letras têm encontrado no ânimo do nosso generoso monarca, e dos seus diferentes ministérios, além do que as câmaras legislativas têm já feito para fomentar as empresas literárias do Instituto Histórico e Geográfico, além do que este fecundíssimo seio tem produzido a bem da pátria, que nele deve confiar uma boa parte do seu futuro, e além dos esforços parciais em prol da nossa literatura histórica que hão feito no Pará os Pontes, e Baenas, em Pernambuco os Muniz Tavares, na Bahia os Aciolis, e finalmente os S. Leopoldo, Januário, e Machado de Oliveira nas províncias do Sul, via de novo alistar-se em seu serviço um escritor já de outras obras, de que tínhamos ouvido falar.*[131]

Ao monarca, às instituições e aos indivíduos é que se destinam as palavras elogiosas de Varnhagen, atestando, desse modo, perante o leitor, um grande conjunto de esforços com o objetivo de promover as letras, particularmente o que ele chama de "literatura histórica".

Instituições e indivíduos que se tornam, na *Resposta*[132] de Abreu e Lima ao parecer de Varnhagen, alvos de crítica, bem como são deslocados em virtude da

---

[131] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Primeiro Juízo". *Op. cit*. p. 60.
[132] ABREU e LIMA, José Ignácio. *Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brasil*. Pernambuco: Tip. De M. F. de Faria, 1844.

preocupação do letrado pernambucano, alijado das tais instituições pelos indivíduos os quais ele critica, em enaltecer o papel do imperador no sentido de chancelar o conhecimento sobre a história do país.

Isso porque, Abreu e Lima procura justificar sua resposta como uma necessidade de oferecer esclarecimentos para o público das mais distantes áreas do Brasil, ressaltando que

> *(...) para quem conhece o padre Januário e o Instituto de hoje, o libelo famoso contra o meu Compêndio não faria senão realçar o seu merecimento; porém para os incautos, para os habitantes das outras províncias, a coisa muda muito de figura; e quem visse o nome excelso do Imperador, cobrindo e protegendo uma obra tão miserável, como se inculca, teria para si que eu havia surpreendido a boa fé do mesmo Augusto Senhor, obtendo antes a licença de servir-me de tão sagrada égide para encobrir as mazelas do meu trabalho.*[133]

Aliás, partindo para a avaliação dessa *Resposta* apresentada pelo autor da criticada obra, nota-se que outro problema advinha da própria necessidade de legitimação sentida por aqueles que, de alguma maneira, estavam vinculados à produção escrita no século XIX.

Para ter sucesso em sua empreitada, era imprescindível atrair o leitor, como já mencionei, o alvo dos escritos do período, não somente aquele que poderia consumir essa produção crescente de textos, mas alguém visto como um parceiro e que, portanto, deveria partilhar os espaços (públicos) em que estava inserido o autor.

Assim, há, já nos primeiros parágrafos de sua contrapartida ao parecer de Varnhagen, uma preocupação de Abreu e Lima em descaracterizar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, levando o leitor a desconsiderar qualquer legitimidade presente no mesmo, indicando que “o tal instituto é apenas a reunião de uma meia dúzia de indivíduos sem crédito literário, nem reputação do menor quilate (...)”[134].

E ao fazer ataques ao IHGB e, mais especificamente, à pessoa do seu secretário perpétuo, o cônego Januário da Cunha Barbosa, Abreu e Lima revela duas precauções bastante ilustrativas do que estou tentando sugerir: a intenção de marcar com clareza as posições distintas assumidas por ele e por seu antagonista,

---

[133] Ibidem, p. IV.
[134] Ibidem, p. 06.

não só com relação ao tema que originou a polêmica mas também no que concernia ao envolvimento com assuntos dos mais sérios vivenciados pelo país naqueles anos iniciais da monarquia em terras americanas, e o esforço em dar ao seu leitor a sensação de ser participante do confronto e, portanto, levá-lo a uma desejada condição de ter que se posicionar diante do mesmo.

Por exemplo, quase no encerramento de sua resposta, o autor do *Compêndio da História do Brasil* insere aqueles que lêem sua obra nas divergências políticas existentes entre ele e o secretário perpétuo do IHGB, retomando as distintas ações de ambos perante a abdicação de D. Pedro I, em 1831, não se esquecendo do vocativo, é claro, ao afirmar:

> *Pois bem, leitores, quando ele (Januário da Cunha Barbosa) publicava essa torpe tirada (referência a discurso recitado em 1833) contra o fundador do Império, contra o Augusto Pai de nosso atual imperador, eu opunha pela Imprensa uma Representação contra o monstruoso projeto de banimento, opróbrio da Câmara dos Deputados de 1834 (...)*[135].(Os dois primeiros grifos são meus e o último é do autor).

Como é possível notar, Abreu e Lima esforça-se no sentido de rebaixar a opinião de Januário da Cunha Barbosa[136], como forma de marcar posições distintas e opostas na comparação entre si e seu contendor, procurando garantir prestígio a sua posição mediante a desqualificação do outro.

Algo bastante significativo, se levarmos em consideração o fato de que o escritor pernambucano condena a postura assumida pelo secretário perpétuo do IHGB quando este decide exaltar a abdicação do primeiro imperador do Brasil, em 1831, tratando-a como um símbolo da regeneração política.

E ao fazer essa condenação, Abreu e Lima procura afirmar uma posição totalmente contrária, colocando-se no papel de defensor do ex-imperador do país, inclusive ao criticar a ação da Câmara dos Deputados envolvida com as discussões e a votação de um projeto de banimento de D. Pedro I em virtude da mensagem do governo regencial, lida pelo ministro dos negócios estrangeiros, Bento da Silva

---

[135] Ibidem, p. 25.

[136] Para tanto, o escritor pernambucano reproduz o *Discurso recitado no dia de S. João de 1833 pelo cônego Januário da Cunha Barboza (...) impresso na Tipografia Americana como a melhor recomendação para os eleitores do Rio de Janeiro a fim de o elegerem deputado naquele ano.* Apud ABREU e LIMA, José Ignácio. *Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brasil*. *Op. cit.* p. 24.

Lisboa, denunciando, em nome do Imperador D. Pedro II, a existência de um projeto de "restauração de Sua Majestade o Senhor Duque de Bragança no trono deste Império"[137].

Evidencia-se nesta passagem, que a polêmica em torno do livro de história envolvia indivíduos que tinham tomado partidos opostos nesta história. O combate na política transitava para o combate em torno da escrita da memória nacional.

Situação essa que pode ser observada por meio de certo desdobramento da polêmica, acima citada, entre Abreu e Lima, de um lado, e Januário da Cunha Barbosa e Varnhagen, de outro, que se nota através da leitura do relatório, já mencionado, sobre as atividades e a situação do IHGB no ano de 1852, produzido por Joaquim Manuel de Macedo na condição de primeiro secretário interino do instituto, quando este destaca que "o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se pode considerar a primeira e a mais nobre sociedade literária no Brasil, e o título de membro dele é hoje reputado uma alta e honorífica distinção"[138].

Vê-se, então, o quão diferente não era a percepção de Abreu e Lima e de Macedo a respeito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da condição de membro do mesmo, vista pelo primeiro como algo negativo e sem importância, ao passo que o segundo exalta o IHGB e a filiação a esse instituto.

Evidentemente, essas distintas percepções explicam-se pela situação completamente oposta em que tais letrados encontravam-se, já que enquanto o primeiro era alvo de críticas e tinha sua obra, oferecida para a apreciação do instituto, rebaixada, o segundo ocupava uma das posições de maior destaque dentro do mesmo.

Contudo, a despeito dessa distinção na maneira como ambos relacionavam-se com o IHGB, é interessante notar por meio de tais distintas percepções, em primeiro lugar, a existência de conflitos em torno de espaços institucionais envolvendo diferentes setores das elites e, em segundo lugar, a estratégia de questionar ou afirmar a legitimidade desses espaços, como se nota na tentativa de Abreu e Lima em desqualificar o IHGB, por um lado, e a exaltação do instituto promovida por Macedo, de outro.

---

[137] Anais da Câmara dos Deputados, 07 de junho de 1833, p. 224. Apud PIROLA, Ricardo Figueiredo. *O governo e o desgoverno dos escravos: a pena de morte escrava e a lei de 10 de junho de 1835*. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 13 a 15 de maio de 2009.

[138] MACEDO, Joaquim Manuel de. "Relatório do primeiro secretário, o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo". *Op. cit.* p. 489.

Questionamento ou afirmação que também podem ser percebidos na relação da elite letrada com os diferentes meios de expressão, tendo em vista não apenas a polêmica acima citada, mas também as próprias considerações de Macedo em outro relatório, do mesmo tipo que o anteriormente citado, datado de 1856, por meio das quais o primeiro secretário, não mais interino, do IHGB tece elogios à publicação do primeiro volume da *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, aproveitando para, de certa maneira, diminuir a importância da obra de Abreu e Lima, ao afirmar que

> *O nosso digno colega (Varnhagen) vem com este seu importantíssimo trabalho (o primeiro volume de História Geral do Brasil) satisfazer uma necessidade que altamente se fazia sentir. Nós temos para estudar a história pátria fontes estimáveis (...); possuímos, entre compêndios de pouco valor, alguns bem apreciáveis, e dos quais a mocidade pode tirar bastante proveito nas escolas; mas nada disso é uma historia regular e completa. (...) seriam eles suficientes para contentar as exigências da civilização?... Southey, apesar do muito que vale, não nos basta hoje; outros valem por certo menos que Southey. Beauchamp sujeita repetidas vezes a razão à imaginação, e não hesita em sacrificar a verdade dos factos ao romanesco; e os copistas de Beauchamp sem dúvida que ainda valem menos que ele.*[139]. (Grifos meus).

Mesmo que não faça de forma direta, ao promover a obra de Varnhagen ao patamar de maior prestígio no que concernia à produção historiográfica, Macedo desqualifica o compêndio de Abreu e Lima, ainda mais se considerarmos seus ataques aos "copistas de Beauchamp", lembrando que, como indicado linhas acima, a acusação de plágio da obra desse autor francês foi um dos temas mais marcantes do parecer do autor elogiado pelo seu relatório acerca da obra oferecida pelo letrado pernambucano à apreciação do IHGB.

Ao citar autores e textos, considerados, até o momento em que escrevia, no ano de 1856, marcos da iniciativa de se organizar uma história do Brasil, que servisse ao conhecimento do passado da nação, bem como às necessidades de "educar a infância", de "ensinar a virtude aos meninos" e de "dirigir seus corações para o bem" – ações fundamentais, segundo ele, no sentido de "preparar o futuro" e "ofertar á pátria cidadãos prestimosos e beneméritos"[140] –, Macedo oferece exemplo

---

[139] MACEDO, Joaquim Manuel de. "Relatório do primeiro secretário, o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo". *Revista do IHGB*. Tomo XIX, 1856, pp. 92 – 122. p. 109.
[140] Ibidem.

significativo da ação dos setores elitistas no intuito de delimitar e coordenar os espaços institucionais, representados, por exemplo, pelos meios de expressão, ou seja a imprensa periódica e os manuais didáticos.

Aliás, praticamente duas décadas depois da publicação do *Compêndio* de Abreu e Lima, foi a vez de Joaquim Manuel de Macedo oferecer às pretensões educativas dos setores elitistas suas *Lições de História do Brasil*, sendo o primeiro volume publicado em 1861 e destinado aos alunos do 4º ano do Colégio de Pedro II, enquanto o segundo, datado de dois anos após, em 1863, voltado para aqueles que, estudando no mesmo colégio, estavam no 7º ano.

Além disso, é válido destacar que, a despeito das importantes mudanças ocorridas no Brasil no período entre uma e outra publicação, chama a atenção da historiografia o fato de que nesse intervalo de tempo vieram à tona algumas ações muito relevantes no âmbito da organização de um discurso historiográfico, direcionado, é claro, para a promoção de um processo identitário e para a afirmação de uma nacionalidade brasileira, tais como a apresentação do plano do naturalista alemão Karl Friedrich von Martius sobre "como se deve escrever a história do Brasil", em 1845, e a, já destacada, publicação de *História Geral do Brasil* de Varnhagen, em 1854[141].

E também essa organização do discurso historiográfico representa o processo de institucionalização dos conflitos que marcou, penso eu, a construção do Estado e da nação no Brasil oitocentista, na medida em que, além de dialogar com outra forma de conceber a história, a qual detalharei no capítulo 5, tal organização serviu para inserir a produção de textos acerca da história pátria, sobretudo os manuais didáticos, no conjunto das iniciativas das elites com vistas a promover seus projetos.

Inserção que se deu não apenas com base nos esforços destinados a produzir cada vez mais textos desse tipo, mas cuja ocorrência igualmente tem relevância no que concerne à própria dinâmica dos meios de expressão aos quais os setores elitistas recorriam, pois, longe de surgirem ações destinadas à supressão dos debates, o que há é uma tentativa de também lhes dar melhor ordenamento,

---

[141] Aproveito essas referências para reafirmar a constante menção dos estudos sobre os manuais didáticos de história do Brasil e a produção do conhecimento histórico à época do Império aos esforços do IHGB, em geral, e de Varnhagen, em particular, nessas áreas. Assim, o plano do naturalista Martius foi o vencedor no concurso, citado em nota anterior, organizado pelo instituto para obter um modelo sobre como escrever a história do Brasil. Entre esses estudos, destaco os, já mencionados, de Selma Rinaldi de Mattos (2007), de Arlette de Medeiros Gasparello (1993), de Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo (1997) e de Francisco Iglésias (2000).

organizando, assim, de acordo com os interesses dos referidos setores, aqueles meios que, conforme tenho indicado até aqui, devem ser encarados enquanto formas específicas de espaço público.

Ilustrativas dessa situação são as palavras de Varnhagen, também constantes de seu *Primeiro Juízo*, voltadas para a exaltação de seus próprios esforços no sentido de promover a história pátria. Palavras por meio das quais ele expressa o seu desejo de, possuindo os documentos relativos à história do Brasil – os quais, aliás, tal escritor alega possuir, empreender

> *para o nosso país o melhor serviço, que hoje imaginamos possível de lhe fazer – o substituir-lhe na literatura, e portanto nas próprias idéias, um passado assente e seguro de recordações sólidas, à única literatura de folhas efêmeras do inquieto e insuficiente jornalismo.*[142]

Ante à ação dos periódicos, Varnhagen defende a necessidade de dar prioridade à narrativa histórica, sugerindo uma caracterização negativa da primeira justamente não somente ancorada na sua insuficiência, mas apoiada também em certa "inquietude", o que, é claro, é bastante condizente com sua atuação enquanto produtor dessa narrativa.

Algo, contudo, que não pode obstar outras formas de abordar esse tema, pois ao escolher o adjetivo "inquieto" para definir o "jornalismo", Varnhagen claramente dialoga, como veremos no próximo capítulo, com a agitação toda das décadas de 1830 e 1840, momento em que a imprensa atuou de modo muito freqüente nos debates que marcaram a sociedade imperial, servindo de instrumento, inclusive na promoção de conflitos que, em alguns casos, desdobraram-se em luta armada.

2.4. A reatualização do passado nacional: o ensino secundário e a difusão da História do Brasil.

Com base no que ficou posto até aqui, sobretudo em termos dos conflitos e do papel das instituições no contexto de produção de uma história nacional no período imperial, a avaliação acerca dos mencionados vínculos entre os manuais didáticos e os esforços mais amplos relacionados à constituição dos espaços públicos também por meio da conformação de um discurso historiográfico no Brasil

[142] VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. "Primeiro Juízo". *Op. cit*. p. 75

torna-se mais pertinente dado que, segundo Manoel Luís Salgado Guimarães,

> *a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Colégio de Pedro II e do Arquivo Nacional, no ano de 1838, mais do que uma coincidência de data, aponta em direção a uma preocupação com relação à produção do conhecimento histórico, sua difusão pela via da educação, capaz de formar quadros segundo às exigências dos novos tempos, e a criação das condições para a preservação da memória administrativa e política do Estado, que no caso brasileiro confundia-se com a idéia da própria nação.*[143] .(Grifos meus).

Por meio dos exemplos presentes na citação acima – o IHGB, o Colégio de Pedro II e o Arquivo Nacional –, vê-se novamente, então, que é imprescindível atrelar a produção de manuais didáticos de história do Brasil não apenas à elaboração de um discurso historiográfico preocupado com a organização do conhecimento sobre o passado da nação, mas associá-la igualmente às condições de definição dos espaços institucionais tão relevantes no contexto de ordenamento do Estado imperial e de delimitação da cidadania em terras brasileiras.

Não nos esqueçamos, contudo, que a eficácia dos manuais didáticos no sentido de transmitir os conhecimentos e veicular as imagens de um passado pretensamente nacional, no quadro mais abrangente de definição da nacionalidade brasileira, estava intimamente ancorada à existência e ao funcionamento das estruturas que se apresentavam como os locais em que eles atuavam, em certa medida, como protagonistas, os colégios e instituições de ensino secundário.

E dado o papel dessas instituições na sociedade imperial, é válido fazer algumas observações acerca de seu significado no contexto de estruturação do Estado imperial, especialmente o já referido Colégio de Pedro II.

Instituição de ensino secundário que aparece nos comentários de Macedo em uma de suas andanças – com a companhia de seus leitores – pela cidade do Rio de Janeiro, aproveitando o escritor fluminense esses comentários para realçar a importância do cuidado da administração com o colégio, do qual, inclusive, era professor, por meio da seguinte solicitação:

> *Em nome da mocidade estudiosa, eu peço ao governo que tenha mais atividade e mais zelo, e que se lembre das obras de que indispensavelmente carece o internato do Colégio de*

---

[143] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *História e Nação: uma pedagogia para a modernidade*. In: ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves; MAGALDI, Ana Maria (orgs.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 197.

> *Pedro II.*
> *Lembre-se ao menos o governo de que este colégio se honra com o nome do Imperador, e de que o Imperador o distingue e protege, e não perde uma única ocasião de manifestar o interesse que por ele toma.*[144]

Com essas palavras, Macedo revela toda a importância atribuída pela elite letrada do Brasil à principal instituição de ensino secundário do Império, oferecendo a percepção da defesa que tal grupo assume com relação aos esforços de promoção da atividade educacional e de instrução no país, confirmando também os vínculos entre esse tipo de instituição e o Estado imperial.

Por meio do "pedido" de Macedo, é possível dimensionar o significado da criação de instituições de ensino, em geral, e, no caso que por ora me interessa – o Colégio de Pedro II –, de nível secundário, em especial, no contexto de organização do regime monárquico no Brasil, levando-me à reafirmação dos pressupostos, até aqui colocados, segundo os quais havia no contexto das mudanças ocorridas na ex-colônia portuguesa na América, um processo de constituição de espaços (públicos) adequados às exigências de definição e expressão da nova nacionalidade.

Processo por vezes conflituoso também no âmbito educacional como sugere a observação acerca das formas de relacionamento das referidas instituições de ensino com o mesmo, tendo em vista que, como em muitas outras esferas, houve, ao longo do Império, sucessivas alterações nos procedimentos e na legislação relativos aos aparatos de educação.

Conforme informações de Maria de Lourdes M. Haidar, a respeito do sistema educacional brasileiro à época da Monarquia, muitas decisões foram tomadas e outras tantas medidas acumularam-se, indicando a relevância do assunto naquele período. E, avaliando algumas delas, bem como procurando abordar seus vínculos com a dinâmica do Estado e da sociedade imperiais, essa autora assinala o período regencial como uma etapa importante no que diz respeito à estruturação do ensino no país, pois, segundo ela,

> *(...) somente a partir do Ato Adicional principiou a alterar-se a feição dos estudos secundários, até então fragmentados em aulas avulsas, à moda das aulas régias. O aparecimento de liceus provinciais a partir de 1835, e a criação do Colégio de Pedro II na Corte, em 1837, representam, no campo do ensino*

---

[144] MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Edição revista e anotada por Gastão Penalva e prefaciada por Astrojildo Pereira (com 18 gravuras). Rio de Janeiro: Livraria Editora ZELIO VALVERDE, 1942. p. 286.

> *público, os primeiros esforços no sentido de imprimir alguma organicidade a esse ramo do ensino.*[145]

De acordo com as descrições de Haidar, a Regência define uma nova feição para o ensino secundário no Brasil, no mesmo contexto em que se processam alterações mais abrangentes e de grande impacto sobre a situação política do país, como é possível notar na passagem acima em que tal autora associa a reformulação da estrutura educacional ao momento imediatamente posterior à aprovação do Ato Adicional de 1834.

Mais curiosa fica ainda essa observação, quando, na seqüência de seu estudo, tal autora sugere a existência de uma "pseudo descentralização dos estudos secundários" promovida por aquele Ato, pois, segundo ela, embora houvesse a liberdade para o estabelecimento de instituições vinculadas a tais estudos nas províncias, manteve-se a primazia do poder central sobre a educação na medida em que havia o monopólio do governo imperial sobre os "estudos maiores" – os de nível superior.

Além disso, existia, nesse âmbito, certo esforço, transmitido da Corte para as províncias e estimulado pela Reforma Couto Ferraz de 1854, no sentido de garantir a supervisão das autoridades públicas sobre o ensino secundário particular.

Contudo – e aí reside a curiosidade relativa a essa apreciação sobre a questão educacional no Império – tal esforço gerou, ainda de acordo com a mesma autora, "o movimento inverso que, partindo (...) das províncias para a Corte, clamava pela liberação total das atividades privadas no campo do ensino primário e médio".[146]

Assim, dadas as questões acima colocadas, vê-se certa dificuldade em confirmar a idéia de uma "pseudo descentralização", como propõe Maria de Lourdes M. Haidar, no que concerne ao ensino secundário brasileiro, tendo em vista que a pressão das províncias em torno de propostas vinculadas à defesa da liberdade de

---

[145] HAIDAR, Maria de Lourdes M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1972. p. 14.

[146] Ibidem, p. 16. A respeito da legislação relativa ao sistema educacional no Império, há vários estudos interessantes, cabendo, por ora, destacar o de José Ricardo Pires de Almeida, pois, longe de ser propriamente um texto de análise, esse estudo tem a validade de ter sido publicado em 1889 e de se dispor à apresentação das medidas que desde a época colonial até os últimos momentos do Império trataram da questão educacional no Brasil. Por exemplo, é esse autor quem destacava ainda no século XIX a importância da mencionada reforma Couto Ferraz, ou decreto imperial de 17 de fevereiro de 1854 que regulamentava a instrução primária e secundária, como "base e modelo ao que se fez depois" (p. 90). In: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500 – 1889): história e legislação*. trad. Antonio Chizzotti. 2 ed. rev. São Paulo: Educ, 2000.

ensino indica que a citada primazia do governo central não deve necessariamente ser encarada enquanto anulação dos poderes locais em virtude de imposição de uma política centralizadora. Mas, principalmente, porque a instrução pública, com exceção do ensino superior, passou a ser inteiramente de competência legislativa das assembléias provinciais a partir do Ato Adicional, cabendo-lhes decidir sobre todos os itens relativos ao seu funcionamento e sendo atribuição dos cofres provinciais sustentar os estabelecimentos de ensino.

Dessa forma, se havia certo consenso entre os membros da elite letrada com relação à necessidade de promover a instrução no país, tal fato não representava unanimidade de opiniões sobre o modo de preenchê-la e tampouco uniformidade quanto aos instrumentos e aos agentes envolvidos com tal empreendimento.

Muito pelo contrário, o que prevalecia no Império brasileiro era uma situação caracterizada pela pluralidade de ações e forças educativas, conforme observam José Gonçalves Gondra e Alessandra Schueler, pois, estes afirmam que as múltiplas iniciativas relacionadas à questão do ensino, existentes na sociedade imperial,

> *também representavam disputas por idéias e, às vezes, defenderam maneiras distintas de encaminhar a educação, discutindo sobre o quê, quem, como e quando educar. Dialogando com as autoridades públicas e disputando concepções, ações e formas de educar e instruir a população, a iniciativa particular apontava para a diversidade e a complexidade existentes em torno de um projeto comum: a formação do povo e a civilização do país.*[147]. (Grifos dos autores).

Exemplos claros dessa situação emergem dos escritos do período, em especial dos textos dos dois membros da elite letrada do país – Abreu e Lima e Macedo – que, de acordo com os apontamentos e as referências apresentadas até aqui, envolveram-se intensamente tanto na produção de um discurso historiográfico quanto na divulgação da história pátria para os jovens brasileiros.

A esse respeito, aliás, vale ressaltar a concordância entre aqueles que estavam envolvidos com a difusão do conhecimento em terras brasileiras acerca da grande relevância de tal atitude, pois, já em 1833, em uma fase ainda inicial de organização do Estado imperial, Abreu e Lima perguntava:

---

[147] GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. *Op.cit*. p. 79.

> *o que tem feito o Governo em matéria de Administração? (...) Tem dado impulso à instrução primária, tem se quer ocorrido às Câmaras pelas reformas úteis, por um Ministério de instrução pública, que não se ocupe de outra coisa?* (*A Torre de Babel*, 06/03/1833).

Tais questionamentos, apresentados no mês de março daquele ano aos leitores do periódico *A Torre de Babel*, cujo redator era o próprio Abreu e Lima, revelam como a questão educacional era um assunto de enorme importância já nas primeiras décadas do século XIX, nada menos do que apenas 11 anos depois de proclamada a independência do Brasil em relação a Portugal e de iniciada a montagem do aparelho estatal do Império.

Nota-se, então, que uma abordagem principiada pelo tema mais abrangente da administração do Império brasileiro, desdobra-se, mantendo o tom de crítica ao governo regencial, já presente no próprio título da seção em que os citados questionamentos são colocados pelo escritor pernambucano – "Uma Trapaça" –, em uma acrimoniosa observação acerca do (péssimo) estado da instrução pública no país, devido, é claro, de acordo com Abreu e Lima, à incapacidade do governo no sentido de aprimorá-la.

Bastante tempo após essas colocações de Abreu e Lima terem sido veiculadas pela imprensa periódica, em um contexto no qual o autor, para defender a posição do grupo conhecido como Caramuru, Joaquim Manuel de Macedo – não nos esqueçamos, membro do Partido Liberal – também tratou do tema da instrução pública.

Sob a forma da crônica de variedades, que dava o tom de seus artigos publicados no *Jornal do Comércio* debaixo do título de *Labirinto,* Macedo igualmente referia-se, por meio da imprensa periódica, em 09 de setembro de 1860, ao problema da instrução pública no Brasil.

E, da mesma maneira que fizera Abreu e Lima, algumas décadas antes, o escritor de Itaboraí principiava suas observações também através de uma pergunta, indagando sobre "em que circunstâncias se acha a instrução secundária que o Estado facilita ou deve facilitar à mocidade pobre?..." para, a seguir, constatar que "o Estado não pode, infelizmente, pôr à porta de todos os brasileiros aulas de instrução secundária gratuitas; mas negá-las absolutamente fora um absurdo, e ninguém se

lembra disso”[148].

Esses comentários feitos por Joaquim Manuel de Macedo surgiram em virtude da narração desse autor a respeito da cerimônia de celebração do aniversário da *Imperial Sociedade Amante da Instrução*, que contou com a presença do imperador D. Pedro II, sendo que, a partir dos fatos narrados, Macedo passa a expor suas opiniões a respeito do ensino secundário no Brasil, reconhecendo, é claro a importância do Colégio de Pedro II nesse setor, mas identificando na reforma[149] que, segundo ele, reuniu as aulas de instrução secundária, antes avulsas e, portanto, ainda de acordo com esse escritor, mais acessíveis à “mocidade pobre” do país, certo retrocesso, tendo em vista que

> *essas aulas no Colégio Pedro II estão sujeitas ao sistema de estudos desse importante estabelecimento de ensino, e conseqüentemente em condições muito diversas, e que aproveitam menos ao estudante que não tenha em mente alcançar uma carta de bacharel.* (O Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 09/09/1860).

Instruir a população brasileira era, então, algo extremamente relevante para os membros da elite letrada. Contudo, a inserção dos comentários de Abreu e Lima, em 1833, no contexto mais amplo das disputas políticas entre as diferentes tendências existentes à época da Regência, e o desapontamento de Macedo, em 1860, com o impacto da concentração dos estudos secundários em uma única instituição – dotada, é válido ressaltar, de um caráter nitidamente oficial – reforça a suposição de que havia distintas perspectivas de como levar a cabo a ação educativa e, até mesmo, conflitos em torno dos modelos que pretendiam orientá-la.

Dessa maneira, é possível observar que esses comentários vinculam-se às distintas temporalidades e, por conseguinte, aos momentos diversos, anteriormente mencionados, no contexto da organização do Estado imperial, o que não impede a

---

[148] MACEDO, Joaquim Manuel de Macedo. *Labirinto*. organização, apresentação e notas de Jefferson Cano. Campinas/SP: Mercado de Letras, Cecult; São Paulo: Fapesp, 2004. p. 148. Nesta obra, o historiador Jefferson Cano reuniu os 26 artigos de Macedo saídos no *Jornal do Comércio* sob o título de Labirinto e, de acordo com tal historiador, neles o escritor de Itaboraí “mesclou a crônica de variedades com um romance e três poemas satíricos” (p. 09.)

[149] Dado que a crônica de Macedo, à qual estou me referindo nesses parágrafos, foi publicada em 1860, é provável que esse escritor fizesse menção, na mesma, à reforma promovida pelo Ministro do Império, Marquês de Olinda, em 24 de outubro de 1857, por meio da qual se determinou, segundo informa Maria de Lourdes M. Haidar, a extinção das aulas avulsas gratuitas. Ainda de acordo com Haidar, tal reforma fez parte de todo um conjunto de alterações ocorridas na década de 1850 no âmbito do ensino secundário, norteadas pela já mencionada reforma Couto Ferraz. Cf. HAIDAR, Maria de Lourdes M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. *Op. cit*.

constatação de que questões associadas a essa tarefa de estruturar o aparato estatal no Império brasileiro perpassaram ambos os momentos, possibilitando enxergar na comparação entre tais temporalidades o processo de institucionalização dos conflitos também no âmbito da política educacional, visto que, seja no período de 1831 a 1848, seja nos anos entre 1853 e 1863 – aos quais tenho procurado associar, respectivamente, o letrado pernambucano e o fluminense – a elite letrada continuou se apropriando dos meios de expressão da produção escrita oitocentista para fazer críticas às políticas do governo imperial e, assim, afirmar seus projetos de Estado e de nação.

Nas páginas do *Compêndio*, de Abreu e Lima, e das *Lições*, de Macedo, verifica-se a importância atribuída pelos letrados ao ato de instruir, sobretudo a respeito do passado nacional, sendo estes diferentes instrumentos do "olhar para trás" da nação indícios de que narrar a História pátria era outro mecanismo para divulgar opiniões e, portanto, representava mais um espaço (público) de debates.

Portanto, dados o público e o espaço com os quais esses textos de caráter pretensamente didático interagiam, bem como as questões mais abrangentes que estavam colocadas no momento de sua produção, retomo certas considerações apresentadas na introdução desse estudo, para enxergar neles um exemplo da cultura política que se articulava no Brasil e que já se vislumbrava às vésperas da independência, segundo Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves[150], em função do aparecimento e da atuação da imprensa periódica.

Enquanto os periódicos, de acordo com Neves, conformaram uma situação marcada pela irrupção de uma "pedagogia do constitucionalismo", considero ser possível avaliar os manuais didáticos como expressões de outra ação pedagógica, a da nação. Desdobramento da primeira inclusive, essa "pedagogia da nação" implicava, afinal, a preparação daquele que era instruído, sobretudo nas instituições de ensino secundário do país, como o Colégio de Pedro II, para participar da "comunidade imaginada", recuperando a já citada expressão de Benedict Anderson.

Aliás, é justamente essa a expressão usada por Arlette Medeiros Gasparello em estudo no qual ela procura orientar sua pesquisa sobre o livro didático a partir das indagações acerca dos vínculos entre esse tipo de produção textual e o processo de construção da identidade nacional ocorrido no Brasil ao longo do século

---

[150] NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil*. *Op. cit.*

XIX, dispondo-se a refletir “como as representações sobre a nação brasileira desenvolveram-se articuladas à construção de uma pedagogia – a pedagogia da nação”.[151]

Procurando reunir, então, as perspectivas de análise das duas pesquisadoras, Lúcia Neves e Arlette Gasparello, sugiro que a avaliação dos conteúdos dos manuais didáticos de História do Brasil escritos por José Ignácio de Abreu e Lima e Joaquim Manuel de Macedo não pode ser feita desvinculada da constante aproximação com as questões de ordem política e social, tendo em vista que, por meio desses textos, o aluno envolvido com as aulas de história pátria era levado a imaginar-se, ele também, como membro da tal “comunidade imaginada”, estando diante de e tendo de lidar com pressupostos fundamentais, segundo a percepção da elite letrada produtora de tais textos, associados à dinâmica do Estado e da sociedade imperiais.

2.5. O passado nacional e a delimitação dos espaços públicos.

Dinâmica que, sem desconsiderar a pretensa moderação dos escritos no âmbito da produção historiográfica, reafirma a necessidade de não promover uma avaliação segundo a qual havia consenso sobre o passado da nação.

Como destacado até esse ponto, as diferentes referências presentes nos textos de Abreu e Lima e de Macedo aos grupos e/ou partidos, são exemplos da inviabilidade dessa forma de avaliar a situação que marca a organização e o funcionamento do regime monárquico no país, sugerindo, primeiramente, um envolvimento igualmente distinto nos debates políticos do Império. Em segundo lugar, refletindo, como mencionei anteriormente, a inserção de suas obras, bem como deles próprios, em dois momentos marcados pela também diferença no que concerne à situação política do país, visto que para o primeiro a ação partidária é condenável e fruto da instabilidade ao passo que para o segundo ela é parte importante do jogo político.

Exemplo disso é o próprio *Compêndio da História do Brasil*, de Abreu e Lima, obra que atesta a atuação desse autor na delimitação dos espaços institucionais associados à Monarquia brasileira.

---

[151] GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004. p. 28.

Espaços dos quais, aliás, Abreu e Lima acaba alheado, sobretudo na capital, em virtude da recusa de seu manual didático pelo IHGB e pela vitória dos liberais moderados no que diz respeito ao ordenamento da política imperial desde a época da Regência, o que corrobora para o retorno do letrado pernambucano a sua província natal.

Em situação diversa, Joaquim Manuel de Macedo apresentava-se completamente inserido nos espaços institucionais dos quais Abreu e Lima fora excluído. Emblemático dessa situação é o fato de que, entre os muitos cargos exercidos por esse letrado fluminense em várias instituições importantes, ele atuou, como já assinalado, como primeiro secretário do mesmo IHGB que excluíra Abreu e Lima do discurso historiográfico oficial.

E foi nessa condição de primeiro secretário de tal instituto que Macedo também evidenciou sua importância e a de seus escritos no citado processo de delimitação dos espaços institucionais, pois, em certa passagem de um dos relatórios que produziu no exercício dessa função, no ano de 1856, esse escritor destaca a relação entre o IHGB e o governo imperial na formulação de políticas públicas no âmbito da cultura e do desenvolvimento da ciência, apontando que o grupo dos membros do referido instituto

> *(...) de pronto aprovou uma moção (...) propondo que o instituto histórico e geográfico do Brasil se dirigisse ao governo imperial, pedindo-lhe que houvesse de nomear uma comissão de engenheiros e de naturalistas nacionais, para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil (...) não tardou em validá-la a aprovação do governo imperial, que honrando nos então com uma prova da mais penhoradora confiança, convidou o instituto a escolher e propor as pessoas mais habilitadas para fazer parte da comissão exploradora.*[152]

Ademais, no mesmo relatório, Macedo confirma aquilo que a leitura das suas *Lições* e a do *Compêndio* deixa entrever: a escrita da história de um povo enquanto tarefa política daqueles que a escrevem. Instigantes, então, são as palavras desse letrado fluminense ao relatar os assuntos relativos ao IHGB no ano de 1856, em passagem na qual ele afirma que “escrever ou também preparar a história de um povo é, como pensa com razão Courcelle Seneuil, exercer uma verdadeira

[152] MACEDO, Joaquim Manuel de. “Relatório do primeiro secretário, o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo”. *Op. cit*. p. 115.

magistratura politica (...)”[153].

Curioso, nesse sentido, é notar que Macedo, ao retratar as condições das terras recém-incorporadas aos domínios portugueses, no longínquo século XVI, menciona que “no seu solo correm os maiores rios do mundo, levantam-se altas e admiráveis serras, dilatam-se extensos e fertilíssimos vales, e campos desmedidos e fecundos” (I, p. 55), enquanto Abreu e Lima, por seu turno, no capítulo primeiro do tomo I de seu *Compêndio*, antes de tratar das primeiras formas de administração da colônia portuguesa na América, lista também as características naturais do território, destacando aspectos da geografia, da zoologia, da mineralogia e da fitologia.

No exercício da mencionada “magistratura política”, as penas desses dois autores engrandecem a natureza, mostrando, é claro, a relação da escrita romântica brasileira com a valorização da paisagem nacional e indicando o desejo de trazer ao conhecimento do público-leitor os traços característicos do país. E não apenas no âmbito dos recursos naturais, pois tanto em *Compêndio* quanto nas *Lições*, a narrativa dos dois autores constantemente volta-se para os acontecimentos das províncias, em um claro exercício de produção de uma história regional.

Trazer à tona os episódios relacionados às histórias locais, das diferentes províncias brasileiras, e produzir a leitura desse passado regional deixando entrever o tipo de vínculo do indivíduo que escreve com o mesmo, remete, então, o modelo de história pátria apresentado pelos manuais didáticos de história do Brasil ao complexo quadro de constituição de uma forma específica de espaço público e ao, anteriormente mencionado, processo de institucionalização dos conflitos.

Dessa forma, a relação com o seu público específico é mais um dado para corroborar com a percepção dos manuais didáticos de história do Brasil enquanto outra expressão do espaço(s) público(s) em formação no período imperial, já que há uma nítida preocupação dos dois autores, Abreu e Lima e Macedo, em anunciar, com toda a clareza, os destinatários de seus textos, sendo eles, conforme já indicado, no primeiro caso, a “mocidade brasileira” e, no segundo, os alunos do Colégio de Pedro II.

Nesse sentido, é bastante interessante a observação da historiadora Selma Rinaldi de Mattos a respeito da destinação dos dois manuais didáticos a públicos distintos, pois, segundo ela,

---

[153] Ibidem, p. 92.

> *(...) em Macedo, a identificação dos "alunos" como leitores pressupõe uma relação pedagógica e uma instituição específica, além de um programa da disciplina fixado pelo estabelecimento padrão do Império, algo que parece distante das preocupações de Abreu e Lima, que parece muito mais operar com a representação de uma "idade da vida" (...)*[154]

Portanto, essa historiadora sublinha o fato de que, com relação ao público, a obra de Abreu e Lima tem uma abrangência aparentemente maior do que aquela sugerida pelo texto de Macedo, pois o primeiro estaria envolvido em uma discussão mais ampla sobre as formas de produção e divulgação da história pátria – e daí, inclusive, surgira a polêmica com Januário da Cunha Barbosa e Varnhagen – ao passo que o segundo revelaria uma especificidade em termos de seus possíveis leitores.

Contudo, ainda seguindo as indicações de Selma Mattos, destaco que houve uma alteração no texto original de *Compêndio da História do Brasil* de Abreu e Lima, visto que na sua segunda edição, publicada meses após a primeira, definiu-se, por sugestão dos editores, os irmãos Laemmert, uma sensível redução do número de páginas – com a supressão dos documentos anexos que encerram o segundo volume – para atender as demandas de livros escolares dos colégios do país, o que permitiu a apresentação do texto em um único volume e o tornou, por conta disso, principalmente, mais atraente aos propósitos educacionais.

Aliás, esse é um dado bastante curioso, tendo em vista que mesmo recusado e criticado por membros ilustres do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e, por conseguinte, não respaldado pela instituição oficialmente encarregada da organização e veiculação da história pátria, o *Compêndio* de Abreu e Lima, conforme sugerem alguns estudos[155], foi adotado no Colégio de Pedro II, outra instituição dotada de caráter oficial, é válido lembrar, até o momento em que foi substituído pelas *Lições* de Macedo, somente em 1861.

Nota-se, então, que a existência de um projeto centralista no âmbito da produção do conhecimento histórico durante o período imperial no Brasil, como defende Manoel Luís Salgado Guimarães em passagem citada na introdução, não é

---

[154] MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros: o Compêndio de História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro da do Império do Brasil*. *Op. cit.* p. 96.

[155] Novamente destaco dos estudos de Selma Rinaldi de Mattos (2007), Arlette de Medeiros Gasparello (1993) e Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo (1997) como importantes referências nas quais me apoiei para as informações relativas aos manuais didáticos, em especial a relação dos mesmos com o Colégio de Pedro II e o ensino secundário de forma geral.

compatível com essa situação, apontada acima, em que a versão desautorizada e não reconhecida como a oficial foi difundida entre os alunos do Colégio de Pedro II, a instituição modelar do ensino secundário no Brasil, até o início da década de 1860.

E mesmo que o *Compêndio da História do Brasil*, o instrumento de divulgação da tal versão, tenha sido preterido a partir da publicação de *Lições de História do Brasil*, ainda não é de todo adequado considerar o triunfo de uma visão homogênea a respeito do país e de seu passado, pois, conforme aponta Gilberto Luiz Alves,

> *os manuais didáticos no Colégio de Pedro II, elaborados por profissionais que, por formação, revelavam-se pouco aptos para articulá-los às suas especializadas destinações pedagógicas, eram livros que disputavam, ainda, o emprego em outros níveis de ensino e numa fatia do mercado que ia além da reduzida clientela escolar.*[156]

Situação que se revela mais interessante quando, estendendo a observação para além dos limites cronológicos propostos para esse estudo, destaco a referência, presente no estudo de Alves, sobre a proliferação de outro manual didático – a *Pequena História do Brasil por Perguntas e Respostas*, escrito por Joaquim Maria de Lacerda e publicado originalmente em 1880 – nos estabelecimentos de ensino secundário, públicos e particulares, dos principais centros urbanos do país.

Acrescento a essa informação, as colocações de Maria de Lourdes M. Haidar, mencionadas em outra parte desse capítulo, a partir das quais a autora remete à defesa da liberdade de ensino assumida por muitos indivíduos e grupos constituintes da sociedade imperial, e sugiro que, ao invés da proposição de uma visão uniforme oriunda de uma instituição – o IHGB – que, aparentemente, alcançaria com suas ações todo o conjunto nacional, deve-se enxergar na publicação de manuais didáticos de história do Brasil, o convívio, tenso, entre múltiplos e conflitantes modelos, reforçando, assim, a importância do sistema representativo na organização do Estado imperial.

O *Compêndio da História do Brasil* de Abreu e Lima e as *Lições de História do Brasil* de Joaquim Manuel de Macedo, expressando, então, formas distintas e, em certas passagens, até divergentes sobre o passado nacional e estando inseridas na conjuntura por mim apontada anteriormente, de esforços da elite letrada no sentido

---

[156] ALVES, Gilberto Luiz. *Manuais didáticos de história do Brasil no colégio Pedro II: do Império às primeiras décadas da República. Op. cit.* p. 21.

de dialogar com seu público-leitor, são exemplos bastante significativos do papel desempenhado pela produção escrita oitocentista na estruturação do regime monárquico.

Sob esse aspecto, resgatar o passado foi também parte do empreendimento dos setores dominantes da sociedade imperial, entre eles os membros da elite intelectual, tais como Abreu e Lima, Macedo e Varnhagen, configurando esse resgate, acima de tudo, enquanto uma atividade de seleção, na qual a memória coletiva preenchia o importante papel de ligação entre os fatos já ocorridos e seus projetos de nação.

Por conseguinte, ao recolher os difusos episódios da história do país e redistribuí-los na narrativa dos setores dominantes, os indivíduos que receberam a tarefa de elaborar e difundir a identidade nacional acentuaram a capacidade da memória coletiva no sentido de promover a síntese entre o ontem e o amanhã.

3. O LOCAL DO PÚBLICO: O PAPEL DA IMPRENSA PERIÓDICA NA DINÂMICA POLÍTICA IMPERIAL.

3.1. A imprensa oitocentista no contexto de organização do Estado nacional.

> *Se a franqueza é sempre o mais belo ornamento do homem social, ela aperfeiçoa o quadro do Escritor público; sem a qual não há boa fé, nem dignidade do homem que toma a seu cargo falar aos seus semelhantes.*
>
> (*A Torre de Babel*, 23/01/1833)

> *(...) o público é um credor exigente, e reclama sempre o pagamento das dívidas a que o jornalista lhe está obrigado: imperioso quer o cumprimento do dever, que para ele é um direito.*
> *E é preciso obedecer ao público.*
>
> (O Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 26/08/1860)

Mesmo apresentando entre si um distanciamento temporal bastante significativo, os dois fragmentos acima revelam um aspecto muito expressivo da dinâmica de organização e de atuação da imprensa periódica no Brasil oitocentista, pois eles trazem à tona a condição pública do escritor.

É como se entre o indivíduo que assume a tarefa de escrever, particularmente nos periódicos – que não eram poucos – existentes no país durante o século XIX, e o seu leitor houvesse um compromisso, renovado a cada publicação de um novo número da folha, de fazer daquelas poucas páginas um espaço para debate, um local de encontro de opiniões.

E, de forma evidente, como não há, de fato, a possibilidade de o leitor expressar-se nessa verdadeira arena pública em que se transforma a imprensa, resta ao escritor colocar-se no papel de porta-voz do público, não apenas levando-lhe, por meio de seus textos, aquilo que elenca como temas que devem ser apresentados ao seu conhecimento, mas também incorporando em seus artigos algo que parece recomendação dada pelos leitores no momento da escrita.

Assim, os termos “franqueza” e “dignidade”, associados por José Ignácio de Abreu e Lima em artigo do número 05 de seu periódico *A Torre de Babel*, que circulou no Rio de Janeiro entre os dias 09 de janeiro de 1833 e 06 de março do

mesmo ano, ao comportamento que se espera de um “escritor publico”, podem ser tomados como um indicativo claro daquilo que sugeri anteriormente enquanto uma possibilidade de caracterização da imprensa periódica oitocentista brasileira, ou seja, considerá-la uma forma específica de espaço público.

Para corroborar com essa percepção, é válido destacar que o fragmento do periódico *A Torre Babel*, apresentado na abertura desse capítulo, faz parte de um artigo intitulado “Preliminares de Paz”, no qual Abreu e Lima dirige-se aos seus “Consócios, Escritores públicos do Rio de Janeiro” com o objetivo de estabelecer “uma regra de conduta que regule a todos, e obrigue *honrosamente* a cada um em particular”. (Grifo do autor).

A suposta natureza pública do seu fazer, requeria do escritor, no entender de Abreu e Lima, a observância de certas normas de comportamento, necessárias no trato não apenas entre aqueles que redigem os periódicos, mas, a partir dele, na interação com o público, visto que é possível notar nos escritos oitocentistas, especialmente nos textos veiculados pela imprensa periódica, o tal caráter pedagógico que mencionei em capítulos anteriores.

Essa possibilidade verifica-se, por exemplo, nas considerações do mesmo Abreu e Lima em artigo intitulado “Protestação” e publicado no número 01 do mesmo periódico *A Torre de Babel*, no qual o escritor pernambucano afirma:

> *Não escrevo para sábios nem para Puristas; a razão é muito óbvia, é porque não sou sábio nem Purista; escrevo para o povo, porque eu também sou povo; uso da linguagem trivial, e se alguma outra vez for mister, para dar mais vigor à frase, usarei de algum termo provincial, e ainda mesmo de alguma palavra mais forte, tendo o cuidado de não escrevê-la por extenso.* (*A Torre de Babel*, 09/01/1833)

Nota-se, com a leitura do fragmento acima, que, já no primeiro número de seu periódico, Abreu e Lima promove um duplo movimento, sendo o primeiro de clara aproximação com o leitor, buscando afirmar entre ambos, escritor e público, uma identidade de condições e até mesmo de práticas, algo observável, por exemplo, na constatação de uma linguagem – “trivial” – comum aos dois. Já o segundo pode ser deduzido justamente desse esforço identitário, na medida em que a busca por essa definição de semelhança entre quem escreve e aquele que lê inicia-se por reconhecer nesse seu semelhante o destinatário de sua escrita.

Nessa pretensa e suposta similitude de condições, o redator já deixa entrever o referido caráter pedagógico de sua ação, não apenas nesse reconhecimento claro do porquê de sua atividade, de escritor, mas também ao comentar, linhas abaixo, em outra passagem do mesmo artigo, que ficaria muito contente “com que (seus) leitores tenham senso comum”.

Nesse sentido, ao propor a citada “regra de conduta” para os escritores – públicos, por sinal – e ao esperar o tal “senso comum” de seus leitores, confirma-se essa ação de Abreu e Lima, enquanto redator de um periódico, no intuito de garantir a afirmação da identidade, acima mencionada, entre ele e seu público, bem como nota-se, no âmbito dessa ação, um exercício de homogeneização de comportamentos a partir de algo que ele, na condição de escritor, considera a postura ideal, ou seja, no fim das contas, a sua, como sugere a seguinte passagem de outro artigo do mesmo número de *A Torre de Babel*, artigo, aliás, cujo título é “Jornalismo”:

> *Se eu chegasse a merecer algum dia do Público um acolhimento igual aos meus desejos, será unicamente por não trilhar semelhante vereda (dos insultos, do sarcasmo e da diatribe). Atacarei as opiniões, porém não as pessoas; falarei de um Periódico, de um Redator, porém nunca indicarei uma só qualidade que sinale o indivíduo; é a única retribuição que exijo dos meus consócios.* (*A Torre de Babel,* 09/01/1833)

Portanto, é válido reconhecer nessas posições assumidas pelo pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima, por meio de seus artigos no periódico *A Torre de Babel*, aquilo que Marco Morel procurou caracterizar como um dos traços significativos da imprensa periódica no Brasil na primeira metade dos oitocentos, já que, segundo esse historiador,

> *a imprensa de opinião entre meados do século XVIII e começo do XIX faz entrar em cena esta figura de homem público (...): o jornalista ou panfletário, chamado de redator ou gazeteiro. Entre as mutações culturais vindas com a manifestação da modernidade política surge esse homem de letras, em geral, visto como portador de missão ao mesmo tempo política e pedagógica. É o tipo de escritor patriota, difusor de idéias e pelejador de embates (...). Tinham boa dose de erudição, publicavam livros talvez, mas sobretudo impressos de combate imediato, de apoio/ataque a pessoas e facções e de*

> *propagação das "novas idéias", dirigidos ao povo e à nação ou, quando fosse o caso, para formar estes.*[157]

E, em certa medida, é essa "imprensa de opinião" que atua de modo bastante intenso e expressivo no Brasil no momento em que se organizam as bases do Estado e da nação, sendo, por conseguinte, elemento muito significativo nesse processo.

Percebe-se, então, que, segundo as sugestões apresentadas por Morel, em estudo voltado justamente para a compreensão dos modos de organização do espaço público no Brasil oitocentista nas décadas de 1820 e 1840, não se trata somente de averiguar a relevância da imprensa naquele período enquanto um conjunto de folhas impressas destinadas à reprodução daquilo que se apresentava como marcos da realidade do país em um contexto no qual este alcançara a sua independência política.

Mais do que isso: cabe refletir sobre a imprensa na condição de subsídio para a construção do Estado nacional e para a própria afirmação de modos particulares de articulação no conjunto da sociedade imperial, sobretudo no período, apontado no parágrafo anterior, privilegiado pelas análises de Morel, visto que foi entre os anos 20 e 40 do século XIX que se mobilizaram as questões e os muitos projetos relacionados ao novo ordenamento político-institucional da ex-colônia portuguesa na América, especialmente a partir de 1831, com o início da Regência, pois, conforme aponta Marcello Basile, nessa fase da monarquia brasileira,

> *em face da vacância do Trono, liberais moderados, liberais exaltados e caramurus envolveram-se em acirrada disputa pelo poder, trazendo à baila projetos políticos distintos. Numa época em que a política transcorria no interior de uma emergente esfera pública, buscando a conquista de uma incipiente, porém ativa, opinião pública, a imprensa tornou-se então o principal espaço desse confronto, veiculando concepções e propostas as mais diversas acerca da nação que se pretendia construir.*[158]. (Grifos do autor).

Veja-se que, mesmo adjetivando-a como "incipiente", Basile procura salientar a importância da opinião pública nos primórdios de organização do Estado e da

---

[157] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840). Op. cit*. p.167.

[158] BASILE, Marcello. *Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831 – 1835)*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.* Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 60.

nação no Brasil, ressaltando o esforço para conquistá-la enquanto um dos traços da atuação da imprensa. E mais, tal autor aproveita também para destacar a vinculação dessa com a política, em virtude de sua condição de veículo de diferentes concepções atreladas aos, já citados, distintos projetos políticos que procuram enformar a nova realidade que se coloca a partir da emancipação política diante do domínio português.

Assim, retornando às epígrafes desse capítulo, podemos perceber nos próprios letrados brasileiros dos oitocentos essa compreensão quanto ao papel da opinião pública, já que Joaquim Manuel de Macedo sublinha, em passagem do seu *Labirinto*, a necessidade de estar atento ao público, chegando, até mesmo, a sugerir uma certa subordinação do escritor ao leitor, na medida em que aponta a produção escrita como um "dever" associado àquele e enquanto um "direito" deste.

Aliás, ressalte-se que, linhas acima do trecho que aparece selecionado na referida epígrafe, Macedo faz questão de trazer ao conhecimento de seu público, "exigente", como ele mesmo descreve, o fato de que se dependesse dele, escritor, no dia 26 de agosto de 1860, data da publicação do artigo em que tal trecho está inserido, essa publicação não ocorreria, pois, segundo ele, "se devêssemos deixar-nos guiar pelo coração, ainda hoje não escreveríamos o Labirinto, cuja ligeireza e estilo especial não podem servir jamais às inspirações da dor e da saudade". (O Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 26/08/1860).

Vê-se, então, o porquê, no dizer do autor, o seu artigo é resultado mais da aspiração de quem está em posição passiva – o leitor – do que do próprio agente – o escritor – no âmbito da produção escrita, pois, para este, razões de ordem privada – no caso, de acordo com os apontamentos que seguem no mesmo artigo, a "dor" e a "saudade" decorrentes do falecimento de Manoel Moreira de Castro[159] – o impediriam de escrever; impedimento que não se confirma face à, já mencionada, natureza púbica do seu fazer.

A despeito das estratégias narrativas que podem ser observadas nesse encadeamento de idéias proposto pelo letrado fluminense ao abordar as noções de "dever" e de "direito", associadas ao, aparentemente simples, ato de redigir certa quantidade de linhas para um periódico que circulava na capital do Brasil, é

[159] Em nota de rodapé, Jefferson Cano, responsável pela organização do volume que traz os artigos publicados por Joaquim Manuel de Macedo na série *Labirinto*, publicada no *Jornal do Comércio*, faz referência a um negociante, cujo nome é Manuel Moreira de Castro, como o provável indivíduo cujo falecimento é citado por Macedo. Ver MACEDO, Joaquim Manuel de. *Labirinto*. *Op. cit.* p. 121.

interessante notar sua disposição para tecer tais comentários enquanto um indício bastante relevante da busca pela conquista da opinião pública como algo marcante no contexto da imprensa periódica oitocentista, conforme as considerações de Marcello Basile.

A ponto de, ressalte-se, Macedo mostrar-se um "jornalista" cioso de seu compromisso com o leitor, mesmo que em situação adversa, tal qual a descrita acima.

Além disso, é também muito expressivo notar que os comentários feitos por Joaquim Manuel de Macedo aparecem em um artigo, como apontado anteriormente, publicado no ano de 1860, isto é, trata-se de um texto vinculado à época bem posterior àquela na qual José Ignácio de Abreu e Lima fizera, igualmente por meio da imprensa periódica, suas considerações acerca das posturas que ele ansiava ver nos escritores e no público, marcando, ademais, as suas, e que era o período agitado da Regência, ou seja, o momento em que a imprensa assumira aquele perfil delineado pelas análises de Marco Morel e Marcello Basile, indicadas páginas atrás.

Destarte, o interesse gerado pela observação de certa presença comum de temas e preocupações na produção escrita, particularmente da que foi veiculada pelos periódicos oitocentistas, de dois indivíduos associados a épocas distintas – e cuja distinção torna-se mais marcante quando se trata de pensá-la no contexto de organização do Estado e da sociedade imperiais –, ganha maior relevância à medida que se depara igualmente com uma distinção na própria dinâmica da imprensa, visto que, segundo Nelson Werneck Sodré[160], no âmbito dessa dinâmica a tal distinção parece assumir um caráter mesmo de oposição.

No que concerne à imprensa brasileira no século XIX, de acordo com esse historiador, é possível observar uma mudança radical entre o tipo de atuação da mesma quando se compara o período regencial – momento, aliás, em que predomina o exercício da função de redator de periódicos por parte de Abreu e Lima – e aquele iniciado a partir dos anos 1840, com o advento do Segundo Reinado – fase simbolizada, entre outros aspectos pela fama dos escritos de Macedo, muitos deles sob a forma de crônicas publicadas no *Jornal do Comércio*.

Para Sodré, por um lado, à época da Regência, nota-se a forma do pasquim como traço distintivo na produção da imprensa, sendo que esta forma "trazia para a

---

[160] Ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

rua uma política habitualmente preparada em gabinetes, introduzia o elemento popular naquilo que ele havia sido propositadamente excluído”[161]. E mais, nessa época, ainda conforme ele mesmo aponta, “nunca, certamente, a imprensa viveu de tão perto os acontecimentos políticos, e essa foi a grande virtude do pasquim”[162].

Por outro lado, ainda de acordo com os apontamentos de Sodré, durante o Segundo Reinado a imprensa perde seu caráter eminentemente político e assume feição predominantemente literária, pois, no entender dele,

> *na corte, que dava o tom ao país e, portanto, à política e à imprensa, a conciliação escondia os graves problemas que se aprofundavam na estagnação da aparente tranquilidade reinante. O órgão que espelha esse quadro é bem o Jornal do Comércio, na sua antiguidade consagradora, por ausência de outros padrões.*[163]. (Grifo do autor).

Dado curioso, o mesmo *Jornal do Comércio*, conforme indicado diversas vezes já, que publicava os artigos de Joaquim Manuel de Macedo, aparece nas análises de Nelson Werncek Sodré como exemplo mais significativo da contaminação da imprensa pelo quadro de “estagnação” predominante no país.

Antes, contudo, de abordar esse dado, cabe uma última observação a respeito das perspectivas que, segundo entendo, eram minimamente comuns aos dois letrados tidos como referência para as minhas análises no que concerne à imprensa, em geral, e à importância da opinião pública na dinâmica de funcionamento da sociedade imperial, mais especificamente. Observação voltada, justamente, para uma tentativa de redimensionamento daquilo que sugerem as avaliações de Sodré, buscando aproximar práticas, discursos e concepções que, segundo propõe esse autor, parecem radicalmente opostas.

Para tanto, cabe destacar a caracterização da série de artigos que escrevia para o *Jornal do Comércio* feita pelo próprio escritor, Joaquim Manuel de Macedo, no segundo de um total de 26 artigos, já que, a começar pelo título – *Labirinto* – atribuído à referida série, esse letrado fluminense procura ressaltar que

> *O título Labirinto que tomamos exprime a verdadeira essência desses artigos; porque o Labirinto tem por fim daguerreotipar uma época de cousas inextricáveis, em que tudo e todos se vêem atrapalhados e com a cabeça andando à roda, sem*

[161] Ibidem, pp. 156 – 157.
[162] Ibidem, p. 160.
[163] Ibidem, p. 189.

> *saber por onde entraram, e menos por onde podem sair.* (O Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 20/05/1860. Grifos do autor.).

Tendo em vista as justificativas apresentadas por Macedo no fragmento acima, parece válido questionar em que medida suas considerações acerca da "época de coisas inextricáveis", tomada como objeto de seu "daguerreótipo" representado pelo texto, produzido sob a forma de um artigo publicado em um dos periódicos mais importantes do país no ambiente "tranquilo" do Segundo Reinado, está, de fato, tão distante, em termos de abordagem e da própria divulgação de temas fundamentais para a sociedade imperial, daquilo que é colocado por Abreu e Lima no primeiro número de seu, já citado, periódico *A Torre de Babel*, também no intuito de apresentar uma justificação para o título atribuído a tal periódico. A esse respeito, pondera Abreu e Lima, vivenciando as agitações do período regencial:

> *Eu que vejo no Brasil tanto idioma diferente, tanta linguagem discordante, tanto dialeto ininteligível, não posso crer senão que esta confusão nasce de alguma arrogância que Deus quis castigar, fazendo com que os homens não se entendam, e caiam dispersos por este novo mundo, que não é pequeno, ou pelo menos maior que o mundo do Gênesis. Este é o motivo do título que adotei para o meu papel.* (*A Torre de Babel*, 09/01/1833)

Terá representado, então, a evidente feição literária, a qual procurarei detalhar mais adiante nesse capítulo, assumida pela imprensa periódica oitocentista ao longo do Segundo Reinado uma perda em termos da abordagem de temas vinculados às questões de outra ordem relacionadas ao país, especialmente aquelas ligadas ao âmbito político, conforme as sugestões de Nelson Werneck Sodré?

Ou, de outra perspectiva, o que pode ser tido como significado dessa aparente mudança de linguagem observável a partir da comparação entre os textos veiculados pelos periódicos da primeira e os da segunda metade do século XIX?

No intuito de sugerir respostas plausíveis para essas indagações, proponho, a partir desse ponto, uma verificação dos mecanismos e dos modos por meio dos quais os dois escritores, José Ignácio de Abreu e Lima e Joaquim Manuel de Macedo, inseriram-se na dinâmica de funcionamento da sociedade imperial, sobretudo em relação aos aspectos ligados ao ordenamento político e às práticas culturais que caracterizavam a situação brasileira no século XIX.

3.2. José Ignácio de Abreu e Lima: a pena como instrumento de luta.

3.2.1. Abdicação, partidos políticos e a imprensa periódica: a inserção de Abreu e Lima nos primeiros debates da Regência.

Inicialmente, cabe destacar que a atuação do pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima foi bastante expressiva e intensa, visto que ele se envolveu com a redação de diferentes periódicos, que circularam em algumas das mais importantes cidades do país, tais como Rio de Janeiro, a capital do Império, Niterói e Recife.

Conforme apontado no capítulo 1, Abreu e Lima retornara ao Brasil em 1832, depois de ter passado por vários países desde sua partida da província natal, Pernambuco, no ano de 1817, atuando nas lutas de independência que ocorreram nas colônias espanholas em território americano sob a liderança de Simon Bolívar.

Além disso, ainda recuperando informações biográficas constantes do capítulo acima mencionado, ressalto que pouco tempo antes de retornar ao Brasil, Abreu e Lima, deixando as lutas anteriormente referidas, partiu para os Estados Unidos e para a Europa, encontrando-se, nesse continente, com o ex-imperador brasileiro D. Pedro I.

Recuperar essas informações parece-me importante enquanto subsídio para as análises acerca do envolvimento de Abreu e Lima com a imprensa periódica brasileira, visto que pouco após o seu retorno ele inicia sua carreira como redator, lançando, em 09 de janeiro de 1833, o já citado periódico *A Torre de Babel*, no qual é possível observar certa influência dessa experiência acumulada ao longo de sua estada fora do país, pois algo que se verifica nas páginas dos sete números que compõem tal periódico é a defesa do imperador que abdicara do trono brasileiro poucos anos antes, em 1831.

Defesa que se nota nas constantes referências negativas feitas pelo letrado pernambucano ao episódio da abdicação, como se observa na seguinte passagem, extraída do número 02:

> *O 7 de Abril não foi uma revolução, foi uma sedição militar, que afrouxou as molas da moral pública; a indisciplina foi logo a imediata conseqüência, ou para melhor dizer, aquela sedição foi já efeito da indisciplina (...)* – (*A Torre de Babel*, 12/01/1833).

Algo que se repete em outro número – o terceiro – do mesmo periódico, em que o “7 de Abril” novamente aparece nos comentários de Abreu e Lima, inclusive ocupando de forma central todo um artigo cujo título é justamente “7 de Abril”. Nesse artigo o redator comenta que

> *o dia 7 de Abril será para o Brasil uma época fecunda em resultados; não quero dizer quais sejam porque não quero que me chamem Caramuru, Moderado, Exaltado, ou hum C... que os atravesse. Porém os que se lisonjeiam de terem feito uma revolução se enganam; apenas concorreram para uma sedição militar; a revolução começou depois da abdicação, porém entregue a si mesma se paralisou, ficou estacionária. Não se lisonjeie pessoa alguma do sucesso, ele foi obra do ex-Imperador; abdicou porque quis abdicar, porque quis ir-se embora (...).* – (*A Torre de Babel*, 16/01/1833).

Veja-se que nos dois fragmentos há uma clara preocupação de Abreu e Lima em negar o caráter revolucionário atribuído por certos grupos e parte da imprensa periódica ao episódio da abdicação, procurando minimizar sua importância ao reduzi-lo à condição de mera sedição militar e, mais ainda, ao promover uma nova forma de narrativa para o episódio, que passava de uma ação de derrubada do imperador para um ato oriundo da própria vontade do mesmo, numa clara manipulação do fato histórico.

Na narração de Abreu e Lima, D. Pedro I deixava de ser a vítima passiva de uma ação resultante de um conjunto de forças descontentes com o seu governo para assumir papel ativo em um episódio que, ao final, representava o exercício da vontade particular do imperador, o qual, com aquele gesto, revelava, ainda de acordo com o redator, no artigo acima mencionado, “inexplicável (...) prazer quando pronunciou a entrada majestosa de seu filho no Paço Imperial”.

Percebe-se, então, no modo de enxergar e, sobretudo, de narrar o episódio da abdicação de D. Pedro I um claro envolvimento de José Ignácio de Abreu e Lima com as questões que se mostravam prementes naquele início de 1833, quando ele escrevia, e que dialogavam com a situação do país imediatamente após o referido episódio.

Era o momento de organização da Regência, período em que, retornando às observações de Marcello Basile, havia um claro embate entre liberais moderados, liberais exaltados e caramurus envolvendo a disputa pelo controle mais direto sobre

a política brasileira após o fim do governo do primeiro imperador. Grupos, aliás, que aparecem nos comentários de Abreu e Lima acerca do “7 de Abril”.

Contudo, é curioso observar que a referência feita por esse escritor pernambucano aos tais grupos que marcaram a cena política da Regência, principalmente nos primeiros anos dessa fase do regime monárquico brasileiro, está atrelada ao seu esforço de mostrar distanciamento em relação aos mesmos, o que até faria sentido se ele procurasse um afastamento diante das propostas e ações dos moderados e dos exaltados, mas que parece estranho quando ele engloba também os caramurus em sua inciativa de mostrar ao leitor a ausência de vínculos dele, escritor, para com todos os referidos grupos.

Curiosidade mais exacerbada na medida em que se observa a crítica feita por ele ao “7 de Abril” e na defesa do ex-imperador D. Pedro I como elementos igualmente presentes no discurso daqueles que estavam no grupo dos restauradores, também identificados pelo nome caramurus, pois, enquanto, de acordo com Marcello Basile, “os *moderados* foram os principais promotores, ao lado dos *exaltados*, da Revolução do 7 de Abril, que, erigida em data cívica nacional, foi amplamente enaltecida pela imprensa *moderada* como uma ‘revolução gloriosa’[164], no caso daqueles, ditos restauradores,

> *o tipo de governo almejado (...) era o mesmo firmado pela Constituição e vigente no Primeiro Reinado. Não à toa o principal ponto de identidade do grupo eram o elogio saudosista a Pedro I e a crítica ferrenha ao 7 de Abril e à Regência.*[165]

Ademais, as críticas “ferrenhas” ao governo regencial e o combate à imprensa moderada, “enaltecedora” do caráter revolucionário do “7 de Abril”, presentes nas ações e, sobretudo nos discursos caramurus, conforme aponta Basile, também estão listados entre os freqüentes comentários veiculados por Abreu e Lima, por exemplo, em seu periódico *A Torre de Babel*; algo perceptível no mesmo número 03, citado anteriormente, em passagem de artigo intitulado “Tirania”, no qual o redator afirma que

> *o governo atual, sem atribuições nenhumas, ligado de pés e mãos, não pode ser tirânico nem arbitrário, nem útil baixo nenhum aspecto; com medo da tirania do governo, caímos na*

---

[164] BASILE, Marcello. *Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831 – 1835)*. *Op, cit.* p. 67. Grifos do autor.
[165] Ibidem, p. 85.

> *impotência legal, que é a mãe da pior das tiranias, a tirania de muitos.* (*A Torre de Babel*, 16/01/1833).

Ou, então, como se nota no último número – o sétimo – também de *A Torre de Babel*, em artigo cujo título é "O Brasil" e no qual Abreu e Lima destaca:

> *o Império do Brasil é uma roda de alcatruzes, que vai dando voltas em torno do seu eixo, e em proporção do movimento cada alcatruz se vai escoando pela tangente. Expliquemos isto – Cada Província, cheia de afecções locais excitadas pela sedição militar de 7 de Abril, quer fazer valer pretensões de todo o gênero, e os amigos das inovações trabalham para mover o Povo no sentido de seus interesses; o governo que não pode impedir a marcha das coisas, segue o impulso do movimento de rotação, e como não tem translação, bate marcha no mesmo terreno e espera pela voz do alto; ora esta voz devia emanar do mesmo governo, porém como lhe falta a força de inércia própria dos governos permanentes, oscila, trepida, bamboleia e ao fim cansado de si mesmo, e de tudo quanto o cerca, dará ao demônio o cardal – em cujo caso cada província se irá escapando pela Tangente (...)* – (*A Torre de Babel*, 06/03/1833).

Diante da ineficiência e da "fraqueza" do governo regencial, apontadas por Abreu e Lima nos fragmentos acima citados, emerge uma situação caótica, no entender do letrado pernambucano, estando esse caos associado ao risco de desintegração do Império por conta das crescentes agitações verificadas nas províncias brasileiras e, portanto, atreladas à ação de interesses nitidamente locais.

Enfim, reafirma-se, com a análise desses trechos, a estranheza no que concerne ao esforço de Abreu e Lima em pontuar seu mencionado distanciamento quanto aos caramurus, visto que, para ele, assim como para os que se diziam membros desse grupo, a monarquia centralizada aparecia como o modelo de organização mais adequado ao país por sua pretensa capacidade de exercer um controle eficaz sobre as províncias de modo a evitar a fragmentação do ainda recente Império brasileiro.

Isso, porque Abreu e Lima mostrava-se um dos defensores da "soberania monárquica", que, segundo Marco Morel, era tema fundamental para os

restauradores, pois, de acordo com esse historiador, o "projeto de nação do partido Caramuru"[166] baseava-se em

> *uma centralização de moldes neo-absolutistas, ainda que ilustrados, representando reforço de um Estado autoritário ou, então, fortalecimento das oligarquias e do poder agrário com suas redes de clientela e de mando entre a população rural.*[167]

Aliás, nesse mesmo estudo, Marco Morel, sinalizando a proximidade entre José Ignácio de Abreu e Lima e os restauradores, considera o escritor pernambucano como parte de um "grupo de experientes caudilhos militares (que) preparava-se para assumir a chefia da insurreição cabana, sendo entretanto, descoberto a tempo pelas autoridades imperiais"[168].

Parece-me, então, que a preocupação de Abreu e Lima no sentido de afirmar a ausência de qualquer envolvimento direto com os grupos políticos que marcaram a cena política da Regência tem muito a ver com suas perspectivas mais abrangentes acerca da política brasileira naquele conturbado início da fase regencial do regime monárquico, bem como se relaciona à concepção de partido que o escritor pernambucano procura propagar por meio de seu periódico e a certa estratégia na disputa pelo controle da opinião pública tão marcante naquele período.

No que concerne às tais perspectivas de Abreu e Lima sobre a política nacional, é possível afirmar que elas estão associadas à crítica, promovida pelo autor, à Monarquia federativa e às reformas – autonomistas, diga-se de passagem – que estavam em curso quando ele publicava seus artigos em *A Torre de Babel* no ano de 1833.

Crítica que aparece de modo evidente no artigo intitulado "Uma trapaça" que se encontra no número 07 do referido periódico, já que, nesse artigo, Abreu e Lima refuta o epíteto de "Caramurus anti-reformistas" atribuído aos que "se opõem à treta conhecida das pseudo-reformas, como à monarquia federativa, à vitaliciedade do Senado, à supressão do Poder Moderador, etc." (*A Torre de Babel*, 06/03/1833) e

---

[166] MOREL, Marco. Restaurar, fracionar e regenerar a nação: o partido Caramuru nos anos 1830. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; IJUÍ: Ed. Unijuí, Fapesp, 2003. p. 426.

[167] Ibidem.

[168] Ibidem, p. 427. A respeito do envolvimento de Abreu e Lima com a Cabanada, ocorrida em Pernambuco e Alagoas entre os anos de 1832 e 1837, Marco Morel cita uma carta endereçada pelo general ao seu irmão, Luiz Roma, cuja participação na revolta era muita significativa.

aproveita para alertar – o leitor, é claro – que aqueles responsáveis por tais acusações

> *confundindo as reformas puramente necessárias com as reformas especulativas e de nenhuma utilidade, nos querem fazer persuadir que somos anti-reformistas, quando ninguém mais anti-rerformista do que aqueles que, para evadir as reformas que não lhes faz conta, buscam dar evasão ao espirito de reforma com a chicana sediça da vitaliciedade do Senado, e da monarquia federativa (...)* – (*A Torre de Babel*, 06/03/1833).

E, ao dirigir esse alerta, tal autor dá entender que não lhe parecia o modo de organização da Monarquia brasileira de fato um problema. Ao contrário, o esforço de Abreu e Lima no sentido de refutar as acusações que, segundo ele, eram direcionadas àqueles que se identificavam com as posições e propostas assumidas pelo grupo dos restauradores evidencia uma percepção baseada na lógica de um Estado nacional devidamente estruturado, havendo, na verdade, falhas quanto ao funcionamento dessas estruturas.

Daí a iniciativa do letrado pernambucano no sentido de condenar as reformas associadas ao modelo federativo e à alteração no Senado vitalício, pois, para ele, postular tais reformas não passava de uma ação que procurava escamotear o que ele considerava como os verdadeiros problemas do país.

Desse modo, com vistas a clarificar seu leitor quanto a esses problemas e elucidar a "trapaça" que, segundo ele, representava o conjunto de propostas reformistas, Abreu e Lima lista uma série de indagações, estando, entre elas, as seguintes:

> *Quantos males têm vindo ao Brasil por que o Senado seja vitalício? Quantos males não têm sofrido pelo seu abominável meio circulante? (...) Que tem feito o governo em matéria de administração? Já cumpriu com aquele artigo da Lei de Orçamento em que manda reformar a administração das rendas fiscais? Que impulso se tem dado ao comércio de cabotagem, único viveiro da marinha de guerra em todas as partes do mundo? Tem acaso reformado devidamente o plano das Alfândegas, cujo vício tem acabado com a moral do nosso comércio, fazendo com que fossem contrabandistas Negociantes e Empregados? (...).* (*A Torre de Babel*, 06/03/1833).

Indagações que, junto a outras associadas aos temas da instrução primária, do combate à vadiagem, das condições hospitalares e de salubridade do Rio de

Janeiro, das obras públicas, dentre mais algumas, expressam a intenção de Abreu e Lima no sentido de questionar a precariedade das ações do governo, o que, no entender dele, deveria ser de fato o motivo de reformas, estando essas, portanto, voltadas para a maior eficácia das inciativas e das tarefas que cabiam à administração pública, ao invés de se proporem medidas para alterar o modelo de Monarquia que fora articulado após a independência e que, de acordo com esse escritor, estava adequadamente afeito à realidade do país.

Adequação que ele já apontara, não sob a forma de indagações, mas por meio de afirmações bastante contundentes acerca do que, segundo ele, significava "Restauração", pois no número 02 de *A Torre de Babel*, ele apresenta artigo cujo título é formado justamente por essa palavra que, de acordo com Abreu e Lima, não estava vinculada exclusivamente à defesa de D. Pedro I, alegando o escritor que

> *(...) são restauradores os que não quiseram Monarquia* <u>*federativa*</u> *senão Monarquia constitucional, pois que a Monarquia é frase vaga e carece de sentido; são restauradores os que estão por um Senado vitalício; são restauradores todos os que mostram um respeito devido à pessoa do Monarca atual; são restauradores os que não insultam a seu Augusto pai e não o tratam de ladrão (...).* (*A Torre de Babel*, 12/01/1833. Grifo do autor.)

Por meio da caracterização daqueles que "são restauradores", o letrado pernambucano procurava demonstrar a existência de um grupo mais amplo e complexo em relação às definições pejorativas que tentavam reduzi-los à condição de serem "somente amigo(s) do Duque de Bragança" (*A Torre de Babel*, 12/01/1833), postulando a relevância desse grupo na dinâmica da política imperial.

E mesmo reconhecendo certa nuance de posições no interior do próprio grupo dos restauradores, com a existência de "restauradores passivos e ativos", sendo "os primeiros aqueles (...) que desejam a volta do ex-imperador com um dique contra as calamidades públicas" e "os segundos (...) os que trabalham para sua volta ao trono" (*A Torre de Babel*, 12/01/1833), Abreu e Lima busca estabelecer certa identificação entre esse grupo, composto por uma posição mais numerosa e outra de muito poucos adeptos, respectivamente, com o conjunto mais abrangente, do qual, aliás, seu leitor faz parte, destacando, por fim, que

> *a nação toda deseja a permanência do príncipe Brasileiro; uma mudança agora ofenderia a sua Nacionalidade; um Monarca nascido deste lado do Atlântico satisfaz em muito a ambição*

> *dos Brasileiros; nem Deus me faria crer que haja quem deseje ou trabalhe para destronar um filho, que sucedeu a seu pai por um ato de voluntária abdicação – um fato semelhante seria único na história, e nos cobriria de opróbrio – faço pois mais justiça aos Brasileiros*. (*A Torre de Babel*, 12/01/1833).

Recorrendo, portanto, às noções de nacionalidade e ao adjetivo que lhe dava concretude perante os olhos dos leitores – brasileiro – esse escritor utiliza as páginas de seu periódico para divulgar suas propostas e defender seu projeto ante os adversários que com ele disputavam a primazia em relação aos modos de organizar a Monarquia brasileira. Disputa que os conduzia a enxergar no controle sobre a opinião pública elemento fundamental com vistas à ocupação dos espaços institucionais ligados àquela.

Recurso do qual novamente lança mão tal autor em artigo intitulado "Meu modo de ver as coisas", com vistas a, mais uma vez, também marcar suas posições nos debates políticos da época, justamente procurando identificá-las com o conjunto da nação e, por conseguinte, desqualificar as de seus opositores, pois, nesse artigo, Abreu e Lima condena os "papéis *moderados*" pelo fato de sugerirem "que todos quantos não pensam como eles são escravos de D. Pedro" (*A Torre de Babel*, 23/01/1833. Grifo do autor) e, com base nessa observação, ressalta que

> *É um insulto ao Povo brasileiro esse tropel de epítetos indecentes com que os papéis moderados enxovalham todos os dias a uma classe numerosa, qual é a descontente hoje com os resultados do 7 de Abril.* (*A Torre de Babel*, 23/01/1833).

Artigo por ele encerrado de forma bastante expressiva do uso que a elite letrada procurava fazer da imprensa, tomando-a como instrumento de promoção da identidade nacional, já que esse escritor declara:

> *Para concluir este artigo, que ficou mais comprido do que eu queria, direi que todo ele não contém senão uma alegoria, e que estou longe de pensar que no Brasil haja escravos nem Alfaqueques*[169]*; todos somos Brasileiros, e basta por hoje.* (*A Torre de Babel*, 23/01/1833. Grifos meus.).

---

[169] Segundo Cláudia Lima, esse termo designava o emissário de atuação destacada, no âmbito das trocas existentes entre a Península Ibérica e o norte da África, com vistas a libertar prisioneiros que tinham sido transformados em escravos e que dada sua importância econômica e social contavam com esforços tanto de cristãos quanto de muçulmanos para resgatá-los. A esse respeito ver LIMA, Cláudia. "Uma reflexão sobre os agentes históricos na sistematização do estereótipo africano sobre a construção do imaginário do negro no Brasil". *Ciências Sociais,* Unisinos, vol. 45, nº 2, maio-agosto, 2009, pp. 135 – 141.

E, o escritor pernambucano, utiliza ainda as páginas de *A Torre de Babel* para atrelar sua concepção acerca da Monarquia brasileira e, sobretudo, de seu funcionamento à dinâmica dos grupos políticos que atuavam no contexto da Regência, revelando a clara inclinação desse escritor para a condenação dos partidos, já que ele enxerga na ação deles parte significativa das mazelas existentes no país naquele princípio do período regencial, como se nota no seguinte trecho, que consta do mesmo número 02 do periódico acima citado:

> *Porém existe acaso um partido mais culpável que outro? Sim, o partido de que se serviu o governo, por que este não tinha necessidade de um partido nem de uma facção para obrar com energia, senão de boa fé, de muito boa fé e nada mais – eu não culpo a um indivíduo, culpo os partidos, culpo as paixões desordenadas, culpo mesmo a ignorância de muitos, e o capricho de todos. – Devia o governo desentender-se da oposição? Não: ele devia contrabalançar todos os interesses então divergentes, devia sondar o espírito dos corifeus, ou dos homens mais influentes, e calcular os meios morais ou físicos de que podiam dispor (...)* – (*A Torre de Babel*, 12/01/1833).

E tamanha é a desconfiança de Abreu e Lima em relação aos partidos políticos que essa defesa de uma atuação, digamos, conciliadora do governo, no sentido de assumir o controle sobre os rumos da Monarquia brasileira e impedir a proliferação de disputas e conflitos associados à ação desenfreada daqueles, faz com que ele proponha, já no número inaugural do primeiro periódico cuja redação está sob sua responsabilidade, a criação de um novo partido, pois, segundo ele, há

> *virtudes e vícios em todos os partidos, e eu que não pertenço a nenhum, formaria outro partido com gente de todos três; isto é, com os homens de bem, com os patriotas que de boa fé se tem alistado em cada um deles por amor da Pátria, crendo nisso lhe fazem um bem; tais homens, longe do anátema dos exclusivos, são dignos da veneração pública pelas suas virtudes e pela pureza das suas intenções.* (*A Torre de Babel*, 09/01/1833).

O novo partido, proposto por Abreu e Lima, seria, então, uma espécie de agrupamento de homens virtuosos e, por conseguinte, segundo é possível averiguar a partir das considerações desse escritor, capacitados para o exercício da administração, ou seja, para a complexa tarefa de coordenar os rumos da pátria, já que, para ele, de fato o problema residia nessa ação administrativa e era, portanto, em relação a ela que deviam estar direcionadas as reformas efetivamente necessárias ao país.

Aliás, é justamente à Pátria – com a inicial maiúscula – que Abreu e Lima procura recorrer para referendar a sua proposta, apontando o “amor” à mesma entre as virtudes daqueles que estariam, segundo ele, aptos a ingressar nesse novo partido, isto é, tratava-se, para o letrado pernambucano, de organizar o novo partido com base em homens que buscavam a vida partidária e, conseqüentemente, política crentes no cumprimento de um dever que se lhes impõem em função de seu sentimento patriótico.

.Com base em tudo que ficou posto até aqui, percebe-se que é a norma do combate, perceptível nas constantes acusações entre os membros dos diferentes partidos, verificadas, sobremaneira, nas sessões do Parlamento[170], por exemplo, que invade o espaço das folhas impressas, cada vez mais numerosas, que circulam pelo país[171].

Confirma-se, então, a partir da leitura dos fragmentos extraídos do periódico *A Torre de Babel* e citados anteriormente, a grande relevância da imprensa periódica na constituição do sistema representativo em terras brasileiras, dado que me parece válido perceber na atuação da imprensa, em geral, e de Abreu e Lima, em particular, uma forma de exercício de cidadania.

Ou seja, considero também viável associar os escritos veiculados pela imprensa periódica oitocentista, de forma mais abrangente, e aquilo que foi produzido pela pena de Abreu e Lima, em um escopo mais restrito, àquilo que é destacado por Hilda Sabato em estudo sobre a situação das ex-colônias espanholas na América, pois, conforme avalia Sabato, naquela região,

> *nos primeiros tempos republicanos, entre as elites pós-revolucionárias a opinião pública era entendida como a expressão racional da vontade dos cidadãos livres, nascida no seio dos novos espaços de sociabilidade, das associações modernas, e da imprensa periódica, âmbitos apropriados de deliberação racional. Mas se em termos conceituais a opinião*

---

[170] Diferentes estudos abordam as constantes discussões que marcaram o Parlamento brasileiro ao longo do século XIX, sendo válido, entre eles, citar, novamente, os de Miriam Dolhnikoff (2005; 2009), Silvana Mota Barbosa (2009), Francisco Iglésias (1969), José Murilo de Carvalho (2003) e Ilmar R. Mattos (2004).

[171] Os estudos, citados anteriormente, de Marco Morel (2005), Marcello Basile (2006) e Nelson Werneck Sodré (1999), mesmo que com abordagens distintas, salientam a intensa atividade da imprensa periódica no Brasil após a independência e, sobretudo a partir da Regência. Como o caso que norteia minhas análises até esse ponto é o do pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima, gostaria novamente de referir-me a outro estudo de Marco Morel, também já citado, produzido conjuntamente com Mariana Monteiro de Barros (2003), pois nesse estudo os autores enfatizam o grande crescimento verificado no número de periódicos a partir da década de 1830, particularmente nos anos iniciais do período regencial.

> *estava associada com o público abstrato de indivíduos racionais, na prática virou uma instância disputada na medida em que diferentes grupos e vozes intervinham em nome de públicos concretos.*[172]

Tal avaliação pode ser feita a partir da observação do modo como a opinião pública aparece no encadeamento da narrativa discursiva elaborada por Abreu e Lima em seu periódico *A Torre de Babel*, pois no, já citado, número 02 desse periódico há um artigo no qual o redator comenta, em tom condenatório, o episódio, por ele já destacado nas páginas de seu *Compêndio da História do Brasil*, conforme destaquei em capítulo anterior, de 30 de julho, ou seja, o da renúncia do Ministério sob a liderança do Padre Feijó e a subsequente apresentação de um "parecer" da "Comissão Especial" para a transformação da Câmara dos Deputados em Assembléia Nacional com vistas à solução da crise institucional por meio da adoção de um programa de reformas norteadas por uma nova Carta Magna, elaborada previamente e intitulada "Constituição de Pouso Alegre". Episódio conhecido como o Golpe da Chácara da Floresta.

A condenação fica evidente quando Abreu e Lima afirma que

> *a farsa da demissão da Regência, acompanhada daquele maldito parecer da Comissão na Câmara de Deputados acabou por enterrar todo o projeto; o uso que se fez do direito de petição no ato de estar a Guarda nacional sobre as armas, foi um atentado contra esse mesmo direito, porque violava o princípio inconcusso de poder reunirem-se os Cidadãos <u>desarmados</u> para pedir ao governo esta ou aquela medida, porém nunca com as armas nas mãos (...) Desde então o governo decaiu da opinião pública, e esta transição foi para o Brasil uma era de calamidades.* (*A Torre de Babel*, 12/01/1833. Grifo do autor.).

Nota-se, então, como a forma por meio do qual o redator apresenta um dos episódios de grande repercussão no país naquele início da Regência, confirma o esforço, apontado por Hilda Sabato, promovido por parte das elites políticas e culturais, para retomar a nítida associação entre ambas proposta pelo estudo, já citado, de Angela Alonso, no sentido de intervenção de grupos e vozes particularizados, isto é, elitistas, na chamada opinião pública, dado que ao considerar o referido episódio enquanto promotor do desprestígio do governo junto a essa opinião, claramente o autor confunde-a, de modo intencional, com a sua

[172] SABATO, Hilda. "Soberania popular, cidadania, e nação na América hispânica: a experiência republicana do século XIX". *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 09, pp. 05 – 22, maio de 2009. p. 14.

própria, ou seja, a de alguém que evidentemente não se apresentava entre os envolvidos e aqueles que simpatizam com o tal episódio.

Nesse sentido, é muito significativo outro artigo, presente no número 07, desse mesmo periódico, *A Torre de Babel*, cujo próprio título, “Minha opinião”, já remete ao esforço mencionado no parágrafo anterior. Nele, Abreu e Lima destaca:

> *sou de opinião que isto não vai bem; sou de opinião que tudo isto cheira mal; sou de opinião que o Governo não tem obrado bem até aqui; sou de opinião que deve emendar a mão; sou de opinião que demita o ministério atual; sou de opinião que a opinião pública é alguma coisa, e que deve ser respeitada pelos Delegados do Povo (...)* – (*A Torre de Babel,* 06/03/1833. Grifo do autor.).

Misturadas, a opinião do redator – diversas vezes reiterada através do recurso narrativo de repetir a expressão, bastante afirmativa por sinal, “sou de opinião” – e aquela que é pública – e que, segundo aquele, “deve ser respeitada” – produzem o efeito de uma identidade de posições, no caso a que estava voltada à crítica ao governo regencial.

Não cabia, como se nota no fragmento destacado, apenas expressar a oposição àqueles que comandavam a política nacional, propondo a demissão do ministério; era necessário para o autor dar legitimidade à postura oposicionista que decidira assumir e, para tanto, tornava-se fundamental, no âmbito do discurso, mostrar-se defensor da opinião pública e ciente das condutas adequadas aos indivíduos que possuíam a condição de “Delegados do Povo”, com destaque especial para o respeito devido àquela.

Não se tratava somente de divergir em termos de posições políticas, mas atuar na imprensa periódica requeria um constante esforço de legitimar projetos próprios e, ao mesmo tempo, de refutar com veemência os que eram defendidos por adversários, em uma clara disputa pela primazia no processo de organização do Estado nacional, advindo daí a necessidade de trazer a nação e o povo para dentro da produção escrita enquanto parâmetros mais recorrentes dessa ação legitimadora, por um lado, e de crítica mordaz, de outro.

E, dada essa situação de conflito envolvendo projetos para o país, parece-me muito relevante reafirmar a inserção da imprensa nas formas de exercício da cidadania, visto que, para além de seu vínculo com a construção do Estado e da

nação, nela se evidencia a mutabilidade, atribuída pelo historiador Marco Morel[173], aos espaços públicos, expressão que, aliás, como tenho proposto reiteradamente ao longo desse estudo, considero ser válida enquanto mecanismo para caracterizá-la.

Transformações podem, portanto, ser tomadas como um dado inerente à dinâmica de funcionamento da imprensa periódica oitocentista por sua condição de forma específica de espaço público e, assim, as mudanças e/ou variações acabavam por atingir também os discursos que nela eram produzidos e por ela veiculados, pois, dada sua vinculação com a divulgação de distintos projetos políticos, torna-se importante ressaltar a interação entre ela e os partidos políticos, conforme observa Morel, ao ponderar que

> *um partido político, na primeira metade do século XIX, era mais do que tomar um partido e constituía-se em formas de agrupamento em torno de um líder, por meio de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais, etc.) entre seus participantes.*[174]

Interação, aliás, que se evidencia de modo expressivo na atuação de Abreu e Lima enquanto redator de periódicos nas décadas de 1830 e 1840, visto que, a despeito de seu esforço em negar qualquer vinculação partidária, conforme apontei anteriormente, esse esforço não passa de recurso narrativo – importante, é claro – e, nesse sentido, tal atuação está também sujeita às citadas transformações, pois em contraste com aquilo que sustenta nos primeiros números de *A Torre de Babel*, particularmente, no primeiro e no segundo, a mencionada negação, já no sexto – e penúltimo número do mesmo periódico – o letrado pernambucano reconhece seu envolvimento com os caramurus.

Em artigo expressivamente intitulado “Caramuru”, José Ignácio de Abreu e Lima faz uma longa descrição desse grupo, definindo a existência de sete tipos ou, como sugere, de fato, o autor, “sete graus” diferentes nos quais estariam divididos aqueles que atuaram no tal grupo, transformado, na descrição de Abreu e Lima, em “ordem Caramurônica”, ao estilo das organizações maçônicas, já que, conforme ele aponta no artigo, era assim que o mesmo era tratado pelos adversários, pois “os

---

[173] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840). Op. cit.*
[174] Ibidem, p. 67.

Moderados, ou Exaltados (...) querem que a seita dos Caramurus seja uma espécie de Maçonaria em que há um grande segredo a guardar, e vários graus a recorrer" (*A Torre de Babel*, 02/03/1833).

Ao fim da apresentação dos tais "sete graus", o autor afirma ter percorrido todos eles e pede que seja, por isso, chamado de "Grão Caramuru", insistindo no pedido ao declarar que "o que o não fizer será chamado a Jurados por desacato à liberdade de Imprensa" (*A Torre de Babel*, 02/03/1833).

Ironia à parte, no que diz respeito à ameaça legal feita por Abreu e Lima aos que desrespeitarem sua "condição", acrescente-se, que no referido artigo, ele anuncia sua proximidade em relação aos caramurus, pois, antes de passar à descrição dos mencionados "graus", faz uma lista de ponderações com temas que, conforme observado em fragmentos apresentados ao longo desse capítulo, lhe são bastante caros, tais quais a crítica ao "7 de Abril" por ser uma "sedição militar, e não uma revolução", a defesa do governo de D. Pedro I como não sendo "tirânico nem despótico" e o combate aos juízes de paz "que permitem o uso de armas aleivosas (e, por isso) são Juízes de guerra". Lista, aliás, em que cada item aparece de modo intercalado com a expressão "ergo sou Caramuru" e que termina com um expressivo "pois bem eu sou tudo isto (referência às posições defendidas pelos caramurus), e alguma coisa mais".

Reconhecimento difuso, porém, é esse o promovido por Abreu e Lima, pois a inclusão do sugestivo comentário quanto ao fato dele ser "alguma coisa mais" pode ser tomada como sinal de uma relação distante, de um pertencimento que não é completo, ou pelo menos, não se percebe como tal.

Mas, para além dessa suposta dificuldade de identificação face esse ou aquele grupo, ou melhor, a um ou outro partido, considero ser possível tomar o adjetivo difuso atribuído ao reconhecimento acima destacado como dado que permite notar uma visão bastante peculiar de Abreu e Lima e que subsidia sua crítica à vida e à ação partidárias.

Uma visão que dialoga, justamente, com o fato de o letrado pernambucano mobilizar-se por meio da atuação na imprensa periódica, confirmando a crença no potencial pedagógico da sua ação, decorrendo daí sua iniciativa quanto à defesa da educação como forma de aperfeiçoar o indivíduo, algo que se verifica no lamento do autor diante do fato de que "a massa da nossa população fica toda sem educação, e por conseqüência sem costumes". (*A Torre de Babel*, 23/01/1833).

Lamento que, é claro, vem acompanhado de propostas no sentido de “dar uma educação proporcionada a todo mundo”, por meio, por exemplo, da criação de “uma Universidade em cada província”. (*A Torre de Babel*, 23/01/1833).

Curiosamente, essas considerações apresentadas por Abreu e Lima no número 05 de seu periódico *A Torre de Babel* estão em artigo, intitulado “Educação”, que aparece logo a seguir de outro, cujo título é “Eleições”, destinado a comentar, provavelmente, a proximidade do pleito para a terceira legislatura da Câmara dos Deputados (1834 – 1837)[175], artigo no qual o redator afirma que

> *no Brasil as massas são impassíveis, pouco lhes importa o que vai por este mundo, com tanto que as deixem tranquilas; ficam só em Campo os que calculam nos seis mil cruzados, que não são para desprezar em tempo de fome, ou aqueles que ocupam altos destinos dependentes da legislatura.* (*A Torre de Babel*, 23/01/1833).

As “massas”, não mais o “Povo” – é válido destacar –, são vistas de forma negativa pelo letrado pernambucano, que lhes atribui a marca da impassibilidade, algo que, no âmbito do processo eleitoral, significa a falta de condições para o exercício pleno da cidadania, e que lhes poderia ser garantido com o relevante auxílio da educação.

Vê-se, então, o porquê da minha sugestão no sentido de discutir o citado reconhecimento difuso de José Ignácio de Abreu e Lima no que concerne aos partidos políticos, tendo em vista que tal situação pode ser tomada como exemplo de sua militância nos limites de um projeto claramente voltado para a preparação dos indivíduos – seus leitores – para a participação na vida política em conformidade ao novo Estado que se organizava, sendo a produção escrita o instrumento de promovê-la, já que essa promoção implicava uma iniciativa de difusão de comportamentos, ou “costumes”, como aponta o autor, elencados por ele – o escritor – enquanto ideais, algo que parece muito mais pertinente no âmbito da atividade escrita, vinculada à imprensa, do que na esfera partidária. O que não implica, é claro, a negação de seus vínculos com as arenas políticas[176] que marcavam a dinâmica da sociedade imperial.

---

[175] A respeito de um perfil geral e do período das legislaturas que atuaram durante a Regência, ver BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial, volume II: 1831 – 1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

[176] Novamente recorro ao estudo de Marcello Basile para destacar a imprensa como uma das referidas arenas, recordando que tal autor apresenta, além dela, o Parlamento, as associações, as

Daí que a observação acerca dos temas tidos por Abreu e Lima como fundamentais a ponto de requererem sua atenção e, mais, seu esforço de divulgação por meio da imprensa periódica, proporciona justamente uma averiguação sobre a sua inserção nas referidas arenas, sendo possível identificar nele a filiação a um dos projetos de grande relevância no contexto de construção do Estado nacional no Brasil na primeira metade do século XIX, aquele que se norteava pela defesa da centralização política.

Tal projeto, segundo a historiadora Miriam Dolhnikoff, tomava a ilustração pombalina como referência e considerava que "apenas um regime centralizado, conferindo ao governo central o monopólio da iniciativa política, seria capaz de empreender as reformas desejadas"[177], algo que se percebe na já citada crítica de Abreu e Lima ao que ele classifica como "pseudo-reformas", em alusão à Monarquia federativa, bem como nas suas constantes referências negativas à abdicação, acompanhadas de elogios a D. Pedro I, e à defesa quanto à necessidade de educar a população com vistas ao aprimoramento de seus costumes. Temas por ele abordados nas páginas de *A Torre de Babel* e nos demais periódicos que contaram com sua redação ou colaboração, como veremos no decorrer desse capítulo

3.2.2. Ainda na luta: Abreu e Lima e as alterações na política brasileira durante as Regências.

Após a publicação de *A Torre de Babel*, encerrada em março de 1833, José Ignácio de Abreu e Lima retoma o envolvimento com os periódicos somente no ano de 1835, colaborando com a publicação de *O Mensageiro Niteroiense*[178]. Tendo como subtítulo a designação de "jornal curioso, liberal e de anúncios", o próprio nome do periódico já é bastante expressivo no sentido de apontar a difusa inserção

---

manifestações cívicas e movimentos de protesto ou revolta na condição de possuidores dessa função, sendo, desse modo, "instrumentos de ação política no período regencial". Ibidem, p. 62.

[177] DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. *Op. cit.* p. 23.

[178] Informações técnicas sobre esse periódico encontram-se em IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. *Catálogo de periódicos de Niterói*. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1988. Em primeiro lugar, saliento que só pude identificar, no arquivo da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, os exemplares do número 25 em diante desse periódico. Já, em segundo lugar, ressalto que, conforme será sugerido também no corpo do texto dessa pesquisa, tomo o envolvimento de Abreu e Lima com esse periódico no sentido de colaboração, pois, além de não ser clara a possibilidade de defini-lo como um de seus redatores, sua grande contribuição para o mesmo adveio do já citado *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*, o que, não impede, a meu ver, de associá-lo às idéias vinculadas a essa folha.

de Abreu e Lima nas arenas políticas que marcaram o período regencial, visto que se tratava de um periódico publicado na cidade de Niterói, o que sinaliza certo afastamento do escritor pernambucano em relação à capital do Império, o Rio de Janeiro, local onde circulara o seu primeiro periódico publicado no país.

Nada expressivo em termos físicos, tal afastamento deve ser visto com cuidado no que diz respeito às questões políticas, pois, embora o letrado pernambucano não mantivesse, digamos, uma atuação direta no ambiente da Corte do Rio de Janeiro, a sua ida para Niterói pode ainda ser tomada como tentativa de continuar presente no âmbito da política nacional, tendo em vista que essa cidade, que fora alçada à condição de capital da província do Rio de Janeiro era tida como "intimamente associada com as questões nacionais e com a cidade do Rio de Janeiro, local de assento da família imperial"[179].

De qualquer forma, representava uma mudança, talvez em âmbito simbólico, significativa, visto que ela coincide com o momento posterior à aprovação do conjunto de reformas cristalizado pelo Ato Adicional de 1834 e que implicava a definição do modelo federativo, tão combatido por Abreu e Lima nas páginas de *A Torre de Babel*, enquanto mecanismo de organização da Monarquia brasileira, confirmando os anseios autonomistas obtidos desde a abdicação e presentes na ordem do dia dos grupos que, por meio desse periódico, ele procurava combater.

Aliás, é justamente contra essas reformas que Abreu e Lima procura posicionar-se, reafirmando no novo periódico, aquela crítica que se vislumbrava no anterior, vide o comentário que aparece no número 82 de *O Mensageiro Niteroiense* acerca de uma "ode" voltada para a condenação das referidas reformas, e no qual o redator afirma que

> *demasiadamente amigos dos grandes gênios, que ilustram, e podem ilustrar a nossa Pátria, não podemos deixar de sentir grande entusiasmo; quando lemos a ode (...) feita por ocasião de haver aparecido na cidade de Vitória, província do Espírito Santo a lei das reformas. Nós nos apressamos a dar a luz esta produção verdadeiramente maior, que seu objeto; porque ao nosso modo de pensar nada tem saído da Assembléia Geral mais pequeno do que a lei das reformas: e quanto auguramos: ela ameaça ao Brasil de males incalculáveis, e desastrosos; dos quais são já ensaios o Pará e Rio Grande do Sul (...)* – (*O Mensageiro Niteroiense*, 20/11/1835.)

---

[179] GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822 – 1889.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 33.

A publicação de tal “ode” pode ser tomada, assim, como representativa do esforço do redator em transmitir ao seu leitor a impressão de que não apenas ele enxergava a “lei das reformas” de forma extremamente negativa, como se nota no fragmento acima, mas que essa era uma percepção partilhada por outros indivíduos. E, repare-se bem, esses não eram quaisquer indivíduos, mas pessoas apresentadas de modo muito elogioso aos leitores, adjetivadas enquanto “gênios, que ilustram, e podem ilustrar a nossa Pátria”. Ilustração, é válido salientar, advinda da atuação deles no âmbito da produção escrita, mesma área de atuação do letrado pernambucano.

Referir-se, então, de forma elogiosa a outros que partilham da mesma opinião indica uma clara ação no sentido de promovê-la, tomando sua divulgação como mecanismo de convencimento do leitor e, por conseguinte, enquanto expediente para garantir o controle sobre a opinião pública, procurando identificá-la à desses homens “ilustrados”.

Ação que se mostra muito recorrente nas páginas de *O Mensageiro Niteroiense*, visto que é nele que José Ignácio de Abreu e Lima publica os artigos dos quais se originou o seu já citado *Bosquejo histórico, político e literário*; isso porque, além de preencher boa parte do espaço de 12 dos 134 números que compuseram o referido periódico com essa obra, Abreu e Lima ainda aproveita para transbordar o tema para outras páginas do mesmo.

Uma delas é a que recorre à reprodução de artigos veiculados por outros periódicos e que trataram de assuntos enfaticamente abordados pelo escritor pernambucano, tendo alguns desses periódicos, inclusive, circulado em outras províncias do Império, tal como se observa na seção “Editorial” do número 48 de *O Mensageiro Niteroiense*, em que aparece o seguinte comentário:

> *transcrevemos os dois arts. do Correio Mercantil da Bahia e do Astro de Minas sobre a proposta do Dr. França, para darmos ao povo do Rio de Janeiro uma idéia de escândalo que tem causado em todas as províncias do Império, de que até hoje temos noticia, o projeto da República Francesa; ainda que não estejamos de maneira alguma de acordo com o nosso colega da Bahia em quanto aos princípios sobre que ele funda a sua opinião; porém o certo é que ele reputa o projeto anticonstitucional, e ferindo a liberdade do povo – eis aí bem demonstrada a repugnância que semelhante proposta tem achado entre os mesmos que se supunham acérrimos republicanos – até agora o bem dito projeto não achou um*

> *panegirista, que justificasse o republicanismo no Brasil.* (*O Mensageiro Niteroiense*, 28/07/1835. Grifos do autor.).

Outra, bastante significativa, materializa-se sob a forma de anúncios "Ao respeitável público", visto que já no número 47 o redator destaca:

> *interessando sobre maneira a todos os amigos da Monarquia e do Sr. D. Pedro 2º, que se divulguem as idéias, que até agora temos emitido em artigos soltos sobre o ominoso projeto do Dr. França; tomamos a resolução de formar uma obra de todo aquele material (...) e como este trabalho requer despesa maior e adiantos, que não estamos em estado de empreender, propomos a todos os amigos verdadeiros da justa causa da Monarquia no Brasil, uma subscrição ao preço de 2$000 rs. por pessoa pagos adiantados.* (*O Mensageiro Niteroiense,* 03/07/1835. Grifo do autor.).

E, como houvera o anúncio quanto à preparação, não poderia de estar fora das páginas de *O Mensageiro Niteroiense*, o "aviso", segundo o qual, "acha-se no prelo (...) a interessante obra intitulada 'Bosquejo histórico, político, e literário do Brasil' (...) segundo o plano dos artigos editorais do MENSAGEIRO NITEROIENSE a este respeito (...)". (*O Mensageiro Niteroiense*, 11/09/1835).

Desse modo, face essa diversidade de estratégias de divulgação, é possível averiguar que o controle sobre a opinião pública passava pela criação de laços identitários e pelo reforço das posturas consideradas mais adequadas, de acordo, é claro, com as avaliações de quem redigia o periódico, algo que aparece sintetizado nas referências aos "amigos da Monarquia e do Sr. D. Pedro 2º" e aos "amigos verdadeiros da justa causa da Monarquia no Brasil" tidos como aqueles que seriam – ou deveriam ser – os interessados na obra e, portanto, em suas idéias, devendo, inclusive, assumir a condição de partícipes da sua propagação por meio da escolha pela subscrição da tal obra.

Entretanto, conforme apontei em outro capítulo, embora seja viável tomar a longa defesa que Abreu e Lima faz nas páginas de *O Mensageiro Niteroiense* e, posteriormente, nas do *Bosquejo*, em relação ao regime monárquico, não é válido distinguir, com base em tal defesa, nenhum pormenor da sua inserção na dinâmica da política imperial, visto que a mesma era partilhada por grande parte dos setores elitistas do país.

O que representa contribuição relevante para a referida distinção é aquilo que indica uma retomada dos temas apresentados em *A Torre de Babel*, particularmente

a militância em torno da defesa de um regime centralizado voltado às reformas adequadas, no entender dos defensores desse projeto, à promoção de melhorias graduais e significativas na sociedade imperial. Em outras palavras, o "projeto civilizador"[180] defendido pelo grupo que estava reunido em torno de José Bonifácio de Andrada e Silva.

Exemplar disso, é a longa passagem de seu Bosquejo na qual o autor analisa a composição populacional do Brasil. Análise que ele principia por meio de críticas à falta de precisão e de confiabilidade nos dados estatísticos oferecidos tanto por estrangeiros quanto por políticos do país referentes à população brasileira.

Críticas acompanhadas da elaboração de um quadro comparativo em que aparecem números relativos às populações de quatro regiões da América – Brasil, Estados Unidos, Colômbia e México –, estando tais números distribuídos em três colunas: uma para a "população livre", outra para a "escrava" e a última para a "absoluta". Na verdade, esta é a penúltima, pois o letrado pernambucano encerra sua tabela com uma quarta coluna, por ele intitulada de "escravat(ura) respect(iva)" e que apresenta a proporção de escravos em relação ao total de membros daquelas populações.

E é justamente com base nessa proporção que Abreu e Lima elabora toda sua argumentação voltada ao questionamento quanto à expressiva presença da escravidão no Brasil, estabelecendo um contraponto bastante ilustrativo de suas críticas a essa forma de organização do trabalho ao comparar a situação brasileira com a da Colômbia por meio da seguinte observação, aliás acompanhada de relevante pergunta:

> *em um período de mais três lustros Colômbia não terá um só escravo. Destarte concebe-se perfeitamente como aquele Povo marcha para a perfeição da liberdade política, sancionando a <u>liberdade civil</u>, que é a primeira e a mais grata de todas as liberdades; porém nós perguntamos agora a todos os demagogos do Brasil: o que se pratica com a <u>nona</u> parte da população em Colômbia, poderia acaso verificar-se quando se trata da metade de um Povo agrícola e, cujos produtos são todos devidos a braços cativos?*[181] (Grifos do autor).

---

[180] Novamente, a esse respeito, ver DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX.* Op. cit.

[181] ABREU e LIMA, José Ignácio de. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. *Op. cit.* p. 50.

Pergunta para a qual ele formula resposta com certo tom de lamentação, pois declara o letrado pernambucano:

> *Confessemos ingenuamente, e não tenhamos rubor em confessá-lo, que estamos tão distante de podermos imitar as belas teorias de outros Povos, quanto distam os nossos elementos sociais de uma perfeita homogeneidade*.[182]. (Grifo do autor).

E no restante das páginas dessa parte de seu *Bosquejo*, tal escritor enfatiza, por um lado, a importância de promover a liberdade civil como forma de alcançar a liberdade política, fazendo, porém, reticências a esse respeito ao apontar, por outro lado, sérios obstáculos à concretização dessa iniciativa em virtude da questão, igualmente ligada ao discurso liberal, do direito do proprietário sobre sua propriedade – no caso, o escravo – e das condições do país, segundo ele marcadas pelo aspecto heterogêneo de sua população.

Por fim, o autor encerra esse longo comentário, baseado na comparação entre a situação do Brasil e a de outros países americanos, listando quinze itens que, segundo ele, constituíam uma espécie de recapitulação do que ele apresentara aos leitores até aquele ponto da obra, com destaque para o décimo primeiro, no qual ele afirma

> *que para estabelecer o equilíbrio entre as diversas classes da Sociedade, não se tem encontrado até hoje outro remédio senão a MONARQUIA, único expediente que pode aplicar-se com feliz sucesso para chamar a um centro comum os elementos desencontrados de um Povo heterogêneo*.[183]. (Grifos do autor).

Conclusão reafirmada páginas adiante, em passagem na qual ele novamente apresenta uma série de indagações, estando, nesse caso, tais indagações voltadas para o questionamento das melhores condições, vigentes no momento de sua escrita, do Brasil em comparação com as de outras porções da América mesmo com o atraso decorrente das épocas anteriores, para categoricamente respondê-las da seguinte forma:

> *(...) a razão mesma nos está mostrando, que o caráter que mais convém ao sistema representativo, é o monárquico hereditário; eis a causa, eis o motivo de havermos assegurado*

[182] Ibidem, p. 51.
[183] Ibidem, p. 74.

> *até hoje contra todos os inconvenientes que acompanham a formas e caracteres opostos.*[184]. (Grifos do autor).

Desse modo, não parece nada estranho que Abreu e Lima faça elogios ao citado José Bonifácio, sendo este tema de um artigo no qual, sob o título de "aos cidadãos niteroienses", o autor comenta a decisão daquele quanto a morar na cidade de Niterói, aproveitando o ensejo para destacar a importância de tal indivíduo para o país. Nesse sentido, sem respeitar suas próprias considerações, Abreu e Lima afirma que "não é necessário recordar os merecimentos deste brasileiro sem par (...); o dia único sempre glorioso 7 de setembro de 1822 levará seu nome até o fim dos séculos (...)". (*O Mensageiro Niteroiense*, 24/07/1835).

Veja que, mesmo considerando algo desnecessário, o letrado pernambucano faz questão de elogiar José Bonifácio, trazendo à tona as recordações do passado, tido como "glorioso" e vinculado ao episódio da emancipação política diante do domínio português.

Passado esse que retorna, mais uma vez, sob essa forma de recordação nas páginas do número 60 de *O Mensageiro Niteroiense*, pois em tal número, devido à carga simbólica da data na qual ele é publicado, o dia 07 de setembro de 1835, é oferecido ao seu leitor um longo artigo intitulado "Independência ou morte", em que, misturados a muitos elogios ao episódio acima mencionado e a alguns protagonistas do mesmo, ele destaca novamente a ação positiva de José Bonifácio, indicando que

> *Se algum descontente tentou perturbar a glória de 7 de setembro de 1822, a sabedoria previdente de JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA o fazia esmorecer sem que o fuzil e a baioneta roubasse a esposa seu marido, aos pais seus filhos (...) como desgraçadamente temos visto acontecer a cada passo, e em cada canto do Brasil depois da infausta, e sempre lutuosa revolução de 7 de abril. Que contraste entre um e outro 7!* (*O Mensageiro Niteroiense,* 07/09/1835).

Não era apenas uma questão de escrever um artigo laudatório a um importante momento nacional; mais do que isso, quando se aproveita o espaço de um artigo destinado a comentar um fato histórico da maior relevância para o país, no instante em que se completavam 13 anos do mesmo, para criticar outro, muito mais recente, e, por conseguinte, menos atrelado ao passado e mais associado aos fatos

---

[184] Ibidem, p. 111.

presentes, fica evidente aquilo que apontei como característica da narrativa presente também nos manuais didáticos de história, sendo um destes manuais, recordemos, resultado da própria produção de Abreu e Lima. Igualmente na imprensa periódica, promove-se a politização da história como instrumento de controle sobre a opinião pública a respeito desse passado e de diálogo com os espaços públicos dos quais tanto a imprensa periódica quanto os referidos manuais representam formas específicas.

A contraposição entre o 7 de setembro, descrito positivamente, ao "outro 7" – o de Abril – , retratado de forma extremamente negativa, corresponde à inserção no âmbito da história das divergências que marcam a época, revelando-se, assim, uma forma de agir no contexto da política imperial, já que procura transmitir ao leitor uma visão amplamente desfavorável da Regência e, assim, criar condições para que aqueles que lêem esses textos tenham mais subsídios para fazer a leitura dos referidos episódios e, a partir daí, possam partilhar projetos específicos.

Projetos que, aliás, mantém-se, como ocorrera no periódico *A Torre de Babel*, voltados para a refutação do governo regencial, o que se confirma no muito expressivo artigo do número 46 do *Mensageiro Niteroiense*, no qual as críticas, no sentido de questionar a legitimidade dos adversários, vêm acompanhadas de propostas, cuja base articula-se em torno da tentativa de apresentá-las como as soluções adequadas para os problemas criados por aqueles.

Em tal artigo, Abreu e Lima, primeiramente, faz a defesa da criação de um terceiro partido, já que, de acordo com o redator, esse partido "será talvez o único, que mereça como bem fundado o título de nacional". (*O Mensageiro Niteroiense*, 21/07/1835). A seguir, o leitor é alertado sobre a situação vigente, por meio do recurso a imagens bastante fortes e carregadas de exasperação, como se observa em passagem na qual se destaca que

> *o nosso estado presente exige pois uma medida de salvação, um golpe de estado, que corte de raiz todas as aspirações do momento; em nosso sentir, no conceito de todos os brasileiros que se prezam de amar sua pátria, a única medida, que nos pode salvar é a seguinte: (...) reúnam-se (os patriotas) em torno do trono do senhor D. Pedro 2º para sustentar a cúpula de nosso edifício social (...): dispense a idade (...) à senhora D. Januária para encarregar-se da Regência, e confie-se-lhe o depósito sagrado da Constituição e das leis durante a menoridade de seu augusto irmão (...): forme-se um ministério dos homens mais conspícuos, e de mais capacidades para*

> *preencher as funções dos seus respectivos negociados (...).* – (*O Mensageiro Niteroiense*, 21/07/1835)

E, mais adiante, o autor conclui sugerindo que

> *aqueles que mesquinhos em nobres sentimentos preferem sortidas vinganças a uma consagração patriótica, serão indignos de pertencer a um povo nobre, sincero e generoso, que invoca a grandes gritos a conciliação mais verdadeira – LEGISLADORES !!! Eis o momento de salvar o Brasil (...)* – (*O Mensageiro Niteroiense*, 21/07/1835).

Nos fragmentos acima, nota-se, então, uma escrita orientada para a defesa de um modelo de organização que não se assemelhava àquele que passara a vigorar com o advento da Regência, sobretudo a partir da implantação das reformas. Nela, a Monarquia federativa ainda era tida como uma ameaça à unidade do Império e a promotora do quadro de instabilidade política, enfatizando-se a necessidade de ação salvadora do Brasil, o que passava, no seu entender por entregar a administração a homens capacitados, entregar a Regência ao comando de D. Januária, a irmã do futuro imperador D. Pedro II, e, de modo muito expressivo, garantir a conciliação.

Essa leitura das páginas de *O Mensageiro Niteroiense*, quando associada aos temas anteriormente apontados, proporciona a atribuição de certo destaque para a defesa de Abreu e Lima quanto à garantia da conciliação, contribuindo para a compreensão do que venho destacando até aqui, ou seja, a inserção de tal escritor na dinâmica da política e da sociedade imperiais no contexto de construção do Estado nacional, visto que tal proposta de conciliação reafirma o combate por ele promovido aos partidos políticos, algo que se observa em artigo de outro número do mesmo periódico, no qual o leitor depara-se com a seguinte pergunta: “prescindindo de partidos para cuidar da causa pública, quem duvida hoje que temos necessidade de repouso, e de tranquilidade?” (*O Mensageiro Niteroiense*, 22/05/1835).

Pergunta que, como boa parte delas, já carrega em sua articulação um indício forte da resposta, pelo menos aquela que era esperada pelo escritor pernambucano, mas que, justamente, ganha relevância na medida em que corrobora com a proposta de conciliação surgida em artigo posterior, acima mencionado, visto que, conforme apontei em capítulo anterior, remete a visão de Abreu e Lima àquilo que Francisco Iglésias procura atribuir como definição para o momento em que tal proposta timbrou a política brasileira.

Ou seja, retomando as palavras desse historiador, não se tratava de eliminar os partidos, mas de garantir certa harmonia de princípios e de idéias, o que se verifica nos discursos de Abreu e Lima, confirmando, então, os comentários sobre o fato de que os partidos não eram essenciais para a causa pública ou envolvidos com a defesa quanto à criação de um terceiro partido como dados do esforço de institucionalização dos conflitos e, desse modo, enquanto exemplos de atuação política marcada por alianças e disputas promovidas nesses outros espaços institucionais, por meio da inserção desses membros das elites brasileiras nessas formas específicas de espaço público que assumem papel destacado no Brasil oitocentista.

Afastar-se dos partidos – e condená-los – não implicava distanciamento da vida política, o que, aliás, pode ser visto no artigo acima citado, pois em outro trecho, após ter destacado que os partidos eram prescindíveis, o redator revela seu envolvimento com as questões políticas fundamentais naquele ano de 1835, já que no dia 22 de maio de 1835, nesse número 29 de *O Mensageiro Niteroiense*, ele repercute a eleição do primeiro regente uno, evidenciando sua contrariedade com o resultado ao afirmar que

> *nos pronunciamos pelo Sr. Cavalcanti; e ainda hoje sostemos as vantagens de sua eleição, só porque em todos os seus atos públicos o temos visto sempre ao lado da lei e da Constituição, que bem a seu pesar tem sofrido quebrantos e menoscabos – Conhecemos, que até hoje não tem havido oposição regular, se não esforços vãos de homens isolados; isto mesmo nada prova em favor da administração que tem dirigido por 4 anos os destinos do Brasil – ela não tem tido em seu favor senão a inércia do povo, que não quer inovações, que não quer revoluções, nem repetidas insurreições (...). –* (*O Mensageiro Niteroiense*, 22/05/1835).

Pertencendo ou não a um partido, defendendo ou refutando a existência de alguma organização desse tipo, José Ignácio de Abreu e Lima não se abstém de afirmar perante o leitor seu posicionamento face às disputas eleitorais, aproveitando para transformar tal afirmação em elemento de crítica à própria situação do país, culpando os governos regenciais até então em vigor e ressaltando a inércia do povo como impedimento momentâneo para a realização de atos mais contundentes contra tais governos. Tudo isso acompanhado da ressalva quanto à ausência de uma “oposição regular”, algo que, no seu entender, precisava ser articulado;

articulação que se torna possível no âmbito da produção escrita, ou seja, nos tais espaços institucionais, como a imprensa periódica.

Outra prova disso, nota-se da leitura do outro periódico redigido por José Ignácio de Abreu e Lima e que, tal como ocorre com o *Mensageiro Niteroiense*, circulou em Niterói. Tal periódico tinha por título *O Raio de Júpiter* e contou com 25 números, entre os dias 08 de fevereiro de 1836 e 03 de maio do mesmo ano[185].

E no número 18, Abreu e Lima, posicionando-se em relação aos debates e conflitos daquele ano, afirma:

> *há quem aposte que o Raio acaba esta semana, porque os chimangos o tem assim jurado; e nós dizemos, que o Raio só deve acabar no dia 2 de maio do corrente ano, em que sairá o nº 25, que completa o quartel. Então deve cessar a nossa folha, porque ela só teve um fim político, isto é, dilucidar duas questões de direito que se devem agitar este ano na Assembléia Geral Legislativa. Concluída a nossa tarefa, deve cessar o Raio, porque não temos outro objeto, que nos ocupe (...).* – (*O Raio de Júpiter,* 07/04/1836. Grifos do autor.).

Posicionamento que leva o redator a transformar o espaço das páginas de seu periódico em extensão da atividade parlamentar, procurando envolver-se, bem como incluir o leitor, naquilo que se colocava essencial no âmbito da organização do Estado nacional brasileiro.

E a referida interação mostra-se extremamente relevante na atuação – pública, é válido recordar – de Abreu e Lima enquanto redator de periódicos, visto que após dedicar parte das páginas de 15 dos 25 números de *O Raio de Júpiter* para publicar uma série de artigos sob o título "A Sereníssima Princesa Imperial Regente do Império"[186], o redator encerra a publicação do periódico com um

> *Memorial que os redatores do Raio de Júpiter dirigem ao corpo legislativo do Brasil, na presente sessão de 1836 sobre o suplemento de idade, que se requer para que possa ser chamada a regência do Império a senhora D. Januária, sereníssima princesa imperial.* (*O Raio de Júpiter*, 02/05/1836).

Chegava ao fim, como prometera o redator, a publicação, cumprindo, talvez, sua tarefa; porém, independente ou não desse cumprimento, ela marcava a nítida feição política dos impressos nesse momento conturbado do país e, como

---

[185] Conforme sugeri a respeito de *O Mensageiro Niteroiense*, também para as informações técnicas relativas ao periódico *O Raio de Júpiter*, ver IPANEMA, Marcello; IPANEMA, Cybelle. *Catálogo de periódicos de Niterói*. *Op. cit.*

[186] Os artigos publicados nessa série encontram-se nos números de 10 a 24 do referido periódico.

observado nos dois periódicos anteriores, revelava-se realmente instrumento de ação daquele que escrevia no cenário das disputas políticas existentes à época.

Dado relevante, ainda mais se tomarmos como referência o fato de que o ano de 1836, ano da publicação de *O Raio de Júpiter*, foi intenso em termos de debates acerca do ordenamento político do país, visto que repercutia fortemente toda a mudança promovida pelas reformas que culminaram no Ato Adicional e, por conseguinte, na eleição do regente uno. Repercussão expressiva, a ponto de, já no ano anterior, justamente o da eleição, que resultou na vitória de Diogo Antônio Feijó, ser anunciada, conforme aponta Miriam Dolhnikoff, uma cisão entre os liberais moderados, sendo essa a origem, a partir de 1837, dos partidos Liberal e Conservador, que marcariam a vida política do Império desde então[187].

Nesse sentido, ganha relevância a atuação de José Ignácio de Abreu e Lima por meio das páginas de *O Raio Júpiter* em virtude do diálogo estabelecido pelo autor com a situação política do país naqueles anos finais da década de 1830.

Diálogo tenso, é óbvio, como se observa nos comentários veiculados em artigo do número 01, no qual, já na estréia da publicação, o redator não poupa de críticas o arranjo dominante, ao destacar que

> *estamos tão distante de querer agradar a este ou aquele partido, que a todos tachamos de antinacionais, a exceção daquele partido, que deseja a união do Brasil debaixo da forma monárquica constitucional, que felizmente nos rege.* (*O Raio de Júpiter*, 08/02/1836).

Críticas essas que são sucedidas por observações acerca do papel da imprensa no âmbito da política, pois Abreu e Lima adverte que

> *(...) um <u>mau governo</u> deve tremer a cada passo que ouve apregoar um novo jornal, porque os seus atos são esmiuçados e repetidos por mil bocas, que os transmitem a todos os ângulos e a todos os lados do país; neste caso o governo tem de ceder o passo à influência do jornalismo, ou tem que afirmar-se contra os tipos e contra os prelos, e fazer-lhes dura guerra (...).* (*O Raio de Júpiter*, 08/02/1836. Grifo do autor.).

Veja-se que a capacidade da imprensa, de acordo com os comentários de Abreu e Lima está em contrapor-se ao “mau governo” por meio da proliferação dos

---

[187] DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. *Op. cit.* Além disso, ressalta Dolhnikoff a importância de perceber-se que “não por acaso, no ano seguinte, em 1836, Joaquim José Rodrigues Torres apresentava na Câmara dos Deputados a proposta de Interpretação do Ato Adicional”, marcando o início da articulação daquilo que se definiu como a Revisão Conservadora. Ibidem, p. 125.

atos desse, levando-lhe ao descrédito junto à população, ou de forma que me parece mais significativa, diante da opinião pública, estando essa, aliás, como é possível depreender dos referidos comentários, intimamente vinculada à ação dos periódicos e dos jornalistas, dada a condição de agente fiscalizadora da imprensa em nome, é claro, da citada opinião.

Entretanto, os adjetivos positivos ou negativos atribuídos ao governo e, portanto, aos seus atos eram oriundos do crivo do escritor, o que significava determiná-los em função de interesses e projetos particulares, reafirmando aquilo que Hilda Sabato, em estudo citado anteriormente, identifica como a presença de vozes e grupos interventores da opinião pública.

Assim, buscava-se o envolvimento do leitor com essas visões específicas e que variavam de acordo com os tais interesses e projetos, o que reiteradamente resulta na produção de um discurso marcado por linguagem veemente e, não raro, violenta, que recorria a adjetivos e substantivos capazes de produzirem o ansiado impacto na opinião pública de modo a exercer sobre ela certo controle. É o caso da palavra *alarma* que aparece em artigo de outro número de *O Raio de Júpiter*, no qual Abreu e Lima aborda novamente o tema das reformas e destaca que

> *a reforma do art. 123 da Constituição foi uma verdadeira alarma para o Brasil, porque chamou a postos todos os partidos (...). Finalmente triunfou, como era de esperar, o partido em mando, e colocou-se nos degraus do trono o homem das simpatias desse partido (...).* – (*O Raio de Júpiter*, 11/02/1836).

O mencionado artigo 123 da Constituição do Império, cuja reforma é atacada por José Ignácio de Abreu e Lima, é o que definia a nomeação, por parte da Assembléia Geral, de uma regência permanente, composta de três membros e presidida pelo de idade mais avançada, para governar o país em caso de ausência de parente próximo em condições de exercer tal tarefa durante a menoridade do imperador. Já “homem das simpatias” é a expressão utilizada pelo redator para fazer referência ao regente uno, eleito após a reforma do referido artigo, Feijó, a quem o letrado pernambucano já dirigira suas críticas nos outros dois periódicos.

Porém, nota-se nas páginas de *O Raio de Júpiter* uma intensificação dessas críticas a ponto de, nesse periódico, Abreu e Lima dedicar as páginas de alguns números para comentar a escolha de Feijó para comandar a Regência, em artigos integrantes de uma série intitulada o “Eleito da Nação”.

Tamanha a intensidade das críticas que, no número 16, o redator comenta os problemas advindos da publicação da referida série, resultando, segundo ele, em "acusação contra o Raio, referente aos n°s 05 e 08" (*O Raio de Júpiter*, 31/03/1836), pertencentes à série acima citada, e originando uma "alocução dirigida aos senhores juízes de fato da cidade de Niterói pelos redatores do Raio de Júpiter, por ocasião do juízo intentado contra vários n^{os} deste periódico" (*O Raio de Júpiter*, 14/04/1836). Sendo "juízes de fato" o júri, que, segundo a lei, era responsável por julgar os chamados abusos da liberdade de imprensa.

Os confrontos nitidamente começam a extravasar o âmbito dos impressos e, de fato, mobilizar outros espaços, simbólicos e concretos, como se nota nessa verdadeira disputa judicial envolvendo os redatores de *O Raio de Júpiter* e o governo regencial sob o comando de Feijó e que igualmente é perceptível nas possibilidades, aventadas nas páginas do referido periódico, de embates físicos. Exemplo disso é o seguinte comentário presente em artigo do número 12:

> *Rosna-se que teremos pronto quebradeira de vidraças e de tipografias, e que o Raio é de tudo causador (...). Concitar a rebelião, chamar as armas, pregar a desobediência ao governo são crimes que merecem castigar-se; porém combater a administração, mostrar-lhe os seus vícios, citar os fatos, argumentar com a lei, com a Constituição, e com o direito universal escrito e consuetudinário, longe de ser um crime, é uma virtude cívica, é um dever religioso, porque se funda na lei natural. (...)* – (*O Raio de Júpiter,* 17/03/1836). – grifo do autor.

Em tal artigo, o redator procurava não somente negar qualquer ação no sentido de estimular revoltas ou manifestações violentas, como procurava legitimar suas iniciativas através do recurso a um vocabulário nitidamente liberal, revelando o triunfo desse modo de conceber o ordenamento político e da própria sociedade no Brasil oitocentista.

Para tanto, por um lado, numa clara alusão àquilo que era considerado, via de regra e, provavelmente, pelo próprio letrado pernambucano, comportamento inadequado em termos da atividade de jornalista, Abreu e Lima nega que de sua pena tenham saído quaisquer manifestações que pudessem ser enquadradas na legislação sobre a imprensa que estava em vigor no período e que, segundo Nelson Werneck Sodré[188], desde a Constituição de 1824 tinha possibilitado certa liberdade de imprensa; liberdade, contudo, que, conforme aponta esse autor, esbarrava,

[188] SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. *Op. cit.*

justamente, na intenção de controlar os conteúdos por parte das autoridades imperiais, levando-as à frequente vigilância sobre a divulgação de idéias tidas como ameaçadoras à ordem.

Nesse sentido, é muito relevante a observação de Sodré a respeito de possíveis interdições à atuação da imprensa periódica, em certa medida comuns no período regencial, visto que havia à época inúmeros processos contra jornalistas e

> *o que é interessante nos processos movidos contra esses jornalistas ou pasquineiros é, realmente, o fundo do quadro, o assunto proibido, mais do que a forma de tratá-lo. Havia tabus, interdições, coisas vedadas; (...) O governo, a autoridade, intervinham (...) independente da forma como tinham sido apresentadas as idéias, quando estas continham sentido revolucionário (...).*[189]

Por outro lado, além dos apelos, acima mencionados, aos termos do vocabulário liberal, como constituição e lei, Abreu e Lima procura obter a tal legitimidade para seu discurso, retomando, de certa forma, algo que parece permanente em seu envolvimento com a produção escrita, que é a crença na natureza pública do seu fazer, associada a uma clara ação cívica, em outras palavras, de devoção patriótica, o que sugere, atrelada ao esforço de negação apontado anteriormente, a intenção não apenas em escapar de uma possível punição em virtude de suas opiniões, mas também de referendá-las diante da opinião pública.

Tratava-se, de novo, de disputar espaços no conjunto das arenas políticas do país; espaços, contudo, que pareciam cada vez mais restritos ao letrado pernambucano, face à gradativa derrota de seus projetos, primeiro com o triunfo das reformas consolidadas no Ato Adicional de 1834 e, a seguir, com o encaminhamento da revisão conservadora, de forma mais decidida a partir de 1837, mas já sinalizada, como indiquei em nota anterior, em 1836.

O que lhe restaria nesse cenário que se afirmava na passagem da década de 1830 para a seguinte?

3.2.3. Continuar lutando?

[189] Ibidem, p. 171.

Curiosamente, José Ignácio de Abreu e Lima parece não se envolver mais, pelo menos não de modo direto, com a imprensa periódica a partir do encerramento da publicação de seu periódico *O Raio de Júpiter* em 1836. Algo que não significa identificar seu abandono da luta para ocupar os espaços institucionais associados ao Estado nacional brasileiro, visto que esse interregno foi marcado, como apontei nos capítulos anteriores, pela elaboração e conseqüente publicação de seu *Compêndio da história do Brasil*. Ou seja, ele continuava militando muito significativamente no âmbito da produção escrita.

E, mais curiosa fica essa observação acerca de certa pausa na atuação de Abreu e Lima enquanto redator de periódicos, quando se depara com o fato de que a mesma só é de fato retomada no momento em que, após a recusa do Instituo Histórico e Geográfico Brasileiro em aceitar sua obra e, portanto, referendar, no que concerne à produção de uma narrativa histórica sobre o país, sua visão acerca do passado nacional, como já mencionado, o letrado pernambucano decide retornar para sua província natal.

É só com sua chegada em Pernambuco, que José Ignácio de Abreu e Lima inclina-se à retomada da função de jornalista, o que ocorre, conforme já indicado, a partir da sua incorporação ao corpo de redatores do *Diário Novo*, periódico, aliás, dirigido por seu irmão Luís Inácio Ribeiro Roma e que fora fundado no ano de 1842.

Contudo, ressalte-se que, embora a participação de Abreu e Lima no *Diário Novo* tenha sido significativa, produzindo mudanças no periódico, tais como a inserção de maior número de referências à situação de outros países da América Latina, segundo apontamentos de Vamireh Chacon[190], tal escritor decide romper com o corpo editorial, chegando mesmo, ainda de acordo com esse autor, a publicar críticas a esse órgão da imprensa pernambucana naquele que era o principal veículo da oposição, o *Diário de Pernambuco*.

Ademais, é interessante observar que tal rompimento, conforme indica Chacon, teria resultado da insatisfação de Abreu e Lima por não ver realizadas as promessas de votos para sua eleição como deputado geral, o que, ainda de acordo com esse biógrafo do letrado pernambucano, fazia parte de seus planos desde seu desembarque em Recife, visto que “voltar ao Rio de Janeiro, cenário daquela

[190] CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima, general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

desavença literária com o Visconde (Francisco Adolfo de Varnhagen) e o Conêgo (Januário da Cunha Barbosa) historiadores, podia ser a sua maior desforra."[191]

Nesse sentido, sua relação problemática com os redatores do *Diário Novo* e, de modo mais geral, com as lideranças praieiras, caso do irmão Luís Roma e de Nunes Machado, corrobora para timbrar seu envolvimento com a imprensa periódica sempre com a marca da oposição. Foi assim, com *A Torre de Babel*, em 1833, *O Mensageiro Niteroiense*, entre 1835 e 1836, e *O Raio de Júpiter*, também em 1836. E será novamente dessa forma em 1848, quando ele publica *A Barca de São Pedro*, periódico voltado, veja só, à defesa do movimento praieiro e que faria coro com o *Diário Novo* na difusão das notícias e dos propósitos do mesmo[192].

Desse modo, destaco, justamente, como se deu, nas páginas desse periódico, publicado entre 25 de maio e 23 de outubro de 1848, o novo ímpeto oposicionista de Abreu e Lima, começando por destacar que tal publicação, como revelam o próprio subtítulo e todo o cabeçalho, auto-proclamava-se um "periódico político e talvez da oposição", afirmando seu pertencimento à Sociedade Imperial Pernambucana e seu propósito de "sustentar os princípios liberais professados pelo Partido Nacional Praieiro", sendo eles: "Monarquia – Integridade do Império – Constituição – e Reformas na Administração Geral e Provincial pelos meios que a mesma Constituição oferece".

Essas ponderações, que encabeçam todos os 20 números de *A Barca de São Pedro*, já são bastante reveladoras do tipo de posicionamento assumido por José Ignácio de Abreu e Lima com as questões prementes naquele momento, em âmbito nacional e provincial. Novamente era o conflito que o levava para a arena política.

Portanto, para uma averiguação mais detida daquilo que era veiculado por esse periódico, é importante ressaltar o contexto de sua atuação, visto que ele se identifica como ligado à Sociedade Imperial Pernambucana, associação "destinada à arregimentação, orientação e recolhimento de recursos entre as bases esparsas na

---

[191] Ibidem, p. 175.

[192] Parece-me interessante assinalar que, no contato com a historiografia sobre o tema, deparei-me com duas possibilidades acerca do envolvimento de José Ignácio de Abreu e Lima com a direção do *Diário Novo*. Para Luís do Nascimento (1966), isso teria ocorrido em 03 de setembro de 1844, já para Izabel Marson (1987), o mesmo só teria se dado em dezembro de 1848 após a morte de seu irmão, Luís Roma, no contexto das lutas armadas da Revolução Praieira. A diferença nas referências dos dois estudiosos talvez decorra justamente desse vínculo intermitente de Abreu e Lima com o *Diário Novo* por conta das questões apontadas por Vamireh Chacon.

província, entidade indispensável num momento em que perdia o controle da administração e sua deputação estava na Corte”.[193]

Associação cuja presidência estava a cargo de José Ignácio de Abreu e Lima e que teve seus estatutos divulgados no número 09 de *A Barca de São Pedro*, publicado em 29 de julho de 1848. Assim, conforme indica Izabel Marson, a íntima vinculação entre esse periódico e aquela associação demonstra a força da estratégia dos praieiros no sentido de promover a luta contra a administração conservadora que reassumira o poder naquele mesmo ano de 1848, depois de um domínio de cerca de quatro anos da Praia.

Aliás, é justamente a insatisfação diante do retorno dos conservadores pernambucanos aos principais postos administrativos da província que motiva o envolvimento de Abreu e Lima com o movimento praieiro, algo que já se verifica no primeiro número do periódico acima citado, pois nele o redator atesta que tal movimento procurava assumir “posição frente de uma oligarquia de família que pretende dominar a província à força do punhal e do bacamarte”. (*A Barca de São Pedro,* 25/05/1848).

Comentário que vem acompanhado de um claro alerta às autoridades ligadas ao governo central, pois ele chama a atenção para o fato de que

> *enganar-se-á qualquer Presidente ou outra autoridade que pretenda influir sobre a política da província sem contar estes elementos (locais) em seus cálculos de probabilidade, porque a política não é uma ciência isolada e não há nem pode haver política sem moralidade.* (*A Barca de São Pedro,* 25/05/1848).

Alijado, como ponderei anteriormente, dos espaços institucionais ligados à corte do Rio de Janeiro, Abreu e Lima aferra-se à política provincial como forma de promover seus projetos e assegurar seus interesses, sem, contudo, tal qual ele mesmo sugere, abandonar posições defendidas quando estava naquela que era a capital do país, como se percebe por meio da leitura do trecho em que ele efetivamente procura esclarecer seus leitores acerca dos posicionamentos assumidos pelo movimento praieiro, ponderando que, em Pernambuco, na condição de membros de um partido, é válido salientar que

> *fora daqui somos essencialmente monarquistas e unitários, e nada mais, porém dentro da província, além destes princípios,*

---

[193] MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco: 1842 – 1855. Op. cit.* p. 369.

> *consagramos todos os nossos esforços para a manutenção de nossas vidas e propriedades.* (*A Barca de São Pedro,* 25/05/1848).

Sendo tais esclarecimentos, inclusive, seguidos de uma espécie de balanço acerca das últimas administrações que atuaram nessa província do nordeste brasileiro, não coincidentemente uma conservadora e, depois, outra praieira. Balanço por meio do qual ele destaca que

> *sofremos durante sete anos quanto era possível sofrer-se, humanamente falando, mas depois de três anos de pacífica posse de um melhor estado de cousas, depois de havermos acabado com o contrabando de escravos, do pau-brasil, do chá e da pólvora, de havermos extinguido o roubo de escravos, de havermos cortado o fio dessa série continuada de assassinatos proditórios, seria difícil, quando não impossível, o fazer-nos sofrer o jugo da mais imoral parcialidade, que possa existir em qualquer outra parte do Império.* (*A Barca de São Pedro,* 25/05/1848).

E não era apenas no que concernia à administração da província que Abreu e Lima procurava distinguir a “pacífica” e, desse modo, positiva permanência dos praieiros à frente da mesma durante “três anos” do violento e repleto de “assassinatos” comando dos guabirus nos sete anos anteriores ao início daquela.

Essa distinção também se dava no âmbito da imprensa, pois, se de um lado ele buscava esclarecer o leitor quanto aos “princípios” firmemente defendidos pelo grupo ao qual pertencia, tais como a Monarquia e unidade, de outro, tentava difundir uma imagem amplamente pejorativa de seus adversários considerando-os, por exemplo, incapazes de propagar com convicção para os leitores seus ideais

Algo que se nota no esforço de desqualificação promovido pelo letrado pernambucano em relação aos periódicos ligados aos conservadores, visto que, segundo Abreu e Lima, eles apresentavam uma postura vacilante e, portanto, de pouca confiabilidade, pois

> *monarquistas agora, amanhã republicanos, a sua linguagem incoerente, inconexa (sic) e desalinhada prova que eles não tem uma só convicção profunda. Especulando sobre todas as eventualidades, ainda não advogaram uma só causa do povo (...).* (*A Barca de São Pedro,* 25/05/1848).

Essa estratégia dos praieiros, em geral, e de Abreu e Lima, particularmente, consistia em angariar apoios, é evidente, mas também discipliná-los, de modo a

definir um padrão para o combate aos guabirus, algo que se verifica nas avaliações de Marson, pois essa autora destaca o surgimento de *A Barca de São Pedro* dentro dos objetivos de "divulgar as pretensões do partido reformulado, os fundamentos e idéias do seu projeto político e 'educar o povo' no sentido de orientá-lo no caminho de uma postura política correta".[194]

O que é confirmado nos comentários feitos por Abreu e Lima no penúltimo número do periódico, em artigo destinado a abordar, como indica o próprio título, "As eleições de juizes de paz e de vereadores" e no qual destaca o redator:

> *Representamos com toda certeza a maioria da província, somos o partido eminentemente popular, e por isso aquele que mais interesse tem nos negócios, que dizem respeito ao povo; (...) Corramos todos a depositar os nossos votos nas urnas, mas façamo-lo como um povo eminentemente civilizado.* (*A Barca de São Pedro,* 16/10/1848.)

Não era somente uma questão de mobilizar o eleitorado nesse contexto de disputa por postos importantes da administração, no âmbito das eleições que estavam marcadas para o dia 19 de novembro daquele ano. Era, mais do que isso, uma iniciativa para criar identidade de posições e de interesses entre os praieiros e a população pernambucana, apresentada sintomaticamente na condição de *povo*; mas, uma identidade constituída também no que diz respeito aos comportamentos e, no caso destes, a tal identidade implicava a afirmação da conduta de quem escreve em relação ao conjunto de leitores.

Esse esforço dos praieiros em produzir uma identificação com o povo remete a uma característica importante do movimento por eles articulado, já que, segundo Marson,

> *(...) a Praia inaugurava um procedimento político bastante eficiente. Acenou com a possibilidade de conferir presença política a uma vasta camada de cidadãos que, marginalizados pela política repressiva instaurada a partir de 1834, não tinham representatividade própria e permaneciam nas rebarbas dos partidos oficiais e do jogo político-partidário.*[195]

Por isso a questão identitária aparece com força nas páginas de *A Barca de São Pedro*, mas não somente no que concerne à relação entre os praieiros e o povo, visto que ela emerge em outras dimensões, sobretudo no âmbito das tensões entre

---

[194] Ibidem, p. 369.
[195] Idem, p. 230.

o nacional e o regional, como se nota já no segundo número em artigo intitulado "Recrutamento forçado", no qual Abreu e Lima destaca:

> *Declaramos francamente que preferimos ser brasileiros a sermos somente pernambucanos, e que a integridade do Império é uma das grandes convicções do nosso partido; porém esta convicção tem um limite, e é que não sejamos nunca de inferior condição a outras províncias, quando entramos com o contingente de nossos mútuos sacrifícios, porque de outra maneira seriamos vítimas de um contrato leonino.* (*A Barca de São Pedro,* 30/05/1848).

O contraponto parece claro entre uma identidade nacional, expressa na referência aos brasileiros, e outra regional, atrelada ao termo "pernambucanos", produzindo um efeito aparentemente dúbio no leitor, visto que o esforço em afirmar o vínculo à nacionalidade vem acompanhado da iniciativa em proteger o regional face aos abusos daquele. Seria então essa a perspectiva associada a um movimento favorável à desvinculação da província em relação ao domínio do centro, a Corte do Rio de Janeiro?

Tomando como referências os estudos de Izabel Marson e Miriam Dolhnikoff não considero essa hipótese válida, dado que, conforme aponta a segunda historiadora, o debate acerca do recrutamento foi extremamente significativo no contexto de afirmação de um arranjo federativo como forma de ordenar a Monarquia brasileira, sendo tal debate, inclusive, marcado pela necessidade constante de a Câmara dos Deputados deliberar sobre as leis feitas pelas Assembléias Provinciais e que, conforme ela indica, poderiam ser anuais. Ademais, continua Dolhnikoff, esse estava entre aqueles assuntos geradores de tensão constante entre as elites provinciais e o governo central, sobretudo no âmbito do recrutamento para o Exército, resultando em frequentes debates no Parlamento, local e espaço de negociação entre essas elites.[196]

Já Marson[197] também oferece subsídios para refutar a hipótese acima mencionada ao apontar que o recrutamento representou estratégia do governo conservador que assumira o poder na província de modo a desarticular as forças praieiras tanto no que diz respeito à capacidade de organizar exércitos quanto em termos de controle sobre o eleitorado, já que era este desmantelado em virtude dos

---

[196] DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. *Op. cit.*
[197] MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco: 1842 – 1855. Op. cit.*

deslocamentos populacionais impostos pelo ato de recrutar. Um expediente, aliás, comum enquanto vigorou a administração praieira na província de Pernambuco, conforme indica, igualmente tratando desse assunto, o historiador Marcus Carvalho[198].

Nesse sentido, é interessante a referência de Carvalho ao início de uma das vertentes da Praieira, pois esse historiador pondera que a partir da reação do coronel Manoel Moreira de Moraes começava

> *(...) a Revolta Praieira dos coronéis da Guarda Nacional. Uma guerra entre senhores de engenho pelo poder político local e provincial. Estavam em jogo os cargos na polícia civil e na justiça de paz, e o comando local da Guarda Nacional, posições que garantiram a vitória nas eleições locais e, assim, a representação nas câmaras municipais, na Assembléia Provincial, na Câmara e no Senado.*[199]

Sendo assim, parece-me muito mais relevante enxergar essa estratégia de contrapor o nacional ao regional, presente no discurso de Abreu e Lima, como elemento das disputas pelo controle sobre a província e que, como é de se esperar em um regime ordenado pelo tal arranjo federativo, naturalmente resvalava na política mais geral do país.

Algo que se confirma em artigo de outro número 12 de *A Barca de São Pedro*, no qual claramente o redator assume a defesa da integridade do Império, tema, aliás, como mencionei anteriormente, constante dos cabeçalhos de todos os números desse periódico. Nesse artigo, Abreu e Lima faz questão de reconhecer: “Não cessaremos de clamar por essa garantia da nossa existência política, como a primeira necessidade do Brasil”. (*A Barca de São Pedro*, 21/08/1848).

Defesa que era acompanhada da luta pelo reconhecimento das competências e atribuições das províncias, como se depreende dos comentários feitos pelo letrado pernambucano no artigo “Constituição”, constante do primeiro número do referido periódico, visto que nele, o redator afirma que

> *a Constituição era muito boa, e ainda melhor com a Ato adicional; mas o que aconteceu? por uma interpretação violenta foram por terra muitas regalias das assembléias provinciais; e o que não fez a Assembléia geral, fê-lo o*

---

[198] A respeito da estratégia da administração praieira no sentido de promover mudanças em postos administrativos na província, ver CARVALHO, Marcus J. M. de. *Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848).* In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial, volume II: 1831 – 1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

[199] Ibidem, p. 171.

> *Governo por meio de Avisos, e de declarações tão absurdas como monstruosas.* (*A Barca de São Pedro*, 25/05/1848).

Comentário bastante expressivo e que se torna mais singular ainda quando nos deparamos com o artigo imediatamente posterior ao que contém o fragmento acima, pois, sob o título de "A Integridade do Império", nele Abreu e Lima salienta: "quando queremos ou pedimos mais amplidão de garantias para as províncias, não queremos nem pedimos *federação*, porque isto seria um solene disparate". (*A Barca de São Pedro*, 25/05/1848. Grifo do autor).

Sim, trata-se do mesmo escritor que na década de 1830, no conturbado contexto da Regência, condenava veemente as reformas e execrava o Ato Adicional, tomando-o como promotor, justamente, da desintegração do Império. Ele que, nas páginas de *A Barca de São Pedro*, revela uma profunda alteração de perspectivas em termos dos temas fundamentais para o país e aos quais sempre procurou fazer referências e comentários. A ponto de apresentar-se como defensor de reformas, não apenas do cumprimento do Ato Adicional, o que se observa na seguinte ponderação:

> *Se pelos meios ordinários é impossível uma reforma radical na nossa administração política, segue-se necessariamente que temos de fazê-la por meios violentos, e fora do alcance das vias ordinárias. Estes meios não podem ser outros senão uma Revolução!! Quem a fará?* (*A Barca de São Pedro*, 11/07/1848).

Parece surpreendente que o escritor que divulgara, nas páginas de outros periódicos, críticas às ações revolucionárias e às reformas radicais, conforme indicações de fragmentos citados ao longo desse capítulo, tenha radicalizado de tal modo suas visões, projetos e discursos, que chegasse a propor a Revolução enquanto instrumento de produzir...Reformas!

Surpresa, contudo, que parece dirimir-se na medida em que se verifica a resposta dada pelo redator para a pergunta que ele próprio deixara aos seus leitores, resposta na qual, após refutar a ação do povo e a das Câmaras, o autor destaca que

> *só um meio achamos eficaz e prudente, só um recurso para este processo das necessidades públicas, só uma válvula de salvação para evitar a explosão iminente de uma tremenda Revolução. Qual será ele? É que o Imperador (...) se coloque à frente de seu povo, estude suas necessidades, ouça seus clamores, e faça a revolução, organizando o país de uma*

> *maneira estável, sólida e permanente.* (*A Barca de São Pedro*, 11/07/1848).

Uma Revolução comandada pelo imperador. Era esse o desejo de José Ignácio de Abreu e Lima, desejo, diga-se de passagem, bastante coerente com as estratégias dos praieiros para a luta que empreendiam contra a nova administração conservadora da província, pois, conforme ressalta Izabel Marson, o ideal de revolução foi assumido no contexto da luta pelo poder entre os diferentes segmentos da elite pernambucana, ou seja, para ela tanto praieiros quanto guabirus recorreram ao termo para legitimar a sua ação. Entretanto, para os primeiros, revolução e reformas são tomados quase que como sinônimos em meio a seu esforço de recuperar o controle sobre a administração provincial, já aos outros, era necessário separá-las tendo em vista a afirmação de um discurso pautado pela legalidade, fundamental para quem reassumira o poder.[200]

Nesse sentido, parece-me válida tomar essa defesa da Revolução mais como recurso discursivo do que propriamente uma crença abnegada nos princípios revolucionários. Contudo, considero não ser pertinente enxergá-la como mero estratagema de convencimento dos praieiros em relação a uma massa ignara. De fato, entendo ser possível avaliar essa reverberação revolucionária no discurso praieiro e, particularmente, na escrita de Abreu e Lima como elemento que assegura a viabilidade de ponderar a afirmação do novo ordenamento político-institucional que emergira das reformas promovidas nos primeiros anos da Regência, visto que significava, no âmbito da produção escrita, exemplo claro do processo de institucionalização dos conflitos que venho apontando até aqui.

Por isso, mesmo tratando o modelo federativo como “solene disparate”, Abreu e Lima revelava, já no contexto da década de 1840 e das disputas relacionadas com o movimento praieiro, que assumira certas posições no sentido de questionar a ingerência do governo central na política provincial, tais como aquela que ele evidenciou em artigo do número 10 de *A Barca de São Pedro*.

Isso, porque, em tal artigo, ele menciona a consulta feita pelo Conselho de Estado, remetida pelo ministério, à Câmara dos Deputados a respeito do artigo 15 do Ato Adicional que exigia dois terços dos votos para a derrubada de veto do presidente da província às decisões da Assembléia Provincial, sendo este artigo

---

[200] MARSON, Izabel Andrade. *O império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco: 1842 – 1855. Op. cit.*

alterado por aviso de 28 de março de 1844, que incluía o número total de membros da Assembléia não apenas os presentes, como parâmetro para a quantificação dos tais dois terços.

Menção que é sucedida pelos elogios do autor à decisão da comissão de deputados no sentido de refutar a intenção do governo com vistas a manter o referido aviso, o que implicou o triunfo da proposta ancorada na interpretação de que o percentual de votos necessário para a derrubada do veto referia-se aos presentes não ao todo dos eleitos.

Decisão que, de acordo com a historiadora Miriam Dolhnikoff, era mais um exemplo do sucesso das reformas promovidas pelo Ato Adicional de 1834, pois para os defensores da federação era importante garantir que a possibilidade de derrubar o veto presidencial fosse resultado da obtenção de dois terços dos presentes, não dos eleitos, na medida em que isso significava a necessidade de alcançar um número menor de votos e, por conseguinte, tornar mais fácil a derrubada do tal veto.[201]

Sendo assim, essa menção e os elogios que a acompanham, somadas à crítica, anteriormente citada, ao modelo federativo indicam, a meu ver, que, por um lado, a autonomia provincial prevalecera, mesmo após as reformas ligadas à Revisão Conservadora, e que, por outro lado, as posições assumidas por José Ignácio de Abreu e Lima, mais do que sugerir mudança radical de postura e de projetos para o país, expressam a continuidade do esforço no sentido de ocupar os espaços institucionais, estando esses, naquele momento, muito vinculados à política provincial.

Ademais, tais menção e elogios são indicativos bastante marcantes também de que a contínua tentativa de participar dos referidos espaços esteve associada a outra ação com aspecto mais duradouro na militância de Abreu e Lima no âmbito da política imperial, que era o recurso à imprensa, entendendo-a como um daqueles espaços, pois, ao inaugurar os comentários sobre o parecer dos deputados a respeito do tema do veto presidencial, o autor sugere que esse parecer era somente "mais uma idéia aproveitada" que saíra da sua pena. Sobre isso, alega o escritor pernambucano:

> *Lembrar-se-ão os nossos leitores do artigo – Constituição – do primeiro número da nossa Barca, em que mostramos a*

[201] DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. *Op. cit.*

> *ilegalidade do aviso do governo, que interpretava o artigo 15 do ato adicional, exigindo dois terços dos membros eleitos de uma assembléia provincial para converter em lei qualquer projeto, quando o presidente houvesse negado a sanção.* (*A Barca de São Pedro*, 05/08/1848. Grifo meu).

E, sem desprezar a relevância da luta armada no contexto da Praieira, apoio essas minhas considerações no fato, indicado por Marson, de que os indivíduos que receberam punição mais exemplar – tirante, é claro, as mortes no campo de batalha – foram os que militaram na imprensa, pois, segundo ela, Antônio Borges da Fonseca e José Ignácio de Abreu e Lima tiveram sua condenação legitimada, pelo júri, por um número elevado de votos, bem acima dos que foram atribuídos a outros que estiveram diretamente envolvidos com a luta armada.[202]

Daí, a importância, no meu entender, da defesa da Monarquia representativa, assumida por Abreu e Lima nas páginas de *A Barca de São Pedro*, como se observa no artigo sobre "A reorganização do país", constante do número 13 do periódico, e no qual o letrado Pernambuco salienta:

> *Quando temos falado da necessidade de uma reorganização foi sempre na hipótese do sistema monárquico representativo, isto é, conservadas as bases das instituições que nos regem. A forma de governo não é nem pode ser hipotética, e quando falamos em uma reforma é no sentido restrito das conveniências do nosso país, em relação aos nossos usos, costumes, e certo grau de inteligência.* (*A Barca de São Pedro*, 02/09/1848).

É significativo, então, perceber uma mudança expressiva no tom dos discursos do letrado pernambucano, pois ele, que aparece em 1848, como indicado pelo fragmento acima, defendendo o sistema representativo, principia sua ação enquanto jornalista condenando-o, como se nota no artigo "Eleições" de *A Torre de Babel*, no distante ano de 1833, em que ao descrever o processo eleitoral em andamento, ele destaca que as lamúrias dos derrotados, como em todo processo desse tipo, recairiam sobre as ações fraudulentas dos vencedores, promotores das famosas cabalas, completando tal observação com um comentário nitidamente desfavorável e de descrédito em relação a esse sistema, ao considerar que "isto é o que sucede em todas as partes onde há sistema representativo, com a diferença de

---

[202] Ibidem. A respeito da atuação de Borges da Fonseca na imprensa periódica, ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. *Op. cit.*

que em Inglaterra as eleições custam muito dinheiro, nos Estados Unidos são de graça, e em França o Governo é que faz tudo (...)". (*A Torre de Babel*, 23/01/1833).

De 1833 a 1848, mais do que uma mudança de olhar de Abreu e Lima, considero relevante tomar as transformações e o aperfeiçoamento do sistema político brasileiro, resultante do processo de construção do Estado nacional, sobretudo nessa primeira metade do século XIX, como os parâmetros que nortearam possíveis variações nos discursos desse – e de outros, é bom ressaltar – membros das elites, que eram, lembremos, políticas e culturais, e que, em virtude dessa situação de transformações, em um claro momento de definições, buscavam se acomodar nas arenas políticas, recorrendo à inserção nas diferentes formas assumidas pelo espaço público, como é o caso da imprensa periódica.

Representativo, então, de todo esse processo, parece-me o esforço de Abreu e Lima em marcar a necessária proximidade entre partido, imprensa e Parlamento, esforço esse verificado no número 14 de *A Barca de São Pedro*, pois em artigo, cujo título é "Os partidos políticos", o letrado pernambucano afirma que

> *Quando um partido politico pleiteia a sua causa, a primeira coisa que deve fazer é apresentar as suas doutrinas, e justificá-las com os fatos ou com as teorias, quer na imprensa quer na tribuna, provocando a discussão, e chamando a terreiro os campeões das doutrinas contrárias. O interesse de qualquer partido político está na publicidade das suas opiniões, porque lhe convém atrair prosélitos e, inocular as suas doutrinas no ânimo do maior número.* (*A Barca de São Pedro*, 11/09/1848).

Enfim, não era mais uma questão de condenar os partidos políticos. Desse modo, os conflitos permaneciam, devidamente acomodados nos espaços institucionais.

3.3. Joaquim Manuel de Macedo: ação jornalística, política e literatura.

3.3.1. A princípio, a política na imprensa.

Passando a tratar, mais detidamente, da produção de Joaquim Manuel de Macedo no âmbito da imprensa, destaco, inicialmente, que ela foi bastante vasta, sendo possível observar a presença de seus textos em diversos periódicos que circularam no país, sobretudo, na segunda metade do século XIX.

Entretanto, chama a atenção o fato de que boa parte da referida produção estava ligada às obras de cunho mais propriamente literário, tornando-se algumas delas, posteriormente, obras consideradas clássicas do romantismo brasileiro.[203] Eram poesias, romances publicados sob a forma de folhetim e crônicas, aliás, muitas crônicas.

Textos, diga-se de passagem, muito relevantes e de grande importância naquele contexto em que, para além da organização do Estado e da nação – e, de alguma forma ligada a ela – definiam-se as bases de uma literatura propriamente nacional, atrelada, principalmente, à ação dos escritores românticos, estando entre estes, como já apontei em outras passagens, o próprio Macedo.

Contudo, para efeitos do estudo que tenho procurado desenvolver, saliento que, contribuições literárias à parte, interessa-me particularmente averiguar os aspectos associados à produção macediana de feição mais política e social, ou seja, aquela que toma para si a tarefa de destrinchar alguns pormenores da cena sócio-política do país ao longo dos oitocentos, sem apelar para uma preponderante mediação da narrativa literária como instrumento de aproximação entre os conteúdos elencados no texto e o leitor.

É claro que essa seleção compartimentada dos textos macedianos, procurando organizá-los por meio de listas nas quais, de forma separada e distinta, são enumerados, de um lado, os tais escritos de feição política e social e, de outro, os de cunho literário, deve escapar de arbitrariedades, como a de negar o recurso à narrativa literária enquanto instrumento para divulgação daquilo que dizia respeito à política e à sociedade brasileiras ou então a de invalidar a presença dos elementos relacionados a essas duas esferas da realidade do país na fatura de um romance ou de outro tipo de obra de ficção.

Feitas essas ressalvas, porém, retorno às ponderações sobre o tipo de seleção que procurei realizar em relação aos escritos de Joaquim Manuel de Macedo, reafirmando, portanto, a preferência dada àqueles que trouxeram para o primeiro plano das preocupações de tal autor os temas mais diretamente vinculados à citada cena sócio-política do país, por assim dizer.

---

[203] A respeito da vasta produção macediana, inclusive para a verificação de obras publicadas por ele, a princípio, na imprensa periódica e que depois circularam como textos de grande importância no âmbito da literatura romântica no Brasil, ver, para além de outros estudos citados anteriormente, STRZODA, Michelle. *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

Nesse sentido, retomo considerações feitas em capítulo anterior e destaco, novamente, *A Nação* e o *Jornal do Comércio* como os periódicos nos quais a pena de Macedo produziu de modo bastante intenso. Mais no segundo do que no primeiro, pois embora tenha sido um dos fundadores e editores deste, é naquele em que se verificam maiores abrangência e regularidade de seus textos, visto que foi nele que praticamente em todas as semanas entre os anos de 1855 e 1862 o letrado fluminense escreveu aos seus leitores, no espaço destinado ao folhetim do referido periódico.

Mas, antes de analisar os assuntos abordados e a forma de fazer essa abordagem nos textos que foram publicados por Macedo no *Jornal do Comércio*, reputo ser de grande relevância, para as questões que tenho procurado discutir, avaliar a sua vinculação anterior com o periódico *A Nação*, pois, para além do fato de parecer-me válido associar as opiniões veiculadas pelo referido periódico às de Macedo, dado que esse era fundador e editor daquele, é interessante perceber que *A Nação* serviu como mecanismo de divulgação dos discursos políticos proferidos pelo letrado no exercício de seu mandato de deputado na Assembléia provincial do Rio de Janeiro, particularmente no ano de 1853.

Algo muito significativo já que serve como elemento de comprovação dos expressivos vínculos entre imprensa e Parlamento (tribuna) no conjunto das dinâmicas políticas que vigoraram no país durante o século XIX e que sinalizavam o funcionamento do governo representativo no Brasil, pois não só José Ignácio de Abreu e Lima, como foi possível averiguar em páginas anteriores relativas ao envolvimento desse letrado pernambucano com a imprensa periódica, mas também Joaquim Manuel de Macedo, conforme apontarei a seguir, referia-se ao papel bastante significativo de ambos os espaços institucionais na articulação das práticas políticas ligadas à Monarquia brasileira.

Vínculos tão relevantes a ponto de estarem, de alguma maneira, presentes na própria justificativa dada pelos redatores daquele periódico para a decisão de publicar os referidos discursos políticos, aliás, não apenas de Macedo, mas também de outro deputado ligado ao partido liberal, Ângelo Tomás do Amaral, pois aqueles tomam como “dever ir transcrevendo os discursos desses dois deputados (seus) correligionários” (*A Nação*, 24/08/1853).

A transcrição dos discursos passa, então, pelo crivo da filiação partidária, revelando, assim, um esforço dos redatores no sentido de trazer ao leitor o

conhecimento do que ocorria no âmbito da esfera administrativa, no caso da província do Rio de Janeiro, mas de forma enviesada, por meio da seleção de falas consoantes aos princípios e às práticas políticas que eles assumiam como as suas.

Os indivíduos que redigiam *A Nação* procuram incluir o leitor nos debates ocorridos no espaço da Assembléia provincial fluminense, divulgando-os nas páginas de seu periódico, mas condicionam essa inclusão a um ato de seleção, buscando qualificá-la por meio da escolha daquilo que vai ser publicado de modo a excluir idéias e princípios diferentes e contrários aos seus do contato com aquele que lê a folha.

Nota-se, desse modo, no caso do periódico *A Nação*, jornal ligado ao partido liberal e que circulou entre os anos de 1852 e 1854, certa continuidade, no contexto do Segundo Reinado, da prática associada aos grupos políticos da Regência no sentido de tomar a publicação de periódicos como elemento para construir e afirmar suas identidades políticas, conforme indiquei anteriormente com base nas considerações feitas pelo historiador Marcello Basile, remetendo tal exemplo a um dos temas fundamentais relacionados ao papel e à atuação da imprensa oitocentista no Brasil.

Tema esse que diz respeito à publicidade dos atos governamentais, algo que, de acordo com Bernard Manin, representa um dos aspectos marcantes na constituição dos governos representativos ao longo do século XIX, visto que, segundo ele, "desde o final do século XVIII, prevalece a idéia de que um governo representativo supõe que os governados possam formular e expressar livremente suas opiniões políticas"[204], o que requer dois elementos, sendo um deles a necessidade de que os governados "tenham acesso à informação política, o que supõe tornar públicas as decisões governamentais"[205].

Informação e opinião aparecem, portanto, como dois substantivos vinculados à dinâmica dos governos representativos, sobretudo no que concerne à relação entre representantes e representados mediada pela imprensa, assumindo o primeiro substantivo o aspecto de subsídio, oferecido por aqueles, para a concretização do segundo, por parte desses.

---

[204] MANIN, Bernard. "As metamorfoses do governo representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, 1995, pp. 5 – 34. p. 11.
[205] Ibidem, p. 11.

Mas, como são os representantes aqueles que têm a função de definir os tipos de informação a serem veiculados e as formas de fazê-lo, nota-se o esforço dos setores elitistas, na sua busca pelo controle sobre a política brasileira, no sentido de também controlar a opinião, dirigindo-a em função de seus interesses e, para tanto, selecionando aquilo que se torna público.

Isso não significa, contudo, o estabelecimento de fortes restrições quanto à liberdade de imprensa e de expressão, pois é importante destacar como durante o processo de organização do Estado nacional brasileiro as referidas liberdades foram sendo consolidadas[206].

Como demonstra Tássia Toffoli Nunes,

> *o exame da legislação dirigida à imprensa, e de sua aplicação, entre as décadas de 1820 e 1840, revela primeiramente que o discurso liberal que pregava sua liberdade foi bem recebido pelas elites brasileiras.*[207]

Ressaltando, é claro, essa historiadora que a incorporação desse "discurso liberal" por parte dos setores elitistas do país não implicava a defesa da ampla liberdade de imprensa e de expressão, isentas essas de qualquer tipo de regulamentação. Ao contrário, o que se verifica, ainda de acordo com Nunes, é um esforço daqueles para regulá-las e, desse modo, adequá-las as suas pretensões de afirmação da ordem imperial.

Em outras palavras, nota-se que nos oitocentos,

> *a finalidade da livre expressão era exatamente a de colocar em contato e debate setores divergentes das elites e porque não esteve em seus planos qualquer tipo de inclusão democrática. Ou seja, nada havia de errado com essa instituição liberal – pelo contrário, é um exemplo do sucesso de nossas elites em seu esforço de se manterem no poder e na legalidade.*[208]

E muito embora os estudos desenvolvidos por Tássia Toffoli Nunes remetam ao período anterior àquele em que se destaca a produção de Joaquim Manuel de Macedo e, ademais, procurem analisar a relevância da "publicidade dos atos da

---

[206] A respeito das transformações ocorridas na legislação brasileira sobre a imprensa ao longo do século XIX, bem como dos debates acerca da liberdade de imprensa e de expressão no país no referido século, ver NUNES, Tássia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: 1820 – 1840*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Além, é claro, dos já citados estudos de Nelson Werneck Sodré e de Marco Morel e Mariana M. de Barros.

[207] NUNES, Tássia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: 1820 – 1840*. *Op. cit*. p. 164.

[208] Ibidem, p. 168.

Câmara" dos Deputados, por meio de iniciativa dessa parte do poder legislativo na esfera da administração geral com vistas a contratar periódicos para justamente tornar público o que se passava nos limites daquele espaço institucional, é válido tomar suas considerações como auxílio para compreender a decisão, anteriormente, citada dos redatores do periódico *A Nação*.

Sendo assim, a despeito de não ser resultado de um contrato estabelecido entre o Parlamento brasileiro e o jornal e de tampouco ocorrer no âmbito da administração geral e sim da provincial, a publicação dos discursos de Joaquim Manuel de Macedo e de Ângelo Tomás do Amaral, deputados que militavam no partido liberal, ao qual *A Nação* afirmava-se vinculada, evidencia o exercício constante das elites brasileiras em busca de moldar a opinião pública.

Mesmo já superadas, nos anos 1850 e 1860, época em que Macedo, conforme tenho indicado, militou de forma bastante ativa na imprensa periódica oitocentista, as agitações políticas das primeiras décadas desse século XIX, é possível ver nessa produção macediana, como detalharei a seguir, e na publicação dos discursos anteriormente mencionada, a permanência, segundo Marco Morel e Mariana M. de Barros, de certo caráter moderado atribuído pela elite intelectual à opinião pública, já que, no contexto de organização da Monarquia brasileira,

> *vai se delineando uma determinada concepção de opinião pública, vista como reinado da sabedoria, da prudência e da razão, e, sendo assim, antagônica à exaltação política, à revolução, às transformações bruscas da ordem.*[209]

Retornando, então, aos discursos proferidos por Macedo na Assembléia provincial do Rio de Janeiro e que vieram à luz do conhecimento público através das páginas do periódico *A Nação* é muito significativo, no âmbito do que tenho procurado apontar, os comentários feitos pelo deputado liberal em meio à segunda discussão do orçamento provincial, pois, após pedir licença aos demais deputados da referida Assembléia para se afastar um pouco do tema que era objeto dos debates relacionados à sessão em andamento, o letrado fluminense propõe-se a "dizer duas palavras sobre uma idéia muito importante", ponderando que

> *assim como após uma febre ardente e forte vem um período de prostração igualmente notável, sucedeu que depois que no ano de 1848 correu pela Europa a lava revolucionária, terrível em*

[209] MOREL, Marco; BARROS, Mariana M. de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Op. cit.* p. 28.

> *toda parte, e até mesmo dando em alguns pontos lugar a desatinos e a crimes, sucedeu, digo, que depois que serenou essa febre, veio após ela uma reação igualmente terrível, e que foi fatal em muitos países aos princípios do mais moderado liberalismo; e eu creio, que se poderia dizer, que essa reação tem produzido os seus efeitos ainda mesmo entre nós, desvirtuando, sofismando, falseando o sistema representativo.* (*A Nação*, 07/12/1853).

Interessante notar que a crítica à "lava revolucionária, terrível em toda a parte", vem acompanhada de lamentos quanto à reação dela decorrente, responsável por falsear "o sistema representativo", evidenciando uma iniciativa voltada para a refutação das ações revolucionárias atrelada à defesa do referido sistema.

Com essas palavras, Joaquim Manuel de Macedo busca afastar revolução de sistema representativo, com o intuito de também distanciar a primeira da opinião pública, afirmando a moderação como algo que lhe deve caracterizar e, assim, ajustando-se às demandas do igualmente "moderado liberalismo".

E mesmo que essas palavras proferidas por Macedo não tenham sido elaboradas mediante a intenção de serem dirigidas ao público-leitor, a escolha por divulgá-las nas páginas de um periódico não pode ser desprezada no contexto desse esforço de adequação da referida opinião pública aos interesses dos grupos dominantes.

Além do que, a ação de tornar públicos os atos ligados à administração, seja ela geral ou provincial, adquiriu significativa importância no ordenamento do sistema representativo que esteve associado à Monarquia brasileira, pois, conforme observa Tássia Toffoli Nunes,

> *é possível concluir que a publicidade dos atos legislativos, seja por seu potencial pedagógico e civilizador, seja pela necessidade de informar ao público os trabalhos e opiniões de seus representantes com vistas às próximas eleições, foi uma preocupação constante da Câmara dos Deputados.*[210]

Observações, insisto, que considero válidas também para a dinâmica de funcionamento das Assembléias provinciais, particularmente nesse caso a do Rio de Janeiro, e que, assim sendo, reforça a perspectiva de não desprezar a opção por

---

[210] NUNES, Tássia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: 1820 – 1840*. *Op. cit*. p. 162.

veicular os discursos do então deputado Joaquim Manuel de Macedo nas páginas de *A Nação*, sobretudo quando consideramos

> *a dificuldade inicial em encontrar um editor que pudesse publicar regularmente os debates da assembleia. Até 1861, apenas extratos de debates eram publicados diariamente no jornal Diário do Rio de Janeiro. Foi somente nesse ano que a coleção dos debates, devidamente organizada, foi publicada.*[211]

E mais, tal escolha deve ainda servir de exemplo para averiguar a existência de disputas, no interior dos citados grupos, em torno do controle sobre a mesma opinião, algo que se percebe no fato de que os comentários selecionados da fala de Macedo na Assembléia provincial fluminense vêm acompanhados de outros pertencentes ao mesmo discurso e que ressaltam a importância do papel fiscalizador daquela instituição diante das ações executivas comandadas pela presidência da província, já que, segundo o deputado liberal, aos membros da Assembléia

> *assiste indubitavelmente o direito de esmerilhar as diversas verbas da despesa pedidas, de indagar bem se mais do que o indispensável é concedido ao governo, de voltar os olhos sobre o passado e examinar como cumpriam a sua missão os encarregados no governo, e finalmente assiste-lhes também o direito de negar tudo, de votar contra tudo, quanto for arbítrio, ou demonstração de confiança.* (*A Nação*, 07/12/1853).

Outro discurso, também publicado em *A Nação*, ilustra bem a crença, da parte do então deputado, nesse papel fiscalizador da Assembléia provincial no que concerne aos atos da administração igualmente provincial, pois, no contexto das discussões a respeito da apresentação de um requerimento que sugeria a "nomeação de uma comissão especial, a qual tivesse de dar seu parecer sobre o relatório do presidente" (*A Nação*, 27/08/1853), Macedo assume posição de concordância diante da citada sugestão sob a alegação de que

> *convém que se nomeie essa comissão especial, para que ela examine sobretudo a maneira porque são gastas e consumidas as consignações designadas pela assembléia provincial para as diversas obras; porque convém que se saiba como se gasta o dinheiro, que o povo paga e que se saiba também se a assembléia provincial é assembléia provincial.* (*A Nação*, 27/08/1853).

---

[211] GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822 – 1889. Op. cit.* p. 109.

Assumindo sua função de representante, Macedo insere o povo em seu discurso e, apoiando sua argumentação na necessidade de prestar contas dos recursos que são requisitados junto a ele, por meio dos impostos, coloca-se em posição clara de defensor dos seus interesses e de observador fiel do papel que deve ser desempenhado por si, na condição de deputado, e por todo o conjunto que compõe a Assembléia provincial.

E essa iniciativa de marcar posições dentro da referida Assembléia – e, de certa forma no conjunto da política provincial fluminense – parece-me relevante sob dois aspectos. Primeiramente, porque indica o envolvimento de Macedo com a oposição à presidência da província e seu afastamento da maioria conservadora que domina o legislativo provincial entre os anos de 1852 e 1856, conforme indica Maria de Fátima Silva Gouvêa.[212] Em segundo lugar, pois ela ocorre no contexto em que, ainda de acordo com essa historiadora, "a assembléia aparentemente ganhou força como instituição"[213] e foi marcada "pelo apogeu de uma primeira geração de políticos que vinham representar seus interesses locais em um nível político provincial"[214].

Exemplar da situação descrita é mais um discurso proferido por Macedo nessa instituição, no qual ele declara:

> *do município de Itaboraí eu não poderia me esquecer nunca: ali nasci, ali me criei, ali tenho os mais fortes laços; devo conseqüentemente aproveitar todas as ocasiões que se me oferecem, para promover o bem e o progresso desse município.* (*A Nação*, 30/11/1853).

Ressalte-se que esse reconhecimento da preservação dos vínculos com a região de onde era natural, mesmo estando distante e no exercício de uma função que o condicionava à constante prática da negociação com indivíduos e interesses de outras partes da província, dá-se em meio à fala elaborada para justificar perante os demais membros da Assembléia a defesa de artigos aditivos enviados pelo deputado liberal à mesa no âmbito da terceira discussão do orçamento. Novamente, tratava-se de marcar posições; nesse caso, como promotor dos interesses de sua localidade.

---

[212] Ibidem.
[213] Ibidem, p. 161.
[214] Ibidem, p. 163.

Ademais, esses discursos proferidos por Macedo, que ecoam junto aos leitores da imprensa periódica por meio das páginas de *A Nação*, são elementos importantes para caracterizar o primeiro momento de inserção do letrado fluminense na vida política do país, visto que, segundo Tânia Serra[215], ao procurar ascensão social, Macedo decidiu-se no início da década de 1850, pelo envolvimento mais direto com a política, seja através das candidaturas às assembleias (provincial e geral), ou, com maior ênfase, por meio da atuação na imprensa política, inicialmente através das páginas, justamente, do periódico *A Nação*.

E já, digamos, na sua estréia no cenário político, Macedo assume a função de deputado provincial. Um cargo, aliás, que pode ser melhor avaliado como forma, inclusive, de validar aquilo que venho sugerindo até aqui quanto ao primeiro envolvimento do escritor fluminense com a imprensa periódica de cunho mais nitidamente político, pois é válido destacar que a condição de membro de uma Assembléia provincial implicava o estabelecimento não só de vínculos expressivos com as elites de uma província, mas, também, garantia certa relevância ao mesmo no âmbito da política nacional.

Isso porque, conforme as considerações, já abordadas, da historiadora Miriam Dolhnikoff, prevaleceu no Brasil a partir das reformas ocorridas no período da Regência um modelo de organização política baseada em um arranjo de tipo federativo, no qual tem grande importância a constante negociação entre o centro e as partes do Império, sendo essas representadas pelas elites provinciais. Importância tal que, de acordo com Dolhnikoff,

> *para submeter e controlar as estruturas de poder local e disciplinar seus potentados, a elite dirigente dependeu das Assembléias Provinciais, que paulatina e progressivamente esvaziaram as atribuições das Câmaras dos municípios, enquanto se esforçavam para, concomitantemente, enquadrá-las nos trâmites burocráticos estabelecidos pelo Império, tanto em questões de forma como de conteúdo legal.*[216]

Significativas são, portanto, nesse contexto, as palavras do, então deputado provincial, Joaquim Manuel de Macedo, proferidas em outra parte do discurso oferecido por ocasião da terceira discussão do orçamento na Assembléia do Rio de Janeiro, pois, ao discursar defendendo os, já mencionados, artigos aditivos por ele

---

[215] SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*. *Op. cit.*

[216] DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: as origens do federalismo no Brasil*. *Op. cit.* pp. 204 – 205.

propostos, Macedo, primeiramente, lamenta a situação de "orfandade" em que se encontravam os municípios de Rio Bonito e Santo Antônio de Sá devido à ausência de representantes dessas localidades na citada Assembléia, para, a seguir, afirmar:

> *foi por estas circunstâncias (...) que eu tendo muitos amigos e relações nesses dois municípios, conhecendo-os melhor do que a muitos outros, e devendo a eles muita gratidão, entendi, que devia tomar a meu cargo pedir à assembléia alguma coisa a favor deles.* (*A Nação*, 03 /12/1853).

Pedidos que recaem sobre a necessidade de promover obras[217] nessas e em outras localidades, como Itaboraí, é claro. No caso deste município, aliás, novamente o deputado liberal aproveita para exercer uma ação fiscalizadora, criticando a administração da província por não ter executado as determinações da Assembléia provincial, visto que seu pedido refere-se à "consignação de 800$000 mensais para coadjuvação da obra da Igreja de Nossa Senhora do Carmo", o que ele considera "o cumprimento de uma dívida da província", já que "por duas vezes a assembléia tem autorizado consignações mensais de 400$000 para essa obra, e ainda o cofre provincial não deu nenhum real" (*A Nação*, 03/12/1853).

Penso que não se tratava, no caso dessa "adoção" promovida por Macedo em relação aos municípios de Santo Antônio de Sá e de Rio Bonito, bem como da defesa daquela que era sua região natal, Itaboraí, de uma preocupação única e efetiva no sentido de garantir o atendimento das demandas dessas localidades. Significava esse gesto, a meu ver, um esforço marcado pela citada ação disciplinadora das elites provinciais em relação aos municípios como dado do arranjo político que se constitui no contexto de organização da Monarquia brasileira, já que representa trazer para a esfera dessas elites a realização de empreendimentos necessários nas localidades da província, evitando, assim, o controle de potentados locais sobre as obras públicas e, desse modo, esvaziando-lhes o poder.

Aliás, o tema das obras públicas presente no discurso de Macedo expressa a relevância atribuída pela administração provincial do Rio de Janeiro à abordagem do referido tema, sendo este um dos aspectos que também caracterizam a, já citada, mudança verificada na Assembléia daquela província a partir do ano de 1850, pois, conforme sinaliza Maria de Fátima Silva Gouvêa, surge nesse período, por exemplo,

---

[217] Tais obras estavam relacionadas aos "aterros do Tipotá, e da Cumbica", no caso de Santo Antônio de Sá, e à construção de cemitérios em Rio Bonito. Ver *A Nação*, 03/12/1853.

uma clara preocupação com o sistema viário da província, o que, no entender dela, expressa

> *uma nova tendência entre os deputados provinciais em ver a assembléia fluminense como um espaço cada vez mais vital para promover o desenvolvimento de projetos de obras públicas que ajudariam a assegurar e a estimular o enriquecimento da província.*[218]

Ainda a respeito da tal mudança no legislativo fluminense, Gouvêa procura associá-la ao que ela classifica como a "nova fase da política nacional, dominada pela *política da conciliação*, seguida pela *Liga Progressista*"[219] (grifos da autora), sob a alegação de que

> *isso também ajudou a produzir um quadro muito particular das associações dos deputados provinciais, que podiam se agrupar mais abertamente sem se importar com os rótulos políticos. Ao mesmo tempo, as rivalidades locais foram mais facilmente expressas durante os debates da assembléia fluminense. Tal se deveu ao fato de que os deputados sentiam que podiam fazer avançar com mais facilidade os interesses de seus associados em um período de equilíbrio político.*[220]

Dadas essas considerações de Gouvêa, reputo interessante, então, notar que os discursos proferidos por Macedo no âmbito da Assembléia provincial do Rio de Janeiro dialogam com a nova forma de atuação da mesma e que essa, de certo modo, espelha a dinâmica mais ampla da política nacional, sob os auspícios da Conciliação e da Liga Progressista. E, não bastasse isso, são os referidos discursos veiculados pela imprensa periódica, procurando, assim, atingir um conjunto mais amplo do público do que aquele que, como membro igualmente da Assembléia, ouve as palavras do letrado fluminense.

Interesse, penso eu, que decorre da possibilidade de, a partir da análise dos citados discursos, buscar uma reflexão mais abrangente sobre os escritos macedianos tendo em vista justamente o diálogo existente entre esses escritos e os elementos marcantes da cena política brasileira no período que corresponde ao que Gouvêa definiu como "nova fase da política nacional", até porque, conforme apontei anteriormente, um dos momentos de maior atuação de Macedo na imprensa

---

[218] GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822 – 1889*. *Op. cit.* p. 161.
[219] Ibidem, p. 163.
[220] Ibidem, p. 163.

periódica de feição mais política foi exatamente aquele em que esteve em vigor essa "nova fase", ou seja, o das décadas de 1850 e 1860.

Sendo assim, considero importante, com base no que ponderei até aqui, salientar a necessidade de questionar sobre os modos de interação entre a produção escrita de Joaquim Manuel Macedo, especialmente, nesse caso, aquela que é realizada junto à imprensa, e os debates políticos em vigência no país naquele momento no qual, diferente dos anos em que José Ignácio de Abreu e Lima militou também na imprensa – como vimos, os anos entre 1831 e 1848 –, estavam consolidadas as bases do Estado nacional brasileiro.

Questionamento que, a meu ver, deve ter como ponto de partida as observações feitas nas páginas anteriores acerca dessa "estréia" de Macedo no que concerne, acima de tudo, à atividade política, por meio do exercício do mandato de deputado provincial no legislativo fluminense, mas que, pelo que sugeri, pode ser tida também, mesmo que de forma indireta, como primórdios de seu envolvimento na imprensa política.

E nesse sentido, dada a importância acima mencionada, retorno às considerações de Tânia Serra, apresentadas anteriormente, nas quais essa crítica literária destaca o fato de que, segundo ela, a referida "estréia", pode ser tomada como a busca por ascensão social da parte de Macedo, para recolocá-las no quadro das análises sobre a produção escrita macediana, pois considero necessário redimensionar certos aspectos dessas considerações, sobretudo no que diz respeito ao fato de que Serra, a partir da caracterização da referida busca, destaca a atuação do letrado fluminense como símbolo da classe média brasileira que, no momento de estabilização da política nacional (1851 – 1863) anima-se com a possibilidade de participar mais ativamente do processo de construção do país, almejando, assim, uma ascensão social que, por meio da política, lhe garantisse o acesso aos quadros da elite brasileira.

Para Serra,

> *Macedo é, assim, exemplo concreto da mobilidade social e, ao mesmo tempo, seu paradigma. Sua obra é, portanto, espelho/reflexo e criação/ideologia: o bom doutor Macedinho, que veio da roça, molda a nova sociedade à sua imagem desejada. É o espelho do bom selvagem.*[221]

[221] SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*. *Op. cit.* p. 64.

Afinal, a ação do letrado fluminense, membro do partido liberal e de várias instituições de relevância ligadas à Monarquia brasileira, além de deputado provincial e geral, Joaquim Manuel de Macedo, no sentido de moldar, como sugere Tânia Serra, a “nova sociedade” brasileira faria dele de fato um símbolo da classe média brasileira?

Ou, sob outra perspectiva, representa um claro exemplo da iniciativa dos setores elitistas na sua busca por realmente promover a moldagem do conjunto social à “sua imagem desejada”, sendo essa iniciativa parte das estratégias para afirmar seu projeto de Estado e de nação no Brasil oitocentista?

Sem negar a importância de analisar as vinculações entre Macedo e os diferentes grupos da sociedade brasileira, não apenas com os indivíduos pertencentes aos tais setores elitistas e que eram freqüentadores mais assíduos dos espaços nos quais o letrado fluminense atuava, e de levar em consideração suas origens como alguém que “veio da roça”, considero necessário averiguar mais detidamente a perspectiva sugerida pela segunda indagação.

Isso porque, sem considerar válida uma avaliação que privilegie a existência de uma ação das elites brasileiras no sentido de impor seus projetos e vontades sobre o restante da população baseada na ausência de qualquer diálogo entre a referida ação e a realidade daquela, inclusive como impulso a reajustes e rearticulações dos tais projetos e vontades, parece-me importante entender essa incorporação dos interesses e das demandas de outras parcelas da sociedade imperial nos debates e nas iniciativas dos setores dominantes no contexto do ordenamento político e social que foi promovido com a estruturação do regime monárquico no país.

E como tal contexto foi marcado, conforme já observei, pela adoção do governo representativo enquanto modelo de organização da Monarquia brasileira, tendo esse governo como um dos princípios a livre manifestação da opinião pública, tornava-se o cuidado com os citados interesses e demandas parte relevante das estratégias dos tais setores dominantes com vistas ao controle sobre o referido governo, já que, por um lado, “a opinião pública supostamente também representa uma permanente fonte de inspiração para os deputados e seus líderes, e exerce um

permanente controle sobre eles”[222], e, por outro, “a liberdade de opinião é inseparável do risco da desordem pública”[223].

Desse modo, tomo como pertinente outra indagação: face aos riscos inerentes à liberdade de opinião associada ao governo representativo e sendo a opinião pública, em certa medida, parâmetro para a ação dos membros dos setores elitistas na condição de representantes do “povo”, qual era a relevância de inserir o mesmo no âmbito dos escritos que eram veiculados pela imprensa periódica oitocentista? Ademais, seria essa relevância apenas uma questão de identificação social entre escritor e leitor?

Nesse sentido, curiosas são as palavras de Macedo, lançadas ao conhecimento do público por meio do outro periódico no qual, como indicado anteriormente, o letrado fluminense teve participação destacada ao militar no âmbito da imprensa: o *Jornal do Comércio*.

No dia 19 de novembro de 1860, esse periódico trazia em seu rodapé mais uma crônica escrita por Joaquim Manuel de Macedo para a série intitulada Labirinto, crônica na qual, em determinada passagem, Macedo afirma que “a vida do povo é prosa chilra: trabalha muito, come e dorme como pode, veste farda da Guarda Nacional, vota nas eleições, e *bon soir la compagnie*!” (Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 19/11/1860).

E, não se restringindo ao fato de constatar a condição desinteressante da vida (“chilra”) do povo, o letrado fluminense, em outro trecho da mesma crônica, contrapõe essa condição àquela que, segundo ele, estava associada à situação dos ricos, a quem eram destinados exclusivamente os bailes e as diversões, para, depois de salientar tal contraposição, alertar:

> *no entanto meditem os pensadores nas ligeiras observações que acabamos de enunciar, e resolvam o que mais convém, se reduzir o povo a representar o papel de filósofo alemão, que pendurando no seu cachimbo reflete muito séria e gravemente anos inteiros sobre uma nova teoria metafísica; se amenizar-lhe a vida trabalhosa com algumas horas de alegres passatempos.* (O Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 19/11/1860).

---

[222] OSTROGORSKI, M. *La démocratie et l’organization des partis politiques*. Paris: Calmann-Lévy, s/d. Apud MANIN, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo”. *Op. cit*. p. 18.
[223] Ibidem, p. 19.

Curiosidade incrementada, em primeiro lugar, pelo fato de que tais palavras foram veiculadas não mais sob a forma de reprodução de um discurso destinado às demandas de interação entre seu autor e o espaço institucional em que ele estava inserido, como era o caso dos discursos proferidos por Macedo na Assembléia provincial do Rio de Janeiro e publicados nas páginas do periódico *A Nação*, mas são produzidas diretamente para um público mais abrangente, os leitores do *Jornal do Comércio*, órgão que, segundo Cícero Sandroni, já em outubro de 1847,

> *com 20 anos de existência (...) deixara a forma e o aspecto informativo dos assuntos comerciais e econômicos para transformar-se num diário de grande formato, influente junto à opinião pública.*[224]

Em segundo lugar, pois para atingir esse público, composto pelos leitores do referido jornal, o letrado fluminense lança mão da crônica, gênero que, segundo Antonio Candido, tem suas origens, no Brasil, associadas ao folhetim que aparecia nos periódicos oitocentistas e que assumia a forma de "um artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas, literárias"[225], sendo, ademais, tal gênero marcado pelo fato de estar, ainda de acordo com Candido,

> *sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas. Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas.*[226]

E é justamente esse gênero voltado para o "miúdo" e associado às "questões do dia" que norteia a produção macediana na imprensa periódica, uma produção, insisto, veiculada por um periódico de grande circulação e com muita relevância no cenário fluminense e, de certa forma, nacional.

Cabe, a partir desse ponto, averiguar os modos por meio dos quais Macedo posiciona as tais " questões do dia" para seu leitor, assumindo o "miúdo" do cotidiano como referência para dialogar com a opinião de quem lê seus textos de forma a inseri-lo em outra opinião – a pública – mais abrangente, sem, contudo, deixar de lado a importância dessa inserção no conjunto das estratégias dos setores

---

[224] SANDRONI, Cícero. *180 anos do Jornal do Commercio (1827 – 2007): de D. Pedro a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007. pp. 131 – 132.
[225] CANDIDO, Antonio. *A vida ao rés-do-chão*. In: CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1992. p. 15.
[226] Ibidem, p. 14.

elitistas no sentido de consolidar a Monarquia brasileira sob os ditames do sistema representativo com base na garantia de seus interesses frente à sociedade imperial.

3.3.2. Crônicas macedianas: conciliando política e literatura.

Para uma análise mais detida das crônicas macedianas veiculadas pelos periódicos oitocentistas, considero importante, de início, retomar as observações constantes das primeiras páginas desse capítulo, de acordo com as quais foi possível identificar que as atuações do pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima e do fluminense Joaquim Manuel de Macedo apresentam, para além da questão temporal relativa à época em que esses letrados escreviam, outra diferença bastante significativa do também diferente envolvimento desses dois indivíduos com a tarefa que se impunha aos membros, como eles, das elites letradas do país, correspondendo essa diferença à forma, não apenas aos conteúdos de seus textos.

Refiro-me, acima de tudo, aos apontamentos feitos com base nos estudos de Nelson Werneck Sodré por meio dos quais procurei destacar os distintos gêneros que tais escritores escolheram para veicular informações e, principalmente, idéias aos leitores dos periódicos nos quais seus escritos foram publicados ao longo do século XIX, sublinhando o fato de que enquanto Abreu e Lima envolve-se com o gênero do pasquim, Macedo opta pela crônica, o que, como já indicado, no entender de Sodré, significa o predomínio da feição literária sobre a política na dinâmica da imprensa periódica oitocentista no país a partir da segunda metade do século XIX.

Como ponto de partida para a análise mencionada, recoloco a indagação, voltada para a tentativa de entender alguns significados ou aspectos que marcaram a mudança de linguagem, ou de gêneros, representada pela primazia da crônica sobre o pasquim quando comparamos a produção de Macedo com a de Abreu e Lima na imprensa.

E, após averiguar essa última produção, vale, para efeitos da abordagem quanto à primeira, justamente ressaltar, a princípio, a relevância da crônica no âmbito da produção escrita brasileira nos oitocentos, visto que, assim como faz Antonio Candido, também Davi Arrigucci Jr.[227] salienta a ligação desse gênero com o cotidiano, no caso, da sociedade imperial, pois, segundo ele, a aparição da crônica

---

[227] ARRIGUCCI Jr., *Davi. Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência.* São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

no Brasil durante o século XIX por vezes representou um aprendizado para os escritores, bem como os colocou diante de uma situação complexa em que os traços da condição colonial conviviam com as novidades da modernização burguesa, como o jornal.

Ademais, destaca Arrigucci Jr. que

> *quando aparece entre nós, na segunda metade do século XIX, a crônica já lida com uma matéria muito misturada: a matéria do folhetim, pedaço de página por onde a literatura penetrou fundo no jornal, tratando dos temas mais diversos, mas com predominância dos aspectos da vida moderna.*[228]

"Predominância dos aspectos da vida moderna" que também é observada em estudo feito por Ariane P. Ewald, Aurea Domingues Guimarães, Camila Fernandes Bravo e Carolina Bragança Sobreira[229], no qual elas destacam uma associação entre as crônicas folhetinescas, como as de Joaquim Manuel de Macedo, e o processo de transformações ocorrido no Brasil a partir da segunda metade do século XIX e que teve como resultado um conjunto de mudanças materiais, tais como o desenvolvimento das redes ferroviária e telegráfica e a proliferação de obras ligadas à urbanização, sobretudo, da cidade do Rio de Janeiro, para, desse modo, vincular as referidas crônicas "à inserção e à divulgação da modernidade"[230] no país.

E, no conjunto de suas avaliações, tais autoras ponderam que

> *a idéia central da crônica folhetinesca é entreter o leitor, transformando o cotidiano da cidade em capítulos de um romance, como se fosse um "folhetim-romance-realidade", isto é, um romance baseado nos fatos que aconteceram durante a semana. Ao mesmo tempo, o termo "crônica" para indicar esse estilo literário difundiu-se e passou a ser usado como sinônimo dos comentários da semana, geralmente publicados aos domingos. Portanto, passou também a designar o relato semanal e atual sobre a vida na cidade.*[231]

Cotidiano e modernidade aparecem, então, como elementos que vão sendo amalgamados em meio à tessitura das palavras que compõem as crônicas

---

[228] Ibidem, pp. 56 – 57.

[229] EWALD, Ariane P.; GUIMARÃES, Aurea Domingues; BRAVO, Camila Fernandes; SOBREIRA, Carolina Bragança. *Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade e circulação da notícia*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.* Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

[230] Ibidem, p. 237.

[231] Ibidem, p. 245.

veiculadas pela imprensa periódica.

É o que se depreende, por exemplo, dos comentários de Macedo sobre a construção de uma estrada de rodagem entre os bairros das Laranjeiras e do Botafogo, sendo as montanhas que se estendem de um ao outro bairro, segundo o letrado fluminense, um mundo desconhecido, até então, e cujo conhecimento e as belezas ficarão acessíveis para os habitantes da cidade do Rio de Janeiro, justamente, em virtude da referida construção, visto que

> *esse mundo abre hoje o seio à população da capital: não perdeu um ceitil de sua beleza, conserva ainda todo o encanto dos seus bosques e da sua natureza virgem; mas a civilização e o progresso operaram a sua conquista, marcando já os seus primeiros vestígios por uma estrada de rodagem que já se acha muito adiantada, e que dentro de breves meses estará concluída.* (Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 08/10/1860).

Veja-se que "civilização e progresso" aparecem nessa crônica de Macedo como os conquistadores de um espaço repleto de belezas e que, portanto, representa "um leito de verdura para o descanso das lidas e trabalhos da cidade" (Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 08/10/1860).

E ao elaborar essa descrição sobre esse mundo "recém-descoberto", tal escritor dialoga com seu leitor através de elementos diretamente relacionados à citada modernidade, não apenas pelo uso das palavras "civilização" e "progresso", mas porque caracteriza a "descoberta" em meio a certa polaridade entre a beleza associada ao espaço natural e as atribulações e afazeres da vida urbana, sendo, contudo, esse o local associado ao cotidiano, de "trabalhos", e aquele vinculado ao efêmero "descanso".

Igualmente ilustrativa dessa inserção da modernidade nas crônicas macedianas é a observação feita pelo letrado fluminense, ainda na mesma crônica, a respeito das ações relacionadas à referida construção, visto que, a partir da comparação com outra obra também realizada na capital do Império, Macedo contrapõe a morosidade da ação pública à agilidade da iniciativa privada, como se nota no seguinte trecho:

> *Esta obra começada em março deste ano estará pronta antes do fim de dezembro: quinhentos obreiros bem pagos e bem dirigidos executando o plano de engenheiros hábeis principiaram e estão levando ao fim este epigrama terrível feito à nossa administração pública, que há perto de trinta anos está abrindo a rua do Senado e ainda não puderam completar o seu*

> *trabalho em duzentas braças de extensão!!* (Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 08/10/1860).

De fato, percebe-se, com base na leitura dos excertos acima destacados, que o diálogo com a modernidade a partir da construção de relatos sobre o cotidiano da sociedade imperial orienta a produção escrita de Joaquim Manuel de Macedo veiculada pela imprensa periódica oitocentista. Mas, face às questões que venho procurado destacar até aqui, parece-me importante averiguar os modos por meio dos quais esse diálogo com a modernidade extrapolou os limites da descrição dos melhoramentos materiais, sendo esses símbolos do avanço tecnológico do século XIX, e abarcou outras facetas de tal modernidade, como a política.

Até porque, é válido salientar que o próprio jornal, como indicado anteriormente, apresenta-se como um dado da referida modernidade e, estando ele vinculado à articulação de uma opinião pública, considero relevante abarcar essas outras facetas, visto que, em termos políticos, o governo representativo, norteado, entre outros princípios, pela necessidade de interação com a citada opinião, expressa igualmente o surgimento da referida modernidade.

Nesse sentido, as crônicas escritas por Joaquim Manuel de Macedo, publicadas pelo *Jornal do Comércio* e reunidas em conjuntos de diferentes séries, tais como *A Semana* (1855 – 1859), *Labirinto* (1860), *Crônica da Semana* (1861 – 1862) e *O que sair?* (1862), devem, a meu ver, ser analisadas também enquanto promotoras da tentativa de inserção do leitor nos elementos constituintes da modernidade política que é inaugurada no país após a independência e, de certo modo, acompanha, ao longo do século XIX, a organização da Monarquia brasileira.

Tentativa que, é claro, não está livre de tensões como se nota por meio dos comentários feitos por Macedo sobre a política de modo geral, nos quais ele destaca que “a política é a coisa mais raivosa que existe no mundo (...) de cada vez que me lembro de entrar nessa nova torre de Babel sinto que todas as línguas se confundem e não entendo mais ninguém” (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 01/11/1858).

Aliás, ressalte-se que o aspecto negativo dos comentários acima destacados vem reforçado pela iniciativa do letrado fluminense em descrever a política como algo confuso, associando-a com imagem bíblica de confusão que é representada pela *Torre de Babel*.

Imagem que também orienta os comentários de Macedo acerca das eleições,

pois, em crônica totalmente voltada para esse tema e na qual, inclusive, o próprio título *A Semana* foi substituído pela palavra referente ao processo que se realizaria no dia 02 de novembro de 1856 com vistas à escolha dos eleitores que participariam da segunda fase de votações destinadas a preencher as vagas de deputados na Assembléia geral – *Eleições* –, novamente esse escritor lança mão do termo bíblico para referir-se às práticas políticas do Império brasileiro, destacando ele que "a torre de Babel ergueu muito alto suas grimpas! Todos falam, e ninguém se entende; a confusão começou de estender seu escuro manto sobre a arena política". (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 01/11/1856).

Curiosamente, essa representação da política como algo confuso é semelhante àquela construída por Abreu e Lima acerca do mesmo tema. Ambos recorrem à torre de Babel como padrão comparativo para apresentar a seus leitores suas noções a respeito da política.

Entretanto, ressalve-se que essas noções, conforme já observado, são elaboradas e difundidas em épocas muitos distintas, estando essas separadas por algumas décadas e, mais do que isso, representando as mesmas diferentes momentos de organização do Estado imperial.

Desse modo, é válido questionar o significado dessa permanência da percepção segundo a qual a política está associada à idéia de confusão quando comparamos os escritos dos dois letrados, o pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima e o fluminense Joaquim Manuel de Macedo.

Questionamento, a meu ver, necessário, visto que a formulação de um discurso voltado para difundir a percepção de que a política era algo confuso estava, no caso daqueles dois letrados, vinculada à atuação de ambos na imprensa periódica, o que a remete à clara preocupação deles no sentido de estabelecer um diálogo com seu leitor.

Ao conceber, portanto, a política como algo confuso, Abreu e Lima e Macedo promoviam um exercício de dupla função, pois, por um lado, é provável que, com isso, buscassem incorporar certas questões inerentes ao próprio conjunto de leitores, ao passo que, por outro lado, essa concepção garantia-lhes a possibilidade de se apresentarem àquele conjunto como indivíduos marcados pela tentativa de tornar a tal política menos confusa.

Daí a importância de salientar, no âmbito da imprensa, também uma ação pedagógica dos membros da elite letrada, como Abreu e Lima e Macedo, já que, em

meio a uma política confusa, era fundamental instruir o leitor para que ele pudesse, por trás dessa confusão, perceber na mesma um sentido, que, é claro, não deixava de ser o daquele grupo.

Contudo, talvez seja interessante adicionar ao tal exercício de dupla feição, uma terceira, estando essa atrelada ao envolvimento com as disputas por maior participação nos espaços institucionais ordenados no contexto de organização da Monarquia brasileira, já que a imagem de uma política confusa parece adequada às pretensões de indivíduos que não são contemplados pela mesma e, portanto, tem dificuldade para obter a referida participação.

O problema é que, provavelmente, essa observação seja válida no que concerne à atuação do pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima no âmbito da política brasileira ao longo dos oitocentos, particularmente nas suas primeiras décadas, porém, no caso do fluminense Joaquim Manuel de Macedo, ela soa um tanto estranha, dada uma melhor adequação desse letrado àqueles espaços.

Sendo assim, recoloca-se o questionamento, citado linhas antes, acerca do significado de certa permanência da associação entre política e a imagem de confusão simbolizada pela escolha da torre de Babel como referência presente nos discursos elaborados por Abreu e Lima e por Macedo, justamente com vistas a melhor compreender essa ressalva quanto à inserção desse último nas esferas da política brasileira no século XIX.

Para tanto, ressalto a importância de perceber que, para além de seu envolvimento com a função de deputado provincial em parte dos anos nos quais esteve associado ao periódico *A Nação* – função, aliás, exercida, mesmo depois e de modo freqüente por ele –, Joaquim Manuel de Macedo militou, no período de consolidação do Estado nacional brasileiro, na segunda metade do século XIX, nas fileiras do partido liberal, como ele mesmo assinala ao afirmar: “eu sou um antigo e firme *carola* devoto de Santa Luzia (...).” (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 27/08/1855. Grifos do autor).

Uma militância por ele atestada por meio do uso da expressão “devoto de Santa Luzia”, o que implica uma referência clara ao termo luzia como sinônimo de identidade para o indivíduo que, como Macedo, envolve-se com o citado partido, trazendo para o discurso macediano o apelo à memória de um dos momentos

cruciais na definição desse grupo político, visto que, como aponta Ilmar R. Mattos[232], imediatamente associado aos movimentos de 1842, de difícil unidade de ação entre os diferentes grupos liberais espalhados pelas províncias, o aparecimento do referido termo vinculou-se à iniciativa conservadora que, vencedora, impôs o mesmo como uma marca de sua vitória, unificando-o para todos os grupos liberais do Brasil.

Ressalta Mattos que a definição dos dois termos – luzia e saquarema –, atrelando-os à configuração de certa identidade para os partidos políticos surgidos ao final da Regência e que se destacaram no contexto do Segundo Reinado – o mesmo em que são publicados, na imprensa, os escritos de Macedo –, remete à formulação mais clara do que ele classifica como "direção saquarema", símbolo da grande influência dos conservadores fluminenses e baseada em uma estratégia para afirmar os interesses desse grupo por meio da difusão dos mesmos para todo o conjunto nacional. Assim, pondera esse historiador que

> *às vésperas do movimento praieiro, elas (as forças constitutivas do partido conservador) tendiam a uma coesão crescente em torno de um determinado projeto político para o Império, não obstante os interesses regionais sempre presentes. E esta coesão facilitava, sem dúvida, a disseminação de uma denominação que não só a reforçava como também cumpria o papel de particularizar uma política, sobretudo porque na sua direção se destacavam os políticos fluminenses que a motivaram.*[233]

Saquaremas e luzias que são citados em outra crônica de Macedo, em passagem na qual o letrado fluminense observa que "acreditar na possibilidade de ver realizada hoje no país a política saquarema pura ou a política luzia (...) importaria um verdadeiro e insustentável absurdo". (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 20/12/1858).

Observação, aliás, que vem acompanhada de certa avaliação acerca da trajetória desses dois partidos políticos que marcaram a cena política do Império, o que leva Macedo a ponderar que

> *no correr dos anos de calma e de reflexão porque temos*

---

[232] MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. *Op. cit*. A respeito da cunhagem do termo luzia, associado aos liberais, esse autor destaca que tal fato ocorreu no contexto da derrota dos liberais mineiros em Santa Luzia diante das forças do Barão de Caxias. Além disso, ele ainda salienta que, por volta da mesma época, também se definiu a opção pelo termo saquarema como designação para o partido conservador, algo que é resultado da proteção dada pelos líderes José Rodrigues Torres e Paulino José Soares à população da vila de Saquarema diante da ação das autoridades liberais.

[233] Ibidem, p. 107.

> *ultimamente passado, os dois antigos partidos reconheceram seus erros e os seus excessos, esqueceram algumas de suas aspirações, afrouxaram os seus laços, perderam a sua disciplina, e desorganizaram-se enfim; mas inevitavelmente há de neles operar-se a fábula da fênix; novos partidos políticos renasceram das cinzas dos que chegaram a sua hora das águas passadas que moem moinhos.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 20/12/1858).

Avaliação, aliás, que foi elaborada pelo letrado fluminense em meio a referências à substituição do gabinete de 04 de maio (de 1857) pelo de 12 de dezembro (de 1858), sendo o primeiro chefiado pelo marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima, e o segundo comandado por Antônio Paulino Limpo de Abreu, o visconde de Abaeté, os dois que sucederam o, já destacado, período da Conciliação, período que correspondeu aos anos entre 1853 e 1857, sendo a maior parte desses anos marcada pelo gabinete chefiado pelo marquês de Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão.

Sobre a referida Conciliação, são bastante significativos os comentários de Macedo a respeito não apenas desse período, mas acerca daquele que é o tema que lhe dá fundamento, a política da conciliação. Com relação a ela, afirma esse membro do partido liberal:

> *A conciliação proclamada do alto do trono, e proclamada muito e muito constitucionalmente, não é a política de um partido, nem a política deste ou daquele ministério; é a observância fiel e religiosa da constituição do império, que manda que todos os cidadãos possam ser admitidos aos cargos públicos, sem outra diferença que não seja dos seus talentos e virtudes. É a conciliação da constituição contra a qual se demonstravam em seus excessos os partidos políticos. A conciliação proclamada do alto do trono, generosa, nobre e constitucional, é a condenação do ostracismo e das cruéis perseguições dos vencedores contra os vencidos. Esta conciliação deve ser praticada por todos os governos justos e moralizados; mas ela não importa nem pode impedir a morte dos partidos, porque então importaria a morte do sistema representativo. Fatigada de suas contendas políticas, que por vezes passaram da arena constitucional para o campo armado, a nação descansou longamente e permitiu que se fosse sofismando a idéia da conciliação; mas esse descanso não é, graças a Deus, indiferença política, e a prova está em que a opinião pública se demonstra em oposição a essa anomalia do sistema representativo.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 02/05/1859).

Embora longa, considero a citação anterior muita expressiva das dinâmicas associadas à política imperial, particularmente aquelas que se desenvolvem ao longo do Segundo Reinado, permitindo, então, averiguar alguns pormenores dos debates que existiam nesse período, e, desse modo, o estabelecimento de um diálogo entre as ponderações de Macedo e o momento de primazia daquilo que Ilmar R. Mattos qualifica como a "direção saquarema".

Isso porque Joaquim Manuel de Macedo, membro do partido liberal – não nos esqueçamos –, procura expressar sua visão acerca da tal política da conciliação, buscando desvinculá-la de qualquer ação partidária e, ao mesmo tempo, tentando associá-la aos ditames e pressupostos da Monarquia constitucional, como se verifica por meio da referência à "conciliação da constituição".

Além disso, ele encerra seus comentários sobre a referida política, condenando as tentativas de falseá-la e alertando para o fato de que esse falseamento sofre a oposição da opinião pública, defensora, portanto, da autenticidade do sistema representativo.

E essa iniciativa de Joaquim Manuel de Macedo no sentido de tecer comentários sobre a política da conciliação não representava somente um ímpeto de expressar sua opinião acerca desse tema, mas implicava igualmente uma ação difusora como modo de, a partir dessa sua opinião, orientar a de seus leitores, partes, pelo menos virtuais, da indignada opinião pública com as anomalias do sistema representativo.

Curiosamente tais comentários vieram à luz do conhecimento público em crônica publicada no *Jornal do Comércio* em maio de 1859, ou seja, à época na qual estava vigente o gabinete conservador sob o comando, como indicado anteriormente, do visconde de Abaeté, um gabinete que, segundo Francisco Iglésias, foi formado por "um conjunto essencialmente conservador e que devia ser de luta"[234]

Conjunto diante do qual a atuação político-partidária de Macedo mostrava-se incompatível, cabendo-lhe, dessa forma, marcar suas posições e, por conseguinte, buscar espaços nas arenas políticas do Segundo Reinado, finalidade para a qual a imprensa periódica revela-se instrumento relevante.

Incompatibilidade que não se verifica no caso do gabinete anterior, aquele

---

[234] IGLÉSIAS, Francisco. *Vida política, 1848 – 1866*. *Op. cit.* p. 70.

que, conforme referência já feita, fora chefiado pelo marquês de Olinda. Ao contrário, nota-se mesmo um alinhamento do escritor fluminense com esse gabinete, com se depreende das seguintes colocações veiculadas por ele em outra crônica, na qual ele afirma:

> *A conciliação do último ministério (o do marquês de Paraná, continuado pelo barão de Caxias) produziu uma grande vantagem para o país; adormeceu as paixões, fez calar os ódios, aproximou uns dos outros adversários; mas confundindo os partidos não soube ou não pode formar um partido novo.*
> *A conciliação do atual ministério há de formar um partido; porque estadistas importantes das duas opiniões políticas que dividiam o país não se aproximaram só, ligaram-se, e de sua união provirá uma política liberal sem excessos, de reformas cautelosas, sábias e prudentes, e de concórdia para todos os brasileiros.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 10/05/1857).

E repare-se que tais colocações foram dadas ao público poucos dias depois do início do gabinete de 04 de maio (de 1857), sendo que, nesse caso, ainda de acordo com Francisco Iglésias, "liberais e conciliadores é que darão a base de apoio do gabinete, mais que os conservadores, que se mantêm um pouco reticentes".[235]

Gabinete, inclusive, composto tanto por conservadores, como é o caso do próprio presidente do conselho de ministros, o marquês de Olinda, quanto por liberais, por exemplo, o ministro da Fazenda, Bernardo de Sousa Franco, indivíduo que, como apontado em capítulo anterior, tem sua política econômica defendida por Macedo em suas crônicas publicadas no *Jornal do Comércio*.

Sendo assim, é válido destacar outras observações feitas pelo letrado fluminense a respeito dos arranjos políticos articulados em torno do referido gabinete de 4 de maio, tais como aquelas em que ele exemplifica aquilo que foi destacado, conforme citação anterior, por Iglésias, sublinhando o fato de que

> *(...) vivem todos no mais perfeito acordo; os liberais e os conservadores moderados sustentam com o seu apoio o ministério, e os outros conservadores, ainda os mais vermelhos, deixam toda a vermelhidão em suas reuniões noturnas e mostram-se à luz do dia pálidos e suaves como as virgens vaporosas dos sonhos encantados dos poetas.*
> *Ninguém mais dirá que a conciliação é impossível (...).* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 06/07/1857).

Desse modo, não parece nada estranho quando ele, em crônica já citada,

[235] Ibidem, p. 61.

sentencia: “eis-me aqui inesperadamente ministerial pela primeira vez em minha vida”. (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 10/05/1857).

Sentença que contribui para compreender as nuances da política brasileira no período correspondente ao recorte ao qual tenho procurado associar os escritos de Joaquim Manuel de Macedo, ou seja, os anos entre 1853 e 1863, na medida em que sugere a necessidade de redimensionamento da vinculação entre essa época e o exercício de uma “direção saquarema”, conforme aponta o historiador Ilmar R. Mattos, já que dias depois de ter apresentado tal sentença aos seus leitores, Macedo atesta a possibilidade da conciliação com base nas análises que faz justamente do gabinete diante do qual ele se posiciona como aliado.

Assim, parecem-me bastante pertinentes a esse respeito as considerações de Bruno Fabris Estefanes, a partir das quais esse outro historiador destaca que “a década de 1850 aparece não mais como o tempo homogêneo de uma conciliação, mas como um tempo de confronto entre várias conciliações possíveis, entre distintos projetos políticos”[236].

Considerações feitas com base nos estudos realizados por Estefanes acerca do ministério que teve sua imagem freqüentemente associada, no âmbito da historiografia brasileira, à política da conciliação, ou seja, o, já citado, gabinete de 06 de setembro (de 1853) sob o comando do marquês de Paraná.

Gabinete perante o qual o membro do partido liberal Joaquim Manuel de Macedo posiciona-se contrário, o que se verifica na sua seguinte declaração:

> *aquele que escreve estas linhas foi adversário político do marquês de Paraná, e apenas nos últimos tempos do ministério de que foi chefe o ilustre finado o acompanhou nas suas idéias da reforma eleitoral e de liberdade de voto; mas nem por isso negará que ele foi notável cidadão e que principalmente no último período de sua vida prestou valiosos serviços ao país.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 17/08/1857).

Entretanto, mesmo oposicionista, Macedo reconhece a importância no “notável cidadão” que foi Honório Hermeto Carneiro Leão e faz questão de salientar certo compartilhamento de idéias entre os dois, elogiando, para tanto, a “reforma eleitoral” e a “liberdade de voto” promovidas pelo marquês de Paraná enquanto este

---

[236] ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de conciliação no Brasil monárquico (1842 – 1856)*. 2010. 211p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 165.

ocupou a presidência do conselho de ministros.

O referido compartilhamento evidenciava-se nas crônicas escritas por Macedo para o *Jornal do Comércio* muito antes de 1857, ano da declaração anteriormente destacada, visto que, já em 1855, ano de aprovação da referida reforma eleitoral e, portanto, no qual os debates em torno da mesma eram intensos, ele destaca:

> *Leitores, está tudo tão misturado que eu não sei se me entendo; as idéias do ministério são atacadas por muitos saquaremas de polpa e sustentadas pelos luzias da gema; no meio de toda essa baralhada, o que me parece é que a reforma é uma bonita menina (que promete muito para o futuro!!) que se vai batizar; quem a pega na pia é a D. Saquarema velha, a madrinha é uma Sra. D. Luzia, e o padrinho é o Sr. Marquês de Paraná, ou o ministério; a Sra. D. Saquarema Júnior julga a menina suspeita, e queria que a deixassem pagã; mas espero em Deus que tal não acontecerá.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 29/07/1855. Grifos do autor).

Começando pelo vocativo “leitores”, percebe-se nas palavras acima que Macedo busca não somente oferecer àqueles que lêem sua crônica informações sobre o andamento da referida reforma eleitoral, mas procura também criar nos mesmos a impressão de que eles são partícipes do “batizado” que tem como protagonistas os saquaremas, os luzias, o ministério e seu chefe e que ocorre em um cenário de confusão devido ao baralhamento de idéias; e, por meio dessa impressão, pretende o escritor fluminense construir um vínculo entre a sua opinião e a dos seus “leitores” a respeito de tema de grande relevância para o país naquele momento.

Não por acaso, linhas depois de ter situado os referidos leitores em relação aos debates e às circunstâncias que cercavam a citada reforma, Macedo define sua posição quanto à necessidade de realizá-la, declarando:

> *Posto que eu me pronuncio francamente incompatível circular e adversário dos estacionários quadrados, confesso que ainda não espero que esta reforma produza todos os resultados que se desejam como necessários para o reestabelecimento da verdade da eleição, que é base fundamental do sistema representativo; mas voto pela coisa.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 29/07/1855. Grifos do autor).

Recorrendo ao uso de vocabulário diretamente ligado aos aspectos da reforma eleitoral, como sugerem as expressões “incompatível circular” e “estacionários quadrados” em clara alusão aos temas das incompatibilidades

eleitorais e da organização de círculos de eleitores que norteavam aquela, o escritor fluminense, a despeito de ressalvas quanto a sua suposta incompletude face às demandas relacionadas à “verdade da eleição”, indica seu voto a favor dela.

E votar favoravelmente à reforma eleitoral não era, nesse caso, uma iniciativa atrelada à atividade parlamentar. Tratava-se de ação produzida em outro espaço institucional, o da imprensa periódica, e que não tinha o objetivo de garantir a aprovação da mudança na dinâmica das eleições – tema, aliás, bastante caro para o funcionamento do sistema representativo e significativo no que concerne ao exercício da cidadania –, mas tencionava referendá-la perante a opinião pública.

Busca pela referenda que também pode ser tomada no sentido inverso, pois, ao invés de representar tão somente um esforço para obter a anuência da opinião pública para a execução da medida proposta, expressava igualmente um exercício de constituição dessa opinião, por meio da tentativa de estabelecer identidade entre ela, que é pública, e aquela que é do próprio autor, baralhando as duas, como ocorria com os partidos políticos.

Algo que se percebe em outra crônica de Macedo, pois, em meio às referências à apreciação do projeto de reforma eleitoral na Câmara dos Deputados e, por conseguinte, aos debates dela decorrentes, a autor ressalta que

> *o sr. Marquês de Paraná (...) acabou por convencer-se da necessidade e da conveniência da reforma eleitoral, e correspondendo ao voto uníssono da opinião pública, foi ao seio do Parlamento pedir a adoção de algumas medidas que o país reclama.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 27/08/1855).

Vê-se, então, que, perante os seus leitores, Macedo procurava identificar a reforma eleitoral, à qual, lembremos, ele se dizia favorável, como um desejo da opinião pública, bem como uma necessidade do país. Reforma que, inclusive, merece ser destacada enquanto algo que era defendido muito antes da sua realização no período de vigência do gabinete sob o comando de Honório Hermeto Carneiro Leão e por aqueles que não estavam filiados ao grupo do marquês de Paraná, o partido conservador, pois, conforme aponta Bruno Fabris Estefanes,

> *as principais reformas propostas do Ministério da Conciliação vinham do período do “quinquênio liberal” – tanto a reforma da lei de três de dezembro quanto a própria reforma eleitoral. Por conseguinte, a Conciliação de 1853 era proveniente de um gabinete conservador (mas não saquarema, é bom lembrar) que conciliava na medida em que incorporava neófitos (alguns*

> *liberais), mas especificamente na medida em que tomava para si propostas declaradamente liberais (...).*[237]

A reforma eleitoral estava, como Macedo, vinculada ao partido liberal, sendo ela, de acordo com o esse autor, defendida pela opinião pública.

Por meio, então, dessa referência a tal reforma, Joaquim Manuel de Macedo envolvia-se intensamente com as disputas e os debates que marcaram a política brasileira nas décadas de 1850 e 1860, momento em que, como já sugerido, vigorou a Conciliação.

E visto que "as grandes questões do Estado, questões que interessam diretamente à nação, ao seu futuro, ao seu progresso moral, são questões de todos os dias, e por consequência de todas as semanas" (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 17/08/1857), não poderia a conciliação escapar à pena de Macedo; como de fato não escapou.

Mas se a conciliação é tema caro aos escritos macedianos, não é possível afirmar que a abordagem do mesmo pelo letrado fluminense configura-se de modo semelhante àquela que se apresenta nos textos do pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima e também veiculados pela imprensa periódica.

Conforme indicado, para Abreu e Lima a conciliação era tida como estratégia destinada a serenar os conflitos decorrentes da ação partidária, já que, nas avaliações dele, os partidos políticos eram os responsáveis pelas turbulências políticas que ameaçavam a estabilidade do país e, por isso, deviam ser extintos.

Sugestões essas bastante coerentes com a trajetória de um indivíduo que, em certa medida, sempre às margens das arenas políticas e alijado das principais instituições ligadas à Monarquia brasileira toma, desse modo, a conciliação, sinônimo de supressão dos partidos, talvez como recurso para sua inserção, por outras vias, nos espaços públicos que, a princípio lhe parecem vedados.

Já para Joaquim Manuel de Macedo, alguém bem acomodado nas referidas arenas e instituições, mesmo que essa acomodação seja a de um indivíduo que pertence às fileiras do partido liberal e tem atuação bastante destacada na imprensa durante o predomínio (aparente) de gabinetes conservadores, o tema deve ser tratado de modo inverso, ou seja, sem condenar a ação dos partidos políticos, como se pode notar das observações que ele faz acerca da, então, próxima abertura dos

---

[237] Ibidem, p. 195.

trabalhos legislativos no ano de 1857, pois, a esse respeito, tal escritor pondera:

> *A Câmara que vai instalar-se em maio de 1857 é o primeiro ensaio do novo sistema eleitoral; a eleição por distritos, princípio que nos levará logicamente à eleição direta, teve e tem numerosos adversários que esperam sem dúvida tirar do procedimento da Câmara, e desta primeira experiência, argumentos contra a idéia que trinfou em 1855.*
> *A época de transição deve e não pode deixar de ter um termo; a transição já produziu as suas consequências; os ódios políticos estão amortecidos, a violência das paixões serenou; é tempo de voltarmos ao Estado normal do sistema representativo. (...)*
> *A opinião pública repele o exclusivismo desses dois partidos políticos (luzias e saquaremas), eu o reconheço, mas o sistema representativo exige a organização de partidos moderados e patrióticos.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 12/04/1857).

Ou ainda, como se depreende igualmente dos comentários feitos por Macedo em crônica publicada alguns dias depois dessa e na qual o autor, primeiramente, apresenta sua avaliação sobre a política promovida pelo gabinete de 06 de setembro (de 1853) sob o comando do marquês de Paraná, afirmando que ela "fez ao país serviços relevantes, serenando as paixões, apagando os ódios, e dando princípio a reformas indispensáveis", mas "teve também de produzir alguns resultados nocivos, cuja influência estamos sentido agora", visto que "os partidos políticos enrolaram suas bandeiras, todos esperavam e esperando baralharam-se todos sem querer" (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 03/05/1857), para, a seguir, destacar:

> *Eu desejo partidos regulares, moderados e ativos, que se reúnam, que se formem, que se organizem e trabalhem para o triunfo de idéias, e não para o predomínio de indivíduos.*
> *Desejo que tais partidos se esforcem e lutem no campo da lei, na imprensa, no Parlamento, e nos comícios eleitorais para subir ao poder e realizar suas idéias.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 03/05/1857).

Exigência do sistema representativo e resultado da repulsa da opinião pública em relação ao exclusivismo partidário, tanto de luzias quanto de saquaremas, a organização de novos partidos políticos é tomada por Macedo como necessidade premente após a também necessária "transição" promovida, segundo ele, pela política comandada pelo marquês de Paraná. A Conciliação, no seu entender, era, assim, uma política que só poderia ser benéfica se transitória e se servisse para um reajuste no sistema partidário, no sentido de, por meio da aproximação de antigos

inimigos, propiciar o surgimento de novos partidos, cujo confronto era desejado, desde que marcado por diferenças programáticas.

Mas tal organização, ainda de acordo com o letrado fluminense, deve ser marcada não somente pelo surgimento de partidos “regulares” e “ativos”, devendo também ser acompanhada de moderação quanto às ações dos mesmos.

Moderação que se expressaria por meio da atuação desses partidos na defesa de suas idéias apenas no âmbito dos espaços institucionais como a imprensa, o Parlamento e os comícios eleitorais, ficando eles bem distantes do recurso às armas enquanto parte da estratégia para promoverem suas lutas.

Moderação também que não poderia ficar restrita aos partidos, devendo igualmente fazer parte do comportamento do próprio povo, algo, porém, no entender de Macedo, que demandava cuidado especial para com esse, conforme indica a sugestiva proposta do autor: “Eduque-se, portanto, o povo não para a abstenção, mas para a tolerância política, e se possível, consiga-se a amabilidade e a cortesia nas lutas eleitorais”. (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 09/08/1858).

Proposta que ele mesmo assumia como tarefa, na medida em que procurava utilizar suas crônicas publicadas nos periódicos como ferramentas para garantir a tal educação voltada para a “tolerância política”, confirmando a função pedagógica da imprensa periódica oitocentista.

Desse modo, é válido destacar que a referida defesa da organização dos partidos políticos é enfatizada por Macedo tomando como base observações que ele faz acerca do início dos trabalhos da nova legislatura, resultado esta justamente da reforma eleitoral encampada pelo ministério sob o comando do marquês de Paraná e, como vimos, defendida pelo próprio Macedo, sendo, aliás, a única organizada pelos ditames da referida reforma, visto que houve, no âmbito da citada legislatura, nova reforma e os distritos foram aumentados de forma considerável[238].

Nesse sentido, é, portanto, a meu ver, significativo que dois anos antes de veicular seus comentários a respeito da citada legislatura, Joaquim Manuel de Macedo, assumindo a defesa da reforma que a originou, também defendesse a dissolução da Câmara temporária que estava em vigor e fora eleita ainda de acordo com os critérios estabelecidos antes da aprovação daquela.

Para tanto, ele toma por base justamente a aprovação de tal reforma,

[238] A respeito das mudanças ocorridas no âmbito da legislação eleitoral brasileira à época do Império, mais uma vez sugiro ver DOLHNIKOFF, Miriam, *Representação na monarquia brasileira*. Op. cit.

argumentando que em virtude dessa aprovação ficou definido que "sem *incompatibilidades* e uma *eleição por círculos* a nação não se fazia bem representar pelos deputados que elegia", o que, por conseguinte, implicava o fato de que a "*Câmara atual* talvez (...) não represente bem a nação". E remata essas observações concluindo com uma pergunta, cuja resposta já aparece implicitamente deixada aos seus leitores: "como há de pois ter o povo plena confiança na Câmara atual?". (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 28/10/1855. Grifos do autor).

Partido e eleição eram questões fundamentais para os indivíduos que se debruçaram sobre a implantação do governo representativo após o processo de emancipação política, tanto no Brasil quanto no restante dos países pertencentes à América Latina.

Dessa forma, quanto à questão do partido, é válido citar, novamente, as avaliações feitas por Hilda Sabato em análise sobre a organização dos Estados nacionais em regiões antes pertencentes ao domínio espanhol no continente americano, segundo as quais

> *a questão da pluralidade de interesses que uma sociedade abrange ganhou força política, o que fez explodir as visões unanimistas de nação e de representação próprias das décadas centrais do século XIX. Porém, o sistema de governo devia garantir a representação dos diferentes grupos e classes que integravam o todo social, e o partido virou instituição apropriada para representar uma diversidade social que devia encontrar seu contraponto no plano político.*[239]

Já no que concerne à questão eleitoral, destaco mais uma vez as considerações de Miriam Dolhnikoff[240], para quem os debates e as reformas eleitorais ocorridos no Brasil no contexto de organização do regime monárquico durante o século XIX expressam, guardadas as devidas particularidades dos diferentes momentos ligados a essa organização, uma situação de compromisso da elite política brasileira com o governo representativo.

E, como forma de exemplificar o tal compromisso, Dolhnikoff destaca a relevância atribuída ao tema das eleições pelos parlamentares do país, o que, segundo ela, fica nítido a partir da verificação quanto aos esforços para definir um modelo, no entender deles, adequado para aquelas e que resultaram em constantes

---

[239] SABATO, Hilda. *Soberania popular, cidadania, e nação na América hispânica: a experiência republicana do século XIX*. *Op. cit.* p. 12.
[240] DOLHNIKOFF, Miriam, *Representação na monarquia brasileira*. *Op. cit.*

mudanças na legislação eleitoral, entre os anos de 1828 e 1881.

Ademais, ainda nessa busca por exemplos, essa historiadora destaca, justamente, a reforma eleitoral de 1855, tomando-a como referência nos debates sobre a representação política no Brasil oitocentista, estando a mesma associada ao confronto entre duas concepções acerca desta, já que, conforme observa Dolhnikoff, definiu-se em torno da referida reforma uma

> *tensão (...) entre uma concepção que identificava representação com escolha de representantes que carregassem as virtudes necessárias para se pautar de acordo com o bem comum e que, portanto, deveriam ser ilustrados, em oposição a uma idéia de representação por semelhança.*[241]

Assim, quando Joaquim Manuel de Macedo assume a defesa da dissolução da Câmara dos Deputados, em 1855, com base no argumento de que ela não representava adequadamente a nação por ter sido formada a partir dos critérios estabelecidos pela legislação anterior à reforma eleitoral daquele ano, ele afirma seu posicionamento em favor da primeira concepção acerca da representação apontada por Dolhnikoff, uma vez que a representação por semelhança era aquela obtida pelo voto distrital consagrado na lei de 1855, no qual a semelhança estava entre o pequeno grupo de eleitores do distrito e o deputado por eles eleitos. Já o chamado voto provincial, garantiria a eleição de deputados com laços políticos em várias partes da província, em tese reconhecidos por suas luzes e desta forma melhor aparelhados para entender e agir de acordo com o interesse nacional e não de acordo com um pequeno grupo de eleitores.

Algo que deve ser entendido, primeiramente, como conseqüência dos interesses concretos do letrado fluminense no momento em que a reforma eleitoral de 1855 era debatida e aprovada, isso porque parecia atraente a um membro do partido liberal exaltar a realização, por parte de um gabinete conservador, de proposta elaborada pelos liberais, bem como se encaixava de modo adequado na sua militância política a perspectiva baseada na defesa do voto por distrito que tomava esse enquanto verdadeira fórmula de expressão do interesse nacional por ser resultado da “soma das vontades espalhadas pelo território”[242], perspectiva também, a meu ver, adequada para alguém que, como Macedo, destacara-se na luta em favor dos interesses locais através o exercício do mandato de deputado

[241] Ibidem, p. 50.
[242] Ibidem.

provincial, como vimos anteriormente.

Mas que, em segundo lugar, não pode ser desprezado enquanto vinculação desse indivíduo, membro da elite letrada, com os próprios princípios e questões associadas ao funcionamento do governo representativo.

Dessa forma, não soa nada estranho que anos depois de aprovada a reforma eleitoral de 1855 e apreciando o início dos trabalhos legislativos daquele que seria o penúltimo ano da legislatura vigente e que fora eleita sob os auspícios da referida reforma, Joaquim Manuel de Macedo sugira que, naquele momento, a "política flameja" em virtude da reorganização dos partidos, algo que, segundo ele, verifica-se com base nas articulações tanto do ministério quanto da oposição.

No caso do primeiro, inclusive, o autor menciona uma reunião ocorrida na casa do presidente do conselho de ministros, o visconde de Abaeté, na qual, "com a presença de muitos membros do corpo legislativo (...) se procurou definir a política do gabinete" (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 16/05/1859), emergindo, então, dois temas importantes, o da supressão dos suplentes e o do alargamento dos círculos eleitorais, itens da nova reforma eleitoral, a qual é vista com ressalvas pelo letrado fluminense, já que ele se diz favorável ao primeiro tema, mas rejeita o segundo.

Comentários que são seguidos justamente por outros que revelam a vinculação anteriormente mencionada, pois, logo após ter tratado da abertura da Câmara dos Deputados no ano de 1859, associando-a com uma época de política flamejante, Macedo pondera que

> *o Parlamento e a imprensa com seus combates, seus encontros, suas batalhas, e ainda mesmo às vezes com seus furores, são, como diz alguém, as válvulas de segurança do sistema representativo.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 16/05/1859).

Como uma das "válvulas de segurança do sistema representativo", a imprensa assume, portanto, papel de destaque nas ações e nas estratégias dos setores elitistas no sentido de afirmar e aperfeiçoar o referido sistema, daí o esforço desse grupo em delimitá-la como um dos espaços nos quais a ação partidária poderia se desenvolver, algo perceptível nas seguintes palavras de Macedo:

> *Deus nos livre que renasçam os tempos da intolerância e da violência de nossas passadas lutas, não, nenhum brasileiro o pode desejar; mas é de indubitável conveniência que os*

> *partidos se arregimentem, e que com moderação disputem no Parlamento e na imprensa o poder para realizar suas idéias.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 14/12/1856).

Conflitos, portanto, eram não apenas aceitáveis, mas também necessários ao bom andamento do governo representativo, estando, contudo, os mesmos restritos aos tais espaços institucionais, como o eram a imprensa e o Parlamento. O que não se admitia mais era que disputas acontecessem fora desses espaços e fossem, por conseguinte, geradoras de "violência" e de "intolerância".

E para evitar que isso acontecesse, era vital que a imprensa estivesse ajustada às demandas desses, segundo Macedo, novos tempos da política brasileira, pois, se, por um lado, esse letrado reconhece a necessidade de que aquela esteja voltada para aquilo que é essencial ao povo ao afirmar que "um cronista hebdomadário dança conforme lhe tocam, isto é, fala daquilo que acontece, ou daquilo que preocupa o espírito público" (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 25/01/1857), ressaltando ainda que, no momento em que ele escreve, o referido "povo anda com fome e sede de política, e a imprensa, que obedece à vontade do povo, principia a sair do estado de pasmaceira em que se conserva desde muito tempo" (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 25/01/1857), por outro lado, faz questão de salientar o seu papel de instrutora do mesmo povo, declarando:

> *(é) verdade que a imprensa exclusivamente política parece acordar de seu longo sono; mas em parte despertou impertinente e rabugenta, que era melhor que tivesse ficado dormindo. Já se vê que me refiro à imprensa que não discute, e prefere injuriar; porque aquela que raciocina, ensina e qualquer que seja a luz convém ao povo.*
> *A discussão é sempre útil; o exame da marcha dos negócios no sistema representativo é uma necessidade indispensável; as descomposturas e os excessos de qualquer natureza pelo contrário desmoralizam o povo e não produzem senão males.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 10/05/1858).

No entender de Macedo, cabia a uma imprensa ordeira, livre de "descomposturas" e de "excessos", a orientação que "convém ao povo", para que esse fosse capaz de, com base na ação moralizadora daquela, tomar parte "dos negócios no sistema representativo", muitas vezes, é claro, apenas na condição do leitor que é inserido nos referidos negócios por meio das páginas dos periódicos existentes no país.

Quando afirma que “convém que a imprensa sustente a coragem do povo, assegurando-lhe e provando-lhe que o governo vela por ele” (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 28/10/1855), esse escritor não está, no meu entender, sendo, como se poderia considerar com base nas observações anteriormente citadas de Tânia Serra e voltadas para a associação dele com certa condição mais abrangente de uma suposta classe média presente na sociedade imperial, assumindo a função de porta-voz do povo.

Ao contrário, por meio de seus escritos no âmbito da imprensa periódica oitocentista, Macedo parecia forjar um povo, algo bastante adequado para as demandas de uma época em que também se procurava dar forma à nação, dotar-lhe de opinião e, com isso, promover um exercício de difusão dessa opinião, doravante, pública e construída a partir das questões e interesses dos membros, como ele, da elite letrada do país, para o restante do corpo social.

Exercício que, é válido ressaltar, mostrava-se bastante complexo, na medida em que, não sendo possível conceber uma situação de total e completa passividade da sociedade imperial e muito menos uma condição homogênea daqueles que pertenciam aos setores elitistas dessa sociedade, os conflitos estavam, potencialmente ao menos, sempre presentes.

Desse modo, Joaquim Manuel de Macedo procura, nas décadas de 1850 e 1860, como fizera José Ignácio de Abreu e Lima, nos anos 1830 e 1840, de fato, por meio dos seus textos, dialogar com a opinião pública, algo fundamental no período de construção e consolidação do Estado nacional brasileiro, visto que, segundo Marco Morel, esta opinião apresentava-se naquele período como “recurso para a legitimação das práticas políticas, como operação simbólica de transformar opiniões individuais ou setoriais em opinião geral”[243].

Diálogo que assume dimensão mais importante quando se percebe a opinião pública como um dos “aspectos da cidadania”[244] que se constrói a partir do processo de emancipação política das antigas colônias ibéricas no continente americano.

E, embora Abreu e Lima e Macedo, indivíduos, conforme apontei até aqui, com trajetórias muito diferentes, tenham suas respectivas produções escritas vinculadas a momentos distintos da Monarquia brasileira, considero importante notar

---

[243] MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 – 1840)*. *Op. cit.* p. 200.

[244] SABATO, Hilda. *Soberania popular, cidadania, e nação na América hispânica: a experiência republicana do século XIX*. *Op. cit.* p. 08.

o recurso de ambos à imprensa periódica como forma de inserção nos espaços institucionais existentes no Brasil oitocentista, lançando mão, para tanto, dessa forma de exercício da cidadania que era opinião pública.

Sendo assim, a comparação entre aquilo que esses dois autores publicaram nos periódicos oitocentistas parece confirmar que no processo de "transformação dos espaços públicos", para tomar de empréstimo a expressão que dá título ao estudo, já citado, de Marco Morel, houve um gradual aperfeiçoamento do governo representativo no país, dentro, é claro, dos pressupostos que, segundo Miriam Dolhnikoff, eram inerentes a tal governo no século XIX, ou seja, "um governo excludente de elite, mas que tinha algum grau de representatividade"[245].

E, como dado desse aperfeiçoamento, parece-me importante destacar, mais uma vez, que enquanto Abreu e Lima orienta seus escritos no sentido de vincular a estabilidade da Monarquia com a figura do monarca, Macedo opta por uma narrativa em que tal estabilidade relacionava-se com a índole do povo e as instituições ligadas ao regime.

Algo que se percebe em outra crônica publicada por esse escritor fluminense no *Jornal do Comércio*, visto que, nela, ao comentar o episódio da proclamação da independência, aliás no momento em que o mesmo completava 39 anos, ele afirma:

> *A Monarquia pois não era tudo quanto eles desejavam, as instituições livres eram a primeira condição de sua felicidade e a providência divina, que dera aos patriotas por chefe o sr. D. Pedro facilitou o inspirado consórcio do trono e da liberdade; porque no príncipe teve o Brasil o chefe de uma Monarquia, e logo depois na Constituição a garantia das liberdades públicas, estabelecendo-se assim um governo que corresponde à educação e às aspirações do povo.* (Crônica da Semana. In: *Jornal do Comércio*, 09/09/1861).

Mesmo que Joaquim Manuel de Macedo faça questão de caracterizar sua produção na imprensa periódica, marcada pela publicação de crônicas naquela que era uma das folhas de maior destaque e circulação do país, isenta de intencionalidade, como sugerem suas tentativas de esclarecimento do leitor a esse respeito declarando que "*A Semana* não julga, noticia" (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 15/06/1856) e que "*A Semana* não esclarece nem estuda a história; registra apenas os fatos: é a crônica" (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 20/12/1858), parece-me mais interessante tomá-la como exemplo do contrário.

---

[245] DOLHNIKOFF, Miriam. *Representação na monarquia brasileira*. *Op. cit.* p. 53.

Isso, porque essas crônicas não apenas procuravam trazer o cotidiano para suas páginas, mas também buscavam fazer dos assuntos prementes da política brasileira parte do “miúdo” que formava seu substrato e, assim, incorporavam o leitor no modelo de representação, simbólica e política, que parecia mais afeito aos setores elitistas no momento em que estes articulavam um “governo excludente”, mostrando-se esse gênero, talvez, mais adequado do que o “virulento” pasquim ao processo de institucionalização dos conflitos que, a meu ver, foi um dos contribuintes para a consolidação do Estado nacional brasileiro.

4. PÁGINAS OITOCENTISTAS: PRODUÇÃO ESCRITA, ESTADO E NAÇÃO.

Ao se envolverem com a tarefa de construção do Estado e da nação, José Ignácio de Abreu e Lima e Joaquim Manuel de Macedo, como vimos, lançaram mão da pena como o principal instrumento destinado à realização da mesma, fazendo dos seus escritos agentes da transformação que se operava no Brasil desde a emancipação política diante do domínio português.

Para eles, e outros membros da elite letrada brasileira, as páginas dos manuais didáticos de história do Brasil e as dos periódicos, dentre tantas possibilidades, representavam, ao mesmo tempo, espaço de convívio e de debates, dados, nesse caso, os distintos projetos que se moldaram a partir da necessidade de ordenar o novo aparato estatal e, com relação ao primeiro, de afirmação de uma nacionalidade propriamente brasileira.

Desse modo, considero importante enfatizar, com base no que foi apontado nos capítulos anteriores, essa dupla feição assumida pela produção escrita ao longo dos oitocentos, com vistas a perceber a relevância que tenho procurado atribuir-lhe naquele conjunto de mudanças que se observa a partir da independência, em 1822.

Espaço de disputas, a referida produção apresentava-se igualmente como um dos eixos em torno dos quais os setores elitistas, relacionados àquelas, esmeravam-se no sentido de forjar a nação, encaminhando, assim, um processo de caráter nitidamente identitário.

E, novamente recuperando as considerações de Benedict Anderson[246], como esse processo estava vinculado ao esforço no sentido de *imaginar* uma comunidade que, de fato, não tinha existência concreta, tornava-se importante, para que o referido esforço se efetivasse, elaborar mecanismos destinados à promoção de laços capazes de aproximar diferentes indivíduos, realidades e interesses, dando-lhes a possibilidade de se reconhecer mutuamente e de se identificar separadamente por meio do adjetivo nacional.

Isso, pois, conforme aponta Anderson, a nação "é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, (ela) sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal"[247].

---

[246] ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. *Op. cit.*
[247] Ibidem, p.34.

A busca por essa “camaradagem horizontal” levou, então, letrados, como Abreu e Lima e Macedo, a fazer da produção escrita instrumento poderoso e eficaz através do qual eles procuraram imaginar a antiga colônia portuguesa na América como uma comunidade. Poder e eficácia, aliás, salientados também por Anderson, visto que, de acordo ele,

> *o leitor do jornal, ao ver réplicas idênticas sendo consumidas no metrô, no barbeiro ou no bairro em que mora, reassegura-se continuamente das raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana. (...) a ficção se infiltra continua e silenciosa na realidade, criando aquela admirável confiança da comunidade no anonimato que constitui a marca registrada das nações modernas.*[248]

E, mesmo que, conforme apontado em outros capítulos, seja discutível o alcance dos escritos em uma sociedade profundamente marcada pelo analfabetismo como era o caso da brasileira ao longo dos oitocentos, isso não invalida o esforço da elite letrada no sentido de fazer da sua produção escrita elemento de construção da nacionalidade no país.

Com vistas ao estabelecimento da tal “camaradagem horizontal” e à criação de certa “confiança da comunidade no anonimato”, coube a indivíduos, como Abreu e Lima e Macedo, no momento de forjar a nação, refletir sobre aqueles que dela participariam, sentindo-se confiantes em relação à mesma e enxergando-se, reciprocamente, como camaradas. Conforme já apontado, era igualmente necessário refletir sobre o povo.

E, como salientei na introdução e no capítulo 1, era justamente esse, o povo, o destinatário dos escritos tanto de José Ignácio de Abreu e Lima quanto de Joaquim Manuel de Macedo, ressaltando tais escritores o fato de que endereçar seus textos àquele era sinônimo de instruí-lo.

Desse modo e com base naquilo que foi avaliado ao longo dos capítulos 2 e 3, destaco novamente a importância de enxergar na produção escrita oitocentista um forte caráter pedagógico, observando que tanto os manuais didáticos de história do Brasil quanto os periódicos absorveram aquilo que, de acordo com Demerval Savinani[249], marcou o desenvolvimento da pedagogia desde os tempos da Antigüidade Clássica, ou seja, a expressiva vinculação desse conceito com a prática

---

[248] Ibidem, pp. 68 – 69.
[249] SAVIANI, Demerval. “Pedagogia: o espaço da educação na Universidade”. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, nº 130, pp. 99 – 134, jan/abr. 2007.

educativa e afirmação no mesmo do “sentido empírico e prático inerente à paidéia, entendida como a formação da criança para a vida”[250], o que, ainda segundo Saviani, está presente na própria etimologia da palavra, quer dizer, a pedagogia tida “como meio, caminho: a condução da criança”[251].

Embora pareça mais pertinente atribuir essa caracterização àqueles escritos que estavam de fato associados diretamente à atividade educacional e ao espaço escolar, como é o caso dos manuais didáticos destinados ao ensino da história pátria, creio também ser válido não desprezar essa função pedagógica dos periódicos oitocentistas, visto que, em um e outro caso, sugiro a possibilidade de tomar a aplicação do conceito de pedagogia no sentido mais amplo que lhe cabe e que pode ser deduzido, a meu ver, da noção, anteriormente citada, segundo a qual tal conceito está intimamente ligado à idéia de formação.

Sendo ou não o público composto por crianças, a produção escrita que marcou os oitocentos no Brasil expressa, então, uma ação pedagógica dos setores elitistas, na medida em que esse grupo, em meio ao processo de construção do Estado e da nação, buscou formá-lo, desdobrando a referida ação com base na diversificação de seus escritos.

Ou seja, enquanto os manuais didáticos enformavam uma pedagogia da formação do cidadão, a imprensa periódica reverberava uma pedagogia da opinião pública. De qualquer forma, o recurso a ambos expressa, portanto, a iniciativa da elite letrada brasileira no sentido de “conduzir” seus leitores para participarem da comunidade que ela procurava imaginar.

Mas, sublinho novamente o fato de que essa iniciativa não pode ser tomada como uma ação uniforme e isenta de conflitos, visto que, conforme apontei no capítulo 1, os tais setores elitistas que a promoveram não devem ser encarados enquanto grupo coeso e articulado em torno de uma suposta unicidade de interesses e projetos. Ao contrário, aquilo que os marca é justamente a pluralidade.

Ademais, saliento também mais uma vez que a referida iniciativa, embora revele uma feição nitidamente cultural, não pode ser dissociada de aspectos e questões de extração claramente política, algo que se confirma com base nas, já citadas, considerações de Angela Alonso, por meio das quais essa socióloga procura destacar a vinculação entre elite intelectual e política no Brasil durante o

---

[250] Ibidem, p.100.
[251] Ibidem, p.100.

século XIX.

Conforme venho apontando até aqui, não considero viável, portanto, separar o ato de formar o povo e, por conseguinte, de forjar a nação, empreendido através da produção escrita, do esforço no sentido de organizar o Estado, mesmo porque a referida formação estava associada à necessidade de agir em relação àquilo que tem como um de seus significados "o conjunto de 'cidadãos' que constitui o 'corpo da Nação', isto é, os legítimos depositários do poder soberano e constituinte"[252].

Significado esse, aliás, que, de acordo com o historiador Francisco Falcon, no Brasil, "só se manifesta realmente a partir da crise do sistema colonial – nas conjurações, na Revolução de 1817 e nos debates que antecedem e acompanham a Independência de 1822"[253]. Algo que reafirma a importância da associação entre a ação pedagógica apontada anteriormente e os debates suscitados em torno da definição das bases sobre as quais se articulou o Estado imperial.

E como o referido significado procura identificar o povo ao "conjunto de cidadãos", novamente destaco o papel da produção escrita no ordenamento do sistema representativo que orientou a organização da Monarquia brasileira, visto que o ato de formar o povo a ela associado faz parte, a meu ver, das estratégias dos setores elitistas para garantir o funcionamento desse sistema, remetendo, inclusive, aos importantes debates que surgiram no âmbito da Assembléia Constituinte reunida em 1823 para discutir a primeira Constituição a ser adotada no país.

Debates em torno justamente do tema da cidadania, cabendo aos deputados constituintes definir as condições de acesso dos indivíduos ao relevante "posto" de cidadãos; e dos quais resultaram, por um lado, a associação entre cidadania civil e a condição de brasileiro e, por outro, a distinção entre essa cidadania e a de outro tipo, a política, revelando, assim que

> *para além da questão conceitual, estava uma questão política de fundo: considerar que todos os brasileiros eram cidadãos civis significava acenar com a possibilidade de um dia vir a exercer a cidadania política, elemento importante de cooptação do regime representativo, excludente mas sempre acenando com a possibilidade de inclusão.*[254]

Destinados, então, a instruir o povo, os manuais didáticos de história do Brasil

---

[252] FALCON, Francisco J. Calazans. "O povo brasileiro: ensaio historiográfico". *Revista USP*, nº 46, junho/julho/agosto de 2000.
[253] Ibidem.
[254] DOLHNIKOFF, Miriam. *Representação na monarquia brasileira*. *Op. cit.* p. 45.

e os periódicos, que marcaram a produção escrita ao longo dos oitocentos, promoviam a formação do mesmo com base nos aspectos excludentes e inclusivos que nortearam o sistema representativo associado ao regime monárquico no país.

Exclusão e inclusão não apenas no ato de formar, mas também na própria necessidade de definir o que era o povo com base nas questões que se apresentaram após a emancipação política, pois, conforme aponta Francisco Falcon, naquele período,

> *não havia ainda uma representação ideológica do povo prospectiva e idealizante, característica das análises posteriores sobre este tema, que viam a formação do povo brasileiro como uma tarefa para o futuro e relativa à superação de suas origens raciais.*
> *Tendiam então as elites políticas e intelectuais a acreditar que "o verdadeiro povo brasileiro" ou só constituiria em meu (sic) futuro, quando, de uma forma ou de outra, os efeitos da escravidão estivessem superados "ou, então, se já constituído, teria suas características próprias associadas unicamente à população livre e europeizada, livre dos efeitos da escravidão".*[255]

Definição que passava, sobremaneira, como sugerem as considerações de Falcon, por abordar o tema da escravidão. E, é claro, não poderia ser diferente: naquele contexto, essa abordagem remetia à produção escrita, fazendo das páginas dos manuais didáticos e dos periódicos oitocentistas espaços também voltados para a discussão do referido tema. Algo que, por exemplo, evidencia-se na crônica de Joaquim Manuel de Macedo publicada no *Jornal do Comércio* em 13 de julho de 1856, na qual o letrado fluminense afirma:

> *O futuro, a grandeza e prosperidade do Brasil dependem incontestavelmente da emigração europeia. Este pensamento, (cujo) desenvolvimento e realização nos devia ter preocupado desde longos anos, foi infelizmente posto de parte e sacrificado ao sistema do trabalho escravo alimentado durante muito tempo pelo tráfego de carne humana.*
> *(...)*
> *Um dia porém chegou em que, iluminando a razão ao povo, o tráfego de africanos se extinguiu pela vontade da nação, que o nem jamais poderiam os cruzadores ingleses, fê-lo, apenas o quis, a opinião pública do Brasil (...).* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 13/07/1856).

[255] FALCON, Francisco J. Calazans. "O povo brasileiro: ensaio historiográfico". *Op. cit.*

Palavras contundentes na crítica ao tráfico de escravos provenientes da África e que revelam a mesma contundência das que ele apresenta aos leitores em crônica posterior, na qual sentencia: “A escravidão foi um cranco: a colonização nos salvará”. (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 15/09/1856).

Assim, voltando às afirmações feitas por Macedo na crônica de 13 de julho de 1856, é válido ressaltar o cuidado desse escritor em veicular suas críticas ao tráfico negreiro, em primeiro lugar, por meio da associação entre a perspectiva de um futuro grandioso e próspero para o país e a superação de entraves e de práticas nocivas do passado, sublinhando, em segundo lugar, o papel central do povo e daquilo que lhe diz respeito, ou seja, a nação e a opinião pública, como elemento de viabilização do referido futuro.

Cuidado também presente nas observações constantes da mesma crônica, linhas depois do trecho anteriormente indicado, em passagem na qual Macedo assume postura propositiva, abordando aquilo que, conforme se nota por meio da leitura da crônica do dia 15 de setembro de 1856, acima destacada, ele considera a salvação do país, ou seja, a colonização, sinônimo, em geral, de imigração européia. Isso, porque, após enunciar certas propostas, mesmo que de forma vaga, tal autor atesta que

> *(...) para efetuar a medição das terras e organizar (...) um sistema de colonização (...) cumpre contar com a dedicação, atividade e sabedoria do governo, qualquer que seja o partido que esteja no poder e dirigindo a política do Estado, porque a questão não é de nenhum partido, é de todos eles ao mesmo tempo, é de todos nós, é nacional, e esta confiada ao patriotismo da nação inteira.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 13/07/1856).

Disputas partidárias à parte, o ordenamento de um “sistema de colonização” apresentava-se, no entender de Macedo, como problema da “nação inteira”, o que o leva a apelar para o “patriotismo” de um “nós” vago e incerto, por um lado, mas simbolicamente muito expressivo, por outro, pois acaba por reunir partidos, governo, Estado e nação em torno da tarefa que, insisto, o escritor fluminense entendia como aquela que salvaria o Brasil.

Nesse contexto, deixando de lado as questões de ordem puramente econômicas referentes à situação da agricultura brasileira, é importante salientar, novamente, o fato de que a abordagem do tema da colonização remetia às

discussões mais amplas, e já presentes na produção escrita oitocentista muito antes da época em que Macedo publicava suas crônicas no *Jornal do Comércio*, acerca do povo brasileiro, pois, conforme aponta Jaime Rodrigues, em primeiro lugar, "a preocupação com o tipo de trabalhador mais adequado ao Brasil remonta pelo menos ao início do século XIX"[256].

Já em segundo lugar, ainda de acordo com Rodrigues,

> *povo, população e mão de obra tinham significados muito próximos nas obras de autores da virada do século XVIII para o XIX. (...) os eventos ligados ao processo de independência política na década de 1820 trouxeram novos elementos para o debate. A criação de uma identidade brasileira ou de uma nacionalidade passava a ser discutida com enfoques até então inexistentes, remetendo à homogeneização do povo e à busca de novas formas de exploração do trabalho.*[257]

Ao escrever sobre a necessidade de estimular a imigração européia para o país e, por conseguinte, de promover a colonização, ressaltando, inclusive, a importância da atuação do governo nesse sentido, Joaquim Manuel de Macedo não representava voz isolada no cenário político e no ambiente letrado brasileiros no século XIX, dado que, ao longo desse século, inúmeros foram os debates e os textos voltados para esses temas.

E o próprio estudo de Jaime Rodrigues oferece-nos exemplos bastante significativos disso, pois, além de apontar os próprios debates na Assembléia Constituinte, em 1823, acerca da atribuição de cidadania aos trabalhadores, tal historiador cita a produção de algumas memórias destinadas a tratar dos referidos temas, como é o caso da *Memória e considerações sobre a população do Brasil*, obra do baiano Henrique Jorge Rebelo publicada no ano de 1836, e *Memória sobre os meios de promover a colonização*, datada de meados da década de 1840 e cuja autoria é do marquês de Abrantes, Miguel Calmon du Pin. Isso sem contar os textos que antecederam a proclamação da independência, como a *Memória sobre os melhoramentos da província de São Paulo, aplicável em grande parte a todas as outras províncias*, escrita em 1810, mas que só veio a público no ano da referida proclamação[258].

---

[256] RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial, volume II: 1831 – 1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 303.
[257] Ibidem, p. 305.
[258] Ibidem.

Sendo assim, não parece nada estranho que José Ignácio de Abreu e Lima também tenha se debruçado sobre o tema, dedicando-lhe páginas – aliás, muitas – de seu periódico *A Barca de São Pedro*. Páginas que, do número 14 ao 20 desse periódico, são ocupadas por artigo sugestivamente intitulado de *Colonização que convém ao Brasil.*

Mas, mesmo antes de oferecer essa, conforme ele aponta em nota de rodapé, "Memória (...) escrita no Rio de Janeiro em 1842" acompanhada de "notas (que) foram feitas depois em diversas épocas" (*A Barca de São Pedro*, 11/09/1848), Abreu e Lima procura chamar a atenção de seu leitor para a importância do tema já em artigo anterior, constante do número 11 do referido periódico e sob o título de *A Colonização será só efeito da civilização?*

Pergunta para qual, por meio da análise do que ele considera momentos importantes da história da humanidade, o próprio Abreu e Lima apresenta a resposta ao ponderar que "a colonização, portanto, não emana de um estado de civilização muito adiantado, como parece a muita gente; remonta à origem das sociedades: ela povoou o mundo" (*A Barca de São Pedro*, 11/08/1848).

Mais simples do que acredita, segundo o escritor pernambucano, certo senso comum sobre o tema, mas de grande relevância, visto que está nas origens das sociedades ao redor do mundo, a colonização revela, assim, nessa concepção de Abreu e Lima, significado muito especial naquele contexto em que os setores elitistas voltavam-se para a definição da nacionalidade brasileira, o que implicava tratar das origens e das condições da sociedade imperial.

Tratamento com vistas a compreendê-la, mas, acima de tudo, destinado ao seu ordenamento, como sugerem as considerações que aparecem logo na abertura do artigo, composto de extratos da *Memória* anteriormente citada, pois logo no primeiro parágrafo, Abreu e Lima faz questão de alertar seu leitor:

> *O vício mais radical da nossa atual organização é que não temos sociedade, e não temos sociedade porque ninguém se entende, e todos vivem à lei da natureza. É verdade que temos um governo, e um país imenso mais ou menos povoado, mas isto não prova que tenhamos sociedade organizada, nem que os membros desta sociedade gozem das vantagens, que ela oferece. Pode-se dizer que, à exceção das Capitais, e dos grandes proprietários de terras, o povo do interior vive todo na mais revoltante miséria, sem eira nem beira nem ramo de figueira.*
>
> *Toda a sociedade política começa a formar-se pelo seu*

> *elemento primitivo – o povo – e depois vêm as ordens ou classes, e depois as jerarquias, e acaba na cúpula, que é o governo; porém entre nós a Sociedade começa e acaba pelo governo (...)*. (*A Barca de São Pedro*, 11/09/1848).

E, após enunciar essas críticas à "atual organização" do país, o letrado pernambucano mais uma vez apela para o recurso narrativo do diálogo, mesmo que camuflado, com o leitor, oferecendo àquele que lê as páginas de seu periódico novas indagações:

> *Venham africanos! venham colonos! gritam os traficantes de carne humana; mas os africanos custam muito dinheiro, e são braços destinados a aumentar a fortuna dos ricos, que os podem comprar. Os colonos! mas esses trabalham para si; e o povo, que cá está, que vantagem tira disso? e o país, o que ganha de mais arruinando a sua própria população, em troca de uma população nova, sem raízes no solo, e por conseqüência guiada tão somente pelo amor do ganho?* (*A Barca de São Pedro*, 11/09/1848).

Indagações que, conforme explicita o trecho acima destacado, são antecedidas de supostas exclamações oriundas de determinadas parcelas da sociedade imperial, como os "traficantes de carne humana" e os "ricos", e que procuram enaltecer a preocupação do escritor no sentido de defender os interesses do povo, embutindo em tal defesa a necessidade de organizar essa parcela da população brasileira para que ela não seja "guiada tão somente pelo amor do ganho".

Algo que se depreende também da leitura da continuação desses comentários, pois nela Abreu e Lima destaca:

> *Mas a nossa população, dizem alguns, é viciosa, inerte, inimiga do trabalho, e por conseqüência incapaz de ordem e de sujeição! Enganai-vos na conclusão, digo eu, porque não há povo incapaz de ordem nem de sujeição, o ponto é que lhe saibais por o freio; e depois todo o povo é o mesmo: animal de costumes por toda a parte. Quereis corrigir o vosso povo? começai por educá-lo; quereis estabelecer colônias agrícolas? estabelecei-as com Brasileiros, e depois virão de moto próprio os estrangeiros reunir-se-lhes.* (*A Barca de São Pedro*, 11/09/1848).

José Ignácio de Abreu e Lima, em busca de promover o tipo de organização do povo que lhe parecia mais adequado, condena e refuta as visões e propostas

diferentes ou em divergência perante a sua, por um lado, e faz recomendações bastante claras para o sucesso da iniciativa, por outro.

E chama a atenção o fato de que entre essas recomendações aparece de maneira explícita a sugestão para “educar” o povo, remetendo-nos, novamente, à função pedagógica dos escritos oitocentistas, visto que Abreu e Lima recomendava a realização daquilo que ele tentava fazer com os seus textos.

Ademais, parece-me também bastante curiosa a defesa do autor pernambucano quanto à montagem de colônias agrícolas fundamentalmente compostas por “Brasileiros”, tratando a vinda do imigrante europeu apenas como desdobramento do bom funcionamento das mesmas e não como uma das prioridades do país, conforme sugerem as avaliações de Joaquim Manuel de Macedo sobre o mesmo tema.

É fundamental considerar neste ponto os contextos distintos em que escrevem os dois autores. Macedo provavelmente se referia, na citação apresentada anteriormente, à Lei de Terras, promulgada em 1850, em que defende a colonização estrangeira, uma vez que se refere à medição de terras, obrigatoriedade imposta por esta lei aos proprietários. Esta mesma lei determinava que parte das terras devolutas seria destinada à colonização estrangeira. Assim, quando associava colonização com imigração, Macedo o fazia em um contexto em que esta idéia estava já francamente estabelecida, inclusive através de lei. Não era o caso da época na qual Abreu e Lima refletia sobre o tema. Já havia aqueles que defendiam a imigração, mas esta era uma idéia entre outras. O aproveitamento do trabalhador nacional, por seu turno, era também uma idéia que perpassava os debates e discussões.

Retomando, então, as tais avaliações de Macedo, vê-se que o letrado fluminense recorre ao uso da indagação com vistas a atrair de forma redobrada a atenção do leitor para o tema, destacando: “o que nos falta?... braços; de que mais precisamos?... de colonização européia”. (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 22/03/1858). Bem como em outra, na qual Macedo trata a colonização européia no Brasil enquanto “questão mais séria e mais importante da atualidade" por considerá-la fundamental para o desenvolvimento do país, o que o leva a produzir o seguinte apelo:

> *Chamo pois (...) a atenção do governo: procure ele dar-nos uma legislação que satisfaça as necessidades do país em*

> *relação à colonização; dê-nos regulamentos para os criados e os colonos cocheiros, jardineiros, etc; levante desse modo barreiras à ociosidade, à prevaricação e aos vícios, e torne útil e proveitoso ao país um grande número de colonos (...).* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 21/02/1859).

E repare-se que, além da diferença entre os dois autores no que concerne à origem do colono, outra distinção aparece nas averiguações de cada um a respeito da situação da agricultura brasileira, pois a "falta de braços" apontada por Macedo em 1858 é tratada como exagero discursivo de certa parcela da sociedade por Abreu e Lima, pois, em 1848, ao relatar as constantes referências a ela, o letrado pernambucano afirma: "Parece, pelo contrário, que a Sociedade, longe de sentir falta de braços, regurgita pelo número improdutivo, e porque não lhes pode dar ocupação". (*A Barca de São Pedro*, 11/09/1848).

E ainda que, no intervalo de dez anos que separam as considerações de José Ignácio de Abreu e Lima e de Joaquim Manuel de Macedo acerca da colonização, tenha ocorrido a definitiva extinção do tráfico negreiro, com a Lei Eusébio de Queirós, de 1850, não me parece pertinente considerar que, de fato, houve um esgotamento dos braços destinados à lavoura no país, isso porque a própria referência de Abreu e Lima à repetição de lamentos, por parte de alguns grupos, quanto a essa "falta de braços" e a presença dos debates sobre escravidão e colonização desde os primórdios da Monarquia brasileira, como sugere o estudo, citado anteriormente, de Jaime Rodrigues, exemplificam, a meu ver, que a questão transcendia o aspecto puramente material do número de trabalhadores e remetia, como tenho insistido até aqui, às demandas de formação do povo brasileiro.

Entretanto, se, por um lado, a referência aos temas da colonização e da escravidão revela os esforços de configuração do povo brasileiro, por outro, ela recaí igualmente na própria necessidade de refletir sobre a condição do referido povo, por meio de um duplo exercício de constatação da realidade que circunda os envolvidos com a produção escrita e de imaginação daquilo que se pretende com o conjunto o qual se procura configurar.

Sendo assim, é bastante interessante notar que no último dos sete números de seu periódico, *A Barca de São Pedro*, destinados à reprodução, sob a forma de uma série de artigos que aparecem debaixo do título *Colonização que convém ao Brasil*, da *Memória*, anteriormente citada, escrita por José Ignácio de Abreu e Lima,

esse letrado pernambucano apresente aos seus leitores outro artigo no qual ele se dispõe a oferecer-lhes mais explicações acerca da “doutrina sobre que baseamos o nosso sistema de colonização interna”. (*A Barca de São Pedro*, 23/10/1848).

No referido artigo, curiosamente intitulado *O triunfo das idéias socialistas no Brasil*, Abreu e Lima afirma:

> *É de pasmar o movimento assombroso da nossa população, que começa a agitar as grandes cidades; há uma fome de empregos públicos, um desejo de viver à custa dos cofres nacionais, que podemos asseverar, que meia nação quer viver à custa da outra metade. No meio dos nossos desertos temos já uma população, que parece superabundante por falta de ocupação; sem embargo, a agricultura, longe de prosperar, definha por falta de braços, que se perdem no ócio e nos grandes centros de consumo. Estes fenômenos econômico-políticos não podem ficar no esquecimento, sem que os males da sociedade em que vivemos se agravem todos os dias; cumpre portanto preveni-los com o tempo.* (*A Barca de São Pedro*, 23/10/1848).

Afirmação que vem acompanhada de certa preocupação do autor com os “tais males da sociedade” imperial, visto que ele faz questão de lembrar ao seu leitor que

> *depois da nossa independência temos só vivido de política, mas não há política sem costumes, e deve espantar-nos por certo a decadência da moral do povo brasileiro; horroriza-nos esse estado de degradação, que pressagia um futuro desastroso.* (*A Barca de São Pedro*, 23/10/1848).

Mas essa preocupação com os problemas futuros, advindos das dificuldades geradas pelo passado recente do país, e que ainda não haviam sido solucionadas no presente – da escrita do autor –, não poderia vir desconectada de uma ação pretensamente pedagógica daquele que escreve, visto que, antes mesmo de chamar a atenção do seu leitor para o grave infortúnio representado pela “decadência moral do povo brasileiro”, Abreu e Lima já recomendava:

> *Agora, que está toda publicada a nossa Memória, pedimos a todos os nossos leitores, que a leiam de uma só vez, recorrendo aos números anteriores, a fim de ligar as idéias, e de compreender o nosso pensamento.* (*A Barca de São Pedro*, 23/10/1848).

Recomendação imediatamente sucedida pela iniciativa de clarificar o leitor quanto às referidas idéias, pois, mesmo que coubesse àquele que lia o periódico um

esforço em busca da compreensão mais adequada daquilo que era proposto por quem escrevia aquelas páginas, não era demasiado para esse garantir que tal adequação estivesse de acordo com as suas reais intenções, procurando, nesse sentido, orientar o primeiro da forma a mais minuciosa possível, como se nota nas seguintes ponderações de Abreu e Lima:

> *Somos na verdade socialistas, mas entenda-se bem, que divergimos em grande parte dos mestres dessas doutrinas, e apenas queremos delas aquilo que for aplicável a nossa presente situação. No estado atual do país seria não só loucura, mas até um crime o ficarmos estacionários; quando o mundo civilizado nos grita: avante! Avante, devemos responder, senão corremos o risco de nos descarrearmos da vereda da civilização, que trilhamos de parceira com os povos do velho mundo.* (*A Barca de São Pedro*, 23/10/1848).

Ao assumir perante os seus leitores a condição de socialista, Abreu e Lima pretende que a recomendação, anteriormente destacada, para que os mesmos buscassem a leitura da sua *Memória* destinada a tratar do tema da colonização e, por conseguinte, obtivessem uma compreensão daquilo que ele postulava, servisse, na verdade, de instrumento de propagação de suas idéias, de sua visão de mundo, ou pelo, menos acerca daquilo que concernia à situação do país.

E tal pretensão ganha maior relevo, na medida em que se avalia o contexto no qual estava inserida essa iniciativa do letrado pernambucano, visto que não é demasiado lembrar o fato de que o periódico por ele redigido, *A Barca de São Pedro*, foi publicado na sua província natal em meio aos conflitos que marcaram a chamada Revolução Praieira.

Além disso, tal publicação ocorreu naquele que, de acordo com Adalmir Leonídio[259], foi um dos primeiros momentos relacionados à circulação das idéias vinculadas ao socialismo utópico no Brasil, entre as décadas de 1840 e 1860. Período que o referido historiador associa à estada do francês Louis Léger Vauthier no Recife durante boa parte dos anos 1840 e à do seu compatriota Jules Benoit Mure no Rio de Janeiro, na mesma época, sem contar, segundo Leonídio, as experiências em torno da fundação de um falanstério na região de Santa Catarina.

Sem desprezar a importância do que ocorre tanto no Rio de Janeiro, com a ação de Mure, quanto a existência do citado falanstério na região catarinense,

---

[259] LEONÍDIO, Adalmir. “As idéias do socialismo utópico no Brasil”. *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VIII, ano 4, nº 02, dezembro de 2009.

considero interessante ressaltar a presença significativa das idéias do socialismo utópico em Pernambuco justamente no mesmo momento em que Abreu e Lima, conforme apontado páginas atrás, faz questão de reconhecer-se diante do seu público leitor como socialista.

Interesse, a meu ver, reforçado, na medida em que se verifica o papel desempenhado pela revista *O Progresso* no cenário político-cultural pernambucano igualmente na década de 1840. Isso, porque, ainda segundo Adalmir Leonídio, tal revista, dirigida por Antônio Pedro de Figueiredo, de quem Vauthier era amigo, e cujo aparecimento remonta ao ano de 1846, serviu para difundir as propostas e idéias do francês, cuja colaboração parece, de acordo com Leonídio, estar presente no próprio título da publicação, bem como as do seu diretor, indivíduo que traduzira o *Curso de história da filosofia* de Victor Cousin, o que lhe valeu o apelido de "Cousin Fusco".

Figueiredo que é tomado, por Leonídio, como exemplo para aquilo que esse historiador classifica de "injunções (do) contexto histórico"[260] brasileiro sobre o socialismo utópico, como se nota, segundo ele, pelo fato de que

> *(...) o progresso social, que entre os socialistas utópicos franceses esteve sempre ligado à idéia de associação, não se constituíra no principal argumento entre os vulgarizadores das idéias do socialismo utópico no Brasil. As doutrinas do Direito natural, subtraídas de seu princípio norteador, o individualismo, estiveram ligadas ao ecletismo, que representou uma direção conciliadora das opiniões, permitindo ser abandonado pelo positivismo.*[261]

Percepção que leva o referido historiador, com base na análise dos textos publicados na revista *O Progresso*, a ressaltar o "tom conciliador do ecletismo de Figueiredo"[262], como se nota, segundo Leonídio, na relevância atribuída pelo mesmo à "questão social"[263], tida enquanto "uma equação a resolver"[264], e, a partir daí, concluir que

> *este esquema de pensamento, típico do socialismo utópico europeu, e que ganha um reforço com a maneira eclética de pensar, herdada da influência de Cousin, era muito conveniente a um grupo de homens, proveniente das elites*

---

[260] Ibidem, p. 103.
[261] Ibidem, pp. 102 – 103.
[262] Ibidem, p. 110.
[263] Ibidem, p. 109.
[264] Ibidem, p. 109.

> *rurais e escravocratas ou por elas protegido, que queria introduzir a idéia de progresso sem contudo mexer com as bases da sociedade brasileira.*[265]

É em meio a essa situação, existente na província de Pernambuco na década de 1840, que se dá o citado reconhecimento de José Ignácio Abreu e Lima como alguém, segundo ele mesmo, ligado aos princípios socialistas. Um reconhecimento, ademais, que não se deveu apenas a essa intensa circulação das idéias do socialismo utópico naquela parte da região nordeste do Brasil, mas que pode ser tida como resultado das próprias relações pessoais desse escritor, visto que, conforme aponta Adelaide Gonçalves, houve contatos de Vauthier com alguns indivíduos que, posteriormente, envolveram-se no movimento praieiro, o mesmo do qual, como apontado anteriormente, Abreu e Lima participou, além da interação deste com Michel Derrion[266].

Situação incrementada, insisto, pela ocorrência dos conflitos armados que caracterizaram a Revolução Praieira (1848 – 1849), movimento que, aliás, não opôs os guabirus, ligados à recentemente retomada administração conservadora na província, e os praieiros, os quais optaram pelo recurso às armas em reposta à perda do controle administrativo em Pernambuco para os primeiros, somente no que concernia à luta armada, mas colocou-os em disputa também no âmbito da imprensa e das associações, estando, conforme aponta a historiadora Izabel Marson[267], a revista *O Progresso* no rol dos órgãos conservadores, ao passo que *A Barca de São Pedro*, órgão da sociedade imperial, cujo presidente era, lembremos, José Ignácio de Abreu e Lima, atuava em prol do movimento praieiro.

Dessa forma, verifica-se que é possível tomar a apropriação das idéias socialistas feita por Abreu e Lima não apenas como o resultado de seu contato com a realidade pernambucana na década de 1840, mas enquanto desdobramento da

---

[265] Ibidem, p. 109.

[266] Conforme indica Adelaide Gonçalves, em primeiro lugar, o francês Louis Léger Vauthier fez anotações em seu diário sobre conversas travadas com Filipe Lopes Neto, "participante da rebelião praieira", a quem ele considera "um espírito não 'rotineiro'", acreditando que ele seja um "falansteriano". Em segundo lugar, ainda de acordo com Gonçalves, José Ignácio de Abreu e Lima teria estabelecido contatos com Michel Derrion, indivíduo que, ao lado de Jules Benoit Mure, atuou na criação da União Industrial e na definição de Santa Catarina como região para abrigar um falanstério, resultado da decisão de fourieristas franceses de encaminhar suas ações para o continente americano. Ver GONÇALVES, Adelaide. "As comunidades utópicas e os primórdios do socialismo no Brasil". *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, nº 02, 2004.

[267] MARSON, Izabel. *O Império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842 – 1855)*. *Op. cit.*

inserção desse letrado nas disputas políticas que marcaram a província de Pernambuco no mesmo período.

Difundir por meio de seus escritos as idéias que, supostamente, eram partilhadas por pessoas e grupos vinculados a distintas e, mais do que isso, divergentes opiniões, tornava-se estratégia na luta pelo controle sobre a política provincial e, conseqüentemente, pela afirmação de um projeto mediante a derrota daqueles que lhe faziam oposição. E, mais uma vez, é válido salientar que, para tanto, em busca dessa primazia de uma – a sua – opinião, Abreu e Lima recorreu à produção escrita, instrumento de ação pedagógica e, ao mesmo tempo, espaço público para a citada afirmação.

Nesse sentido, novamente apelando às considerações de Marson, destaco que

> *(...) aqueles que preenchiam corporalmente as classes "populares" do discurso de praieiros e guabirus e formavam o eleitorado primário não correspondiam à imagem ideal de "povo" ou de "classe média", requisitada pelos projetos liberais daqueles que exerciam o poder político. (...). A rigor, o "povo de Pernambuco" ou a "classe média", ambos disciplinados e obedientes, eram categorias ainda a serem constituídas, mediante paciente trabalho político partidário, com o qual se comprometeram a sociedade imperial, por um lado, e a revista O Progresso, de outro.*[268]

Vê-se, então, que a intenção, por parte de Abreu e Lima, de publicar nas páginas de seu periódico, *A Barca de São Pedro*, extratos da *Memória* que ele escrevera sobre o tema da colonização no país estava inserida, de certa forma, no contexto das disputas que marcaram a Revolução Praieira e, assim, parece ter alguma coerência, para além das questões relacionadas a sua apropriação das idéias socialistas, com esse cenário de conflito, as suas propostas para o estabelecimento de áreas vinculadas às práticas da colonização, visto que, por meio delas, ele sugere:

> *(...) se quereis fundar colônias, povoar o país, e levar a civilização a todos os ângulos do Brasil, criai colônias de Brasileiros, transplantai o homem de um lugar para o outro, tirai-o do torrão que ele conhece, privai-o dos vícios a que está avessado, obrigai-o a trabalhar em comum; logo terá uma família, e amor do trabalho virá com o amor da família.* (*A Barca de São Pedro*, 16/09/1848.).

[268] Ibidem, pp. 426 – 427.

Sugestões que, a meu ver, dialogam com a situação relacionada aos conflitos do movimento praieiro, porque, em primeiro lugar, a defesa do recurso ao trabalhador livre nacional encaixa-se no contexto, descrito pelo historiador Marcus J. M. de Carvalho, de intensas agitações, de cunho popular, que ocorreram em Pernambuco, mesmo antes da eclosão da revolta comandada pelos membros do partido da Praia, e foram marcadas por ataques aos estrangeiros, principalmente portugueses, em episódios conhecidos como mata-marinheiros[269].

E, em segundo lugar, por conta dos desdobramentos decorrentes da alteração no âmbito da administração provincial, visto que, conforme indicado em capítulo anterior, com base ainda nos estudos de Carvalho, tanto no momento em que os praieiros assumiram o controle sobre a mesma, entre os anos de 1845 e 1848, quanto após o retorno dos conservadores, os guabirus, ao comando dela, ocorrido nesse último ano, houve uma intensa mobilização no sentido de alterar os ocupantes dos postos administrativos espalhados por toda a província, o que significava ter acesso aos mecanismos que garantiam domínio sobre a população que ali habitava.

Desdobramentos compatíveis, penso eu, com as indicações de Abreu e Lima para que as colônias fossem fundadas a partir do “transplante” de indivíduos de um local ao outro do país, com o objetivo de afastar cada um deles do “torrão que ele conhece” e, assim, de distanciá-lo dos “vícios” que o cercam nessa realidade conhecida, pois, de certa forma, evidenciam a necessidade de controle sobre a população, dispondo-se dela espacialmente e, desse modo, obtendo garantias de recurso a eventual, se necessária, desvinculação entre o trabalhador e a sua região de origem, o que, poderia significar distância deste ou daquele proprietário.

Assim, os propósitos relativos aos ideais, segundo o próprio Abreu e Lima, de cunho socialista pareciam ajustar-se aos interesses políticos mais imediatos, colocando-se, ambos, lado a lado, em meio à composição dos modelos que esse letrado pernambucano idealiza e, a seguir, propaga aos leitores de seu periódico, fazendo questão de ressaltar que, com suas propostas carregam a finalidade de “educar o povo”. (*A Barca de São Pedro*, 16/10/1848.).

Conforme procurei indicar no capítulo 4, parece-me relevante justamente

---

[269] CARVALHO, Marcus J. M. de. Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848). *Op. cit.*

entender a significativa associação existente entre a atuação de José Ignácio de Abreu e Lima junto à imprensa periódica, em particular, e no âmbito da produção escrita, de forma geral, e a inserção desse escritor no contexto das disputas políticas que marcaram o processo de construção do Estado nacional brasileiro.

Da defesa dos restauradores à divulgação das idéias socialistas em meio, aliás, à participação naquele que foi um dos movimentos de maior expressão no cenário das disputas relacionadas ao controle sobre a administração de uma das províncias mais importantes no conjunto da Monarquia brasileira, as ações de Abreu e Lima e, mais do que isso, os seus escritos revelam justamente o esforço desse letrado no sentido de legitimar suas posições através de freqüente recorrência à produção escrita, reafirmando, assim, como já sugerido, a condição dessa enquanto uma forma específica de espaço público.

O mesmo recurso à formulação e à divulgação de discursos que são preenchidos por referências às condições insatisfatórias de vida do povo e à situação precária do país, como apontado anteriormente por meio de fragmentos extraídos do periódico *A Barca de São Pedro*, utilizado por Abreu e Lima para difundir as suas idéias socialistas e, com isso, disputar junto aos adversários o controle sobre a referida administração, já aparecia nos escritos desse letrado que circularam no Rio de Janeiro na década anterior àquela marcada pelos episódios relativos ao movimento praieiro.

Exemplo disso pode ser observado em artigo do periódico, já citado, *A Torre de Babel*, em que, sob o título de “Meu modo de ver a coisas”, Abreu e Lima pondera que

> *as carnes se me arrepiam quando penso em uma nova revolução, em um motim ou sedição; e é só por isto que abomino o 7 de abril (de 1831), que abriu as portas a todo gênero de desordens. Isto não é dizer que a Regência seja uma grande coisa; enquanto (sic) a mim, ela não vale nada; a sua legalidade não serve de argumento, porque bem legal era D. Pedro e foi-se embora (...).* (*A Torre de Babel*, 25/01/1833.).

Curiosamente, aquele que se envolveria com um movimento armado de grandes repercussões, podendo, inclusive, tal movimento ser classificado em alguma das designações que ele mesmo apresenta como causadores de “arrepio” em si próprio – “revolução”, “motim”, “sedição” –, declarava aos seus leitores, no início da década de 1830, todo seu repúdio a esse tipo de ação.

Repúdio, é claro, acompanhado da iniciativa no sentido de desqualificar os indivíduos que, diferente dele, assumiram o controle sobre a política nacional por meio da ação mais efetiva junto ao governo regencial, levando Abreu e Lima, inclusive, a incrementar esse esforço de desqualificação dos seus adversários políticos não apenas, como se nota no trecho citado anteriormente, questionando – e conduzindo seu leitores a esse questionamento – a legalidade tanto do novo governo quanto do episódio que lhe originara, a abdicação do imperador D. Pedro I em 07 de abril de 1831, mas também procurando tirar-lhe a legitimidade em função da sua, segundo o letrado pernambucano, incapacidade de realizar as tarefas que lhe cabem, como se pode perceber pelas seguintes indagações que completam as ponderações apresentadas:

> *Qual é o fim dos governos? Fazer a felicidade dos Governados? Pode esperar-se nenhum bem do atual governo, ou do talento, saber e virtude dos seus membros?* (*A Torre de Babel*, 25/01/1833.).

Indagações às quais ele mesmo responde com um breve *Hoc opus...*[270]. Resposta bastante elucidativa do posicionamento político assumido por Abreu e Lima no contexto dos primeiros anos da Regência. Porém, a despeito dessa importância do curto comentário que sucede às perguntas, elas próprias já são muito relevantes com vistas à compreensão dos vínculos entre as formas de interação entre os letrados e os leitores por meio da produção escrita e o envolvimento dos primeiros com as disputas políticas que marcaram o Brasil oitocentista.

Isso, porque, ao apresentar esses questionamentos acerca da finalidade dos "governos", Abreu e Lima faz questão de esboçar uma espécie de hierarquia de funções na qual estes estão colocados em posição subordinada em relação aos "Governados", sendo seu papel o de atender as necessidades desse grupo; necessidades vagamente apresentadas por meio do substantivo "felicidade".

E, mais uma vez, nota-se, portanto, a configuração da produção escrita, em

---

[270] "Esta é a obra, este é o trabalho". Mesmo aparecendo de forma incompleta nesse artigo de Abreu e Lima, pelo que pude averiguar, parece válido considerar que o letrado pernambucano recorreu, nesse caso, à expressão *hoc opus, hic labor*. De acordo com Renzo Tosi, autor de cujo dicionário extraí a tradução para o português apresentada no início dessa nota, o uso dessa frase remete, às vezes, à situação em que se "está diante do ponto crucial de uma operação", carregando a referência à realização de árdua tarefa, como sugere a inserção dessa frase na obra Eneida, de Vírgilio. Cf. TOSI, Renzo. *Dicionário de sentenças latinas e gregas: 10.000 citações da Antigüidade ao Renascimento no original e traduzidas com comentário histórico, literário e filológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

geral, e da imprensa periódica, em particular, enquanto uma forma específica de espaço público, pois é válido salientar que os ataques feitos por Abreu e Lima ao governo regencial, através dos comentários e indagações acima indicados, circularam nas páginas do mesmo periódico utilizado por esse escritor para criticar a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro, como se percebe a partir da leitura do artigo justamente intitulado "A Sociedade Defensora", integrante da seção "Miscelânea" de *A Torre de Babel*, no qual ele destaca:

> *O título pomposo desta Sociedade é um labéu contra os Brasileiros; provo: a defesa pressupõe ataque; ora, para defender a independência e liberdade do Império é mister que haja quem ataque essas duas grandes garantias; dizem que a Sociedade consta de mil membros nesta capital; e como qui non est mecum, contra me est*[271]*, segue-se que o resto dos habitantes desta grande Cidade, que montam a 200 mil, atacam a Independência e Liberdade do Brasil. Ora é muito valor opor-se a uma maioria tão considerável. Glória, pois, aos bravos da Defensora!! Opróbrio eterno ao resto da povoação!!! Dá-se um insulto mais palpável?* (*A Torre de Babel*, 12/01/1833.).

Artigo recheado de ironia e que, mais uma vez, é encerrado com uma indagação dirigida ao leitor, procurando envolvê-lo no conjunto das críticas direcionadas àquela associação que, segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães,

> *(...) tratava-se de uma entidade supra-partidária, voltada para (...) <u>a análise das mais pequeninas ações de governantes e governados, que possam ter influência direta ou indireta nas coisas sociais</u>. De acordo com o disposto nos seus estatutos, pretendia colaborar com o governo da Regência na preservação da ordem pública e combater quaisquer tentativas de restauração.*[272]. (Grifos da autora).

Entidade, ainda de acordo com Guimarães, de grande relevância nos debates

---

[271] "Quem não está comigo está contra mim". Novamente, apoio-me no dicionário de Tosi, citado na nota anterior, para apresentar a tradução que abre essa nota. Chama-me a atenção o recurso de Abreu e Lima a uma expressão latina que, como se nota, remete claramente à idéia de confronto e que, desde seu aparecimento nos textos do Evangelho, segundo Tosi, está ligada à iniciativa de "condenar comportamentos de indiferença e neutralidade em meio a um conflito ou uma divergência". Cf. Ibidem.

[272] GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831 – 1837)*. *Op. cit*. pp. 107 – 108. Aliás, destaco que para formular essa consideração acerca da atuação da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro, essa historiadora faz alusão a apontamentos extraídos do periódico *O Repúblico*, de Antônio Borges da Fonseca, segundo ela, um dos fundadores da referida Sociedade, e aos próprios estatutos dessa associação.

que marcaram a política brasileira nos anos iniciais do período regencial, pois, além de reunir, "notabilidades, com o firme propósito de auxiliar o novo governo"[273], estava orientada pelos princípios do *liberalismo moderado*.

Princípios seguidos, conforme aponta essa historiadora, em virtude da expressiva influência das teses defendidas pelo escocês Edmund Burke, visto que, segundo ela, "no boletim semanal da Sociedade Defensora, as traduções da obra de (...) Burke se sucediam, a pretexto de que a verdadeira sabedoria política consiste na observância do binômio moderação e respeito ao primado das leis"[274], proporcionando as bases para ação dos grupos e indivíduos que se envolveram, por meio da referida Sociedade, com a tarefa de ordenar o Estado brasileiro após a abdicação, em um contexto no qual

> *afastado o autoritarismo do antigo monarca, fazia-se necessário segurar com firmeza as rédeas do jogo político. Temia-se, portanto, que a insurreição de 7 de abril, que contara com o apoio das lideranças ditas moderadas, viesse a se converter em uma ameaça às instituições monárquicas.*[275]

E, em tal contexto, completa Lucia Maria Paschoal Guimarães,

> *leitores aplicados das Reflexions sur la révolution de France, os adeptos do liberalismo moderado acreditavam na premissa de que (...) quando a massa do corpo social começa a entrar em cena, nada é tão forte que lhe oponha resistência.*[276]. (Grifos da autora).

Sendo assim, tomo também a referência à situação que marca os anos iniciais da Regência enquanto exemplo do que procurei sugerir ao analisar a inserção de Abreu e Lima e, por conseguinte, de sua produção escrita nos conflitos que estiveram relacionados à citada Revolução, ou seja, como expressão dos esforços realizados pelos setores elitistas, divididos em variadas correntes e tendências políticas, no sentido de legitimar seus projetos de Estado e de nação, ao mesmo tempo em que procuravam desqualificar aqueles que eram seus opositores, recorrendo, para tanto, à pedagogia da opinião pública, no caso da imprensa periódica, por meio, inclusive, da apropriação de um conjunto comum de idéias e postulados teóricos.

---

[273] Ibidem, p. 109.
[274] Ibidem, p. 116.
[275] Ibidem, p. 117.
[276] Ibidem. Inicialmente, os grifos da autora remetem a fragmento da obra do citado teórico escocês Edmund Burke.

É o que ocorre, como sugeri, no diálogo estabelecido por José Ignácio de Abreu e Lima com as teses ligadas ao socialismo utópico nos anos 1840 e, em certa medida, com as formulações atreladas ao ideário liberal no princípio da década anterior.

Reitero, porém, que não pretendo, com isso, propor a ausência de nuances e mesmo de divergências no seio das elites letradas; ao contrário, tomando as disputas e conflitos existentes entre elas, creio ser válido considerar que o recurso de diferentes grupos ao arcabouço teórico disponível nos oitocentos reafirma a condição dos setores elitistas do país enquanto grupo marcado, naquele período, por uma atuação ao mesmo tempo política e cultural.

E mais. O referido recurso também exprime, a meu ver, a própria dinâmica de funcionamento do sistema representativo que se moldou à Monarquia brasileira, visto que, conforme tenho sugerido até aqui, a tal apropriação de idéias comuns esteve associada à ação pedagógica dos setores elitistas em relação ao conjunto da sociedade imperial, encaminhada por meio da intensa produção escrita do período.

Caso singular é o dos, acima citados, embates entre Abreu e Lima e a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro, visto que considero ser possível enxergar igualmente nos escritos do letrado pernambucano certa influência das teses, caras aos membros da Defensora, de Edmund Burke, como se nota na relação, já apresentada, que ele descreve como predominante na interação entre os "governos" e os "Governados".

A princípio, poderia se argumentar que sendo Burke "o mais famoso porta-voz teórico daqueles que, na 'polêmica' (sobre o mandato e a independência), defendem a 'independência'"[277], suas teses não parecem nada compatíveis com a defesa assumida por Abreu e Lima quanto à necessidade de os "governos" promoverem a "felicidade" dos "Governados".

Entretanto, como aponta Hannah F. Pitkin, "essa não é de forma alguma a totalidade da teoria de Burke sobre a representação"[278], pois tal teórico, analisando a política inglesa, atribui relevância à Câmara dos Comuns, sendo que, conforme salienta Pitkin, de acordo com ele, "sua tarefa não é tanto a de governar quanto a de

---

[277] PITKIN, Hannah F. "Representação: palavras, instituições e idéias". *Lua Nova,* São Paulo, nº 67, pp. 15 – 47, 2006. p. 30.
[278] Ibidem, p. 32.

controlar o governo em nome do Povo”[279].

Assim, é curiosa a associação feita pelo escocês Edmund Burke entre essa premissa, segundo a qual deve existir uma ação, feita em nome do Povo, de controle sobre o governo, e a consideração de que

> *os grandes e verdadeiros interesses da nação em princípio se encaixam; é papel dos estadistas sábios e virtuosos descobrir como se encaixam, como as questões existentes podem ser mais bem resolvidas.*[280]

Dessa forma, quando José Ignácio de Abreu e Lima recorre tanto às idéias vinculadas ao socialismo utópico quanto ao ideário liberal para construir um discurso por meio do qual ele procura identificar sua fala à “voz geral” do povo, sua ação exemplifica a citada dinâmica de funcionamento do governo representativo, modelo de organização política que, como vimos, se constituiu a partir da segunda metade XVIII, pois, de acordo com Bernard Manin, já nessa época “percebe-se a existência de um certo número de princípios (...) que praticamente nunca foram postos em questão”[281] daí em diante.

Tal percepção parece-me possível visto que o referido recurso intenciona colocar o letrado pernambucano na condição do “sábio” e do “virtuoso” que se debruçam sobre os mecanismos mais adequados à resolução das “questões existentes” vinculadas aos “grandes e verdadeiros interesses da nação”.

Postura semelhante àquela que, anos depois, se verifica na atuação de Joaquim Manuel de Macedo, pois esse autor também alude constantemente à situação do povo em suas crônicas publicadas no *Jornal do Comércio* ao longo das décadas de 1850 e de 1860.

Alusão que, para além do que foi indicado, em páginas anteriores desse capítulo, no âmbito do envolvimento de Macedo com o tema da colonização e do fim do tráfico negreiro, é feita também no sentindo de chamar a atenção de seus leitores para a precariedade da vida de expressiva parcela da população brasileira naquele período, já que, segundo ele, “há uma barriga que sofre (...) é uma barriga enorme que vale por milhões, é a barriga do povo”. (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 02/05/1859).

Acompanhada da ressalva de que, mesmo diante de tal precariedade e de

---

[279] Ibidem, p. 32.
[280] Ibidem, p. 34.
[281] MANIN, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo”. *Op. cit*. p. 07.

tamanho sofrimento, é, no entender de Macedo, fundamental salientar que

> *quando se considera que na época atual muita gente há que vive sofrendo privações, que alguns têm passado dias de fome, não se pode deixar de render elogios a um povo tão dócil, tão pacífico e tão honrado.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 02/05/1859).

E dada a importância, expressa por Macedo, de "render elogios" ao povo, o próprio letrado fluminense faz questão de se adiantar e dar o exemplo, afirmando, linhas depois, que "devemos ter orgulho do nosso povo; e contando-se com sua virtude provada, não há coração generoso que perca a esperança de um futuro brilhante para o Brasil". (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 02/05/1859).

Enfim, tarefa cumprida. Mas não de todo, pois, de acordo com essa perspectiva, ainda cabe outra ressalva, um expressivo contraponto, aliás. Ora, se ao povo são devidos elogios e nele deve ser depositada "a esperança de um futuro brilhante para o Brasil", o mesmo não se verifica com relação a outras parcelas da sociedade imperial, já que, de acordo com Macedo,

> *atualmente os Judas no Brasil, como talvez em todas as nações do mundo, deviam trajar as mais ricas librés ou finas casacas, ou belas fardas; deviam ser Judas de gravatas lavadas, Judas fidalgos, enfim; porque é nessa classe elevada e eminentemente vaidosa que se encontra os Judas por excelência.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 02/05/1859).

Além da interessante distinção promovida por Joaquim Manuel de Macedo em sua abordagem acerca da sociedade imperial, diferindo o "povo" da "classe elevada", bem como da vinculação do primeiro com "um futuro brilhante" em contraposição às ligações da segunda com os problemas verificados "atualmente" no país, parece-me válido destacar também o esforço justamente do escritor fluminense no sentido de veicular essas imagens, respectivamente, positivas e negativas do "povo" e da "classe elevada" enquanto parte de uma estratégia narrativa por meio da qual ele procura se posicionar ao lado do primeiro grupo.

Estratégia, a meu ver, bastante favorável às pretensões de alguém que, através de seus escritos veiculados pela imprensa periódica, buscava, como fizera Abreu e Lima décadas antes, assumir a condição de "porta-voz" do referido povo, algo perceptível, por exemplo, em outra crônica, na qual Macedo, inclusive, toma para si a referida condição no sentido de atuar na defesa dos interesses do povo

junto à administração pública, como se nota na seguinte passagem de *A Semana* publicada no *Jornal do Comércio* em 19 de julho de 1857:

> *Em nome dos habitantes dos morros de Paula Matos e das Neves, requeiro ao Exm. ministro do império, ou a quem de direito competir, o santo e piedoso exercício daquela obra de misericórdia que manda dar de beber a quem tem sede.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 19/07/1857).

Simulando mesmo o exercício de funções, digamos, parlamentares, Joaquim Manuel de Macedo apresenta, em seu folhetim semanal, uma espécie de requerimento, demandando das autoridades o atendimento das necessidades de certo grupo – no caso os habitantes dos morros Paula Matos e das Neves, localizados na cidade do Rio de Janeiro – integrante da população brasileira, clamando para que essas autoridades desempenhassem a sua tarefa na execução de obras importantes, "de misericórdia", tal como era, segundo ele, "dar de beber a quem tem sede".

Assim, Macedo toma para si a função de representante, mesmo que de modo informal, dos habitantes que, de acordo com ele, sendo "em grande parte pobres, ou dispondo de poucos recursos, vêm-se obrigados a comprar água a 200 e a 240 rs ao barril" (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 19/07/1857).

Desempenhando, supostamente, o papel de representante, Macedo não procurava apenas, com suas crônicas, definir, por exemplo, os "habitantes dos morros de Paula Matos e das Neves" como seus representados, mas intentava, penso eu, colocar o seu próprio leitor nessa posição, causando nele a impressão de que aquelas páginas serviriam, caso fosse necessário, para o estabelecimento de diálogo com a administração pública.

Sendo assim, as militâncias de José Ignácio de Abreu e Lima e de Joaquim Manuel de Macedo junto à imprensa periódica oitocentista são exemplos bastante interessantes do processo de adequação do governo representativo à realidade brasileira vigente no século XIX, justamente porque ressaltam o esforço pedagógico das elites letradas com vistas, a partir do acesso – ou pelo menos da tentativa de obtê-lo – aos instrumentos de controle político e cultural, garantir o triunfo de um modelo de representação como o que vigorou no período, ou seja, aquele no qual

> *(...) a política é igualada ao governo e o governo é visto como meio para a realização de fins privados e para a conciliação de reivindicações privadas conflitantes numa forma geral e*

> *aceitável (...).*[282]*.*

Aliás, retomando as distinções que emergem da comparação entre as épocas que, de forma mais intensa, marcaram as referidas militâncias, creio ser possível perceber certa correlação entre o aperfeiçoamento do regime representativo no Brasil e as diferentes posições, citadas no capítulo 3, assumidas por ambos no que diz respeito à questão da existência e do envolvimento de partidos com a política brasileira no momento em que, respectivamente, esses dois letrados produziam e veiculavam seus escritos.

Dos anos agitados que marcaram a situação política do país entre 1831 e 1848, período que, conforme salientei já no primeiro capítulo, esteve relacionado às disputas que culminaram na consolidação da Monarquia brasileira, à fase de efetivação desta, a partir da década de 1850, delineou-se uma estrutura política na qual institucionalmente fica garantido aquilo que apontou Pitkin no fragmento acima destacado, ou seja, "a realização de fins privados e (...) a conciliação de reivindicações privadas conflitantes numa forma geral e aceitável".

Em outras palavras, ocorreu também no Brasil a transformação apontada por Bernard Manin, ao analisar alguns exemplos da representação política nos países ocidentais, sendo tal transformação descrita por ele da seguinte forma:

> *O governo representativo moderno foi instalado sem a presença de partidos organizados (...). A maioria dos fundadores do governo representativo chegava a pensar que a divisão entre partidos ou "facções" era uma ameaça ao sistema que pretendiam estabelecer. A partir da segunda metade do século XIX, porém, a presença de partidos políticos na organização da expressão da vontade do eleitorado passou a ser vista como um componente essencial da democracia representativa.*[283]*.*

Novamente, entretanto, faço questão de salientar o cuidado no sentido de evitar aproximações simplistas entre a realidade brasileira e aquilo que caracterizava a situação fora do país. E, para tanto, mais uma vez apelo às considerações de Angela Alonso, para quem

> *a tradição político-intelectual do Segundo Reinado demarca os recursos intelectuais disponíveis para os agentes: um conjunto*

---

[282] PITKIN, Hannah F. "Representação: palavras, instituições e idéias". *Lua Nova,* São Paulo, nº 67, pp. 15 – 47, 2006. p. 42.
[283] MANIN, Bernard. "As metamorfoses do governo representativo". *Op. cit*. pp. 05 – 06.

> *limitado de padrões analíticos e de significados (...).*
> *Esta tradição se construiu a partir de duas balizas: a experiência nacional e o repertório europeu.*[284]*.* (Grifo da autora).

Sem desprezar, como sugere Alonso, o "repertório europeu", é fundamental para a análise do caso brasileiro, levar em consideração a relevância da "experiência nacional" no processo de construção e na dinâmica de funcionamento do Estado e da sociedade imperiais.

E por considerar a citada relevância, acredito ser pertinente insistir na diferença, anteriormente mencionada, entre Abreu e Lima e Macedo face à ação partidária, já que ela parece coerente com o ordenamento político-institucional que prevaleceu no contexto de definição do regime monárquico brasileiro.

Esse ordenamento foi caracterizado pela afirmação de um arranjo de tipo federativo, como ponderei nos capítulos anteriores a partir das referências às análises de Miriam Dolhnikoff, em virtude do triunfo das reformas propostas e aprovadas nos anos iniciais da Regência, favorecendo, assim, o controle político dos grupos provinciais tanto por meio do seu acesso às esferas de decisão ligadas ao governo central quanto em função do domínio por eles exercido sobre os potentados locais.

E, mediante tal caracterização, não apenas parece interessante que o pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima, alguém, como já dito, de trajetória bastante multifacetada e que esteve à margem do aparato administrativo bem como dos círculos que o controlavam, tenha, a princípio, condenado a ação dos partidos políticos e acabou envolvido com a luta de um partido pelo controle sobre a administração provincial, como evidencia sua expressiva participação no movimento praieiro.

Interesse reforçado por meio da observação feita com base na comparação dessa postura assumida por Abreu e Lima e da que marcou o envolvimento do fluminense Joaquim Manuel de Macedo com a política brasileira, pois, diferente do letrado pernambucano, Macedo, como vimos, estava totalmente inserido nos espaços institucionais ligados à Monarquia brasileira e decidiu, através de seus escritos, difundir a perspectiva segundo a qual o arrefecimento da ação partidária,

---

[284] ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. pp. 52 – 53.

resultante da agitação que marcou o período regencial, desvirtuava o sistema representativo, sendo, portanto, no seu entender, necessário recuperá-la de modo a garantir o efetivo funcionamento de tal sistema.

Essa postura, potencialmente geradora de críticas à conciliação que timbrou a década de 1850 na política nacional, não impediu a referência às vezes elogiosa a certas atitudes e a alguns indivíduos ligados ao ministério que foi símbolo da referida conciliação, o do, já citado, Marquês de Paraná.

Algo que me leva a reafirmar esse período no qual circularam intensamente os escritos macedianos, como o momento em que vigoraram diferentes possibilidades de conciliação, de acordo com Bruno Fabris Estefanes.

E mais, que permite auferir o sucesso do mencionado arranjo de tipo federativo no âmbito do ordenamento político-institucional do país, pois, a leitura dos tais escritos oferece, no meu entender, subsídios à tentativa de responder à indagação, citada no capítulo 1, da historiadora Mônica Dantas sobre o impacto desse arranjo na instrumentalização de parcelas da elite brasileira, indagação, aliás, antecedida por uma outra, feita também por Dantas, e que me parece igualmente pertinente no âmbito do que tenho procurado analisar, sendo ela a seguinte:

> *Até que ponto a dinâmica política nas décadas de 1840 e 1850 não teria permitido outras iniciativas, nem propriamente "saquaremas" e nem "luzias", frente, justamente, à articulação (e funcionamento) do regime constitucional representativo (central e provincial), vieram a ocupar com mais força a pauta das discussões do legislativo imperial?*[285]

Indagação à qual eu acrescentaria, após a referência à "pauta de discussões do legislativo imperial", a alusão às páginas dos periódicos oitocentistas, pois, além da expressiva vinculação entre uma e as outras, parece-me bastante interessante notar a freqüência com que aparecem nas crônicas macedianas comentários carregados de crítica contundente à ação dos potentados locais, como se percebe na seguinte passagem da crônica publicada em 16 de novembro de 1857:

> *Mesmo na província do Rio de Janeiro, mesmo na província mais civilizada do Império, naquela em que mais se faz sentir o braço e a influência da autoridade, a Constituição e as leis muitas vezes são quimeras diante da vontade prepotente de uma entidade excepcional, de um senhor caricato dos antigos*

---

[285] DANTAS, Mônica Duarte. "Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831 – 1857*". *Op, cit*. p. 47.

> *tempos feudais, que se chama – potentado local.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 16/11/1857).

Crítica que, como se nota em outra crônica do mesmo escritor, procura salientar o desrespeito desses potentados locais ao sistema representativo, o que, em certa medida, pode ser tomado como falta de respeito em relação ao próprio representado. Assim, como bom representante, cabe ao letrado fluminense alertar o seu leitor (representado), afirmando:

> *O que é verdade incontestável e por todos reconhecida é que no Brasil o tal voto livre ainda não passou de utopia: poderá ter havido, poderá mesmo haver voto livre aqui na capital do império, ou ainda em um ou outro ponto excepcional; fora além da corte, e aí por esse interior, o voto livre é quase sempre uma grande peta e uma famosa burla.* (Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 26/08/1860).

Além de condenar com veemência a ação dos potentados locais, Macedo faz questão também de utilizar o espaço das páginas de suas crônicas para enaltecer a importância, para o país, das Assembléias provinciais, declarando: “eu amo as Assembléias Provinciais, sou devoto dessa instituição liberal” (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 19/10/1856).

Ambos os comentários muito coerentes não apenas com a dinâmica do arranjo de tipo federativo, mas também afeitos aos interesses de um indivíduo que, conforme apontado no capítulo 4, teve sua trajetória marcada pela atuação como membro dessa instituição à qual ele se diz devoto, exercendo a função de deputado provincial no Rio de Janeiro, e a quem competia manter sob controle a tal ação dos potentados locais.

Sendo assim, a diferença das trajetórias do pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima e do fluminense Joaquim Manuel de Macedo ajuda a entender certas nuances que marcaram a produção desses dois importantes membros da elite letrada brasileira, bem como evidenciam o processo de institucionalização dos conflitos que venho salientando enquanto traço do momento de organização do Estado imperial no Brasil.

À margem das principais instituições, como a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e encerrando, de certa forma, sua participação na vida política preso pelo envolvimento com a Praieira, sendo que, mesmo nesse caso, a

vinculação com a parte da elite pernambucana engajada no movimento não ocorreu livre de tensões, Abreu e Lima encontrou na produção escrita o instrumento de luta que lhe poderia garantir a inclusão desejada nos quadros da política nacional.

E a cada iniciativa frustrada ou vínculo desfeito, seu discurso sofria variações decorrentes de sua condição marginal.

Diversamente, Macedo atuou junto às instituições mais importantes da Monarquia brasileira, tais como, além do acima citado IHGB, o Colégio de Pedro II, sem falar no desempenho de funções legislativas tanto em nível provincial quanto no âmbito da Câmara dos Deputados.

Assim, mesmo em momentos nos quais seu discurso parecia alheio aos grupos que comandavam a política nacional, como foi o caso do período de vigência do gabinete comandado pelo Marquês de Paraná, por exemplo, ele fazia da sua produção escrita mecanismo de diálogo, não de confronto – pelo menos não no sentido em que tal palavra parece ter assumido nos escritos de Abreu e Lima – com os grupos diante de quem se declarava “oposicionista”.

Nuances que proporcionaram diferentes interações e promoveram distintas percepções por parte dos dois escritores em torno das questões nacionais, o que, de certa forma, orientou por diversos caminhos os esforços pedagógicos por eles empreendidos através do recurso à produção escrita, seja sob a forma, como procurei salientar até esse ponto, da imprensa periódica, ou então a partir dos manuais didáticos escritos com vistas a oferecer aos futuros cidadãos uma visão, segundo cada um deles, mais adequada acerca do passado da nação que, em verdade, suas palavras procuravam engendrar.

Aliás, resgatando as ponderações que fiz no capítulo 2 acerca do *Compêndio da História do Brasil*, de José Ignácio de Abreu e Lima, e das *Lições da História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, é válido perceber também nesses textos destinados ao ensino da história pátria elementos importantes na dinâmica de funcionamento da Monarquia constitucional, ordenada sob os princípios do sistema representativo, vigente no Brasil ao longo dos oitocentos.

Tal validade deve-se, conforme observei no referido capítulo, ao fato de que os manuais didáticos de história do Brasil apresentaram-se como obras diretamente relacionadas aos esforços de definição da nacionalidade e aos debates e questões vinculadas à delimitação da cidadania no país.

Daí a minha preocupação em situar, por meio da análise de tais obras,

justamente a percepção que vigorava no Brasil oitocentista de que os manuais didáticos representavam um instrumento relevante na preparação para o exercício dessa cidadania.

Com base em alguns exemplos, procurei apontar a iniciativa tanto do letrado pernambucano quanto do fluminense no sentido de, através do *Compêndio* e das *Lições*, respectivamente, associar, perante os seus leitores, o exercício da cidadania à crítica à violência e à defesa do governo representativo, incorporando, desse modo, esse tipo de produção escrita no âmbito da ação voltada para a configuração dos espaços institucionais atrelados ao regime monárquico brasileiro.

Ou seja, busquei salientar o fato de que o evidente caráter pedagógico inerente aos manuais didáticos em relação ao seu público específico, grosso modo, os alunos do ensino secundário, sobretudo aqueles que pertenciam ao quadro discente do Colégio de Pedro II, pode ser percebido não apenas na dimensão que estava restrita à função imediata de instruir esse público quanto à história do país, mas, por conta, inclusive dessa função, dialogava com as necessidades mais abrangentes, relacionadas a uma verdadeira pedagogia da nação.

Contexto propício, então, como nota Márcia de Almeida Gonçalves, para a afirmação do "desejo de história"[286], característica marcante desse período em que a construção da modernidade teve como um de seus pilares a produção romântica, à qual, como ponderei em capítulos anteriores, estavam, de modos bastante particulares e distintos, vinculados tanto Abreu e Lima quanto Macedo.

De acordo com essa historiadora,

> *a incerteza e a imprevisibilidade de circunstâncias como as que caracterizaram a passagem do século XVIII para o XIX, na Europa e na América, aguçaram paradoxalmente o próprio valor da história como conhecimento passível de dar sentido ao que já deixara de ser – o passado – e àquilo que pudesse vir a ser – o futuro.*[287]

E essa capacidade do conhecimento histórico em termos da atribuição de sentido ao passado e ao futuro talvez esteja sintetizada de forma expressiva nos manuais didáticos destinados ao ensino da história pátria, à medida que se apresentam como coletânea de fatos tidos como relevantes no que concerne à

---

[286] GONÇALVES, Márcia de Almeida. *História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro*. *Op. cit.* p. 435.
[287] Ibidem, p. 433.

primeira temporalidade e que são obras voltadas à instrução de indivíduos que podem ser tomados enquanto elementos associados à segunda.

Quanto ao segundo caso, aliás, é bastante ilustrativa a seguinte advertência de Joaquim Manuel de Macedo:

> *Os meninos! Tenham cuidado nos meninos: a educação dos meninos é o futuro do país. (...)*
> *A religião e o patriotismo exigem que se cuide dos meninos, que não se abandone inocentes à voragem dos vícios.* (Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 19/11/1860.).

Advertência que é antecedida por um elogio, já que, em crônica anterior à acima citada e igualmente publicada no *Jornal do Comércio*, Macedo salienta de forma positiva a atuação da Imperial Sociedade Amante da Instrução no âmbito das iniciativas educacionais.

Após destacar a presença do imperador D. Pedro II na celebração destinada a comemorar o aniversário dessa instituição, o escritor fluminense pondera que ela

> *é uma instituição modesta e patriótica que sem ostentação nem ruidoso aparato sabe trabalhar incansável em proveito do país, preparando os meninos pobres para serem cidadãos úteis ao Estado (...).* (Labirinto. In: *Jornal do Comércio*, 09/09/1860.).

E como Macedo, também Abreu e Lima recorreu à imprensa periódica para tratar do tema da instrução, pondo em relevo, igualmente, a importância de atentar para os devidos cuidados com o referido tema, pois, de acordo com o letrado pernambucano, “só a educação aperfeiçoa o homem; e se deixamos obrar a natureza, mui pronto tornaremos ao estado selvagem em que vivem os habitantes do Interior da África”. (*A Torre de Babel*, 19/01/1833).

Comentários, aliás, feitos por Abreu e Lima em artigo intitulado *O que somos*, no qual, a partir da narração de um diálogo hipotético entre dois homens após se depararem com “a caveira de um Burro (ou de uma Burra)” iniciado justamente pela pergunta, feita por um deles, que remete ao referido título, esse autor discute a relação entre a condição natural do homem, ligando-a à noção de selvageria, como se depreende do fragmento acima destacado, para concluir também com uma advertência, ao ponderar que “o pai que não educa a seus filhos, é um inimigo da Sociedade, e perde por isto todo o direito que dá sobre eles a paternidade”. (*A Torre de Babel*, 19/01/1833).

Seja no sentido de produzir “cidadãos úteis ao Estado”, seja no âmbito do

atendimento às demandas da “Sociedade”, a educação – palavra vaga no contexto dos escritos de Macedo e de Abreu e Lima e que parece mais adequadamente compreendida enquanto sinônimo de instrução – há uma clara inclinação tanto do letrado fluminense quanto do pernambucano no sentido de instrumentalizá-la.

Algo novamente perceptível nas palavras do segundo, quando este lamenta:

> *É mister confessar, mau grado nosso, a falta de instrução, ainda a mais trivial na Europa, entre o nosso povo; de propósito tem se aviltado a instrução primária, reduzindo-a a um gênero de especulação, sem nos importarmos com o resultado de semelhante desleixo.* (*A Barca de São Pedro*, 17/06/1848.).

Lamento que é partilhado com seus leitores por meio de artigo cujo título é *Basta isto?*, chamando a atenção o fato de que nesse mesmo artigo, Abreu e Lima, após ter condenado a precariedade da situação na qual estava a instrução primária, amplia suas críticas ao asseverar:

> *no Brasil o governo é tudo e o povo é nada, senão matéria bruta, de que se pode fazer alguma coisa, como marinha, exército, contribuintes, votantes, etc. E o que significa o voto no Brasil? tudo, menos a consciência, nem é possível outra coisa com a legislação, que temos.* (*A Barca de São Pedro*, 17/06/1848.).

Mas não é apenas por meio de lamentação que o letrado pernambucano procurava atingir seus leitores, cabendo também em seus escritos a iniciativa de formular propostas para a alteração do quadro descrito de forma lamuriosa, como se nota na seqüência do mesmo artigo, já que linhas após os lamentos e críticas acima citados, ele apresenta a seguinte solução:

> *E que remédio? Um só, e é que saibamos compreender a nossa situação, os nossos usos e costumes, a nossa moralidade, e até todos os nossos vícios para corrigi-los por meio de uma nova educação.* (*A Barca de São Pedro*, 17/06/1848.).

Solução incrementada por propostas que aparecem em outro artigo publicado no mesmo periódico. Sob o título de *Necessidade de uma reforma radical no nosso sistema de instrução primária*, tal artigo traz as sugestões de Abreu e Lima no sentido de promover “a uniformidade da instrução primária” na província de Pernambuco através do estabelecimento de uma “direção especial para este importante ramo de instrução elementar” e do ato de atribuir a “um homem de

instrução e experiência a confecção de todos os compêndios mais necessários", sendo que à criação daquela direção,

> *conviria separar a instrução primária de toda outra instrução, quer secundária quer superior, a fim de que comecemos livremente o edifício pela sua base. Depois de feito esse trabalho, e plantado na província um plano geral e uniforme de instrução primária, sobre ele elevaríamos então o primeiro corpo do edifício clássico na nossa província, naquilo que as leis nos concedem toda a interferência.* (*A Barca de São Pedro*, 17/06/1848.).

Com base no que foi abordado até aqui, é válido recordar que os comentários e as observações feitos por José Ignácio de Abreu e Lima com relação às questões ligadas à instrução no Brasil oitocentista aparecem nos momentos e nos periódicos que marcaram a atuação desse letrado contra seus adversários políticos, seja eles os que estavam associados ao governo regencial, no caso da publicação de 1833, ou a administração conservadora na sua província natal, quanto à folha datada de 1848.

Observação válida também para o caso do letrado fluminense, sobretudo quando se averigua o recurso de Macedo ao tema da instrução para enunciar suas críticas àquilo que se apresentava igualmente como um incômodo para ele no que dizia respeito às práticas políticas contemporâneas a sua escrita.

É o caso, por exemplo, do elogio feito por Macedo ao "novo sistema de exames" preparatórios para os estudantes ao fim do ciclo da instrução secundária, pois a mudança ocorrida na organização e na dinâmica desses exames, segundo ele, serviu para combater a ação do "patronato", levando-o afirmar, em sua crônica, que "os tais exames relaxados podem ser tão fatais aos direitos do mérito, como aos interesses do país". (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 02/12/1855.).

As mesmas críticas endereçadas a tal ação do patronato no âmbito da política estiveram presentes, nos escritos macedianos, no que concerne ao tema da instrução. Algo que se percebe também a partir da leitura de outra crônica do letrado fluminense, na qual, ao fazer referência à realização de exames nas academias e estabelecimentos de instrução superiores de várias cidades brasileiras – Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia (sic) e Recife – esse letrado destaca: "Agita-se o patronato, veste de ponto em branco e faz visitas às dúzias; misturam-se caretas e sorrisos, e nota-se um fervor que somente cede a primazia ao eleitoral". (Labirinto.

In: *Jornal do Comércio*, 12/11/1860.).

Em virtude das observações feitas anteriormente a respeito da abordagem dos dois letrados, José Ignácio de Abreu e Lima e Joaquim Manuel de Macedo, acerca das questões relativas à instrução no contexto da Monarquia brasileira, verifica-se que o envolvimento dos mesmos com a confecção de dois dos manuais didáticos de história do Brasil de maior expressão no século XIX parece confirmar as considerações feitas por Bernardo Ricupero, para quem "o passado, reconstruído intelectualmente, é, de maneira geral, uma importante fonte de legitimação para o poder político e a ordem social existente"[288].

E, por conta disso, considero significativo que tal envolvimento tenha se dado de modo bastante distinto não somente em termos de época na qual os manuais didáticos escritos pelos dois letrados foram publicados, mas também no que concerne à concepção de história inerente a cada um deles.

Isso, porque, conforme sugere a historiadora Isadora Tavares Maleval, a comparação entre as abordagens de Abreu e Lima e de Macedo em relação ao trabalho historiográfico, naquele momento intimamente associado à produção de uma história que se pretendia nacional, permite observar que enquanto no caso do letrado pernambucano ainda estava muito presente o caráter memorialístico nesse tipo de trabalho, no do fluminense vislumbrava-se já a definição de novos padrões para o mesmo, estando esses padrões ligados a novas formas de conceber a história[289].

Nesse sentido, salienta Maleval que

> *se até meados do oitocentos esse tipo de estatuto científico para a história ainda era titubeante, o modelo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) pode ser tomado, por outro lado, como uma primeira tentativa de estabelecer um ordenamento para o desenvolvimento da escrita da história no Brasil. (...).*
> *Dentro dessa operação historiográfica, o presente deveria ser mantido fora do alcance da historiografia. (...) Isso porque, à medida que o moderno conceito de história (Geschichte) consolidou-se, o registro de uma "história do presente" tornou-se cada vez menos digna: a testemunha ocular, tão marcante na historiografia antiga, perdia a posição central dentro da escrita da história.*[290]. (Grifos da autora)

---

[288] RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870). Op. cit.* p. 113.
[289] MALEVAL, Isadora Tavares. "O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o (não) lugar da história do presente". *Ars Historica*, v. 1, n. 2, jul – dez. 2010, p. 49 – 59.
[290] Ibidem, pp. 51 – 52.

Posição de testemunha ocular claramente assumida por Abreu e Lima em seu *Compêndio*, pois além do fato, descrito no capítulo 2, de ele ter usado as páginas de seu manual didático para, dentre outros, narrar o episódio em que ele – e sua família – esteve diretamente envolvido, não procurando, em parte alguma da narração, evitar o recurso a palavras e expressões que pudessem indicar para o leitor esse envolvimento, como é o caso da passagem em que menciona a chamada Revolução Pernambucana de 1817, esse autor encerra a obra, conforme apontado anteriormente, com a referência a episódios contemporâneos ao momento de sua escrita, já que ele comenta a "Coroação e Sagração do Senhor D. Pedro II" (II, p. 137), ocorrida em 18 de julho de 1841, apenas dois anos antes da publicação desse seu manual didático.

Posição rechaçada por Macedo ao elaborar suas *Lições*, visto que, diferente de Abreu e Lima, ele opta, como indicado em capítulo anterior, por marcar o ponto final de sua narração acerca da história pátria logo após ter feito referência a episódios imediatamente posteriores à proclamação da independência, em 1822, tal como "Aclamação e coroação do primeiro imperador" (II, p. 294), encerrando, assim, sua narrativa com fatos que antecedem em cerca de 40 anos a publicação das citadas *Lições*.

Aliás, é também no âmbito dessa diferença quanto à forma de conceber o trabalho historiográfico que se processa o alijamento de Abreu e Lima em relação aos espaços institucionais ligados à Monarquia brasileira, pois, mesmo antes de ter seu *Compêndio* duramente criticado pelo parecer de Varnhagen, outra negativa já lhe tinha sido imposta pelos dirigentes do IHGB.

Negativa concretizada pela recusa da comissão de história do instituto quanto à publicação de um documento manuscrito relacionado com o movimento de 1817 em Pernambuco, sendo que, após ter oferecido tal documento para a apreciação da citada comissão, Abreu e Lima recebeu a seguinte resposta, constante do parecer do desembargador Rodrigo Sousa que, em 1839, ponderava, em nome daquela:

> *(...) conquanto um tal documento seja na verdade de muito apreço, não convém publicá-lo já, pelo comprometimento que sua publicação poderia levar a pessoas ainda existentes; (...) que seja guardado nos Arquivos do Instituto, até que todos os nomes nesse mencionado documento tenham comparecido*

perante o tribunal da posteridade.[291]

E mesmo que a publicação não tenha ocorrido sob a chancela daquele que era o espaço, por excelência, ligado à produção de uma história pátria, Abreu e Lima não se furtou a oferecer aos seus leitores pelo menos a notícia da existência do documento que fora somente arquivado no IHGB, pois, em nota de rodapé constante do primeiro volume de seu *Compêndio*, o letrado pernambucano, ao encerrar um dos capítulos que ele dedica à narração dos episódios da Revolução Pernambucana de 1817, comenta que

> *a parte original da revolução de Pernambuco, dada a El-Rei pelo mesmo ex-governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro (depois Marquês de Praia Grande), logo que chegou à Ilha das Cobras, foi por mim oferecida ao Instituto Histórico, que não julgou conveniente fazê-la publicar por motivos de consideração para com algumas pessoas, que ainda vivem, e às quais aquela parte se refere com alguma acrimônia. (I, p. 280).*

Tanto no parecer da comissão do IHGB, que optou pelo arquivamento ao invés da publicação, quanto na explicação dada por Abreu e Lima aos leitores de seu *Compêndio*, fica evidente a preocupação dos membros do referido instituto no sentido de atrelar ao trabalho historiográfico que começava a se intensificar no país – sob sua coordenação, diga-se de passagem – às concepções mais modernas relativas a esse tipo de trabalho, o que implicava o abandono e, até mesmo, a recusa de posições e perspectivas como aquelas relacionadas com a atuação do letrado pernambucano.

Recusa transformada em exclusão, na medida em que a concepção e a própria obra de Abreu e Lima foram perdendo lugar nos espaços associados à produção e à divulgação da história pátria. Pelo menos no âmbito do discurso, já que, é válido ressaltar mais uma vez que mesmo refutado pelo IHGB, o *Compêndio da História do Brasil*, escrito pelo letrado pernambucano, foi utilizado de modo freqüente nas aulas destinadas ao ensino de história do Brasil do Colégio de Pedro II entre os anos de 1850 e 1862.

Utilização, aliás, por parte do professor responsável por esse ensino, Joaquim

---

[291] Parecer da Comissão da História. *Revista IHGB*, Rio de Janeiro, 1(4), p. 366, 1839. Apud MALEVAL, Isadora Tavares. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o (não) lugar da história do presente”. *Op. cit.* p. 57.

Manuel de Macedo, o mesmo indivíduo que, em crônica publicada no *Jornal do Comércio*, ao avaliar a situação da produção historiográfica no país, salientou a existência de obras que expressavam um momento no qual a "a História do Brasil está em época de boa fortuna", destacando, ainda, o fato de que isso ocorre pois "ninguém verá nessas obras de pequeno volume e de grande valor uma triste e servil tradução das páginas de Beauchamp e de outros escritores estrangeiros". (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 10/12/1855.).

Curiosamente, verifica-se novamente o esforço, já indicado no capítulo 2, de Macedo com vistas a desqualificar a produção de Abreu e Lima, pois há em suas palavras, acima destacadas, o mesmo teor da crítica que orientou o parecer de Varnhagen acerca do *Compêndio* escrito pelo pernambucano, o que permite afirmar não somente a condenação, por parte do escritor fluminense, desta obra, mas seu alinhamento claro com as posições do Instituto – que a recusara sob a alegação de plágio do texto de Beauchamp –, do qual, como já indicado, ele era membro, desempenhando, inclusive, funções bastante relevantes como a de primeiro-secretário e orador.

Nesse sentido, essas considerações de Macedo e as próprias *Lições* que escreveu revelam a vinculação entre esse letrado e a concepção de história delineada, no Brasil, pelo IHGB, grosso modo, na segunda metade do século XIX, uma concepção marcada pela crença no "tribunal da posteridade"[292], ou seja, na necessidade de atribuir o relato da "história do presente" por eles vivenciado aos futuros historiadores e, portanto, às épocas vindouras, já que, de acordo novamente com a historiadora Isadora Tavares Maleval,

> *escrever um relato sobre o presente tornava-se pernicioso, portanto, devido a questões políticas, visto que os personagens que tomariam parte na narrativa muitas vezes ainda atuavam na sociedade. Seus atos poderiam ser, inclusive, matéria de julgamento por parte dos escritores.*[293]

Desse modo, com base ainda nos apontamentos de Maleval, considero válido perceber o respeito ao "tribunal da posteridade", propugnado por essa nova concepção acerca do trabalho historiográfico vinculada ao IHGB – e aos seus

---

[292] A respeito da relevância dessa expressão no ordenamento da concepção de história associada às ações do IHGB, cf. MALEVAL, Isadora Tavares. "O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o (não) lugar da história do presente". *Op. cit.*

[293] Ibidem, p. 58.

membros, como Macedo e Varnhagen –, não como uma efetiva inclinação à defesa da imparcialidade no âmbito desse trabalho, mas como mais uma estratégia adotada pelos setores elitistas em busca da primazia nos espaços institucionais que estavam sendo delimitados no contexto de organização do regime monárquico.

A concepção segundo a qual era necessário deixar para as futuras gerações a escrita da "história do presente" por eles vivido não anulou a constante preocupação dos membros da elite letrada no sentido de legar às tais gerações uma memória daquele presente, a partir da qual elas poderiam construir suas narrativas, dando continuidade ao trabalho, por eles iniciado, de elaborar uma história pretensamente nacional.

E, para tanto, tais membros recomendavam o recurso à imprensa como mecanismo para a criação da referida memória, pois, de acordo com Maleval, Macedo e outros indivíduos ligados ao IHGB procuravam diferenciar

> *o que seria da alçada da história e da imprensa. Enquanto na primeira o relato sobre o presente se tornaria perigoso, na segunda ele parecia mais do que natural, pois tinha como base a escrita do cotidiano.*[294]

Assim, não soa nada estranho que a escrita do cotidiano tenha se tornado a marca das crônicas macedianas, conforme indiquei no capítulo 3, procurando o letrado fluminense fazer do registro dos acontecimentos diários relativos à sociedade imperial instrumento de conformação de uma memória que faria parte, no futuro, da narrativa da história pátria, mas que, em certa medida, já se fazia pertinente aos interesses daqueles que, no presente, buscavam, através dessa memória, selecionar o que deveria ser tido como relevante nesse cotidiano, buscando uniformizá-lo por meio de uma ação de cunho pedagógico.

Portanto, mesmo que não tenha incorporado os fatos do presente em seu manual didático, Macedo não deixou de inclui-los em sua narrativa da nação, inserindo-os no espaço destinado as suas crônicas publicadas no *Jornal do Comércio*, como se nota em uma na qual o letrado fluminense comenta, inclusive, a publicação de uma obra relacionada à produção de uma história do Brasil, no caso *Brasil Pitoresco*, escrita pelo francês Charles Ribeyrolles.

Em seus comentários acerca da obra de Ribeyrolles, Macedo observa que, depois de mostrar êxtase diante da "grandeza de nosso país" e de encorajar os

---

[294] Ibidem, p. 58.

brasileiros por meio das referências ao “futuro portentoso que nos espera”, o autor francês passa a narrar a história do Brasil, ocupando-se

> *especialmente da descoberta do Brasil, dos selvagens, das tentativas dos Franceses para se estabelecerem no Brasil, da guerra dos Holandeses, da conspiração do Tiradentes em Minas, da independência, e do governo constitucional do Sr. D. Pedro II (...).* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 31/01/1859).

Percorrendo uma linha de sucessão dos fatos, os comentários de Macedo a respeito de *Brasil Pitoresco*, evidenciam uma preocupação em transmitir a continuidade como marca da história pátria, unindo, assim, passado, presente e o “portentoso futuro”.

Além disso, tais comentários procuram salientar a opção do escritor francês no sentido de encerrar sua obra com referências ao “governo constitucional do Sr. D. Pedro II”, opção elogiada por Macedo, pois, segundo ele, ao abordar esse governo, Ribeyrolles “se faz credor da gratidão dos Brasileiros, e dos louvores de todos os homens imparciais e justos”. (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 31/01/1859).

Imparcialidade e justiça aparecem, então, nesses comentários de Macedo, adequadas à narrativa também sobre os fatos do presente e um tanto deslocadas da concepção associada à defesa do “tribunal da posteridade”, numa concessão que, embora atrelada aos escritos na imprensa periódica, remete à avaliação acerca de uma obra que dialoga com a história pátria.

Concessão que parece de difícil compreensão em virtude da forma por meio da qual Macedo – e, de modo mais geral, o IHGB – concebe o trabalho historiográfico, mas que se torna mais coerente à medida que, linhas depois na mesma crônica, surgem ponderações do letrado fluminense acerca do tratamento destinado pelo autor francês ao governo de D. Pedro II, pois o escritor de Itaboraí faz questão de sublinhar o fato de que o adepto das idéias republicanas Ribeyrolles,

> *contemplando o Brasil, estudando a marcha do seu governo, o espírito de suas instituições, e contemplando no trono americano o Sr. D. Pedro II, saúda nele o monarca liberal e civilizador, e dos lábios do republicano sai um hino em louvor dessa majestade constitucional, que é uma garantia da liberdade, uma barreira levantada diante da anarquia, um elemento da verdadeira ordem e, por conseqüência o oposto do arbítrio e do despotismo.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 31/01/1859).

A despeito da crença no “tribunal da posteridade”, o elogio aos comentários sobre o “governo constitucional do Sr. D. Pedro II” é, na verdade, um recurso narrativo adotado com vistas à exaltação do sistema representativo e das idéias liberais associados à Monarquia brasileira.

E, por isso, parece-me interessante notar que não era apenas de forma direta, como observei linhas acima e no capítulo 2, que os autores apresentavam nos referidos manuais elogios extremados ao tipo de governo que eles procuravam implantar – e controlar – no país, já que nas páginas tanto do *Compêndio*, de Abreu e Lima, quanto das *Lições*, de Macedo, prevalece a opção dos dois letrados pelo apelo a uma narrativa voltada para o relato de episódios nos quais os indivíduos aparecem como eixo dos acontecimentos, evidenciando nesses manuais didáticos de história do Brasil a presença daquilo que, segundo Márcia de Almeida Gonçalves, é um traço da produção historiográfica oitocentista, pois, de acordo com essa historiadora,

> *entre as grafias que parecem inundar as sociedades europeias e americanas, entre meados do século XVIII e meados do século XIX (...) as que tratavam das trajetórias de sujeitos individuais adquiriram projeção, vindo a assumir, no curso do século XIX, em dicionários de línguas nacionais, a classificação de gênero, leia-se, nesse caso, uma narrativa com forma e função específicas.*[295]

Ao ordenar as trajetórias de certos indivíduos nas páginas de seus manuais didáticos, atribuindo-lhes um sentido, os membros da elite letrada que se envolveram com esse tipo de produção escrita fizeram dos mesmos figuras exemplares capazes de transmitir, por meio dos atos no passado, normas de conduta válidas – ou não – para os leitores – futuros cidadãos – dessas obras destinadas ao ensino da história pátria.

Validade ou a falta dela que, é claro, como salientei através de alguns exemplos listados no capítulo 2, resultava da forma como aqueles que elaboravam a narrativa das tais trajetórias individuais apresentavam-nas aos leitores depois de um ato de seleção diante do que faria e daquilo que deixaria de fazer parte do narrado.

Seleção marcadamente orientada pela defesa, também no âmbito da escrita do passado, dos elementos ligados ao modelo de organização que a elite letrada

---

[295] GONÇALVES, Márcia de Almeida. *História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro*. *Op. cit.* p. 436.

buscava implementar no conjunto da sociedade imperial, fazendo, como apontei em capítulo anterior, a leitura desse passado claramente ancorada nas demandas do presente por ela vivenciado, como se verifica no seguinte comentário de Macedo acerca da situação existente no país às vésperas da proclamação da independência:

> *Urgia o tempo, e em falta de gazeta diária em que se anunciassem as casas onde podia ser assinada a representação (feita pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, solicitando a permanência do príncipe regente D. Pedro no Brasil), alguns mancebos entusiastas, estimados por seu merecimento próprio e pelas distintas famílias a que pertenciam, encarregaram-se de fixar os necessários anúncios nas esquinas das ruas, tarefa que as circunstâncias tornavam delicada e aventurosa.* (II, p. 281.).

Transformada em memória e, por conseguinte, inserida na narrativa da história da nação, a ousadia dos “mancebos” e a importância de sua ação no sentido de preencher a lacuna decorrente da ausência de imprensa ativa eram apresentadas, por meio das páginas de *Lições de História do Brasil*, justamente a um conjunto de leitores igualmente formado por mancebos e sobre os quais estavam depositados os destinos futuros da referida nação, sendo, portanto, necessário incutir neles padrões de comportamentos tidos como adequados ao efetivo exercício da cidadania que os esperava após o término de seus anos de formação acadêmica, seja simplesmente como brasileiros, seja na possível condição de proprietários com acesso às funções de votante, de eleitor e, quem sabe, até mesmo de deputados, senadores ou outros postos no aparato administrativo da Monarquia brasileira.

Por isso, a escolha das trajetórias individuais e dos episódios que deveriam fazer parte da narrativa da história pátria remetia, conforme venho sugerindo até aqui, aos esforços dos setores elitistas com relação ao ordenamento do Estado e da sociedade imperiais, o que, a meu ver, portanto, não poderia ficar alheio às disputas travadas no interior desse grupo, como se pode perceber nas páginas do *Compêndio da História do Brasil*, pois, em certa passagem, Abreu e Lima comenta os acontecimentos imediatamente posteriores à abdicação do imperador D. Pedro I, em 1831, destacando que após o encerramento do ano legislativo, havia ficado o “Governo em estado de poder marchar sem o tropeço das facções; porém não tão livremente como era de desejar, porque as Sociedades políticas (...) vieram exercer sobre ele diversas modificações”. (II, p. 88).

Comentário ao qual ele adiciona suas críticas contundentes àquela que, no

contexto da Regência, representara, como citado anteriormente, uma de suas grandes adversárias, a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro, a qual, segundo Abreu e Lima,

> *governou o Brasil pelo espaço de quatro anos; foi em realidade outro Estado no Estado, porque sua influência era a única que predominava no Gabinete e nas Câmaras, e sua ação, mais poderosa que a do Governo, se estendia por todos os ângulos do Império. Sem embargo, as facções não estavam de todo extintas; e conquanto não pudessem mais prevalecer porque lhes faltava o auxílio da força armada, contudo tratavam em segredo de minar a nova ordem estabelecida para elevar-se por turno sobre suas ruínas.* (II, pp. 88 – 89. Grifos do autor.).

E mesmo que, nesse caso específico, não esteja o letrado pernambucano debruçado sobre a narração da trajetória de um indivíduo de modo particular, mas de uma instituição, dado o papel dessa e de outras instituições no sentido de expressar a conformação de identidades políticas e, a partir disso, engendrar os conflitos que marcaram o processo de construção do Estado e da nação no Brasil oitocentista, considero ser pertinente tomar os exemplos, acima citados, relativos à produção historiográfica tanto de Abreu e Lima quanto de Macedo, como representativos daquilo que aponta Márcia de Almeida Gonçalves enquanto traço marcante desse tipo de produção no século XIX, já que, segundo Gonçalves, nesse período,

> *a relevância e a diversidade dos usos, formas e funções da escrita biográfica (...) era um dos alicerces de fazer significar o império do Brasil. Nas galerias de brasileiros e brasileiras distintos, elegeram-se os indivíduos cujas vidas em seus sentidos e realizações deveriam confundir-se com os da própria nação.*[296]

Confusão que, contudo, passava pelo crivo dos diferentes projetos de Estado e de nação que caracterizaram a situação brasileira ao longo dos oitocentos, o que transformava a escolha das personagens que deveriam ocupar as páginas dos manuais didáticos de história do Brasil e dos periódicos, por exemplo, em uma opção acima de tudo política, pois não se tratava de promover patriotismo, dentre outras possibilidades, mas de exaltar um tipo de ação patriótica, aquele que estivesse afeito aos interesses de quem escrevia as referidas páginas.

---

[296] Ibidem, p. 454.

Opção que no caso de José Ignácio de Abreu e Lima esteve presente na própria decisão do letrado pernambucano, como já descrito, no sentido de fazer parte da história narrada na condição de testemunha ocular, adotando para si uma concepção associada ao caráter memorialístico da narrativa histórica, como se percebe nitidamente através da leitura de outra passagem de seu *Compêndio* na qual mais uma vez ele menciona o episódio da Revolução Pernambucana de 1817, citando, nesse caso, a morte de seu pai, o já mencionado José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima, após ter sido preso em decorrência da participação no movimento pernambucano.

Depois de referir-se a ele como o "Cidadão" e "Doutor" e enaltecer sua ação com vistas a propagar o movimento para outras regiões do país, oferecendo-se para ir até Alagoas e Bahia, "correndo ele só todo o risco da temerária empresa" (I, p. 283), o filho José Ignácio de Abreu e Lima passa à narração do momento em que o pai teve a condenação à morte executada, no dia 29 de março de 1817, sendo essa execução, como apontei no capítulo 1, acompanhada pelo autor do *Compêndio*, que, em nota de rodapé, afirma:

> *No momento em que escrevo estas linhas, assalta-me todo o horror daquela tremenda noite, em que fui quase companheiro da vítima; era eu que parecia o condenado, e não ela. Tenho visto morrer milhares de homens nos campos de batalha, e muitos nos suplícios, mas nunca presenciei tanta coragem, tanta abnegação da vida, tanta confiança nos futuros destinos da sua pátria, tanta resignação enfim (...).* (I, p. 284).

Já com relação a Macedo, essa opção deu-se, como visto até aqui, de forma bastante diferente, na medida em que houve o gradual abandono da concepção de história que esteve presente nos escritos de Abreu e Lima e optou-se por outra, baseada na refutação quanto à história do presente e que triunfou devido ao predomínio do IHGB no que concernia à produção historiográfica brasileira oitocentista.

Triunfo que implicou, como mencionado nas páginas anteriores, a marginalização da forma de conceber a história a que recorreu, por exemplo, Abreu e Lima, resultando, igualmente, na exclusão desse letrado e, por conseguinte, de seus projetos de Estado e de nação, da cena política brasileira, mas que, no meu entender, de modo algum anulou os conflitos e as divergências também no âmbito da elaboração e da apropriação do passado nacional, representando somente a

institucionalização dos mesmos no período posterior àquele marcado pela atuação do escritor pernambucano.

Exemplo disso, verifica-se na crítica feita por Joaquim Manuel de Macedo à obra *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, de Sébastien Auguste Sisson, pois, mesmo considerando válida a publicação dessa obra, Macedo afirma que

> *não é possível que escrevamos as biografias de nossos homens notáveis, quer já finados quer ainda vivos, mas que todos foram ou são nossos amigos ou nossos adversários políticos, sem que o espírito de partido, as considerações de aliança política influam sobre o nosso espírito: daí a parcialidade que toma o lugar da justiça.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 05/04/1859.).

Nota-se, portanto, que no caso da obra publicada por Sisson entre os anos de 1859 e 1861, o letrado fluminense não esteve disposto a fazer a mesmas concessões que fizera ao avaliar *Brasil Pitoresco*, de Charles Ribeyrolles, pois, diferente dessa, sobre aquela recaiu todo o peso do "tribunal da posteridade".

Diferença, a meu ver, bastante significativa, levando-se em conta que a obra de Sisson foi, segundo o historiador Bruno Fabris Estefanes, o exemplo mais bem acabado da "produção memorialística da Conciliação"[297], corroborando, assim, com a percepção, já citada, desse historiador acerca da necessidade de enxergar as múltiplas possibilidades relacionadas ao ideal conciliatório presente na Monarquia brasileira.

Sendo assim, com base no que foi apresentado ao longo desse capítulo, creio ser possível perceber a relevância tanto da imprensa periódica quanto dos manuais didáticos de história do Brasil no sentido de ordenar o Estado e a nação no Brasil oitocentista.

Ordenamento marcado pela multiplicidade de projetos e, por conseguinte, de interesses, sendo que esses múltiplos interesses procuraram recorrer à produção escrita para vincular o seu ao projeto que triunfaria como aquele que seria o eixo a partir do qual estaria organizado o Estado e seria delineada a nação.

E assim, ao mesmo tempo em que desenvolviam uma ação nitidamente pedagógica, apelando para uma pedagogia destinada a formar a opinião pública, no que dizia respeito à imprensa periódica, e para uma pedagogia da formação do

---

[297] ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de conciliação no Brasil monárquico (1842 – 1856)*. *Op. cit.* p. 173.

cidadão, tendo em vista os manuais didáticos de história do Brasil, os membros da elite letrada definiam essa produção escrita enquanto forma específica de espaço público no qual eles atuavam, cada vez de modo mais intenso ao longo do século XIX, produzindo seus conflitos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

No ano de 1858, em mais uma crônica publicada no *Jornal do Comércio*, Joaquim Manuel de Macedo perguntava aos seus leitores: “Que coisa é a opinião pública?”. (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 13/12/1858).

Pergunta para a qual ele, inicialmente apresentava diferentes possibilidades de resposta, associando cada uma delas a um interesse específico, tais como os “ministérios de governos representativos” e as “oposições”, concluindo em seguida que “a opinião pública é uma grande realidade; é como já se tem dito mil vezes, a rainha do mundo”. (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 13/12/1858).

Conclusão, entretanto, que é acompanhada de ressalvas, pois reconhece o letrado fluminense que “cumpre dizer que essa mesma opinião pública verdadeira, que é a rainha do mundo, pode em certas circunstâncias ser nociva e perigosa, por isso mesmo é imensamente poderosa” (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 13/12/1858), adicionando Macedo às referidas ressalvas, os seguintes comentários:

> *Sem dúvida alguma que em regra geral a opinião pública exprime sempre a verdade; porquanto o senso de todos ou da maior parte deve ser o menos falível ou o mais seguro.*
> *Entretanto, na política principalmente, a opinião pública pode ser induzida em erro, e então causar graves danos ao Estado, e fazê-lo correr sérios riscos, pelo menos enquanto ela não se esclarece suficientemente para abandonar o erro em que labora.* (A Semana. In: *Jornal do Comércio*, 13/12/1858).

Conclusão, aliás, que parece a mesma a que chegara José Ignácio de Abreu e Lima uma década antes, já que, no contexto do movimento praieiro, o letrado pernambucano publica em seu periódico *A Barca de São Pedro* artigo intitulado “A Sociedade Imperial Pernambucana”, procurando justificar diante daqueles que liam sua folha a relevância dessa associação no âmbito da coordenação da revolta articulada pelo Partido da Praia, ao demonstrar grande satisfação com os resultados obtidos desde a fundação daquela, que inclusive o tinha como presidente.

A esse respeito, salientava Abreu e Lima, no ano de 1848, que

> *temos colhido todos os frutos, que nos prometíamos da criação da Sociedade, pois que tem desaparecido inteiramente dentre o povo as idéias exageradas da Revolução Francesa, e a palavra <u>República</u> é até ouvida com escárnio.* (*A Barca de São Pedro*, 29/07/1848. Grifo do autor.).

As colocações do fluminense Macedo, em reposta à pergunta que ele próprio elaborara e destinara aos seus leitores, quanto à necessidade de uma iniciativa de esclarecimento da opinião pública de modo a garantir, especialmente no âmbito da "política", o correto cumprimento de suas funções, estavam delineadas de modo bastante parecido já dez anos antes nas congratulações do pernambucano Abreu e Lima aos êxitos desse tipo de iniciativa na província de Pernambucano, em virtude das ações de uma associação que conseguiu distanciar o povo, elemento ao qual aquela opinião estava ligada, das "idéias exageradas".

Desse modo, as considerações dos dois membros da elite letrada confirmam o papel assumido pela imprensa periódica no Brasil oitocentista no processo de organização do Estado e de afirmação da nacionalidade, visto que essas considerações relevam a importância atribuída pelos setores elitistas a esse meio de expressão que, aliás, estava intimamente vinculado à constituição da referida opinião.

Papel que corroborava com as ações dos citados setores com vistas ao ordenamento da Monarquia constitucional e representativa, devido à enorme relevância de tal opinião pública na dinâmica desse tipo de governo baseada nos princípios da representação política tais como eles foram definidos ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Papel, contudo, que não se restringia à imprensa periódica, mas pode ser também percebido no âmbito da produção historiográfica, especialmente no que concernia à elaboração de manuais didáticos destinados à divulgação da história pátria, pois ao fazer das páginas desses manuais espaços voltados à narração de episódios e, sobretudo, à descrição de indivíduos previamente selecionados entre a vasta e, naquele momento, disforme gama daquilo que era o passado nacional, a elite letrada brasileira fazia também dessas páginas meios de divulgar comportamentos e posturas que considerava mais afeitas à concepção de cidadania que ela imprimia ao Estado imperial.

Comportamentos exemplares, vinculados à nação que a referida elite procurava engendrar, *imaginando-a* e, por conseguinte, difundindo-a por meio de seus textos, como se nota na narração de Macedo acerca do episódio da chamada insurreição pernambucana, movimento que no século XVII, grosso modo, caracterizou-se pelo conflito armado entre os habitantes da região nordeste da América portuguesa e os holandeses invasores dos domínios portugueses no

continente americano, já que em suas *Lições de História do Brasil*, o letrado fluminense aponta que

> *a destruição do poder holandês no Brasil foi, principalmente devida em boa parte aos erros dos próprios holandeses, e depois em máxima parte à impulsão dos dois nobilíssimos sentimentos: – o da religião, e do nacionalismo.* (II, p. 143).

Sentimentos que, percorrendo os muitos séculos constituintes da história do Brasil por eles elaborada, foram aproveitados pelos setores elitistas como elementos de ligação entre o passado e o presente daquela nação que, sendo *imaginada*, era-lhes contemporânea, mas que, para a efetivação de seus propósitos, carecia de antigüidade, sendo essa atribuída justamente pelos seus escritos.

E quanto a esses escritos, aqueles que saíram das penas do pernambucano José Ignácio de Abreu e Lima e do fluminense Joaquim Manuel de Macedo tiveram bastante relevância e foram presença constante no conjunto da produção escrita oitocentista no Brasil.

Indivíduos que delineando trajetórias muito diferentes e estando inseridos em épocas distintas ilustram, a meu ver, certas nuances do processo de acomodação do sistema representativo ao regime monárquico brasileiro enquanto era promovida a construção do Estado e da nação, visto que a posição constantemente marginal de Abreu e Lima, contribuindo para a também recorrente variação nas suas concepções e práticas políticas, e a plena adequação de Macedo aos espaços institucionais ligados à Monarquia brasileira embora sejam, por um lado, contrastantes, revelam, no meu entender, outro aspecto.

Aspecto que está relacionado ao sucesso da iniciativa das elites brasileiras no sentido de apropriar-se de um modelo de organização política, em voga na Europa, marcado por um caráter nitidamente excludente, mas ancorado em perspectivas, mesmo que vagas, de inclusão, como era o governo representativo tal qual ele se apresentava no século XIX.

Isso, porque, ao fim dos tumultuados anos entre 1831 e 1848, nos quais as bases do Estado nacional brasileiro estavam sendo definidas concomitantemente às ações para eliminar os últimos obstáculos que se lhe criavam dificuldades, tal Estado estava consolidado com base naquele tipo de governo e, dado importante, no envolvimento do conjunto diverso das elites provinciais com a sua administração, justamente por conta do sucesso na implantação do referido governo, entre os anos

de 1853 e 1863.

Por isso, ao invés de enxergar a produção escrita oitocentista, ou seja, os periódicos e os manuais didáticos de história do Brasil, por exemplo, enquanto elemento de difusão de um suposto projeto centralista, considero válido tomá-la como promotora da unidade que começou a ser delineada através do conjunto de reformas que tiveram início justamente nos tais anos tumultuados e que se efetivaram a partir da época que a inaugura a fase de consolidação do Estado imperial, os anos 1850.

Desse modo, o vínculo entre essa produção e o processo de construção do Estado e da nação no Brasil pautou-se pela condição daquela enquanto forma específica de espaço público que garantiu a institucionalização dos conflitos e, assim, contribui para o êxito da Monarquia constitucional e representativa resultante da ação dos setores dominantes que, após a emancipação política diante de Portugal, em 1822, lideraram, muitas vezes de forma nada consensual e tampouco uniforme, o citado processo.

Institucionalização dos conflitos que, ao invés da sua eliminação decorrente de um gesto uniformizador do centro, representado pela Corte do Rio de Janeiro, em direção às partes, as províncias, remete à conformação de uma "tradição imperial" ancorada em um processo de "neutralização ideológica" na segunda metade do século XIX, colaborando para as variações que marcaram a dinâmica do regime representativo em terras brasileiras e cujos sinais já se fazem presentes no princípio da década de 1860[298].

---

[298] Recorro a essas expressões, utilizadas por Angela Alonso e por Alfredo Bosi, respectivamente, pois considero muito relevantes as abordagens tanto da socióloga quanto do crítico literário voltadas para a análise do "caminho" percorrido pelas idéias importadas da Europa no contato com a realidade brasileira, "caminho" que se desdobra em variados "trajetos" a partir desse contato, o que, de acordo tanto com Alonso quanto com Bosi, contribui para entender a dinâmica da sociedade imperial menos sujeita a grandes sobressaltos e rupturas e mais marcada pela variabilidade das situações resultante do pulsar daquelas idéias no diálogo com o cotidiano dessa sociedade. Cf. ALONSO, Angela. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. Op. cit.*; também cf. BOSI, Alfredo. *A escravidão entre dois liberalismos*. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

6. ACERVOS E FONTES

6.1. Acervos consultados:

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.
Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (USP).
Arquivo Edgard Leuenroth – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Unicamp).

6.2. Periódicos consultados:

Barca de São Pedro, A.
Jornal do Comércio.
Mensageiro Niteroiense, O.
Nação, A.
Raio de Júpiter, O.
Torre de Babel, A.

6.3. Outras fontes:

Anais da Câmara dos Deputados. Versão eletrônica. Site da Câmara dos Deputados.

ABREU e LIMA, José Ignácio de. *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil*. Cidade de Niterói: Tipografia Niterói de Rego e Comp.,1835.

_____. *Compêndio da História do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843.

_____. *Compêndio da História do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843.

_____. *Resposta do general J. I. de Abreu e Lima ao cônego Januário da Cunha Barbosa ou análise do primeiro juízo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compêndio da História do Brasil*. Pernambuco: Tip. De M. F. de Faria,

1844.

ALENCAR, José de. *Iracema: lenda do Ceará*. São Paulo: Saraiva, 2006.

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro.* Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1883.

MACEDO, Joaquim Manuel de. "Discurso Que na Augusta Presença de S.M. Imperial, na Ocasião de Tomar o Grau de Doutor em Medicina, Recitou em Nome de Todos os Doutorandos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no dia 20 de dezembro de 1844". Rio de Janeiro: Tip. Imparcial de F. de Paula Brito, 1844.

_____. *Labirinto*. organização, apresentação e notas de Jefferson Cano. Campinas/SP: Mercado de Letras, Cecult; São Paulo: Fapesp, 2004.

_____. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II* – 4º ano. Rio de Janeiro: Tip. Imparcial, 1861.

_____. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II* – 7º ano. Rio de Janeiro: casa de Domingos José Gomes Brandão, 1863.

_____. "Relatório do primeiro secretário interino, o Sr. Dr. J. M. de Macedo". *Revista do IHGB*. Tomo XV, 1852, pp. 486 – 519.

_____. "Relatório do primeiro secretário Dr. Joaquim Manoel de Macedo". *Revista do IHGB*. Tomo XVI, 1853, pp. 563 – 600.

_____. "Relatório do primeiro secretário, o Sr. Dr. Joaquim Manuel de Macedo". *Revista do IHGB*. Tomo XIX, 1856, pp. 92 – 122.

_____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Vol. 01. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

_____. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Edição revista e anotada

por Gastão Penalva e prefaciada por Astrojildo Pereira (com 18 gravuras). Rio de Janeiro: Livraria Editora ZELIO VALVERDE, 1942.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. “Relatório do primeiro secretário cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro”. *Revista do IHGB*. Tomo XXIV, 1861, pp. 771 – 796.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario editor, 2002.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, "Como se deve entender a nacionalidade na História do Brasil", *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, n. 9, 1948.

_____. “Primeiro Juízo”. *Revista do IHGB*. Tomo VI, 1844, p. 60 – 83.

7. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução pública no Brasil (1500 – 1889): história e legislação*. trad. Antonio Chizzotti. 2 ed. rev. São Paulo: Educ, 2000.

ALONSO, Angela. *Apropriação de idéias no Segundo Reinado*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.) *O Brasil imperial, volume III: 1870 – 1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Idéias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Gilberto Luiz. *Manuais didáticos de história do Brasil no colégio Pedro II: do Império às primeiras décadas da República.* (www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../tsc_gilberto.pdf)

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRIGUCCI Jr., *Davi. Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência.* São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

BARBOSA, Silvana Mota. *A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos 1860*. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831 – 1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial, volume II: 1831 – 1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831 – 1835)*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas*

de poder. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: _____. *Magia e técnica, arte e política.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

BHABHA, Homi K. “DissemiNação: o tempo a narrativa e as margens da nação moderna”. In:_____. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOSI, Alfredo. *A escravidão entre dois liberalismos*. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

CALLARI, Cláudia Regina. “Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 40, pp. 59-83, 2001.

CAMILO, Vagner. “Mito e história em Iracema: a recepção crítica mais recente”. *Novos Estudos Cebrap*, n.º 78, julho/2007. pp. 1-14.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 2º volume (1836 – 1880). 3ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1969.

_____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000; Publifolha, 2000.

_____. *Perversão da Aufklärung*. In: *Textos de Intervenção*. seleção, apresentações e notas de Vinicius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

_____. *"Radicalismos". Estudos Avançados,* v. 4, n. 8. pp. 4-18. Jan.-abr. 1990

_____. *A vida ao rés-do-chão*. In: CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial, volume II: 1831 – 1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima, general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

DANTAS, Mônica Duarte. "Partidos, liberalismo e poder pessoal: a política no Império do Brasil. Um comentário ao artigo de Jeffrey Needell, *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831 – 1857*". *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 10, pp. 40 – 47, nov. 2009.

DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.

_____. "Representação na monarquia brasileira". *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 09, pp. 41 – 53, maio de 2009.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de conciliação no Brasil monárquico (1842 – 1856)*. 2010. 211p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

EWALD, Ariane P.; GUIMARÃES, Aurea Domingues; BRAVO, Camila Fernandes; SOBREIRA, Carolina Bragança. *Crônicas folhetinescas: subjetividade, modernidade*

e circulação da notícia. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (orgs.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder.* Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

FALCON, Francisco J. Calazans. “O povo brasileiro: ensaio historiográfico”. *Revista USP*, nº 46, junho/julho/agosto de 2000.

GASPARELLO, Arlette de Medeiros. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GONÇALVES, Adelaide. “As comunidades utópicas e os primórdios do socialismo no Brasil”. *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, nº 02, 2004.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil imperial, volume III: 1870 – 1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822 – 1889.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Edusp/Nankin Editorial, 2004.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emilia (orgs.). *O liberalismo no Brasil imperial.* Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

_____. "A percepção dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". In: MARTINS, Ismênia de Lima et al. (orgs.). *História e Cidadania*. São

Paulo: Humanitas publicações/FFLCH; ANPUH, 1998, pp. 471 – 485.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *História e Nação: uma pedagogia para a modernidade*. In: ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves; MAGALDI, Ana Maria (orgs.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". *Estudos Históricos*, n.º 1, 1988. (www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/26.pdf)

GUINSBURG, J. *Romantismo, Historicismo e História*. In:_____(org.). *O Romantismo*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

HAIDAR, Maria de Lourdes M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, Edusp, 1972.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidades.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "A herança colonial – sua desagregação". In_____ (org.) *História geral da civilização brasileira.* t. II. vol. 1. 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

_____. "O poder pessoal", In:_____ (org.) *História geral da civilização brasileira.* t. II. vol. 5. 3ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte/MG: UFMG, IPEA, 2000.

_____. *Vida política, 1848 – 1866*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História geral da civilização brasileira.* t. II. vol. 3. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

IPANEMA, Marcello de; IPANEMA, Cybelle de. *Catálogo de periódicos de Niterói*. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1988.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira).* In: MOTTA, Carlos G. (org.) *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500 – 2000)*. *Formação e Histórias.* São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2000.

LAMOUNIER, Bolívar. *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira.* São Paulo: Augurem, 2005.

LAVALLE, Adrián G. *Vida política e identidade nacional: leituras brasileiras*. São Paulo: Globo, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

LEONÍDIO, Adalmir. "As idéias do socialismo utópico no Brasil". *Revista Eletrônica Cadernos de História*, vol. VIII, ano 4, nº 02, dezembro de 2009.

LIMA, Cláudia. "Uma reflexão sobre os agentes históricos na sistematização do estereótipo africano sobre a construção do imaginário do negro no Brasil". *Ciências Sociais,* Unisinos, vol. 45, nº 2, maio-agosto, 2009, pp. 135 – 141.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817 – 1820).* São Paulo: Hucitec, 1997.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUCAS, Fábio. "O Romantismo e a formação do Estado Nacional". In: *Do Barroco ao Modernismo: ensaios*. São Paulo, Editora Ática, l989.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821 – 1823)*. Cia. das Letras, 2000.

MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o romantismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MALEVAL, Isadora Tavares. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o (não) lugar da história do presente”. *Ars Historica*, v. 1, n. 2, jul – dez. 2010, p. 49 – 59.

MANIN, Bernard. “As metamorfoses do governo representativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 29, 1995, pp. 5-34.

MARSON, Izabel Andrade. *O Império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco: 1842 – 1855.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Movimento praieiro: imprensa, ideologia e poder político*. São Paulo: Ed. Moderna, 1980.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. 2.ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOS, Selma Rinaldi de. *Para formar os brasileiros: o Compêndio de História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro da do Império do Brasil*. 2007. 247p. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. 1997. 310p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. Restaurar, fracionar e regenerar a nação: o partido Caramuru nos anos 1830. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; IJUÍ: Ed. Unijuí, Fapesp, 2003.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

MOTTA, Carlos Guilherme. Idéias de Brasil: formação e problemas (1817 – 1850). In: _____ (org.) *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500 – 2000)*. *Formação e Histórias.* São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2000.

MYERS, Jorge. *"Hacia la completa palingenesia y civilización de las naciones americanas": literatura romántica y proyecto social, 1830 – 1870*. In: PIZARRO, Ana (org.) *América Latina: Palavra, Literatura e Cultura*. Vol. 02. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco: 1821 – 1954*. vol. 04. Recife: UFPE, 1969.

NEEDELL, Jeffrey D. "Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831 – 1857"; tradução de Fernanda Trindade Luciani. *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 10, p. 5 – 22, nov. 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *A história para uso da mocidade brasileira*. In: CARVALHO, José Murilo de. (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *Os panfletos políticos e o esboço de uma esfera pública de poder no Brasil*. In: ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs). *Cultura letrada no Brasil.* Campinas, SP: Mercado de Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo, SP: Fapesp; 2005.

NUNES, Tássia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: 1820 – 1840*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *Estado, nação e escrita da História: propostas para debate*. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PIROLA, Ricardo Figueiredo. *O governo e o desgoverno dos escravos: a pena de morte escrava e a lei de 10 de junho de 1835*. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 13 a 15 de maio de 2009. *(w*ww.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/.../RicardoFigueiredoPirola.pdf)

PITKIN, Hannah F. "Representação: palavras, instituições e idéias". *Lua Nova,* São Paulo, nº 67, pp. 15 – 47, 2006.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj, 2002.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830 – 1870).* São Paulo, Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Jaime. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial, volume II: 1831 – 1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SABATO, Hilda. "Soberania popular, cidadania, e nação na América hispânica: a experiência republicana do século XIX". *Almanack Braziliense*. São Paulo, nº 09, pp. 05 – 22, maio de 2009.

SANDRONI, Cícero. *180 anos do Jornal do Commercio (1827 – 2007): de D. Pedro a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quorum Editora, 2007.

SAVIANI, Demerval. "Pedagogia: o espaço da educação na Universidade". *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, nº 130, pp. 99 – 134, jan/abr. 2007.

SCHWARZ, Roberto. *Nacional por subtração*. In: _____. *Que horas são?* São

Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SERRA, Tânia Rebelo Costa. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Roberto Acízelo. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.

STRZODA, Michelle. *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TOSI, Renzo. *Dicionário de sentenças latinas e gregas: 10.000 citações da Antigüidade ao Renascimento no original e traduzidas com comentário histórico, literário e filológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.